



DISTRIBUÍMOS ENERGIAS DE FUTURO

A large circular graphic with a blue-to-white gradient background, containing a photograph of a forested mountain range. The text "Olá, Futuro. Olá, Floene." is overlaid on this graphic in a large, white, sans-serif font.

Olá, Futuro. Olá, Floene.

Relatório e Contas 2022

Índice

01

Visão Geral

- 06 Mensagem aos *Stakeholders*
- 09 Floene em números

02

O Universo Floene

- 12 A nossa atividade
- 14 Floene, uma marca de energia para o futuro
- 16 Propósito, missão, valores e estratégia

03

O nosso compromisso com a Sustentabilidade

- 20 Contexto global e contributo da Floene para a sustentabilidade
- 22 A nossa posição estratégica na transição energética
- 23 A nossa abordagem para a Sustentabilidade

04

A nossa Governance

- 30 Estrutura Acionista
- 31 Modelo de governo societário
- 32 Ética e Transparência
- 33 Sistemas de controlo interno e de gestão do risco
- 36 Envolvimento com a comunidade/*stakeholders*

05

As nossas Pessoas

- 42 Segurança e bem-estar
- 46 Transformação interna
- 48 Formação

06

O nosso Planeta

- 52 Panorama da descarbonização no setor do gás
- 54 Eficiência energética e alterações climáticas
- 60 A nossa pegada de carbono
- 62 Gestão sustentável da cadeia de fornecedores



07

A nossa Prosperidade

- 66 Desempenho Operacional
- 69 Inovação, adaptação e resiliência
- 70 Serviço de qualidade, abastecimento seguro e eficiente
- 74 Satisfação do cliente
- 75 Desempenho e sustentabilidade financeira

08

82 Perspetivas Futuras

09

86 Proposta de Aplicação de Resultados

10

90 Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

11

94 O nosso Relatório

12

Anexos

- 98 Anexo I - Declarações
- 101 Anexo II - Declaração de conformidade dos membros do Conselho de Administração
- 102 Anexo III a - Demonstrações Financeiras – Consolidadas
- 165 Anexo III b - Demonstrações Financeiras – Individuais
- 204 Anexo IV - Relatório e parecer do Conselho Fiscal
- 209 Anexo V - Certificação legal de contas - Consolidado
- 216 Anexo VI - Certificação legal de contas - Individual

13

224 Tabela GRI

14

264 Glossário

01

Visão Geral



01 Mensagem aos Stakeholders

2022 foi um ano com história para a Floene. Criámos uma nova identidade, uma nova ambição e um novo propósito.

Este foi também um ano marcado pelo contexto de crise energética, com aumentos do preço de gás e redução nos consumos. A guerra na Ucrânia trouxe uma aceleração do ritmo da transição energética e o reconhecimento de que a aposta em energias endógenas com forte potencial de descarbonização e que assegurem a flexibilidade e diversificação, resiliência e segurança de abastecimento é um imperativo.

Os gases renováveis ganharam uma nova visibilidade e a sua utilização na rede pública de gás impõe-se como garante da diversificação de fontes de energia renovável, assegurando a disponibilidade de soluções mais adequadas.

A nível nacional e europeu, o apoio e incentivo governamental aos gases renováveis tem sido crescente, proporcionando cada vez mais interesse por parte de produtores e indústrias para pedidos de injeção de gases renováveis na rede, tendo a Floene recebido dezenas destes pedidos durante o ano de 2022. Estamos a assistir a uma mudança de paradigma no nosso setor: o modelo clássico de centralização da produção e distribuição da energia dará cada vez mais lugar a um modelo descentralizado, que potencia a utilização de gases de origem renovável, a utilização e produção eficiente de recursos, valoriza o território e a promoção da coesão territorial.

Para responder a esta nova realidade, a Floene tem vindo a viver um processo de profunda transformação, reforçando as suas competências internas e adquirindo novas valências, garantindo a manutenção de um elevado desempenho e uma gestão bem-sucedida do seu processo de autonomização.

Gostaríamos de destacar alguns projetos e iniciativas relevantes e diferenciadores desenvolvidos durante 2022:

- A distinção com o primeiro lugar na categoria de medidas intangíveis, no âmbito do Plano de Promoção de Eficiência no Consumo de Energia (PPEC), com o projeto Roteiro para a Introdução de Gases renováveis no Setor Industrial. Pela primeira vez, esta edição do programa incluiu o consumo de gás, sendo que o projeto da Floene foi distinguido pela ERSE e DGEG neste âmbito. Com este Roteiro pretendemos impulsionar a descarbonização da economia nacional através dos gases renováveis no setor industrial, com especial destaque para o hidrogénio, e juntar os vários atores do processo de transição energética em fóruns de partilha de conhecimento conjuntos;

2022 foi um ano com história para a Floene. Criámos uma nova identidade, uma nova ambição e um novo propósito.



**Pedro Álvaro de Brito
Gomes Doutel**
CFO

**Gabriel Nuno Charrua
de Sousa**
CEO

**Diogo António
Rodrigues da Silveira**
Chairman

**José Manuel
Rodrigues Vieira**
COO

**Yoichi
Onishi**
CSO

- A aprovação de um segundo projeto vencedor no PPEC, através da sua subsidiária LisboaGás, em parceria com a PortGás e Sonorgás. Este projeto insere-se no âmbito das medidas tangíveis no setor residencial e visa o abate de equipamentos energeticamente não eficientes e a sua substituição por equipamentos mais eficientes;
- A chegada da rede de gás a mais comunidades, promovendo a prosperidade das famílias e empresas e dando acesso a uma energia mais limpa, económica e segura: concelhos de Oliveira do Hospital, Miranda do Corvo, Vila Velha de Ródão e Sobral de Monte Agraço;
- O desenvolvimento do projeto pioneiro de injeção de hidrogénio na rede de gás no Seixal, que demonstra o nível elevado de prontidão das redes de gás em Portugal e dos seus Operadores e deixa-nos preparados para os desafios que resultam do número crescente de produtores de gases renováveis;
- A primeira auscultação a *stakeholders* feita de forma autónoma e que pela primeira vez abordou os temas de sustentabilidade na vertente da dupla materialidade. Este processo permitiu-nos definir o nosso posicionamento ESG alicerçado em 4 grandes eixos - *Governance*, Planeta, Pessoas e Prosperidade;
- O lançamento da nossa nova identidade - Floene, como forma mais visível de viver o nosso processo de refundação, reforçando o nosso posicionamento enquanto facilitador da transição energética e a nossa aposta num reforço do relacionamento com os nossos *stakeholders*.

O ano de 2022 foi também um ano desafiante na vertente financeira, já que, no contexto da elevada volatilidade registada nos mercados e a tendência de aumento das taxas de juro, a Floene iniciou o processo de reestruturação do seu endividamento, cujo vencimento ocorre em Setembro de 2023. Para tal, foi contratada, com sucesso, uma linha de crédito de 600 milhões de euros junto de um conjunto alargado de bancos nacionais e internacionais.

Este relatório anual é, assim, reflexo das grandes mudanças vividas pela nossa Empresa neste ano. Desde logo em termos de imagem, já que se trata do primeiro relatório anual da Floene, que assume a sua nova marca e identidade. Trata-se também de um marco importante na vertente da sustentabilidade já que desenvolvemos, pela primeira vez, um relatório alinhado com as diretrizes do GRI (*Global Reporting Initiative*), considerado um padrão internacional para o desenvolvimento de modelos de sustentabilidade.

Neste relatório poderão ler acerca dos nossos tópicos de sustentabilidade materiais, os princípios ESG orientadores que utilizamos e o progresso alcançado face a anos anteriores, numa perspetiva híbrida de apresentação de informação financeira e informação de sustentabilidade.

Uma palavra especial aos colaboradores e aos nossos parceiros, que iniciaram projetos em 2022 que tomarão também um lugar de destaque no próximo ano, pela sua relevância e contribuição para o processo de descarbonização e literacia na vertente de gases renováveis.

Num momento em que uma maior eficiência no consumo de gás pelas famílias trará ganhos ambientais e económicos significativos, servindo como alavanca do combate à pobreza energética, estes projetos terão um impacte positivo para as comunidades que servimos.

FLOENE EM NÚMEROS

Resiliência em tempos de transformação

32% Mulheres

49% Faixa etária entre 30 e 50 anos

23h/colaborador Formação



396

Número de colaboradores

15 008

Emissões âmbito 1 e 2 (ton CO₂ eq.)



106

Concelhos abastecidos com gás natural



Indicadores Operacionais

13 673

Extensão total da rede (km)

1 131 266

Pontos de consumo

16 733

Volume distribuído (GWh)

€

Indicadores Financeiros

Milhões de €

148

Proveitos permitidos

102

EBITDA

49

Free cash flow

20

Resultado líquido

41

CAPEX

586

Dívida líquida

FL  ENE

02

○ Universo
Floene



02 O Universo Floene

A Transformação em curso na Floene e no Setor Energético

2.1. A nossa atividade

O grupo Floene Energias, S.A. (Floene) é o maior operador da rede de distribuição de gás em Portugal, através da participação e gestão direta de nove Operadores Regionais das Redes de Distribuição de Gás (ORD), presentes em 106 concelhos de norte a sul do país.

Gerimos cerca de 70% da rede de distribuição de gás em regime de serviço público (média e baixa pressão) nos termos definidos pelos contratos de Concessão regional ou Licenças de distribuição local de gás natural assinados com o Estado Português (Direção Geral de Energia e Geologia), e de acordo com a legislação específica do setor e enquadramento regulatório estabelecido pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). As infraestruturas geridas pela Floene têm mais de 1 milhão de utilizadores residenciais e empresariais, e ocupamos, por isso, um lugar de responsabilidade no panorama energético nacional, com uma cobertura geográfica que nos permite contribuir para a melhoria efetiva da qualidade do sistema energético nacional.

A distribuição é uma atividade regulada da cadeia de valor do gás em Portugal, exercida pelos operadores das redes de distribuição, atuando cada ORD numa área geográfica exclusiva com base num contrato de Concessão ou Licença. Cinco destes ORD operam ao abrigo de contratos de Concessão, assinados com o Estado Português em 2008, com uma duração de 40 anos, enquanto os restantes operam ao abrigo de Licenças com um período de exploração de 20 anos.

Com uma rede de mais de 13 600 km constituída, maioritariamente, por polietileno (94%) e com uma idade média inferior a 16 anos, o grupo Floene possui umas das infraestruturas mais modernas e eficientes da Europa, o que lhe permite assegurar um abastecimento em total segurança e um serviço de qualidade, cumprindo todos os critérios definidos pela ERSE e pela legislação específica do setor.

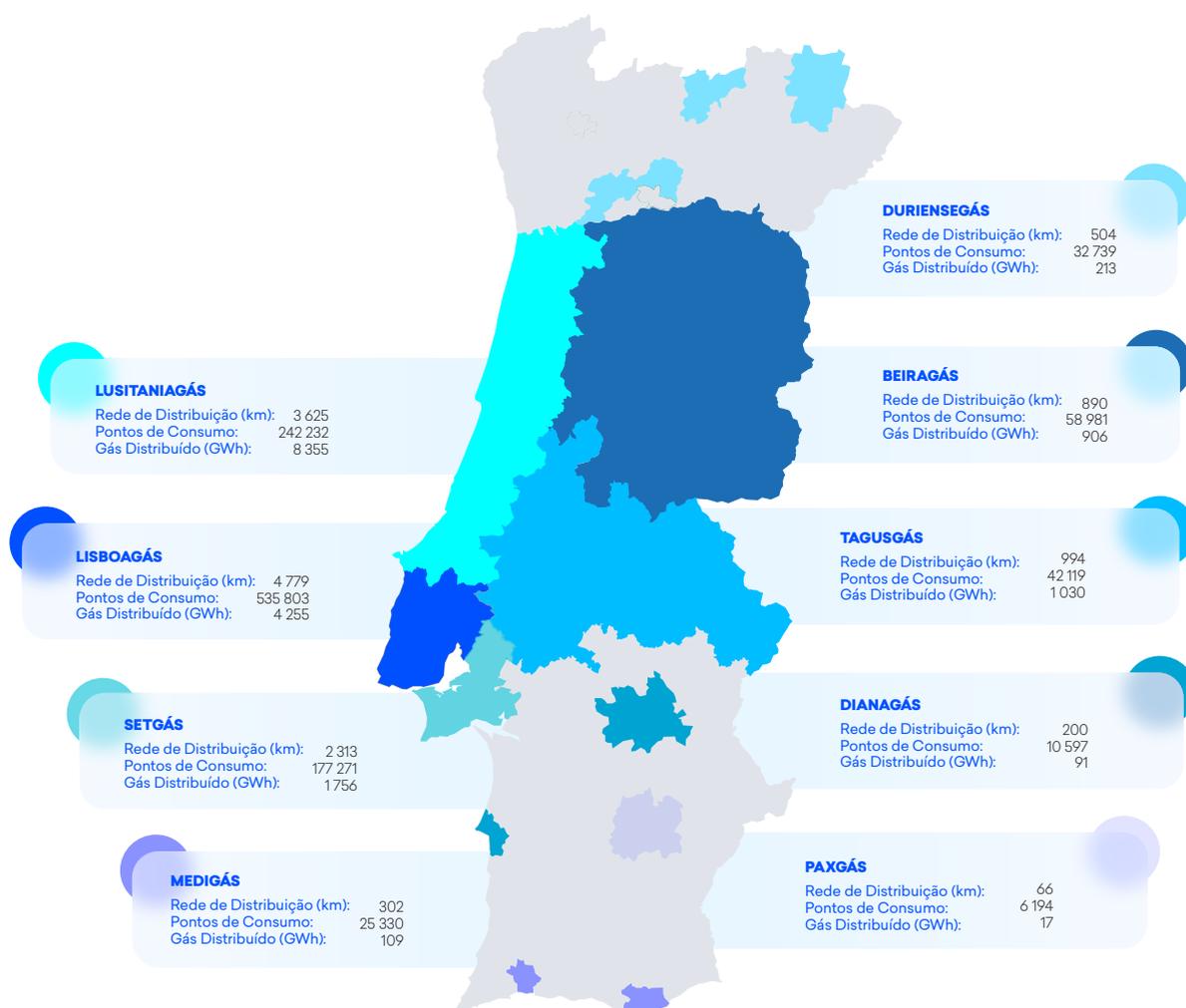
Distribuição

A distribuição assegura o fluxo de gás natural, proveniente da rede de transporte de alta pressão (AP), nas redes em média (MP: entre 20 e 4 bar) e baixa pressão (BP: abaixo de 4 bar), até às instalações de consumo (pontos de entrega). Estas redes também se designam por redes interligadas, por oposição a outras redes de distribuição local, que são abastecidas por depósitos de gás natural liquefeito (UAG), fornecido por camião cisterna.

PRODUÇÃO > ARMAZENAMENTO > TRANSPORTE > DISTRIBUIÇÃO > COMERCIALIZAÇÃO

Comercialização

Os ORD com fornecimento de gás a menos de 100 000 clientes (Beiragás, Duriensegás, Dianagás, Tagusgás, Paxgás, Medigás) desenvolvem também a atividade de comercialização de gás, exercida na sua vertente de comercializador de último recurso retalhista (CURr) e com obrigação de *unbundling* contabilístico



2.2. Floene, uma marca de energia para o futuro

Alteração acionista

Desde março de 2021 que a Floene tem um novo acionista maioritário, através da entrada da *Allianz Capital Partners* (ACP), com uma participação de 75%. A ACP faz parte do grupo *Allianz* e é um investidor de longo prazo, tendo cerca de 56 mil milhões de euros de ativos sob gestão, dos quais 21,8 mil milhões de euros alocados a infraestruturas. Com um grande *portfolio* de investimentos em redes de energia na Europa, a participação na Floene representou o primeiro investimento direto da ACP em infraestruturas em Portugal. O enquadramento regulatório estável do setor energético em Portugal e o papel crítico da Floene no plano de descarbonização nacional foram fatores fundamentais para a concretização deste investimento por parte da ACP.

Transformação

Desde a entrada do novo acionista maioritário, a Floene tem vivido um profundo processo de transformação, que inclui os seguintes desafios:

1. Criação de uma nova identidade, abraçando um novo propósito, missão e valores e construindo uma nova marca;
2. Desenvolvimento de uma profunda reorganização interna para alavancar novas competências e gerir a transição faseada da Empresa para uma entidade autónoma;
3. Impulsionar uma reflexão estratégica sobre o presente e o futuro com foco nas oportunidades de crescimento - crescimento do mercado de gás abastecido pela infraestrutura de rede de distribuição e acelerar o processo de descarbonização deste ativo;
4. Assumir o seu papel de *player* relevante na transição energética em Portugal, estando na linha da frente da distribuição de gases renováveis (hidrogénio e biometano).

A nova marca

A mudança de acionistas, aliada aos novos desafios do setor energético, estiveram na origem da criação da nova marca. A (marca) Floene nasceu no dia 17 de outubro de 2022, com o claro objetivo de reforçar, o compromisso da empresa na transição energética, contribuindo para a descarbonização das redes de gás e da economia nacional, maioritariamente através da aposta nos gases renováveis, como o biometano e o hidrogénio.

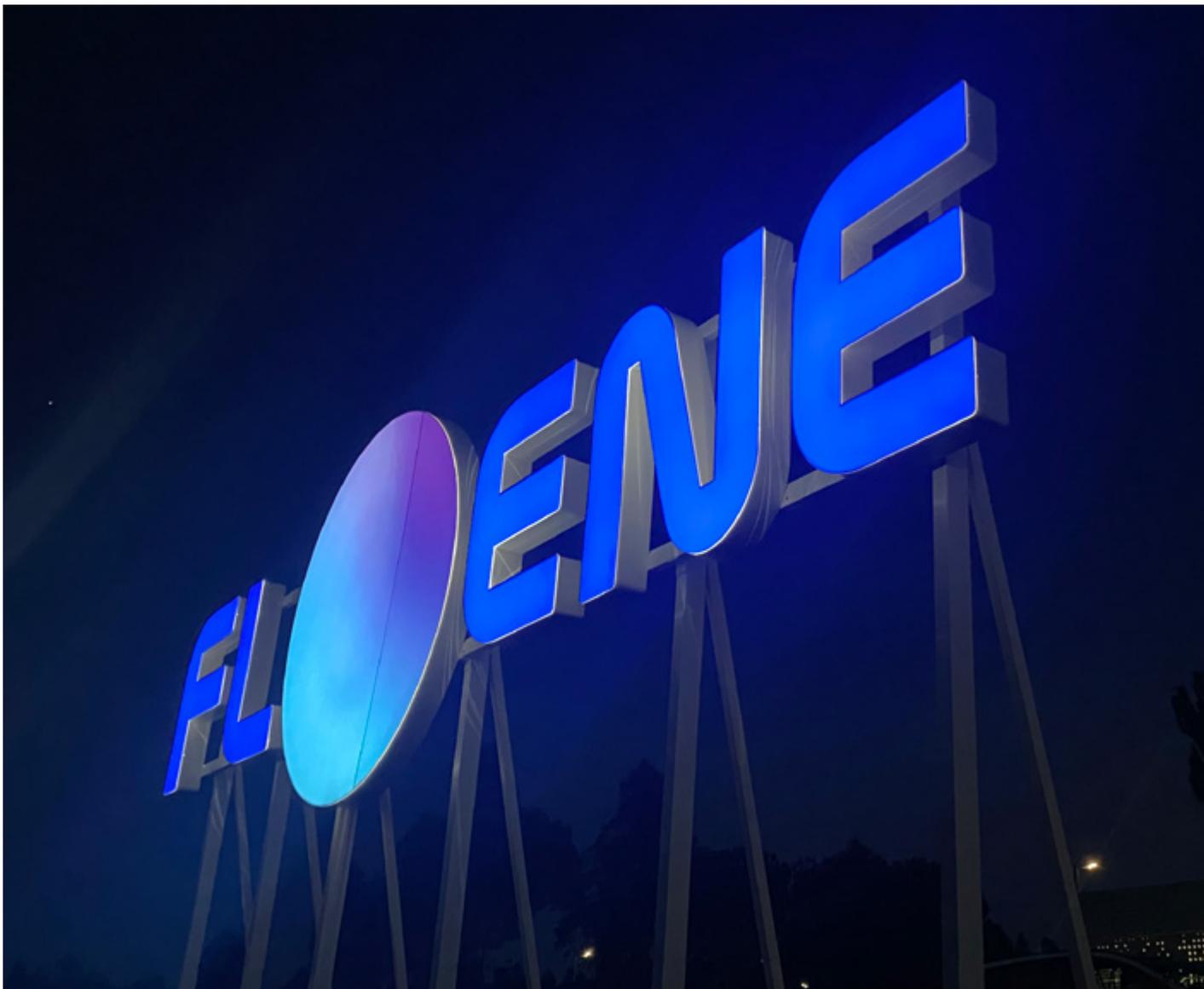
A Floene renasceu com um legado de 175 anos de história, iniciados em 1847 com a iluminação pública de Lisboa, tendo, desde então, passado por várias transições energéticas, como a distribuição do Gás de Cidade em Lisboa e, mais tarde, apostado na introdução do Gás Natural e na expansão da sua rede. Atualmente, tem uma rede de gás preparada para distribuir os novos gases renováveis. É, desta forma, que a Floene assume a ambição de abraçar o desafio de mais uma transformação energética no País.

A Floene passou a ser a marca *umbrella* dos nove ORD.



O lançamento da nova marca foi concretizado através de uma campanha de publicidade em meios digitais, na imprensa nacional e regional, e em *outdoors*, nomeadamente em 42 localidades de 28 concelhos, complementada por um conjunto de iniciativas de Relações Públicas.





2.3. Propósito, missão, valores e estratégia

Enquanto Empresa de prestação de um serviço público, temos como foco principal a garantia de um serviço de qualidade que responda às necessidades das comunidades que servimos, garantindo a segurança e integridade da infraestrutura que operamos, promovendo elevados níveis de eficiência do abastecimento.

Numa fase em que a transição energética traz novos desafios ao setor de distribuição de gás, assumimos o papel crucial na descarbonização da economia, enquanto facilitador deste processo de transição, com uma estratégia focada na aceleração da mesma e na gestão eficiente da infraestrutura de distribuição.

A elevada capilaridade da nossa rede permite-nos estar presentes de norte a sul do país, promovendo soluções energéticas mais eficientes e fazendo chegar as novas energias (gases renováveis) de forma mais rentável e sustentável às nossas comunidades, alicerçados numa rede segura, fiável e com elevado grau de eficiência.

O nosso propósito: promover comunidades sustentáveis.

Acreditamos que podemos capacitar as nossas comunidades para uma gestão sustentável da energia. Com mais de 175 anos de experiência e com uma das redes mais modernas da Europa, estamos renovados e posicionados na cadeia de valor fazendo do nosso propósito a promoção de comunidades sustentáveis, contribuindo para o bem comum com novas energias de futuro.



MISSÃO

NOVAS ENERGIAS
COM **175 ANOS**
DE EXPERIÊNCIA

Lideramos pelo exemplo e pela capacidade de trazer soluções de energia sempre mais eficientes e mais limpas.



VALORES

COLABORAÇÃO
RESPEITO
AUDÁCIA

Somos todos um.
Cuidamos do que nos rodeia.
Imaginamos e concretizamos.



PROPÓSITO

PROMOVEMOS
COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Existimos desde 1847, estamos aqui para ficar e abraçar a transformação e o progresso sustentável das comunidades onde nos inserimos.

03

O nosso compromisso
com a Sustentabilidade



03 O nosso Compromisso

A abraçar e a promover
a transformação e o progresso
das comunidades desde 1847

3.1. Contexto global e contributo da Floene para a sustentabilidade

Num contexto global e desafiador sobre a necessidade de mudanças e inovação, o setor energético encontra-se em plena transição, fruto de uma necessidade consensual de descarbonização da economia. Durante as próximas décadas, a transição energética terá um papel fundamental na distribuição de energia numa sociedade em constante crescimento, ao mesmo tempo que se pretende reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE). É, por isso, crucial que as empresas definam o seu caminho para a descarbonização, tornando-se competitivas e assumindo a sustentabilidade como critério de tomada de decisão de investimento.

Um dos instrumentos fundamentais para a criação de condições e promoção da descarbonização nacional é o Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).



De acordo com o PNEC 2030, as infraestruturas de distribuição de gás natural desempenharão um importante papel ao permitir a introdução, distribuição e consumo de gases renováveis, em particular o biometano e o hidrogénio, nos vários setores da economia, **permitindo alcançar níveis mais elevados de incorporação de fontes renováveis de energia no consumo final de energia.**

Os gases renováveis, em particular o hidrogénio e o biometano, apresentam potencial para desempenhar um papel importante para **potenciar a descarbonização de setores da economia** que atualmente dispõem de poucas opções tecnológicas e onde a eletrificação no curto-médio prazo poderá traduzir-se em custos significativos.



Abastecimento de gás à cidade de Lisboa, para iluminação pública.

**Ao longo da
nossa história,
que começou
em 1847 com
a iluminação
pública
de Lisboa,
temos vindo
a desenvolver,
com sucesso,
projetos com
impactes
positivos na
economia e
no ambiente,
indústria e
famílias.**

Globalmente, a visão do futuro das infraestruturas de gás em Portugal apresentada está alinhada com a ambição da Floene enquanto empresa de distribuição de gás. Estamos dotados de meios técnicos e humanos que nos permitem encarar os novos desafios do setor energético com confiança, tendo já promovido alterações na nossa organização no sentido de estarmos aptos para colaborar com as diversas partes interessadas e intervenientes neste processo de mudança no setor energético.

Ao longo da nossa história, que começou em 1847 com a iluminação pública de Lisboa, temos vindo a desenvolver, com sucesso, projetos com impactes positivos na economia e no ambiente, indústria e famílias. O projeto de introdução de gás natural em Portugal é um exemplo disso, com caráter de interesse nacional e promotor de aumento de competitividade da economia nacional.

Adicionalmente, destacamos também o ambicioso desafio que foi o projeto de mudança de gás em Lisboa, com a substituição de gás de cidade por gás natural, com toda a logística que uma operação desta envergadura exigiu, e que a Floene soube superar com sucesso reconhecido. Acreditamos, por isso, que teremos um papel relevante e com valor acrescentado na transição energética nacional.

Em paralelo, as metas do Acordo de Paris para 2030 definidas pela Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC) e o alinhamento com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), são linhas orientadoras para a definição de uma estratégia de negócio sustentável.

**Reconhecemos
o nosso
compromisso
como
facilitador
chave para
uma transição
energética
justa,
promovendo
uma maior
equidade
e coesão
territorial.**

Em 2022 a Floene concretizou um trabalho de definição e alinhamento com os ODS, onde crê ter potencial de gerar maior impacto e contributo, promovendo uma resposta a estes desafios globais. Neste trabalho tivemos, como referência, o *Roadmap* de ODS para o setor do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), e ainda os ODS associados aos compromissos da *Gas Distributors for Sustainability* (GD4S), associação que conta com a participação da Floene.

De salientar ainda que a Floene é membro associado do *Business Council for Sustainable Development* (BCSD) Portugal, uma associação empresarial que agrega empresas com visão de futuro, trabalhando em conjunto para acelerar a transição para um mundo mais sustentável, que integra a rede global de associações do WBCSD. Neste âmbito, assinámos também a Carta de Princípios do BCSD, que incentiva os signatários a ir para além do cumprimento legal, adotando normas e práticas em consonância com os mais elevados padrões de gestão, éticos, sociais, ambientais e de qualidade, em qualquer contexto da economia global.

Reconhecendo o nosso papel na ação climática, a Floene assinou, em 2022, o manifesto criado no âmbito da Cimeira do Clima das Nações Unidas (COP27).

3.2. A nossa posição estratégica na transição energética

A Floene entende a transição energética como uma oportunidade para estimular a otimização da infraestrutura do Sistema Nacional de Gás. De acordo com a estratégia nacional e europeia para a descarbonização, o setor de gás contribui e deverá continuar a contribuir ativamente para uma economia moderna, dinâmica e descarbonizada. Para que isto aconteça, o caminho deve continuar a ser preparado no sentido de possibilitar a descarbonização do setor energético, ao menor custo e mantendo o equilíbrio do Sistema Nacional de Gás que suporta a sua sustentabilidade, contribuindo para a competitividade da indústria nacional e o bem-estar das famílias.

Neste contexto, a Floene continua a desenvolver um conjunto de iniciativas com vista a acelerar a introdução de gases renováveis nas redes de distribuição de gás e consolidar todo o processo que permita alcançar, nas redes em que opera, as metas de injeção destes gases renováveis. Estamos a preparar a infraestrutura para a distribuição de gases de origem renovável ou de baixo teor de carbono, rentabilizando um ativo disponível a nível nacional, com grande capilaridade e potencial de expansão para servir a comunidade.

Entendemos que é através de uma complementaridade entre segmentos de diferentes características (setor elétrico renovável e gases renováveis) que será possível garantir a segurança e independência de abastecimento, bem como a sustentabilidade e acesso a soluções de descarbonização por todos. A infraestrutura nacional é robusta e com elevados níveis de eficiência, pelo que a sua otimização deve envolver e impactar todos os setores da economia, incluindo as famílias e as indústrias, tendo os gases renováveis um papel chave no processo de descarbonização nacional. Reconhecemos assim o nosso compromisso como facilitador-chave para uma transição energética justa, assegurando que a infraestrutura está preparada para receber e injetar gases renováveis de forma segura e eficiente, promovendo uma maior equidade e coesão territorial.

No Capítulo 6 falamos dos projetos Floene no âmbito dos gases renováveis e que contribuem para a descarbonização.

3.3. A nossa abordagem para a Sustentabilidade

Contexto e propósito

A nossa abordagem centra-se na materialização do nosso propósito. Todas as etapas são essenciais para a criação de valor nos quatro eixos mais relevantes para os nossos *stakeholders* e em alinhamento com o nosso propósito.

EIXOS

GOVERNANCE

PLANETA

PESSOAS

PROSPERIDADE

Para cada um dos eixos estratégicos são estabelecidos compromissos e iniciativas que impulsionam o nosso propósito, valores e compromisso com uma conduta empresarial responsável.

Governo de sustentabilidade

Em 2022, o Conselho de Administração da Floene constituiu um Comité de ESG&*Stakeholders*. Esta nova estrutura de governo pretende que a organização apresente uma visão mais ampla da sustentabilidade, das iniciativas associadas e partilha de informação.

Análise de Materialidade

De forma a identificar e avaliar os temas e tendências de sustentabilidade mais relevantes para os nossos *stakeholders* e negócio, realizámos, em 2022, um exercício de materialidade.

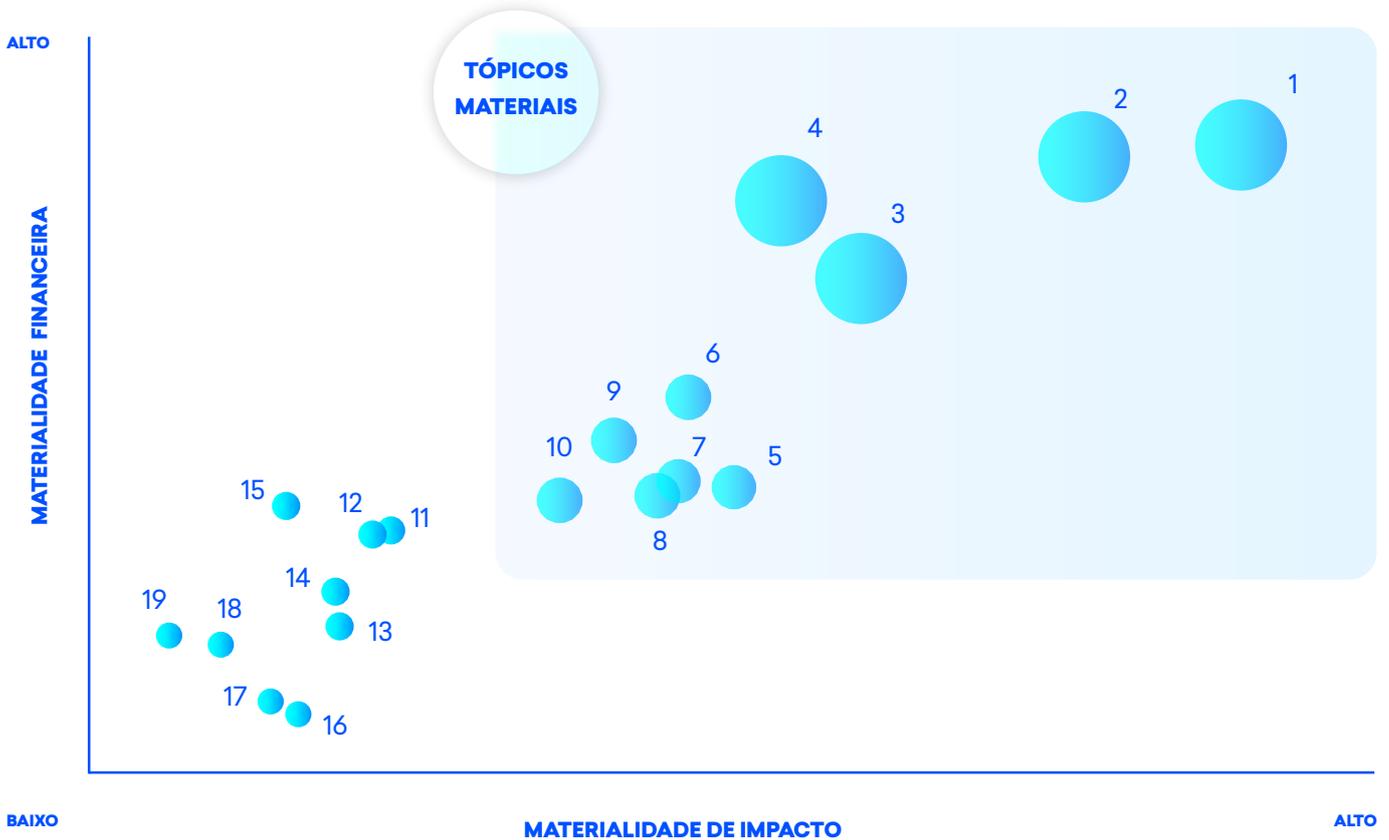
Este exercício baseou-se, em primeiro lugar, num estudo de *benchmarking*, para o qual foram considerados os nossos pares nacionais e internacionais e, posteriormente, numa auscultação dos nossos *stakeholders*, através da realização de inquéritos, *focus group* e entrevistas, de forma a identificar os tópicos de sustentabilidade mais relevantes. Estas metodologias contaram com a participação de colaboradores de todos os departamentos da Empresa, de forma a ser possível obter uma visão representativa e diversificada.

A análise de materialidade, que teve por base o conceito de dupla materialidade, teve como objetivos: (1) avaliar a significância dos nossos impactes na economia, no ambiente e nas pessoas, incluindo nos direitos humanos, como resultado da nossa atividade ou relações comerciais (materialidade de impacte); (2) a relevância financeira, operacional e reputacional dos tópicos materiais para a Empresa (materialidade financeira).

O conceito de dupla materialidade foi utilizado nesta primeira auscultação de *stakeholders* promovida pela Floene.

Partindo de uma análise de 19 tópicos de sustentabilidade, foi possível identificar um total de dez tópicos materiais para a Floene e seus *stakeholders*. Estes encontram-se identificados na matriz e estão presentes nos conteúdos dos capítulos e subcapítulos deste relatório.

Matriz de Materialidade



Legenda

- | | | |
|--|---|---|
| 1 Serviço de qualidade, abastecimento seguro e eficiente | 7 Segurança, bem-estar e desenvolvimento das nossas pessoas | 12 Diversidade e Inclusão |
| 2 Eficiência Energética e Alterações climáticas | 8 Envolvimento com a comunidade local/ <i>stakeholders</i> | 13 Gestão de água |
| 3 Satisfação do cliente | 9 Ética e Transparência | 14 Qualidade da informação |
| 4 Desempenho económico e sustentabilidade financeira | 10 Gestão sustentável da cadeia de fornecedores | 15 Gestão de riscos e controlo interno |
| 5 Conformidade regulatória | 11 Respeito pelos Direitos Humanos | 16 Gestão de resíduos |
| 6 Inovação, adaptação e resiliência | | 17 Proteção e privacidade de dados |
| | | 18 Gestão da biodiversidade / Capital natural |
| | | 19 Combate à corrupção e fraude |

Este processo foi essencial para a definição do posicionamento de sustentabilidade e na definição da Agenda de Sustentabilidade da Floene, garantindo o alinhamento entre os objetivos estratégicos da operação de distribuição de gás/gases renováveis e as expectativas e necessidades das partes interessadas.

Posicionamento – Eixos estratégicos valorizados pela Floene e *stakeholders*

A estrutura do nosso posicionamento demonstra a correlação entre os nossos eixos estratégicos e os valores que nos movem enquanto empresa. Cada um dos 4 eixos agrupa os tópicos materiais de sustentabilidade, endereçados e valorizados pelos nossos *stakeholders*, acompanhados de compromissos, objetivos, metas e iniciativas que os materializam.



GOVERNANCE

Incorporar o nosso propósito no centro do nosso negócio: facilitador crítico para uma transição energética justa, promovendo uma maior igualdade e coesão territorial

- i. Envolvimento com a comunidade local/*stakeholders*
- ii. Conformidade regulatória
- iii. Ética e Transparência



PESSOAS

Colaboração para garantir dignidade e igualdade num ambiente saudável

- i. Segurança, bem-estar e desenvolvimento das nossas pessoas



PLANETA

Respeito e contribuição para a proteção do planeta

- i. Eficiência energética e Alterações climáticas
- ii. Gestão sustentável da cadeia de fornecedores



PROSPERIDADE

Audácia para garantir o progresso social e tecnológico para crescermos em conjunto

- i. Desempenho económico e sustentabilidade financeira
- ii. Inovação, Adaptação e Resiliência
- iii. Serviço de qualidade, abastecimento seguro e eficiente
- iv. Satisfação do cliente

Floene como facilitador crítico para uma transição energética justa, promovendo parcerias e melhorando a literacia e educação nacional na área dos gases renováveis.

Alinhamento com os ODS e Agenda de Sustentabilidade

A nossa atividade contribui para os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. Distinguimos o ODS 4 e ODS 17 que nos permitirão destacar a nossa atuação, enquanto facilitador crítico para uma transição energética justa, promovendo parcerias e melhorando a literacia e educação nacional na área dos gases renováveis.

Eixos	ODS	Descrição	Compromissos
Governance		Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar uma cultura de ética e <i>compliance</i>. • Garantir a conformidade legal dos nossos processos e operações, políticas e regulamentos internos.
		Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Potenciar relações de proximidade com a comunidade local. • Reforço da literacia em gases renováveis.
Planeta		Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para o aumento da eficiência energética. • Mitigar as alterações climáticas através da redução das emissões operacionais de carbono.
		Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactes	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir relações com fornecedores com transparência e integridade, integrando critérios ESG.

Eixos	ODS	Descrição	Compromissos
Pessoas		Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos	<ul style="list-style-type: none"> Promover a segurança, a saúde e o bem-estar dos colaboradores. Promover o envolvimento e desenvolvimento dos colaboradores.
		Alcançar a igualdade de género	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma cultura e um clima organizacional que sejam propícios a atrair e a reter talento. Promover uma cultura de igualdade, diversidade e inclusão, garantindo igualdade de oportunidades em toda a organização.
Prosperidade		Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para uma economia de baixo carbono - Facilitação do mercado de gases renováveis e da descarbonização e descentralização da economia.
		Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos	<ul style="list-style-type: none"> Promover a sustentabilidade financeira da empresa.
		Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar uma cultura de inovação na empresa. Promover a capacitação tecnológica, desenvolvimento de soluções alinhadas com desafios de sustentabilidade e fomentar as redes de conhecimento e parcerias.
		Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a qualidade e abastecimento do nosso serviço.
		Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver uma cultura centrada no cliente, superando as suas necessidades e expectativas.

04

A nossa
Governance

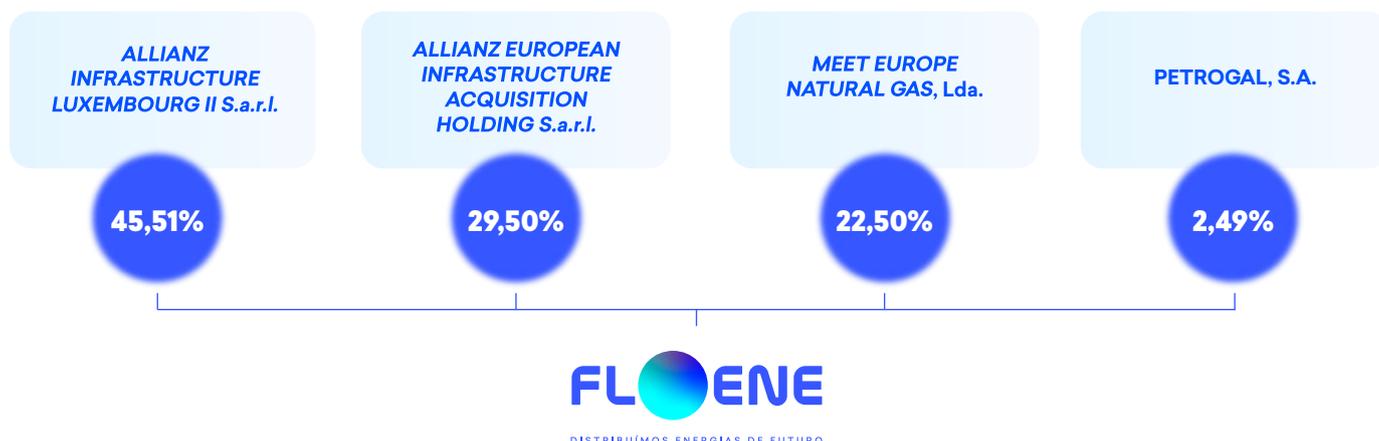


04 A nossa Governance

Colocar o nosso propósito no centro do negócio

4.1. Estrutura Acionista

A estrutura acionista da Floene conheceu uma alteração significativa com a entrada da *Allianz Capital Partners*. Esta participação resultou da execução do contrato de compra e venda de ações, celebrado no dia 26 de outubro de 2020, entre a Galp Energia, SGPS, S.A., através da sua subsidiária *Galp New Energies, S.A.*, por um lado, e a *Allianz Infrastructure Luxembourg II S.à r.l.* e a *Allianz European Infrastructure Acquisition Holding S.à r.l.*, por outro. O remanescente do capital social da Floene é detido pela *Meet Europe Natural Gas, Lda.* (consórcio formado pelas Empresas japonesas *Marubeni Corporation* e *Toho Gas Co.Ltd.*) e pela *Petrogal, S.A.* (grupo Galp), respetivamente, com 22,50% e 2,49%.



O modelo de *Governance* foi reforçado em 2022 com a criação de vários Comitês internos

4.2. Modelo de governo societário

A Floene adota o modelo de governo societário monista clássico composto por:

- Assembleia Geral, que reúne os acionistas da sociedade;
- Conselho de Administração e Comissão Executiva com poderes delegados;
- Fiscalização, que compreende um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas;
- Secretário da Sociedade, encarregue do apoio especializado aos órgãos sociais.

A sociedade tem ainda uma Comissão de Ética e Conduta.



O modelo de *Governance* da Floene conta ainda com cinco Comitês, com temas de discussão distintos, mas com um objetivo comum de comunicação interna estratégica e de partilha de conhecimento entre direções.

- Comité de Direção
- Comité ESG & *Stakeholders*
- Comité de Risco & Controlo Interno
- Comité Estratégia & Mercado
- Comité Transformação, Inovação & IT

A composição dos órgãos sociais encontra-se detalhada no anexo I.



4.3. Ética e Transparência

Conduta responsável, código de ética e conduta

A nossa identidade está centrada na promoção da sustentabilidade entre todos os nossos *stakeholders*, promovendo a transformação e o desenvolvimento das comunidades onde operamos, a fim de aumentar continuamente os resultados a nível económico, social e ambiental.

A nossa longa história como empresa e a capacidade de trazer sempre soluções energéticas mais ecológicas e eficientes às comunidades, baseia-se numa cultura de respeito e colaboração, atenta às expectativas dos nossos *stakeholders*.

A conduta responsável de negócio da Floene rege-se por um Código de Ética e Conduta (Código de Ética), que orienta a conduta pessoal e profissional de todos os colaboradores e é extensível a todos os prestadores de serviços. Destina-se a materializar o nosso propósito, missão e valores nas operações, bem como a orientar o funcionamento diário, de modo que cada comportamento ou ação se enquadre na cultura corporativa da nossa empresa.

Na mesma linha, os ORD, além de subscreverem o Código de Ética da Floene, dispõem também dos seus próprios códigos de conduta. Estes documentos estabelecem os princípios e as normas gerais de conduta a observar pelos gestores e demais colaboradores do ORD, assegurando o absoluto respeito pelas regras de independência e transparência no exercício das suas atividades, bem como garantindo a ausência de comportamentos discriminatórios.

A Floene tem ainda um procedimento para a Comunicação de Irregularidades com o objetivo de permitir a qualquer *stakeholder* comunicar à Comissão de Ética, quaisquer irregularidades ou situações de incumprimento do Código de Ética, através de um canal próprio que garante um nível de segurança e confidencialidade da informação comunicada. A Comissão de Ética da Floene, tem reporte ao Conselho Fiscal e é responsável pelo acompanhamento da aplicação e interpretação do Código de Ética, bem como pelo recebimento, registo e tratamento das comunicações de irregularidades recebidas na linha de ética dedicada (opentalk@floene.pt).

Durante o exercício de 2022 a Comissão rececionou uma comunicação de irregularidade, tendo sido desencadeado um processo de averiguação e posterior resolução do incidente denunciado.

4.4. Sistemas de controlo interno e de gestão do risco

Controlo interno

Enquanto *holding* de um conjunto de empresas reguladas que atuam no setor da distribuição e comercialização de último recurso retalhista de gás em Portugal, a Floene pretende garantir a conformidade com a legislação e regulamentos aplicáveis, a continuidade e a sustentabilidade da sua operação, promovendo a resiliência das empresas através de um sólido e apropriado Sistema de Controlo Interno e de Gestão do Risco.

Em 2022 foi aprovado o Manual de Controlo Interno que estabelece os princípios gerais e os requisitos das componentes do controlo interno, bem como o modelo organizacional associado à gestão integrada e transversal do controlo interno e gestão do risco na Empresa. Este manual é entendido como o conjunto de processos implementados e executados pelos órgãos sociais e de supervisão, Comissão de Ética e Conduta, auditor interno e pelos colaboradores da Floene, com vista a conferir garantia razoável do cumprimento dos objetivos relacionados com as operações, divulgação e conformidade.

O Manual segue o modelo de referência COSO - *Internal Control Integrated Framework*. Nesse sentido, adota as cinco componentes do controlo interno: 1. Ambiente de controlo; 2. Avaliação de risco; 3. Atividades de controlo; 4. Informação e Comunicação; 5. Atividades de monitorização. Estas componentes visam conferir uma garantia razoável sobre o cumprimento dos objetivos da Floene em relação: (i) à prossecução dos seus objetivos estratégicos; (ii) à condução das atividades de forma ordenada e eficiente; (iii) à salvaguarda e proteção dos ativos; (iv) à prevenção e deteção de fraudes e erros; (v) ao cumprimento da lei e normativos aplicáveis; e (vi) ao reporte financeiro e não financeiro.

A estrutura de *governance* do controlo interno e gestão do risco na Floene assenta no modelo das três linhas de defesa, em conformidade com as melhores práticas geralmente aceites.

Sistemas de gestão certificados

Em 2022 foram garantidas as condições para a manutenção da certificação do sistema de gestão de Ambiente, Qualidade, Segurança e Saúde implementado.

Os ORD da Floene têm implementados sistemas de gestão do Ambiente, Qualidade e Segurança e Saúde do Trabalho certificados pela APCER para NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e ISO 45001, contribuindo para a sustentabilidade da atividade de distribuição de gás e demonstrando o nosso compromisso com o ambiente, a satisfação dos clientes e a segurança dos nossos colaboradores.

Conformidade regulatória

Salienta-se que o enquadramento estritamente regulado em que as empresas do grupo Floene operam, conduziu ao estabelecimento de um Programa de Conformidade.

De acordo com a regulamentação aplicável, foi nomeada uma entidade independente para assegurar o exercício de *Compliance Officer* nos três ORD com mais de 100 mil clientes. Esta entidade monitoriza a adequada aplicação dos princípios vertidos no programa e a conformidade de atuação dos ORD às obrigações estabelecidas.

Finalmente são realizadas auditorias operacionais, de *compliance* e financeiras, assim como revisões aos sistemas de informação, com a finalidade de testar a efetividade dos mecanismos de controlo interno existentes, assegurando as condições adequadas à manutenção de um processo de melhoria contínua.

Gestão de risco

As operações da Floene têm uma natureza de longo prazo, o que implica que muitos dos riscos a que estão expostas sejam permanentes. No entanto, os fatores que desencadeiam os riscos, internos ou externos, são mutáveis e podem desenvolver-se e evoluir com o tempo, podendo variar em probabilidade, gravidade e detetabilidade.

A Floene adota uma metodologia dinâmica e abrangente de Gestão do Risco, que engloba um conjunto de atividades de identificação, avaliação, tratamento e monitorização dos riscos, que envolve a Comissão Executiva, a área de Gestão do Risco e os Responsáveis pelos planos de ação de mitigação. Durante o ano de 2022 foi criado o Comité de Gestão do Risco e Controlo Interno, cuja missão é apoiar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na monitorização dos riscos do grupo Floene, assegurar a aplicação da política de gestão do risco e partilhar as melhores práticas.

Os principais riscos identificados, decorrentes da natureza da nossa atividade e do contexto atual, são os seguintes:

- alterações regulatórias e enquadramento legal,
- processo de refinanciamento da atual emissão obrigacionista da Empresa e
- sistemas de informação e cibersegurança.

As medidas de mitigação para os primeiros riscos mencionados, prendem-se com um acompanhamento sistemático das tendências regulatórias e legislativas nacionais e europeias, bem como pela assessoria legal, de compliance e regulatória em estreita articulação com a Empresa, de forma a garantir o cumprimento das disposições estatutárias, legais e regulamentares.

O risco de refinanciamento foi mitigado em 2022 pela contratação de uma linha de crédito – *Backstop Facility*, através de um sindicato bancário, bem como pelo compromisso assumido pela gestão de manutenção da notação de *rating* da Floene ao nível de *investment grade*. Para os riscos relacionados com sistemas de informação e cibersegurança, a mitigação passa por um conjunto de ações de melhoria contínua ao nível dos sistemas de informação e dos procedimentos de controlo específicos, bem como sistemas redundantes de *backups* e *disaster recovery*.

Importa ainda referir que, no contexto atual, a Floene tem presente os riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas. As nossas oportunidades surgem da transição para uma economia de baixo carbono bem como de encontrar novas formas de satisfazer as necessidades dos nossos clientes, com base na atividade regulada que exercemos enquanto operador de um serviço público. A Floene gere estes riscos de acordo com o normativo interno global de gestão de risco, garantindo uma visualização e comparação global dos níveis de risco/oportunidades a que a Empresa está exposta. De uma forma global, os nossos riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas têm como fator gerador de risco:

- Regulamentação nacional e comunitária associada à transição para uma economia de baixo carbono (insuficiente quadro legislativo para gases renováveis e de baixo carbono), alterações de políticas e requisitos ambientais, tecnologia, mercado, etc.
- Condições climáticas adversas.

Em termos de adaptação às alterações climáticas temos vindo a analisar os efeitos ao nível das infraestruturas de distribuição de gás, nomeadamente a vulnerabilidade a fenómenos climáticos extremos. As infraestruturas de gás, pelo facto de, na sua grande maioria, serem infraestruturas enterradas serão menos impactadas em caso de ocorrência de fenómenos climáticos.

No sentido de minimizar a exposição a diversos riscos resultantes de sinistros decorrentes da atividade operacional, o Grupo Floene contrata as apólices de seguros consideradas necessárias. Estes instrumentos fazem a cobertura dos riscos que poderão ocorrer durante a prossecução das atividades, com vista à transferência do risco e minimização de potenciais danos reputacionais, operacionais e financeiros, com destaque para seguros patrimoniais, de responsabilidade civil, seguros sociais, financeiros, de cibersegurança, entre outros.

Os riscos de ESG são cada vez mais alvo de escrutínio por parte dos *stakeholders* da Empresa, existindo um conjunto alargado de entidades externas que se especializam neste tipo de análise. A *Sustainalytics*, uma empresa independente de investigação, avaliação e análise de ESG e de *governance* empresarial, desenvolveu um *unsolicited rating* da Floene baseado em informação pública disponível da empresa. Este ESG *risk rating* fornece informação quantitativa do risco ESG não gerido pela empresa e distingue 5 níveis de risco: negligenciável, baixo, médio, elevado e severo. O *rating* da Floene teve uma melhoria significativa em 2022, atingindo um valor total de 29,5, inserindo-se no intervalo de risco médio.

4.5. Envolvimento com a comunidade/*stakeholders*

A criação de uma relação de confiança, proximidade e transparência com os *stakeholders*, focada na criação de valor partilhado, económico, ambiental e social, é um dos objetivos da Floene.

O envolvimento dos *stakeholders* no nosso modelo de *governance* permite antecipar as suas expectativas e alavancar o nosso desempenho

A nossa missão só pode ser plenamente cumprida se promovermos o envolvimento de todas as pessoas singulares e coletivas com quem nos relacionamos, pelo que procuramos desenvolver processos regulares de consulta, como forma de obter *feedback* das suas necessidades, expectativas e interesses, e de poder incorporá-los na nossa estratégia de atuação.

No que diz respeito ao envolvimento com os nossos *stakeholders*, promovemos uma interação regular com cada grupo. De referir também que, para a análise de materialidade, os *stakeholders* foram auscultados através de entrevistas e questionários específicos.

Diálogo com stakeholders

A Floene procura que os canais utilizados e a sua frequência sejam adequados face às necessidades, tornando a comunicação e envolvimento personalizados consoante o grupo de *stakeholders*. Importa referir que a abordagem aos principais *stakeholders* e os meios instituídos dependem, em grande medida, da dinâmica, dos requisitos legais e das características próprias de cada região onde a Floene opera, dos projetos desenvolvidos e/ou das empresas.

OS NOSSOS STAKEHOLDERS	TEMAS MAIS ABORDADOS	INTERAÇÃO
Investidores/Acionistas	Metas de desempenho financeiro, organização responsável e sustentável	Reuniões e assembleias gerais; Relatórios financeiros periódicos; Outras comunicações.
Clientes	Serviço orientado para o cliente; acessibilidade da rede; abastecimento seguro e sustentável	Inquéritos de satisfação do cliente; Canais de Reclamações e respetiva gestão; Gestão eficiente da atividade de CURr.
Colaboradores	Bem-estar e desenvolvimento; ambiente de trabalho seguro	Encontros de quadros e fóruns de partilha de conhecimento; Publicações e comunicações internas; Ações de formação; Comissão de trabalhadores; Consulta aos trabalhadores do âmbito da segurança e saúde.
Associações	Parceria na descarbonização; fornecimento sustentável de energia; facilitação de mercado	Grupos de trabalho; Participação em Órgãos de Gestão das associações; Outras iniciativas.
Setor Financeiro	Gestão eficiente e integrada dos recursos financeiros; valor financeiro; posicionamento de sustentabilidade; ética e transparência	Reuniões de apresentação; Relatórios financeiros periódicos; Outras comunicações.
Fornecedores	Abastecimento seguro; conhecimento técnico; planeamento para a descarbonização; orientação e serviço ao cliente	Ações de formação; Mecanismos e pré-requisitos de qualificação; Parcerias/acordos gerais de fornecimento.
Opinião Pública	Posicionamento de sustentabilidade; segurança de abastecimento; eficiência energética; descarbonização; ética e transparência	Artigos e notícias para revistas e jornais; Redes sociais; Notas de imprensa e esclarecimentos públicos.
Entidades oficiais (ERSE, DGEG, etc.) e comunidades regionais/locais	Desenvolvimento sustentável da atividade; inovação; eficiência energética; estratégia de descarbonização; facilitação de mercado	Relatório e contas; Celebração de protocolos; Consultas públicas; Documentos legais obrigatórios no âmbito do Regulador; Iniciativas e propostas; Conselho consultivo e tarifário ERSE.
Parceiros e Investigação/Academia	Capacitação de técnicos; resiliência da atividade; serviço de qualidade, eficiente e seguro; descarbonização; facilitação de mercado	Protocolos; Formação; Parcerias para desenvolvimento de estudos e projetos específicos.

Colaboração e parcerias

Consideramos que as parcerias são um tópico essencial para atingir as metas da transição energética e a colaboração transversal necessária para atingir os objetivos de descarbonização. Durante o ano de 2022 mantivemos e reforçámos as parcerias e participação em algumas entidades que consideramos relevantes:

- *Business Council for Sustainable Development Portugal (BCSD Portugal)*
A organização de referência em Portugal que reúne mais de 130 empresas portuguesas ativamente comprometidas com a transição para a sustentabilidade.
- *Gas Distribution for Sustainability (GD4S)*
A associação que reúne os principais operadores de distribuição de gás em oito países europeus.
- *Associação Portuguesa de Empresas de Gás (APEG)*
Associação sem fins lucrativos, de carácter profissional, técnico e científico, sendo o órgão representativo do setor e o interlocutor preponderante com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.
- *Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio (AP2H2)*
É uma entidade sem fins lucrativos, cujas atividades estão direcionadas para a promoção e facilitação da utilização do hidrogénio como vetor energético em Portugal.
- *European Clean Hydrogen Alliance*
Criada para apoiar a implantação em larga escala de tecnologias de hidrogénio limpo até 2030.
- *Associação Portuguesa de Energia (APE)*
É uma instituição não governamental, sem fins lucrativos e de utilidade pública, que visa dinamizar a reflexão e o debate sobre a transição energética sustentável nos vários níveis da cadeia de valor dos produtos e serviços energéticos, promovendo o contributo do setor para a economia e a qualidade de vida em Portugal.
- *Internacional Gas Union (IGU)*
Tem como missão defender o gás como parte integrante de um sistema energético global sustentável e promover o progresso político, técnico e económico da indústria do gás.
- *European Biogas Association (EBA)*
Representa o setor sustentável de biometano e biogás na Europa.
- *Ready4H2*
Visa oferecer uma visão partilhada, apoiada pelas experiências dos distribuidores europeus, do papel essencial das redes de distribuição de gás no apoio ao desenvolvimento do hidrogénio.

- **Eurogas**

Associação que representa os setores europeus de gás junto das instituições da UE. A associação visa fortalecer o papel do gás no *mix* energético, estabelecendo um diálogo contínuo com os *players* da indústria europeia, produtores globais de gás e instituições relevantes.

- **Marcogaz**

É a associação técnica da indústria europeia do gás. A sua missão abrange atividades de aconselhamento político relacionadas com a regulamentação técnica europeia, normalização e certificação no que diz respeito à segurança e integridade dos sistemas e equipamentos de gás, à utilização racional da energia, bem como ao ambiente e à saúde.

Foi também durante o ano de 2022 que reforçámos o posicionamento Floene perante o setor industrial, academia e fornecedores, no âmbito do lançamento das  [Indústrias de Futuro](#).

Alguns destes projetos e parcerias são detalhados no capítulo 6.

05

As nossas
Pessoas



05 As nossas Pessoas

Colaboração para garantir dignidade e igualdade, aprendizagem contínua e um ambiente saudável

5.1. Segurança e bem-estar

Segurança e cultura de segurança

O sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho (SST) é uma peça central nas políticas Floene, tendo como objetivo prevenir a ocorrência de acidentes e doenças profissionais que envolvam colaboradores e prestadores de serviço.

A operacionalização desta gestão diária passa por:

- Realização de visitas técnicas de segurança, saúde e medicina do trabalho
- Realização de auditorias internas, externas e de conformidade legal para verificação do cumprimento dos requisitos
- Investigação criteriosa e apuramento de causas raiz dos incidentes ocorridos
- Realização de treinos e simulacros para uma adequada gestão da emergência
- Realização de estudos de segurança e saúde no trabalho
- Identificação e gestão dos perigos e riscos das atividades
- Formação em segurança e higiene no trabalho
- Controlo e gestão documental de prestadores de serviço

O número de acidentes graves manteve-se reduzido em 2022, apesar de um aumento do número de horas trabalhadas face a 2021. Este facto demonstra o conhecimento e cumprimento dos procedimentos e instruções de segurança por parte dos colaboradores e prestadores de serviço, não obstante a meta ambicionada ser de zero acidentes.

Números de Segurança

+25 Treinos e Simulacros

4 Auditorias

Sistema Gestão Integrado de Ambiente, Qualidade e Segurança; Conformidade Legal; Seveso

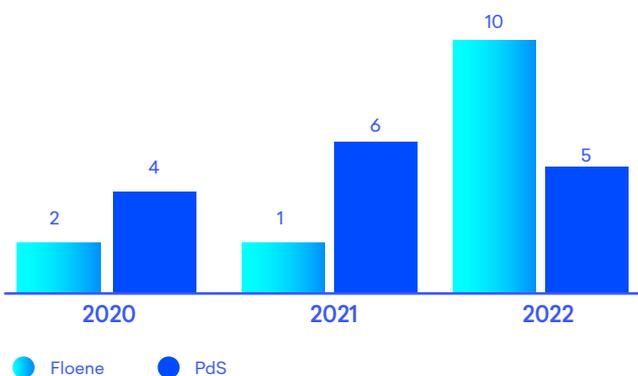
+170 Visitas técnicas de SST

+70 Estudos SHST

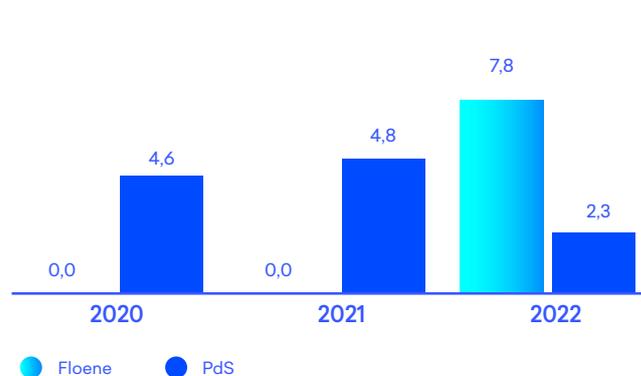
(ergonomia, iluminação, etc)

2940 horas de formação em SST

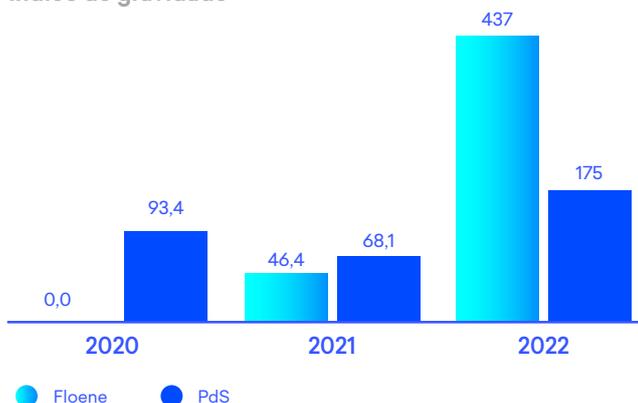
Acidentes Pessoais



Índice de Frequência



Índice de gravidade



O índice de frequência de acidentes com baixa duração durante o ano de 2022 foi superior face ao ano anterior. Algo que se deve principalmente a um maior número de acidentes de baixa severidade, como tropeções, colisão contra objetos e quedas ao mesmo nível.

Nota: Fator de normalização do número de horas trabalhadas: 1.000.000; para o cálculo dos índices apresentados nos gráficos acima, só foram considerados os acidentes em trabalho efetivo com dias perdidos.

O conceito de “Safety Talks” assenta numa cultura de segurança positiva e pressupõe o diálogo entre colaboradores, a partir da observação durante a execução do trabalho, com foco na questão dos comportamentos e condições em que as tarefas são executadas.

Em 2022 ocorreram mais nove acidentes com colaboradores Floene, quando comparado com 2021, durante o tempo efetivo de trabalho. Estes valores traduziram-se num aumento dos dias perdidos devido a acidentes de trabalho. Relativamente aos prestadores de serviço (PdS) foi registado menos 1 acidente em 2022, relativamente ao ano de 2021.

O índice de frequência de acidentes com baixa e o índice de gravidade não evoluíram favoravelmente face a 2021.

De referir que a execução de visitas de segurança e saúde é uma prática regular nas instalações e operação da Floene, como forma de aferir a conformidade das atividades face aos procedimentos de segurança da empresa. Todas as empreitadas de construção e manutenção de rede são auditadas várias vezes durante o tempo de execução, de forma a garantir o acompanhamento frequente dos trabalhos e promovendo a implementação de melhorias e correções em tempo útil.

O nosso objetivo e maior ambição continua a ser a promoção de uma cultura de segurança, incluindo colaboradores internos e colaboradores de prestadores de serviço que operam e mantêm a nossa rede de distribuição. Para isso, a estratégia de segurança está baseada em práticas de prevenção de incidentes, como sejam as conversas de segurança em obra ou prestação de serviço a clientes (*Safety Talks*), o reporte de quase acidentes, atos e condições inseguras e o alinhamento de indicadores de desempenho individual e de avaliação anual de colaboradores indexado ao reporte de incidentes.

Durante o ano de 2022 foram realizadas 796 *safety talks*, envolvendo mais de 80 observadores.

Este programa, no qual participam também os diretores e gestores, tem como principais objetivos a identificação de atos inseguros e condições inseguras, a sua imediata correção e a promoção da comunicação transversal da segurança.

Em paralelo, estão implementados mecanismos de reconhecimento e *feedback* construtivo de forma a incentivar uma atitude e comportamento seguro por parte dos colaboradores e empreiteiros. Durante o ano de 2022 foram reconhecidos, individualmente e em equipa, os colaboradores que reportaram quase acidentes ou *safety talks* de acordo com os objetivos delineados.

A Floene promove a participação e consulta dos colaboradores para temas diversos como sejam a segurança, higiene e saúde no trabalho, abrindo canais de comunicação de reporte de situações como os mencionados, mas também através de uma consulta formal de base bianual para auscultar temas concretos de SST. Neste contexto, são também realizadas reuniões com os representantes dos trabalhadores.

Saúde e bem-estar

No âmbito dos serviços de medicina do trabalho, mantemos o nosso compromisso de garantir o acesso e a realização de exames de rotina e complementares, tendo em conta a especificidade da função.

No posto médico de maior dimensão, em Lisboa, são disponibilizadas consultas de medicina curativa de várias especialidades. Proporcionamos um atendimento personalizado e acessível aos colaboradores na área de seguros de acidentes pessoais, vida, saúde, etc., através de uma parceria forte com a seguradora e atendimento presencial e contacto direto com consultora.

Durante o último trimestre de 2022 foi colocado à disposição de todos os colaboradores um inquérito para Avaliação de Riscos Psicossociais. Este inquérito visou avaliar várias dimensões, nomeadamente as exigências laborais, relações sociais e de liderança, valores no local de trabalho, saúde e bem-estar, entre outras.

Reconhecemos que os temas da saúde mental e bem-estar no local de trabalho são cada vez mais relevantes na sociedade e a Floene assume-os como uma prioridade. Por esta razão, estamos comprometidos em criar um ambiente de trabalho saudável que promova o equilíbrio das nossas dimensões pessoal e profissional, através da criação de planos de prevenção e intervenção específicos.

Durante o ano de 2022 foram desenvolvidos vários estudos e avaliações ergonómicas dos postos de trabalho associados a todas as atividades desenvolvidas pelos colaboradores Floene, bem como a definição de planos de ação de melhoria.

Jornada do colaborador

Num ano de transformação interna, com reorganização da empresa e acolhimento de novos colaboradores para reforço da estratégia, considerámos essencial trazer um novo olhar sobre as nossas pessoas, nas suas reais necessidades e motivações. Para este efeito foi desenvolvido o projeto Experiência do Colaborador, conjugando as expectativas dos colaboradores, o ambiente e os eventos que moldam a sua jornada dentro de uma organização.

No decorrer do ano transato foram desenvolvidas iniciativas para dar resposta a estes temas, nomeadamente com o desenvolvimento de um novo processo de acolhimento a novos colaboradores, mais estruturado, com possibilidade de sessões de imersão para conhecimento mais profundo da atividade e integração no seio da empresa. Foi também definido e apresentado um novo processo de avaliação de desempenho Floene e desenvolvimento de carreira, bem como vários programas de desenvolvimento de pessoas, nomeadamente ao nível das competências de liderança.

Promovemos também a mobilidade interna, através de processos de mobilidade direcionada, garantindo a alocação direta e assegurando as necessidades da empresa e dos perfis dos nossos colaboradores.

5.2. Transformação interna

A materialização do nosso propósito só é possível com a participação das nossas pessoas e com as competências necessárias para as novas energias e os novos desafios. Para isso, estamos a reforçar a nossa organização interna com novas pessoas e/ou novas competências para responder ao contexto externo.

Condições para um resultado sustentável

Recrutamento
16 mulheres | 21 homens

Nº total de colaboradores
127 mulheres | 269 homens

Atração de talento

Em junho de 2022 lançámos a nossa primeira edição do programa de *Trainees* – Muda o teu mundo! Esta campanha foi dirigida a licenciados dos mais diversos percursos académicos e Universidades de todo o país.

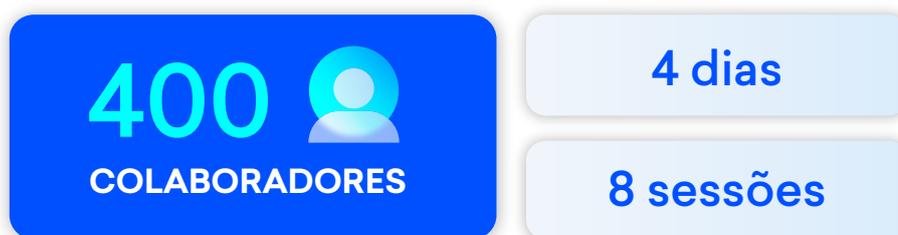


A dinâmica de acolhimento envolveu os *trainees* no evento oficial de lançamento da marca Floene, um momento único para toda a empresa e uma forma muito impactante de iniciar uma carreira profissional. Foram desenvolvidas dinâmicas projetadas para dotar os novos colaboradores de uma visão geral da organização, modelo de negócios e principais desafios da Floene.

Foram revistos e desenvolvidos os processos de carreira e avaliação de desempenho, com foco na vertente de *feedback* e desenvolvimento das pessoas.

Sessões Transformar com futuro

No âmbito do processo de transformação interna e da definição dos pilares da Cultura Corporativa – Propósito, Missão e Valores – procedemos à realização de sessões e desmultiplicação dos referidos pilares junto de todos os colaboradores. O objetivo principal foi traduzir em ações e comportamentos os princípios definidos. Tratou-se sobretudo de um processo de reflexão e cocriação com equipas multidisciplinares, multifuncionais e multi-geográficas.



We Talk – partilha de conhecimento

Esta iniciativa tem como objetivo materializar uma plataforma de partilha de conhecimento e debate de tópicos relevantes relacionados com a estratégia da nossa Empresa. Acreditamos que estes serão momentos privilegiados para partilhar, desenvolver e reforçar o conhecimento e visão dos nossos colaboradores sobre temas emergentes relacionados com o setor das energias e do gás. O lançamento da iniciativa teve lugar em 2022, tendo sido desenvolvidas sessões de esclarecimento, e partilha de conhecimento, sobre o pacote legislativo de hidrogénio e gás descarbonizado e também sobre a proposta de regulamento da União Europeia para a redução das emissões de metano no setor energético.



5.3. Formação

Em 2022 procurámos reforçar o total de horas de formação ministradas aos colaboradores e obtivemos um crescimento de 183% (9 152 horas totais). Para além do catálogo de formação disponível, este crescimento foi possível através do desenho e implementação de um conjunto de programas de formação à medida.

We Grow – Leadership Training

Tendo em vista o princípio da capacitação e responsabilização dos gestores, promovemos uma formação de aprendizagem com o objetivo de contribuir para uma melhor capacitação nestas funções. Estas sessões foram especialmente focadas nos temas de *feedback* e desenvolvimento, que consideramos serem os pilares centrais do novo modelo de gestão de desempenho da nossa empresa.



Líder ARC – Floene lança desafio de Liderança aos Diretores

Durante 2022 lançámos a primeira formação executiva – Líder ARC, destinada aos diretores de primeira linha. Os grandes objetivos desta formação passaram por fortalecer diferentes competências de gestão, acompanhar as grandes tendências e melhores práticas ao nível da liderança e, sobretudo, reforçar a interatividade e proximidade deste grupo de responsáveis.





Programa Gestão de desempenho – Meet Me

O novo modelo de gestão de desempenho foi redefinido e disponibilizado a todos os colaboradores. Foram realizadas sessões de esclarecimentos para ajudar a clarificar de que forma é possível construir caminhos de evolução profissional dentro da nossa organização e qual o papel que cada um de nós pode ter nessa construção.

Programa de formação em procedimentos técnicos (parceiro ISQ Academy)

Em parceria com a ISQ Academy, desenvolvemos um programa de formação destinado à melhoria nos processos de Exploração e Construção de Redes. Estas sessões de formação foram destinadas a equipas de gestão comercial, gestão de ativos e prestadores de serviço.

Queremos continuar a apostar na formação e no desenvolvimento das nossas pessoas, e sendo a segurança uma questão essencial à nossa atividade, é fundamental que os colaboradores (internos e de prestadores de serviço) tenham sempre um conhecimento atual e completo sobre os procedimentos técnicos que devem aplicar diariamente.

40 PARTICIPANTES
25h/ participante

Programa de desenvolvimento Next level

Este programa foi pensado para contribuir para um melhor autoconhecimento por parte dos participantes, de forma a poderem conceber e implementar iniciativas de desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, contribuindo para um melhor alinhamento da equipa. Todos os participantes elaboraram Planos de Desenvolvimento Individual, em conjunto com seus gestores, a fim de promover o desenvolvimento de competências específicas.

20 PARTICIPANTES
1 dia de formação



FL  ENE

06

O nosso
Planeta





06 O nosso Planeta

Respeito e contributo Floene para a proteção do Planeta

6.1. Panorama da descarbonização no setor do gás

A eficiência energética e a utilização de energias renováveis são temas centrais na nossa estratégia de sustentabilidade. Assumindo o nosso compromisso enquanto facilitadores da transição energética, monitorizamos indicadores de desempenho ambiental e desenvolvemos iniciativas alinhadas e com impacto nesta transição.

O sucesso para uma transição energética justa, para uma economia de baixo carbono, exigirá mudanças estruturais na sociedade e uma integração do setor da energia, no que se refere à complementaridade entre a eletricidade e o gás. Estas mudanças colocam desafios à nossa atividade, mas também criam oportunidades para crescermos e contribuirmos para uma transição justa.

A nossa ação e plano de desenvolvimento refletem as principais tendências energéticas emergentes e permitem-nos ajudar os consumidores a utilizar a energia de forma mais eficiente e a potenciar a utilização de gases renováveis.

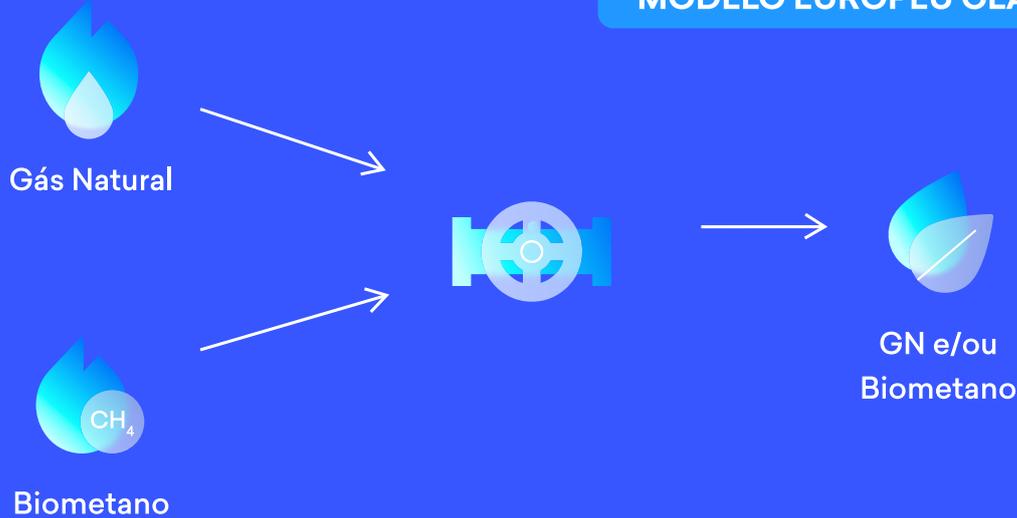
Uma realidade cada vez mais urgente

Num contexto de crise energética, nunca foi tão importante a aposta em energias endógenas com forte potencial de descarbonização e que assegurem a flexibilidade, resiliência e segurança no fornecimento energético.

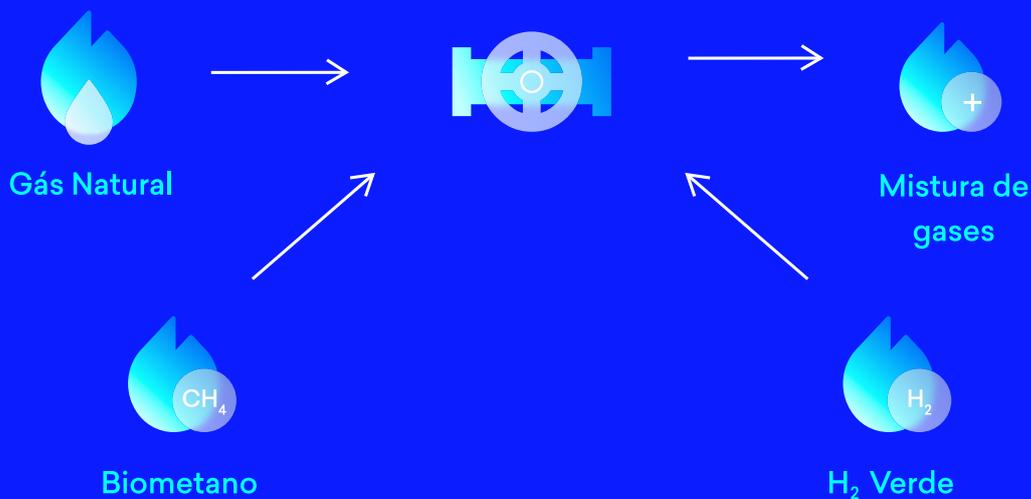
O modelo clássico de centralização da produção e distribuição da energia dará cada vez mais lugar a um modelo descentralizado, como forma de potenciar a utilização de gases de origem renovável ou de baixo teor de carbono, contribuindo para uma efetiva descarbonização.

UM MODELO QUE OBRIGA A PENSAR DIFERENTE

MODELO EUROPEU CLÁSSICO



MODELO FUTURO



- Pode ser incorporado na atual rede de distribuição de gás
- Composição idêntica à do Gás Natural, podendo ser utilizado nos equipamentos sem adaptações
- Origem renovável, produzido a partir de resíduos abundantemente disponíveis

- Pode ser incorporado na atual rede de distribuição de gás
- Pode ser consumido em mistura com Gás Natural até 20%vol nos atuais equipamentos
- Produzido com recurso a eletricidade renovável

Tal como no setor elétrico, podemos descarbonizar o sistema de gás com recurso a gases renováveis como o biometano e o hidrogénio verde. Isto permitirá diversificar o consumo e criar uma transição justa para consumidores.

6.2. Eficiência energética e alterações climáticas

As alterações climáticas e a crescente preocupação com a necessidade de cumprir metas de redução e mitigação, coloca a descarbonização no centro das políticas nacionais e europeias com um impacto relevante no setor energético. A adequação da infraestrutura de gás é por isso um fator crítico para atingirmos as metas da política energética nacional e os gases renováveis terão um papel central no processo de descarbonização.

A Floene assume o seu posicionamento no setor energético nacional, garantindo que a rede de distribuição está preparada para injetar gases renováveis de forma segura e eficiente, promovendo uma maior equidade e coesão territorial. A introdução de gases renováveis na rede de distribuição terá impactos setoriais e regionais, gerando externalidades positivas para a indústria e economia local. A atual infraestrutura de distribuição irá permitir a distribuição e o consumo de gases renováveis nos vários setores da economia e permitirá alcançar uma incorporação crescente de fontes renováveis de energia no consumo final.

Biometano

Fomenta uma economia circular ao promover uma gestão mais sustentável dos resíduos urbanos, industriais e agrícolas.

Hidrogénio verde

Oferece uma via de descarbonização para as indústrias intensivas em energia e uma maior integração do sistema energético.

Estamos a desenvolver várias iniciativas no sentido de acelerar o processo de introdução de gases renováveis na rede, nomeadamente através de:

- Garantia das condições técnicas de receção de gases renováveis, nomeadamente hidrogénio verde:
- Criação das condições para o desenvolvimento de projetos de gás renovável:
 - Apoio chave na mão aos produtores - Apoio aos produtores na avaliação do potencial, caso de negócios e ligação à rede;
 - Projectos-piloto - Desenvolvimento de projetos-piloto para alavancar um efeito de aprendizagem e demonstrar o papel da infraestrutura de distribuição.

No papel de maior distribuidor de gás em Portugal, os investimentos da Floene irão viabilizar a transição energética e terão um contributo relevante na redução das emissões de GEE do setor energético.

Os nossos projetos no âmbito da descarbonização

Estamos a desenvolver vários projetos-piloto com gases renováveis, nomeadamente a injeção de hidrogénio verde na rede de gás. Estes projetos envolvem várias parcerias e múltiplas partes interessadas (incluindo produtores locais, municípios, associações industriais, academia, etc.)

- **Energia Natural do Hidrogénio (inicialmente designado *Green Pipeline Project*)**

Este é o primeiro projeto em Portugal de injeção de hidrogénio (H₂) verde na rede de gás natural. Este projeto piloto, com duração de dois anos, permite adquirir conhecimento direto sobre a distribuição de misturas hidrogénio/gás natural, colocando a empresa numa melhor posição para lidar com outros projetos de Hidrogénio nas redes. Liderado pela Floene, e com financiamento do Fundo Ambiental, o projeto tem como parceiros técnicos empresas como a Bosch, Gestene, Catim, PRF, ISQ, e ainda o Instituto Superior Técnico e a AP2H2.

O projeto, que abrange cerca de 80 clientes, na sua maioria residenciais, contou em 2022 com o início da injeção de hidrogénio (2 a 5%vol.), tendo como ambição atingir um máximo de 20%vol. Também neste ano foi finalizada a instalação dos equipamentos de mistura, monitorização e controlo. Este projeto é particularmente importante pela dimensão de demonstração da utilização de Hidrogénio no consumo doméstico, evidenciando dessa forma um princípio de complementaridade entre os sistemas de gás e elétrico no processo de descarbonização, em detrimento de uma opção de eletrificação total do consumo que levanta questões técnicas, sociais e económicas [🌐 \(greenpipeline.pt\)](https://greenpipeline.pt).



- **Retrofit Project: Long Term Decarbonization Plan**

Conscientes que o Hidrogénio apresenta, pelas suas propriedades específicas, questões relativas à sua operação e consumo, e que existe a necessidade de adaptar todos os componentes que integram os ativos de distribuição, pretendemos desenvolver um conjunto de atividades com foco na adaptação dos nossos ativos à distribuição de 100% hidrogénio (total descarbonização da atividade de distribuição).

- **H₂GVillage**

O projeto *H₂GVillage* está inserido no *H₂Green Valley*, consórcio constituído por 6 co-promotores. Esta iniciativa, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência Português, visa desenvolver um conjunto de projetos complementares cobrindo

toda a cadeia de valor do hidrogénio verde. Concentra-se no desenvolvimento de infraestruturas de transmissão de hidrogénio, compressão e distribuição, para criar o primeiro *hub* de hidrogénio verde em Portugal e será localizado na região de Sines. Essa infraestrutura potenciará e ligará um *cluster* de produtores e consumidores de H₂ verde, permitindo a partilha de custos de infraestrutura e o desenvolvimento de serviços inovadores para maximizar a penetração de hidrogénio renovável. O projeto prevê o desenvolvimento de um gasoduto de hidrogénio que liga grandes produtores e grandes consumidores de hidrogénio (*H₂BACKBONE*) e um sistema de injeção e mistura de gás natural e hidrogénio para injeção na rede de transporte (*H₂GBlend*). No âmbito do projeto *H₂GVillage*, a rede de distribuição de gás de Sines será ligada ao gasoduto de hidrogénio e adaptada para distribuir, no futuro, hidrogénio a 100%. Será implementado um programa piloto de conversão de cerca de 30 utilizadores finais para 100% de hidrogénio que visa a demonstração da exequibilidade desta conversão. O piloto conta com o apoio da BOSCH, para o fornecimento dos aparelhos necessários para este efeito.

- **Mecanismo de Rastreamento do Gás em Circulação**
+ *Gas Quality Tracking System (GQTS)*

Com a transição energética, os produtores poderão vir a injetar os gases renováveis diretamente na rede de distribuição. As suas características devem ser controladas assim como a composição do gás com a sua mistura na rede com outros gases provenientes de outras fontes. Este sistema de rastreamento de Gás em circulação consistirá num *software* que se relacionará com outros sistemas e permitirá efetuar um estudo prévio de áreas específicas da rede onde ocorre a injeção de gases renováveis, desenvolver um modelo de rede e cálculo das incertezas que afetam a determinação de propriedades das misturas, de forma a cumprir com critérios de qualidade e segurança.

Os nossos projetos no âmbito da eficiência energética e literacia em gases renováveis

Estamos comprometidos a promover conhecimento e informação na área dos novos gases renováveis e na melhor tecnologia. Para isso, temos em curso várias iniciativas e projetos que materializam o nosso propósito de promoção de comunidades sustentáveis:

- **Roteiro para Introdução de Gases Renováveis na Indústria**

Promovemos, durante 24 meses, um projeto pioneiro em Portugal:

-  **Indústrias de Futuro** - o Roteiro para a Introdução de Gases Renováveis no Setor Industrial Nacional. Este roteiro visa impulsionar a descarbonização da economia nacional através dos gases renováveis no setor, com especial destaque para o hidrogénio. O projeto é financiado no âmbito do Plano de Promoção Eficiência no Consumo de Energia e aprovado pela ERSE. O roteiro demonstrará a relevância dos gases na descarbonização de processos industriais difíceis de abater com foco na produção de vidro e cerâmica, promovendo também o aumento da eficiência energética por meio do uso de equipamentos mais eficientes e adequação de consumo. O projeto irá identificar as necessidades do setor, disponibilizando conteúdos técnico-científicos e ações de formação para simplificar a transição para soluções mais sustentáveis e eficientes. Em parceria com as principais associações da

indústria, academia, associações do setor de energia e centros de inovação e pesquisa, iremos em conjunto com os nossos parceiros, partilhar conhecimentos tecnológicos sobre a incorporação de gases renováveis no setor industrial, desenvolvendo várias atividades, incluindo conferências, *workshops*, cursos de formação avançada, pesquisas e diagnósticos energéticos.

No final de 2022, iniciámos o projeto, com uma conferência de abertura que contou com a presença e intervenções de representantes governamentais, entidades oficiais e regulador, bem como parceiros vários no âmbito tecnológico e da academia. Este evento contou ainda com uma mesa-redonda especial com quatro associações industriais discutindo as oportunidades e desafios da descarbonização no setor industrial. Nos próximos meses o Roteiro terá mais iniciativas a decorrer, com foco em uma série de seis *workshops* alcançando diferentes indústrias e comunidades. O objetivo central será a construção de sinergias a nível local e regional e continuar a promover o impacto dos gases renováveis na descarbonização e desenvolvimento da economia portuguesa.



- **Descarbonização em Rede – Parceria com Indústria de Papel e Cerâmica**

Na qualidade de líder de mercado nacional na distribuição de gás, desenvolvemos uma iniciativa de colaboração com a indústria cerâmica e do papel no sentido de estudar, analisar e promover um estudo de descarbonização de indústrias de elevado consumo energético. A Floene pretende assim apoiar os consumidores industriais, inferindo e identificando quais os maiores desafios técnicos/ tecnológicos destes clientes em específico e dos seus setores industriais de referência. Este plano inclui uma lógica de apoio e auditoria energética, tecnológica e técnica, resultando de uma análise detalhada, a execução de plano de ação e roteiro de implementação das possíveis vias de descarbonização, com

enfoque nos gases renováveis.

O desenvolvimento desta iniciativa realça o compromisso da Floene com o suporte e facilitação do desenvolvimento económico nacional baseado numa sociedade e indústria descarbonizada e mais sustentável.

- **Medidas tangíveis para o setor do gás, para substituição e abate de equipamentos energeticamente não eficientes por equipamentos mais eficientes**

- **Segmento Residencial**

Queremos contribuir ativamente para a redução da pobreza energética atuando na causa raiz no que respeita ao setor do gás: baixa literacia e perceção da evolução positiva do setor por parte do consumidor, bem como o reduzido conhecimento e uso de equipamentos mais eficientes. Neste sentido, enquanto promotores desta medida e juntamente com os parceiros neste projeto, pretendemos potenciar as condições para a substituição de equipamentos menos eficientes pela instalação de equipamentos mais eficientes. Para esse efeito inclui-se também um plano de sensibilização para transmitir a importância da utilização responsável da energia. Pretende-se que os resultados da medida sejam demonstradores dos benefícios para todas as partes, quer para o consumidor, obtendo poupanças diretas nos seus consumos, quer para a sociedade em geral, pela redução dos gases de efeito de estufa. Com este programa pretendemos avaliar consumos mais eficientes e a promoção de uma melhor qualidade de vida junto das comunidades de famílias a nível nacional (clientes domésticos).

Durante o ano de 2022, a Floene, através de um dos seus ORD (Lisboagás), garantiu a sua participação enquanto promotor deste projeto e o apoio para a efetivação do PPEC – substituição de equipamentos por caldeiras mais eficientes. Este projeto terá a duração de 24 meses.

Potenciar relações de proximidade com os nossos stakeholders para um fim comum – a descarbonização do setor do gás

Ao longo dos últimos anos temos participado ativamente num conjunto de projetos internacionais e nacionais, com vista à promoção da descarbonização progressiva das infraestruturas de distribuição de gás. Estas parcerias estão focadas nomeadamente na promoção do hidrogénio e biometano como novas energias de futuro, novas tecnologias de adaptação da rede de distribuição para a injeção de gases renováveis e melhores práticas e técnicas para a redução das emissões fugitivas de metano.

- **Participação ativa em associações nacionais, europeias e internacionais**

Compreendemos desde cedo que, para nos transformarmos nas redes do futuro, precisamos de ter uma forte presença em diferentes associações do setor e cooperar com muitos dos nossos pares de outros países. Temos sido proativos na participação em várias associações europeias e internacionais. Mediante a nossa participação nestas associações, cooperamos com os nossos pares, comparamos experiências com o objetivo de desenvolver boas práticas, criar ligações e identificar oportunidades futuras. Em algumas destas associações temos trabalhado em conjunto, acompanhando e analisando o impacto das iniciativas políticas e legislativas da União Europeia no negócio e no setor da energia. Durante o ano de

2022 foram promovidas várias reuniões com membros do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, as quais abrangeram desde questões de promoção do papel das infraestruturas de gás e dos operadores de distribuição até à realização de objetivos climáticos, passando por *feedbacks* e contributos sobre propostas legislativas específicas. A fim de acompanhar os desenvolvimentos na política energética nacional e europeia, participamos em qualidade de membros ou líderes de Grupos de Trabalho e Comités dentro das associações supramencionadas.

- [*GD4S Sustainability Charter - GD4S Sustainability Charter Decarbonising the gas grid as a key enabler for a climate neutral society*](#)

Na qualidade de membro do GD4S, assinámos e subscrevemos o primeiro GD4S Sustainability Charter. Redigido conjuntamente pelos seus membros, este documento define uma abordagem coletiva à sustentabilidade, repartindo os compromissos entre os três pilares de sustentabilidade do Ambiente, Social e Governance (ESG), todos eles alinhados com os ODS. O Sustainability Charter constitui um marco coletivo que complementa as iniciativas individuais das empresas e mostra o empenho em contribuir para fazer a diferença para o planeta, para as pessoas e para as nossas empresas.

- [*Ready4H₂, Ready for Hydrogen*](#)

Enquanto Floene, reforçámos o nosso compromisso com a transição para uma economia mais verde e associámo-nos a outros Operadores da Rede de Distribuição de 22 países de toda a Europa, num novo projeto denominado “Ready4H₂”. Neste projeto, lançado oficialmente em 2021, comprometemo-nos a trabalhar em conjunto com mais de 96 ORD europeus, por forma a criar um entendimento comum sobre o potencial das redes de distribuição de gás no crescimento de utilização de hidrogénio e redução das emissões. Os ORD participantes neste projeto pretendem que o conhecimento adquirido ao longo desta cooperação entre os diferentes parceiros, seja partilhado em benefício dos decisores políticos da União Europeia e dos diversos países membros, contribuindo assim de forma direta para o desenvolvimento de uma economia que terá no hidrogénio uma solução natural para o futuro energético.

- [*Biomethane Industrial Partnership \(BIP\)*](#)

A Comissão Europeia e os líderes da indústria lançaram no final de setembro de 2022 o BIP, tal como anunciado no Plano REPowerEU. O BIP é uma parceria industrial em que os decisores políticos, a indústria e outras partes interessadas se juntam para promover a realização do objetivo de 35 mil milhões de metros cúbicos de produção e utilização anual de biometano sustentável até 2030 e estabelecer as condições prévias para reforçar ainda mais o seu potencial até 2050.

- [*Aliança Europeia pelo Hidrogénio Limpo \(ECH₂A\)*](#)

A Aliança Europeia pelo Hidrogénio Limpo foi comunicada no âmbito da Nova Estratégia Industrial Europeia e foi lançada em 2020 no contexto da Estratégia do Hidrogénio para uma Europa com neutralidade climática. A ECH₂A visa uma implantação ambiciosa das tecnologias do hidrogénio até 2030, reunindo produtores de hidrogénio renovável e com baixo teor de carbono, setor industrial, da mobilidade, entre outros e transmissão e distribuição de hidrogénio. A Aliança maximizará o impacto ao envolver todos os interessados

na cadeia de valor do hidrogénio e ao mobilizar recursos para desenvolver uma agenda de investimentos a fim de estimular a implantação da produção e utilização de hidrogénio renovável e com baixo teor de carbono.

• **Cooperação Internacional no Desenvolvimento de Biometano - França e Espanha**

Durante o ano de 2022 reforçámos o nosso compromisso com a transição para uma economia mais verde, com um papel de facilitador principal ao nível nacional no apoio e promoção no desenvolvimento e descentralização da produção de gases renováveis, com foco no desenvolvimento do biometano. Nesse sentido, de forma proativa, participámos conjuntamente com outros ORD de vários países europeus e membros do GD4S em ações internacionais de partilha de informação, boas práticas e sinergias técnicas e tecnológicas sobre o desenvolvimento, integração e desenvolvimento de unidades de produção e injeção de biometano.

6.3. A nossa pegada de carbono

Para além das iniciativas globais de descarbonização do setor nacional, estamos comprometidos em reduzir a nossa pegada de carbono. Em 2021 iniciámos a divulgação das emissões de carbono resultantes da nossa atividade direta (âmbito 1) e da compra de energia elétrica (âmbito 2), relativas ao ano base de 2020.

As nossas fontes de emissão:

Âmbito 1 - emissões diretas de GEE

As emissões diretas de GEE ocorrem a partir de fontes detidas ou controladas pela empresa, por exemplo, emissões de metano provenientes da rede de distribuição de gás, consumo de gás natural, frota da empresa, etc.

Âmbito 2 - emissões indiretas de GEE de eletricidade

Estas emissões de GEE são provenientes da geração de eletricidade adquirida e consumida pela empresa.

Âmbito 3 - outras emissões indiretas de GEE

As emissões indiretas (não incluídas no âmbito 2) que ocorram na cadeia de valor da empresa, incluindo as emissões a montante e a jusante. Estas emissões são uma consequência das atividades da empresa, mas ocorrem em fontes que não pertencem ou não são controladas pela empresa.

Em 2021 estabelecemos metas de redução das emissões (âmbito 1 e 2) através de um plano de descarbonização a curto prazo (2022-2025), com o objetivo de reduzir as emissões em 25% até 2025 (face ao ano base de 2020).

De forma a conhecer e reduzir a nossa pegada de carbono, iremos continuar a monitorizar o desempenho e a calcular as emissões diretas e indiretas, sendo que em 2023 iremos estimar pela primeira vez as emissões indiretas da cadeia de valor – âmbito 3, com base em categorias pré-definidas. Acreditamos que a pegada de

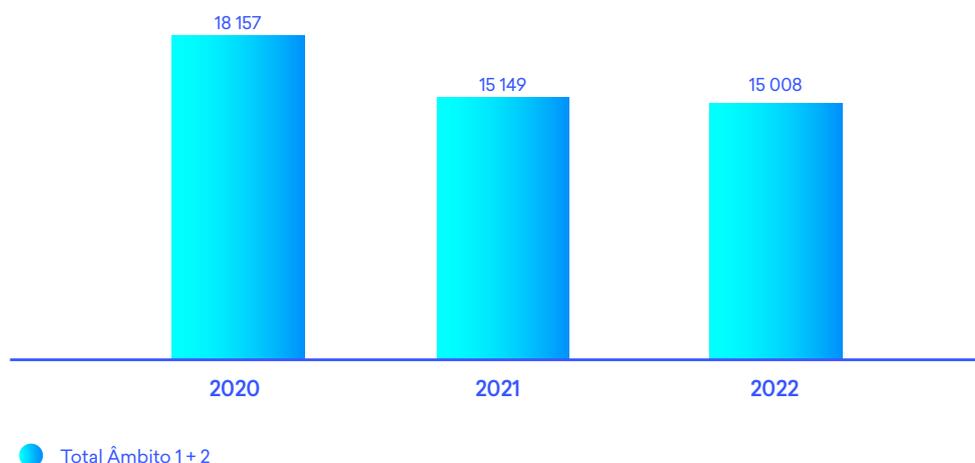
25%

**Meta de
redução das
emissões
(âmbito 1 e 2)
até 2025.**

carbono é uma ferramenta que nos permitirá identificar, de forma mais rigorosa, as oportunidades de redução das emissões de GEE.

Calculamos as emissões utilizando o Protocolo de Gases com Efeito de Estufa - Normas Corporativas de Transparência e Contabilização, globalmente reconhecido, emitido pelo *World Resources Institute (WRI)* e pelo *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*.

Emissões GEE de Âmbito 1 e 2 (tCO₂eq.)



Com uma rede de distribuição recente e em polietileno (94%), as emissões fugitivas de metano são reduzidas.

A nível global das emissões verificámos uma redução face a 2021 (-1%), com um incremento das emissões de âmbito 1 em 0,04%, e redução das emissões de âmbito 2, comparativamente com o ano de 2021, em 100%. No que se refere às emissões fugitivas de metano na rede, foi registado um decréscimo (-1%). Relativamente às emissões de âmbito 2, verificou-se uma redução face ao ano anterior uma vez que a aquisição de eletricidade passou a ser de origem 100% renovável. Relativamente ao ano base de 2020, foi registada uma diminuição de 17% no total de emissões.

Ao nível das emissões de metano estamos comprometidos com a redução das fugas em 25% até 2025, comparando com o ano base 2020. As emissões fugitivas de metano são de difícil medição no local de ocorrência, pelo que a metodologia utilizada para o cálculo baseia-se numa estimativa de fugas de metano na rede de distribuição através de uma ferramenta aprovada e utilizada pela Sedigas. Atualmente continuamos a trabalhar para reforçar e detalhar o nosso processo de pesquisa de fugas, sensibilizar para os danos por terceiros na nossa infraestrutura e comparando o nosso desempenho com os restantes ORD europeus, nomeadamente através da presença em grupos de trabalho.

Emissões de gases com efeito de estufa (tCO₂eq.)

	2020	2021	2022
Âmbito 1			
Frota	934	1 028	1 137
Emissões Fugitivas na Rede	16 952	13 877	13 746
Fugas em equipamentos	0	0	27
Gás Natural - Caldeiras	71	71	67
Gás Natural - Edifícios Administrativos	38	25	31
Total Âmbito 1	17 996	15 002	15 008
Âmbito 2			
Eletricidade (<i>Market Based</i>)	162	147	0
Total Âmbito 2	162	147	0
Total Emissões GEE			
Total Âmbito 1 + 2	18 157	15 149	15 008

No que diz respeito à frota, iniciámos uma política de eletrificação como forma de reduzir as emissões, sendo que atualmente, 5% dos veículos são híbridos (*plug in hybrid electric vehicle*). O aumento das emissões registadas em 2022 face a 2021 está relacionado com o aumento do número de colaboradores com viatura e o potencial aumento de quilómetros percorridos face aos anos de 2020 e 2021 com algumas restrições devido à pandemia.

6.4. Gestão sustentável da cadeia de fornecedores

Estamos conscientes do impacto que a nossa atividade tem na sociedade, procurando criar valor sustentável ao longo da cadeia de fornecimento. Estando presentes ao longo de todo o território nacional, temos impacto na economia local, nomeadamente ao nível da contratação de serviços e aquisição de bens, com 95% dos fornecedores com origem nacional.

Gestão de fornecedores

O grupo Floene tem uma direção de Compras centralizada que agrega e gere as necessidades de bens, serviços e empreitadas para todos os ORD, garantindo a uniformização de critérios e transparência nos processos de compras. Destaca-se a parceria estabelecida com os prestadores de serviços através de contratos de empreitada de suporte às atividades centrais dos operadores de rede de distribuição e que cobrem toda a geografia de concessões e licenças. Através destes contratos, que envolvem mais de 700 pessoas direta e indiretamente, são asseguradas todas as atividades operacionais de emergência, manutenção e construção de infraestruturas, incluindo as associadas à expansão comercial com o objetivo de criar condições para o aumento do número de pontos de consumo, bem como os serviços técnicos executados nas instalações dos Clientes.

As relações de parceria com os nossos fornecedores são baseadas em condições comerciais e técnicas, bem como em critérios constantes do nosso código de ética e conduta, política de qualidade, política de segurança, saúde, ambiente e prevenção de acidentes graves, entre outros. Temos uma metodologia de gestão dos riscos, que envolve diferentes etapas, designadamente o processo de seleção, qualificação e avaliação do desempenho dos fornecedores de bens ou serviços.

As atividades de compras estão sustentadas num sistema informático específico e colaborativo que permite aos intervenientes partilharem, de forma integrada, toda a informação relativa aos processos da cadeia de gestão de aquisição e fornecimento. Esta solução abrange todo o ciclo do processo de compras, desde a fase de aquisição, até à gestão de fornecimentos e de contratos, ligando todos os intervenientes e criando benefícios na transparência, eficiência e qualidade das atividades desenvolvidas. Na Floene dispomos de um sistema de qualificação e de avaliação de fornecedores, onde, com base em critérios pré-definidos e condições contratuais, é possível avaliar o seu desempenho.

Os riscos de Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e cibersegurança são geridos através da plataforma *One Trust*, interligada e automatizada com a plataforma de Compras, para processos contendo tais riscos, bem como planos de ação para mitigá-los.

Programa STAR – avaliação de desempenho de empreitadas

Para os contratos com empreiteiros existe um programa de incentivo (Programa STAR – *safety engagement*) que envolve os contratos de empreitadas e que tem como objetivos principais a comunicação e formação de todas as equipas nas suas atividades técnicas e administrativas, reconhecimento de boas práticas, partilha de experiências e distinção dos melhores desempenhos baseados na avaliação contínua das operações nas dimensões técnicas, processuais, comportamentais e de segurança.

Este programa consiste num importante mecanismo de promoção de boas práticas e desenvolvimento de competências para a organização, cujo impacto do mesmo é aferido pela Floene através de ferramentas de avaliação de satisfação dos clientes.



FL  ENE

07

A nossa
Prosperidade



07 A nossa Prosperidade

Audácia para garantir o progresso social e tecnológico para crescermos juntos

7.1. Desempenho Operacional

Enquadramento regulatório

Durante o exercício de 2022 foi aprovada a primeira alteração ao Regulamento Tarifário do Setor do Gás, conforme Regulamento n.º 583/2022, publicado no Diário da República n.º 123/2022, Série II de 28 de junho, tendo sido revisto o texto normativo relativo ao cálculo do ajustamento do desconto decorrente da aplicação da tarifa social, de forma a tornar mais clara a sua aplicação.

Foi também publicado o Decreto-Lei n.º 57-B/2022, no Diário da República n.º 172/2022, Série I de 6 de setembro, o qual estabelece um regime excecional e temporário que permite aos clientes finais de gás natural com consumos anuais inferiores ou iguais a 10 000 m³ aderir ao regime de tarifa regulada de venda de gás natural, assim como, o Decreto-Lei n.º 84-D/2022, no Diário da República n.º 236/2022, Série I de 9 de dezembro, o qual aprova a criação do regime transitório de estabilização de preços do gás por pessoas coletivas com consumos superiores a 10 000 m³.

Por último, destaca-se a aprovação das Tarifas e preços de gás para o ano gás 2022-2023, segundo a Diretiva n.º 15/2022, publicada no Diário da República n.º 123/2022, Série II de 28 de junho.

O valor dos proveitos permitidos é calculado de acordo com os parâmetros regulatórios aplicáveis e publicados pela ERSE, no início de cada período regulatório e o ano de 2022 corresponde ao terceiro ano do 5º período regulatório do setor do gás, que decorre de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2023.

O valor dos proveitos permitidos, para a atividade de distribuição de gás, resulta da soma das seguintes parcelas:

- Custo de capital, definido como o produto da base de ativos regulados (RAB) pela taxa de remuneração (RoR) publicada pela ERSE, acrescido das amortizações e depreciações daqueles ativos. A RoR é definida pela aplicação de uma metodologia

constituída por um conjunto de parâmetros fixos e uma componente variável indexada à média da cotação diária das Obrigações do Tesouro Portuguesas (OTs) a 10 anos, os valores máximo e mínimo;

- Recuperação dos custos operacionais líquidos permitidos (OPEX) indexado a fatores de eficiência definidos pelo regulador, à atualização do deflator do PIB e à evolução do mercado (número de clientes ativos e procura de energia); e,
- Ajustamentos aos proveitos permitidos que correspondem à diferença entre os proveitos efetivamente recuperados e os proveitos permitidos estimados pela ERSE, respeitantes ao ano n-2 do primeiro ano do ano-gás.

No que se refere à atividade de comercialização de último recurso retalhista, o valor dos proveitos permitidos resulta da soma das seguintes parcelas:

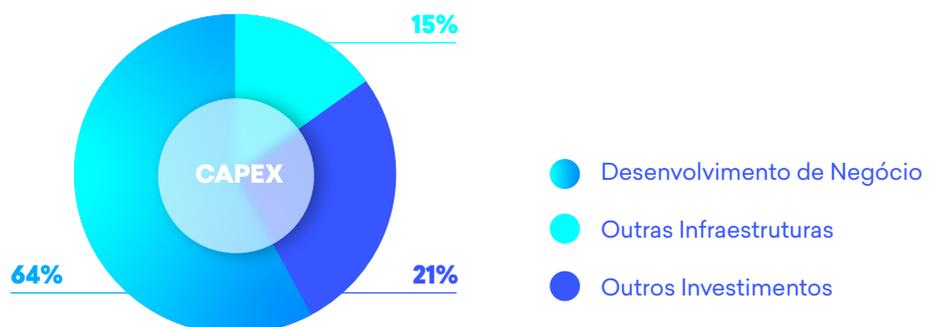
- Recuperação dos custos operacionais líquidos permitidos indexado aos fatores de eficiência, deflator do PIB, e número de clientes ativos;
- Proveito adicional estabelecido na licença de comercialização;
- Diferencial entre prazos médios de pagamentos e recebimentos; e,
- Ajustamentos aos proveitos permitidos que correspondem à diferença entre os proveitos efetivamente recuperados e os proveitos permitidos estimados pela ERSE, respeitantes ao ano n-2 do primeiro ano do ano-gás.

De acordo com os pressupostos regulatórios atuais, o período do ano gás encontra-se compreendido entre outubro e setembro do ano seguinte, período no qual se aplicam as tarifas reguladas. Assim sendo, no ano de 2022 foram aplicadas as tarifas e preços de gás para o ano gás 2021-2022 (período de 1 de janeiro a 30 setembro) e as tarifas e preços de gás para o ano gás 2022-2023 (período de 1 de outubro a 31 de dezembro) publicadas pela ERSE.

A taxa de remuneração dos ativos regulados (RoR) publicada no documento da ERSE “Tarifas e preços de gás para o ano gás 2022-2023”, relativa ao período de 2022 foi de 5,05%, tendo as empresas reguladas da Floene considerado no seu exercício de 2022 uma RoR ajustada de 5,49%, que foi apurada de acordo com a metodologia acima referida no cálculo dos proveitos permitidos, refletindo a variação das OTs em 2022.

Investimento (CAPEX)

Neste período o investimento, excluindo IFRS 16, totalizou € 41,1 milhões, mais 23,9% YoY, com o desenvolvimento de negócio a representar 64% do total, refletindo o continuado esforço e compromisso da Floene para fazer chegar à população, comunidades e atividades económicas do País uma energia alternativa e aptar para operar de forma cada vez mais descarbonizada.



O investimento na atividade de distribuição combina as dimensões de segurança e continuidade de abastecimento, com o desenvolvimento de mercado até ao consumidor final. No ano de 2022, os investimentos realizados no desenvolvimento de negócio ascenderam a € 26,3 milhões, dos quais 73% referem-se à construção de rede de distribuição e ramais. O sistema de distribuição de gás totalizava 13 673 km de rede de distribuição (+175 km de rede secundária e +5 902 ramais). Em termos de infraestruturização de novos pontos de consumo, foram ligados mais 17 255, representando um investimento de € 7,2 milhões, garantindo a sustentabilidade do sistema de distribuição de gás.

	2022	2021	Var. YoY	% Var. YoY
Locais de consumo com contrato ativo (#)	1 131 266	1 126 159	5 107	0,5%
Volume distribuído (GWh)	16 733	18 073	(1 340)	(7,4%)
Extensão total da rede (km)	13 673	13 498	175	1,3%
Rede primária (km)	790	790	0	0,0%
Rede secundária (km)	12 883	12 708	175	1,4%
Ramais (#)	366 977	361 075	5 902	1,6%

O investimento em outras infraestruturas, ascendeu a € 6,3 milhões, baseando-se na racionalidade económica e eficiência operacional dos ativos, bem como na componente técnica da solução de abastecimento a novas localizações. Decorrente da informação da gestão da operação e manutenção das infraestruturas de distribuição e dos equipamentos associados são identificadas as oportunidades ou necessidades de intervenção para garantir atempadamente a segurança de abastecimento, a fiabilidade dos equipamentos e o adequado estado de funcionamento destes ativos do sistema de distribuição de gás. A destacar a renovação de 8 km de rede de distribuição, bem como os reforços e a reestruturação da rede existente.

Acresce que o desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão de ativos tem potenciado a gestão eficiente do sistema de distribuição, proporcionando um processo de manutenção preventiva que permite uma correta conservação e funcionamento seguro e fiável dos equipamentos até à sua substituição.

O investimento em outras atividades ascendeu a € 8,6 milhões, maioritariamente direcionado para a melhoria operacional, de modernização dos ativos existentes e adequação dos sistemas de informação do negócio, bem como às exigências que decorrem de alterações regulamentares. A Floene prosseguiu com o seu plano de investimento para o desenvolvimento das suas infraestruturas e do setor, necessário para a alavancagem do processo de transição energética para assegurar a preparação da injeção de gases renováveis nas infraestruturas de distribuição, tal como previsto nos objetivos de política energética do Governo português, designadamente no PNEC 2030.

MILHARES DE €	2022	2021	Var. YoY	% Var. YoY
Desenvolvimento de Negócio	26 319	22 299	4 020	18,0%
Outras Infraestruturas	6 289	4 668	1 622	34,7%
Outros Investimentos	8 582	6 265	2 317	37,0%
Investimento	41 190	33 232	7 958	23,9%

Em 2022, foi submetida a proposta de plano quinquenal de desenvolvimento e investimento nas redes de distribuição de gás para o período 2023-2027 (PDIRD-G 2022), tendo a ERSE promovido o exercício de consulta pública sobre as respetivas propostas e os operadores submetido as propostas revistas, no seguimento das recomendações recebidas.

Volumes de gás distribuído

O volume de gás natural distribuído na rede situou-se nos 16 733 GWh, registando uma redução de 7,4% YoY, impactado sobretudo pela diminuição do segmento industrial (-8,7%), afetado pela manutenção de preços de gás elevados e do segmento doméstico (-4,6%), mas parcialmente compensado pela performance positiva do segmento terciário (+6,2%). O segmento industrial representa cerca de 80% do volume veiculado na rede, contudo cerca de 83% das receitas resultam dos segmentos doméstico e terciário. Em 2022, o número de locais de consumo com contrato ativo aumentou em termos líquidos em 5 107 totalizando 1 131 266.

7.2. Inovação, adaptação e resiliência

7.2.1. Sistemas de informação

A Floene tem vindo a desenvolver novas formas de trabalhar, procurando a autonomia e promovendo atividades de longo prazo orientadas para o futuro. Uma das áreas de destaque deste trabalho centra-se nos sistemas de informação, necessários para gerirmos os nossos riscos e oportunidades bem como permitir a adaptação da nossa atividade de longo prazo e respeitando a incorporação da transição social, ambiental e política.

A jornada de transformação digital e tecnológica da nossa Empresa terá como base três princípios fundamentais:

- **Sustentabilidade**

Desenvolver e implementar soluções digitais com um impacto positivo no ambiente e no clima. Este objetivo deverá ser atingido através de uma escolha criteriosa de parceiros tecnológicos que proporcionam uma menor pegada de carbono. Os processos de negócio assentes em sistemas de informação serão avaliados por forma a permitir reduzir consumos energéticos, designadamente incentivando atividades remotas, e desta forma reduzindo o número de deslocações, e desmaterializando atividades;

- **Proteção e Segurança**

Permitir que os sistemas informáticos sejam seguros, assegurando a privacidade de dados pessoais e protegendo os ativos que suportam os processos operativos da Empresa. A jornada de transformação prevê uma reavaliação completa dos sistemas informáticos responsáveis pela cibersegurança da nossa organização, por forma a proteger os interesses das pessoas, das empresas e das instituições públicas, associadas à Floene, contra a cibercriminalidade, incluindo violações de dados e ciberataques. Tal inclui a proteção da identidade digital contra a usurpação ou manipulação da identidade;

- **Pessoas**

Pretende-se que os sistemas informáticos, resultantes da transformação digital e tecnológica, sirvam e beneficiem todas as partes envolvidas nos processos da nossa Empresa, incluindo aumentar a transparência dos serviços prestados por estas entidades junto das pessoas, das empresas e das instituições públicas, e tornar estes serviços mais próximos dos utilizadores finais.

7.2.2. Transição e eficiência energética

Consideramos o investimento necessário para a preparação das infraestruturas de distribuição no sentido da incorporação gradual de gases renováveis, garantindo o alinhamento com a política energética nacional e com os desafios operacionais e regulatórios emergentes.

Trata-se de um tipo de investimento cujo planeamento depende da evolução do desenvolvimento das medidas previstas no PNEC 2030, nomeadamente quanto à regulamentação da injeção de gases renováveis na rede nacional de gás.

Os projetos aprovados ou iniciados em 2022 a seguir mencionados representam benefícios, quer para o consumidor, obtendo poupanças diretas, quer para a sociedade em geral, pela redução das emissões de gases de efeito de estufa e do consumo de energia primária, bem como da garantia da eficiência do sistema.

7.3. Serviço de qualidade, abastecimento seguro e eficiente

Temos como compromisso fornecer um serviço de qualidade e um abastecimento seguro de gás que satisfaça as necessidades dos consumidores e preserve a integridade dos ativos. Mantivemos por isso a nossa ação na prevenção de acidentes e na garantia de que realizamos a nossa atividade de forma segura, protegendo colaboradores, prestadores de serviço, a comunidade nas regiões onde operamos bem como os ativos afetos à nossa atividade.

7.3.1. Projetos de conformidade e desenvolvimento

Os projetos de investimento que fazemos ao longo dos anos, ao nível da conformidade, têm um impacto muito relevante neste pilar da segurança e garantia de um abastecimento eficiente. Os principais impactes positivos identificados são:

- Assegurar o cumprimento de obrigações regulamentares e legais e ainda o cumprimento de obrigações de serviço público decorrentes dos contratos de Concessão ou das Licenças.
- Permitir reforçar a segurança de abastecimento, incluindo reforços de capacidade e contribuindo para o cumprimento dos níveis de qualidade de serviço exigidos.

- Melhorar as condições de segurança do sistema de distribuição e a otimização do seu funcionamento.
- Assegurar a melhoria da eficiência operacional da atividade de distribuição de gás.
- Assegurar a longevidade, modernização e o bom funcionamento dos ativos afetos às Concessões e Licenças, nomeadamente permitindo a sua utilização para veicular gases renováveis, tais como o biometano e o hidrogénio.



Projetos dirigidos ao segmento residencial e industrial da Floene – benefícios:

- Redução de emissões de GEE e do valor da fatura de energia para o cliente.
- Ganhos de eficiência do equipamento instalado e consequente redução do consumo de gás e energia primária.

Ao longo de 2022 foi criado o Gabinete de Apoio ao Mercado que visa atuar como um mecanismo facilitador e de proximidade com os utilizadores da infraestrutura, enquanto procura a implementação de medidas que contribuam para a sustentabilidade do setor, nomeadamente no que se refere a programas de ligação e retenção de clientes. Alguns dos projetos e iniciativas são apresentados abaixo.

Ligação de Clientes Industriais por conversão de consumos para gás natural

No ano 2022 foram ligados às redes de distribuição dos ORD do grupo Floene, 71 grandes clientes por conversão para gás natural.

Projetos iniciados em 2022 dirigidos ao segmento residencial

PPEC – Lisboagás, medida tangível aprovada pela ERSE:

Troca de caldeiras e melhoria da eficiência

Este projeto visa a substituição de equipamentos existentes menos eficientes por tecnologia mais recente nas caldeiras, ou seja, a substituição de caldeiras atmosféricas por caldeiras de condensação. Esta iniciativa irá abranger 1 049 equipamentos.

Novos Municípios abastecidos com gás natural

Uma das responsabilidades do ORD passa por desenvolver a infraestrutura com princípios de racionalidade económica e alinhados com o objeto dos contratos de concessão. O desenvolvimento da infraestrutura contribui para o aumento da taxa de cobertura nacional da rede de gás, permitindo o acesso a uma energia mais limpa, económica e segura às famílias, promovendo simultaneamente a coesão territorial e a redução de assimetrias entre o litoral e o interior. Estes benefícios revelam-se, também, no plano económico e competitividade do tecido empresarial, onde as empresas passam a ter ao seu dispor uma moderna infraestrutura de distribuição de gás.

No ano 2022 iniciámos as ligações do segmento residencial nos seguintes novos concelhos:

- Oliveira do Hospital
- Miranda do Corvo
- Vila Velha de Ródão
- Sobral de Monte Agraço

7.3.2. Passagem ao mercado regulado

Na perspetiva da comercialização de último recurso retalhista, em setembro de 2022 o Governo português emitiu uma legislação que permite o retorno de clientes com consumo anual inferior a 10 000 m³ para o mercado regulado. Esta importante medida tem um impacto direto e imediato na gestão económica das famílias, na medida em que oferece uma alternativa de preço de energia substancialmente mais económica que os preços praticados no mercado liberalizado. Na perspetiva da Floene, que detém 6 CURr, esta medida teve influência no número de clientes dessas entidades que aumentou cerca de 58% desde o início de 2022.

7.3.3. Manutenção e exploração da rede de distribuição

A rede de distribuição da Floene exige uma gestão permanente sendo a manutenção das redes de gás essencialmente preventiva. Enquanto operador de rede de distribuição, é nossa prioridade aumentar a qualidade global do sistema, mantendo um elevado nível de segurança e de fiabilidade no funcionamento da rede. Somos responsáveis por assegurar a exploração e manutenção da infraestrutura em condições de segurança, fiabilidade, qualidade do serviço e ininterruptibilidade.

Para isso dispomos de um plano de manutenção preventiva que inclui rotinas de inspeção periódica à generalidade das instalações, vigilância às redes para prevenir danos provocados por terceiros, deteção de fugas e outras atividades mais específicas.

Alguns exemplos:

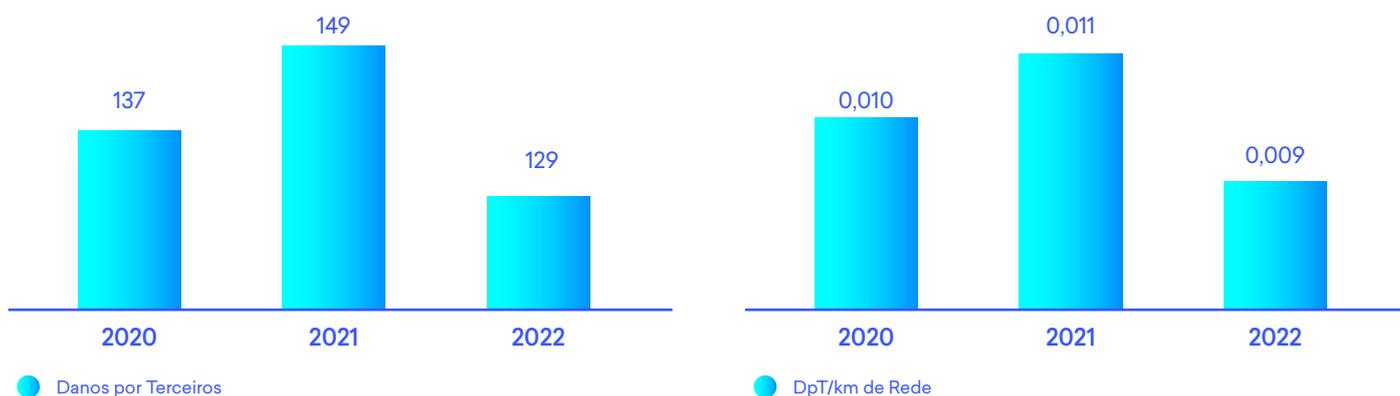
- Inspeção visual e controlo funcional de Postos de Redução e Medida (PRM), UAG
- Verificação de manobrabilidade de válvulas
- Pesquisa sistemática de fugas ao longo do traçado da rede
- Ajuste de definições e inversão de linhas de PRM
- Pesquisa de falhas de revestimento de tubagens em aço

7.3.4. Danos por terceiros

Os trabalhos promovidos por entidades externas à Floene, nas imediações da rede de distribuição, constituem um dos principais riscos à integridade da infraestrutura. Os trabalhos destas entidades externas incluem obras de construção e melhoria de rede de comunicações, água ou outros serviços, requalificação de estradas, arruamentos, entre outros. Durante o ano de 2022, foram registados 129 danos por terceiros (DpT), sendo que as roturas de redes e ramais são os mais comuns.

Para fazer face a estas ameaças, na Floene mantemos ativo um grupo de trabalho multidisciplinar para acompanhar a evolução deste tipo de danos, a sua caracterização e causa, bem como as medidas e iniciativas mais adequadas para reduzir a sua ocorrência. Entre as iniciativas levadas a cabo pela Floene para este efeito, destacam-se:

- Um reforço no acompanhamento de obras,
- Disponibilização e maior acessibilidade na consulta de cadastro em obra para entidades externas,
- Sensibilização de entidades camarárias para a importância do aviso e reporte de início de empreitadas, nomeadamente em zonas de existência de infraestrutura de gás.

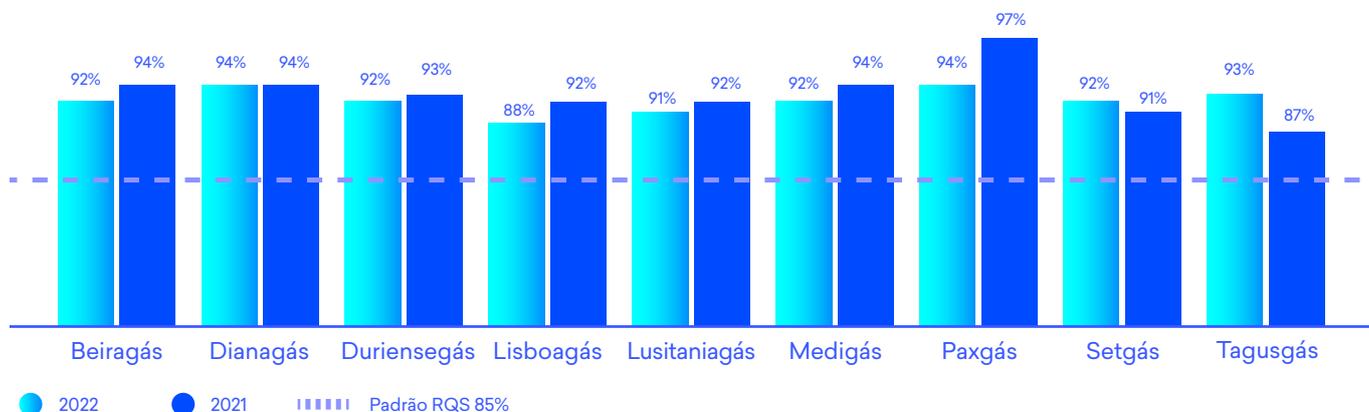


7.3.5. O nosso sistema de resposta a emergências

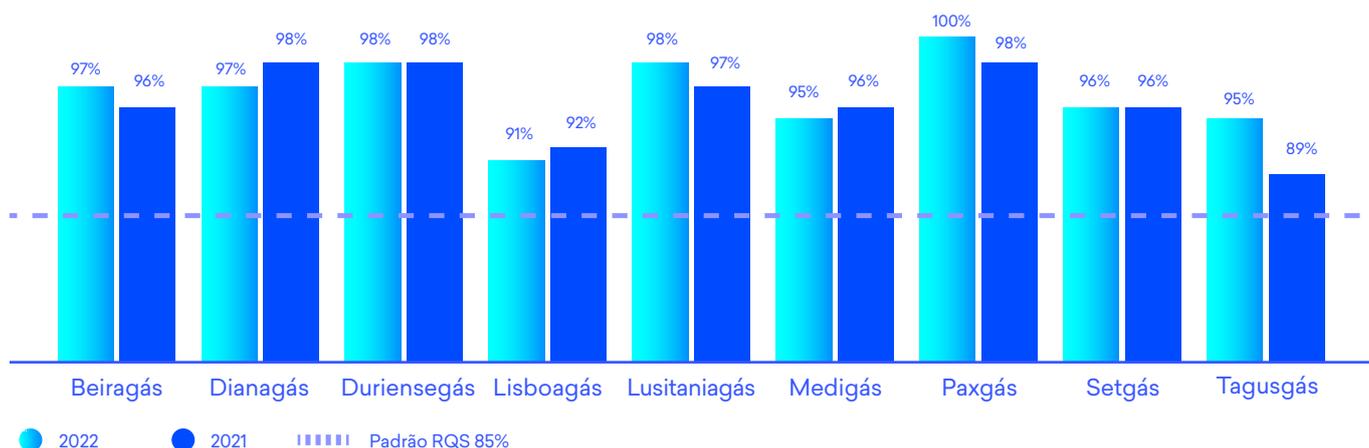
Os Operadores das Redes de Distribuição do grupo Floene têm ao dispor dos clientes, de forma gratuita e permanente (24h por dia, 365 dias por ano), um sistema de emergência que, após ser ativado por contacto telefónico e ser feita uma triagem, faz deslocar uma equipa de piquete ao local no prazo máximo de 60 minutos.

No local é analisada a ocorrência e são tomadas as medidas necessárias para garantir a segurança de pessoas e bens. Tais medidas podem passar, por exemplo, pela interrupção do fornecimento de gás. Em 2022, o grupo Floene cumpriu o objetivo padrão do Regulamento de Qualidade de Serviço (RQS) relativo a respostas a emergências.

Número de atendimentos telefónicos relativos a emergências e avarias com tempo de espera inferior ou igual a 60 segundos



Número de situações de emergência com tempo de chegada ao local inferior ou igual a 60 minutos



7.3.6. Renovação da rede

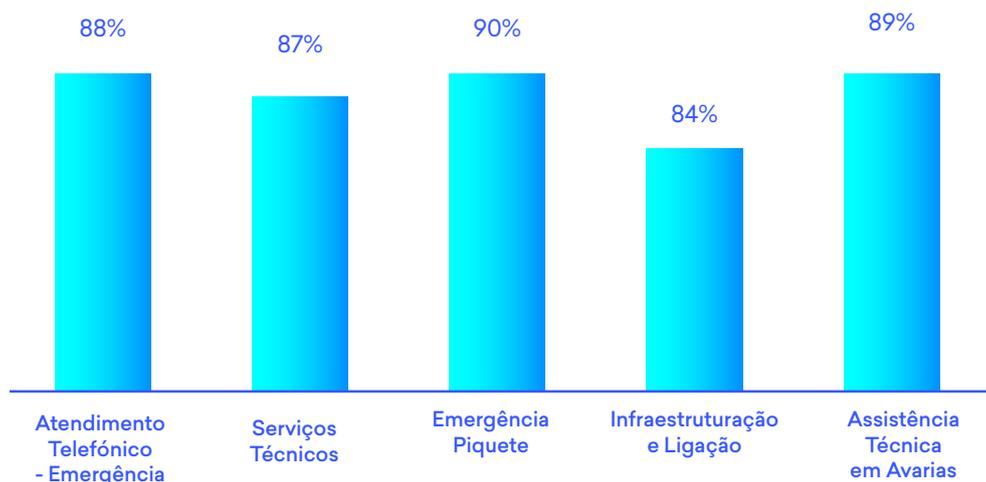
A Floene tem uma rede de distribuição de gás recente, com uma média de 16 anos e constituída por polietileno na sua grande maioria (94%).

Mantemos o nosso programa de renovação da reduzida rede de aço ainda existente. De acordo com este plano foram já renovados cerca de 22 km de rede desde 2020, prevendo-se a execução do plano na totalidade até 2026.

7.4. Satisfação do cliente

A qualidade de serviço proporcionada aos clientes, enquanto operador de rede de distribuição, monitoriza temas como a continuidade de serviço e características do fornecimento de gás natural (qualidade de serviço técnica) e a prestação de serviços aos clientes (qualidade de serviço comercial). Os indicadores de qualidade de serviço que monitorizamos regularmente, conforme disposto no RQS, evidenciam níveis elevados de qualidade de serviço ao longo dos anos.

Grau de satisfação dos clientes por serviço prestado



Em 2022, complementarmente ao objetivo de melhorar continuamente o serviço que proporcionamos aos consumidores de gás dos diferentes ORD, surgiu como foco adicional a necessidade de diagnóstico das causas conducentes à saída de consumidores do sistema nacional de gás que se acentuou nos últimos anos. Procurámos atuar em dois planos distintos:

- (i) Desenhámos e implementámos serviços de diagnóstico e acompanhamento dos clientes de maior risco no curto prazo.
- (ii) No plano da melhoria contínua das operações ao serviço do consumidor de gás, das concessões geridas pela Floene, procurámos consistentemente atuar no plano do diagnóstico e da intervenção.
 - a. Diagnóstico: Duplicaram-se as horas contratadas para execução de atividades de controlo de qualidade e questionários ao consumidor, assim como aumentámos os pontos de aferição de satisfação. Realizámos uma

auscultação do bem-estar e necessidades das equipas que estão ao serviço do cliente que culminou no lançamento do Projeto *Wellbeing* no *FrontOffice*.

- b. Intervenção: Aumentámos o número de horas contratadas para formação às equipas que estão ao serviço do consumidor. Realizámos o primeiro ano de Comitês de Melhoria Contínua, sessões de trabalho colaborativo e multidisciplinar onde estão representadas todas as áreas com processos convergentes com a interação com o cliente. Identificámos novas metodologias de questionários ao consumidor que permitirão agilizar e simplificar o processo de auscultação e complementarmente aumentar o número de momentos auscultados.

Associámo-nos à Associação Portuguesa de *Contact Centers* (APCC). Através desta associação a Floene terá acesso à melhor informação técnica, investigação e pilotos considerados como *Best Practices* nas empresas que operam ao serviço do consumidor. Teremos ainda a oportunidade de obter um relatório de diagnóstico das forças, fraquezas e oportunidades de melhoria da operação da Floene, promovida anualmente pela APCC. Soma-se, assim, mais uma parceria externa estratégica, com vista à melhoria contínua das operações da Floene que estão no *FrontOffice* ao serviço do consumidor.

Ainda em 2022, obtivemos recorrentemente a distinção de Marca de referência no setor de distribuição de energia (eletricidade e gás), pela *Consumers Trust* (Portal da Queixa) com quem estabelecemos um protocolo de cooperação, tendo culminado na distinção anual de Marca Recomendada.

7.5. Desempenho e sustentabilidade financeira

7.5.1. Resultados consolidados

O volume de negócio em 2022 ascendeu a € 159,4 milhões, um aumento de 0,4% face ao período homólogo do ano anterior (YoY). Esta evolução resultou do aumento dos proveitos permitidos, incluindo ajustamentos s-2, em € 4,7 milhões, mas foi negativamente compensada pela redução das tarifas de acesso à rede, relativas ao uso da rede de transporte (URT) e uso global do sistema (UGS), e tarifas de energia, em cerca de € 4,4 milhões.

Os proveitos permitidos, incluídos na rubrica volume de negócios acima referidos, registaram um crescimento de 3,2% YoY, para € 147,8 milhões (incluindo ajustamentos s-2). Esta evolução foi positivamente impactada pelo aumento da taxa de remuneração (RoR) base de 4,72% em 2021 para 5,49% em 2022, refletindo o aumento verificado nas taxas de juro das Obrigações do Tesouro da república portuguesa a 10 anos, conforme referido no ponto 7.1. Os proveitos permitidos foram contabilizados em função do valor real, verificado a 31 de dezembro de 2022, das variáveis que concorrem para o seu cálculo, segundo a metodologia publicada pela ERSE para o atual período regulatório.

Os custos operacionais líquidos, excluindo as tarifas URT, UGS e Energia com efeito pass-through, foram de € 46,3 milhões, um acréscimo de 2,7% em relação ao anterior, explicado pelo aumento dos fornecimentos e serviços externos.

O EBITDA consolidado da Floene foi de € 102,3 milhões, um aumento de 3,8% YoY. Esta evolução favorável, excluindo os efeitos das atividades de pass-through que se compensam, explica-se sobretudo pelo contributo positivo da RoR, de cerca de € 8,0 milhões, conforme acima referido.

O EBIT aumentou 10,9% YoY para € 53,1 milhões, tendo beneficiado do decréscimo das amortizações e depreciações em € 1,9 milhões, devido ao aumento da vida útil dos ativos afetos às empresas do Grupo cujas licenças de exploração de rede de distribuição local foram estendidas até 31 de dezembro de 2027.

Os resultados financeiros foram negativos em € 11,1 milhões, registando um aumento de 9,8% YoY, devido à negociação de uma linha de crédito no formato obrigacionista (*Backstop Facility*) no valor de € 600 milhões, que implicou um ligeiro aumento do custo médio da dívida de 1,35% para 1,70%.

A Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (CESE) continua a impactar significativamente os resultados em € 11,5 milhões correspondente à CESE do ano 2022 e juros de mora.

O resultado líquido atribuível à Floene atingiu € 18,9 milhões, o que traduz um crescimento de € 4,1 milhões, mais 27,9% face ao ano anterior.



MILHARES DE €	2022	2021	Δ	% Δ
Volume de Negócios	159 357	158 724	633	0,4%
Custos operacionais líquidos	(57 091)	(60 221)	3 130	(5,2%)
EBITDA	102 266	98 503	3 763	3,8%
Amortizações, depreciações e imparidades¹	(48 570)	(50 438)	1 867	(3,7%)
Provisões	(597)	(185)	(412)	223,3%
EBIT	53 099	47 881	5 218	10,9%
Resultados financeiros ¹	(11 124)	(10 135)	(989)	9,8%
Resultados antes de impostos	41 975	37 746	4 229	11,2%
Imposto sobre o rendimento	(10 676)	(10 261)	(415)	4,0%
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	(11 479)	(11 930)	451	(3,8%)
Resultado líquido consolidado atribuível a:	19 819	15 555	4 265	27,4%
Interesses sem controlo	(877)	(743)	(134)	18,0%
Acionistas da FLOENE	18 942	14 811	4 131	27,9%

¹Inclui IFRS 16

7.5.2. Cash Flow

O *Cash Flow* das atividades operacionais aumentou 30,0% YoY para € 82,6 milhões, suportado pela redução de pagamentos, em cerca de € 19 milhões, com destaque para a redução das compensações definidas pela ERSE e execução de serviços face ao ano anterior.

O *Cash Flow* das atividades de investimento registou uma variação negativa de € 3,2 milhões, resultado de um aumento do investimento.

A geração de *Free Cash Flow* atingiu os € 48,7 milhões, mais € 15,9 milhões YoY, impulsionado pela melhoria do *Cash Flow* operacional pelas razões acima explicadas.

A variação líquida de caixa foi positiva em € 20,0 milhões, acomodando o pagamento de encargos financeiros, que aumentou em € 2,4 milhões, devido à contratualização de uma nova linha de crédito - *Backstop Facility* e o pagamento de dividendos aos acionistas no valor de € 15 milhões em 2022. A Floene apresentou um valor de caixa e equivalentes no final do período de € 87,5 milhões.

MILHARES DE €	2022	2021	Δ	% Δ
Caixa e equivalentes no início do período	67 484	76 879	(9 395)	(12,2%)
Cash flow das atividades operacionais	82 644	63 562	19 082	30,0%
Cash Flow das atividades de investimento	(33 910)	(30 682)	(3 228)	10,5%
Free Cash Flow	48 734	32 880	15 854	48,2%
Reembolso de Empréstimos	(1 042)	(1 042)	0	—
Encargos Financeiros ¹	(12 653)	(10 233)	(2 420)	23,6%
Pagamento de dividendos	(15 000)	(31 000)	16 000	(51,6%)
Variação líquida de caixa	20 040	(9 395)	29 435	(313,3%)
Caixa e equivalentes no final do período	87 523	67 484	20 040	29,7%

¹Inclui pagamento de locações e juros de locações (IFS 16)

7.5.3. Situação financeira

A 31 de dezembro de 2022, o ativo fixo líquido da Floene era de € 1 128,2 milhões, uma redução de € 6,6 milhões YoY, em virtude de o nível do investimento não ter compensado as amortizações e depreciações do exercício.

O fundo de maneiio diminuiu em € 14,0 milhões YoY, impactado pelo aumento do passivo corrente, relacionado basicamente com fornecedores de ativos fixos e imposto sobre o rendimento a pagar, bem como pela redução do desvio tarifário de curto prazo.

Os outros ativos/passivos não correntes diminuíram € 6,1 milhões YoY, refletindo a redução em € 15,2 milhões nas responsabilidades líquidas com benefícios pós emprego e outros benefícios, bem como o aumento da provisão corresponde à CESE do ano 2022 em € 11,5 milhões.

O desvio tarifário a receber no final de 2022 atingiu € 33,6 milhões, mais € 4,0 milhões YoY, que se explica pela redução da faturação face aos proveitos permitidos durante o ano de 2022 em € 11,5 milhões e pela recuperação de desvio de anos anteriores em € 8,1 milhões.

O capital empregue da Floene diminuiu em € 6,8 milhões YoY para € 852,0 milhões. No fim do ano, a dívida líquida situou-se nos € 585,9 milhões, um decréscimo de € 21,7 milhões YoY, devido sobretudo ao aumento do valor de caixa e equivalentes de caixa, em € 20,0 milhões.

A 8 de setembro de 2022, a Floene Energias, S.A. contratou uma linha de crédito no formato obrigacionista, através de um sindicato bancário, com compromisso de tomada firme no montante total de € 600 milhões. Este financiamento permite dotar a Empresa de fundos suficientes para reembolsar as Notes que se irão vencer em setembro de 2023. O montante encontrava-se totalmente disponível a 31 de dezembro de 2022, podendo ser utilizado até 25 de setembro de 2023. Uma vez utilizado, a maturidade inicial será 30 de setembro, com possibilidade de extensão até 1 ano por opção da Empresa.

MILHARES DE €	2022	2021	Δ
Ativo fixo líquido	1 128 174	1 134 733	(6 559)
Direitos de uso (IFS 16)	11 078	11 499	(421)
Fundo de maneiio ¹	22 313	36 339	(14 026)
Subsídios a investimento	(197 489)	(205 535)	8 046
Outros ativos (passivos) não correntes	(112 123)	(118 246)	6 123
Capital empregue	851 954	858 791	(6 837)
Dívida líquida	585 856	607 528	(21 672)
Locações (IFRS 16)	11 720	12 027	(307)
Capital próprio	254 378	239 236	15 142
Capital próprio, dívida líquida e locações	851 954	858 791	(6 837)
Dívida Líquida para Capital Próprio	2,3x	2,5x	–

¹Fundo de maneiio = Ativo corrente-Passivo corrente (excluindo Caixa e equivalentes, Dívida de curto prazo, locações de curto prazo e subsídios de curto prazo)



7.5.4. Rácios financeiros

Ao abrigo do Programa de EMTN (*Euro Medium Term Note Programme*) emitido pela Floene, foram definidos dois rácios financeiros (“Financial Covenants”), sendo um sob a forma de “lock-up of dividends distribution” e outro sob a forma de “event of default”:

O rácio da dívida líquida para EBITDA (5,8x) e o rácio de cobertura do serviço da dívida (4,8x) cumprem os rácios financeiros definidos no Programa de EMTN.

	2022	2021	Lock-up	Default
			Limites	
Dívida Líquida ¹ / EBITDA ²	5,8x	6,2x	> 6,5x	> 7,0x
Rácio de Cobertura do Serviço da Dívida ³	4,8x	3,6x	< 2,0x	< 1,5x

¹ Dívida bancária + Empréstimos obrigacionistas + Juros especializados - Caixa e equivalentes

² EBITDA + Provisões

³ (*Cash Flow* da Atividade Operacional, excluindo CESE - Pagamentos CAPEX)/Serviço de Juros

Em 13 de dezembro de 2022, após a sua habitual revisão anual, a S&P *Global Ratings* reiterou o rating de longo prazo “BBB-” (“*investment grade*”) da Floene, com *outlook* estável.

08

Perspetivas
Futuras



08 Perspetivas futuras

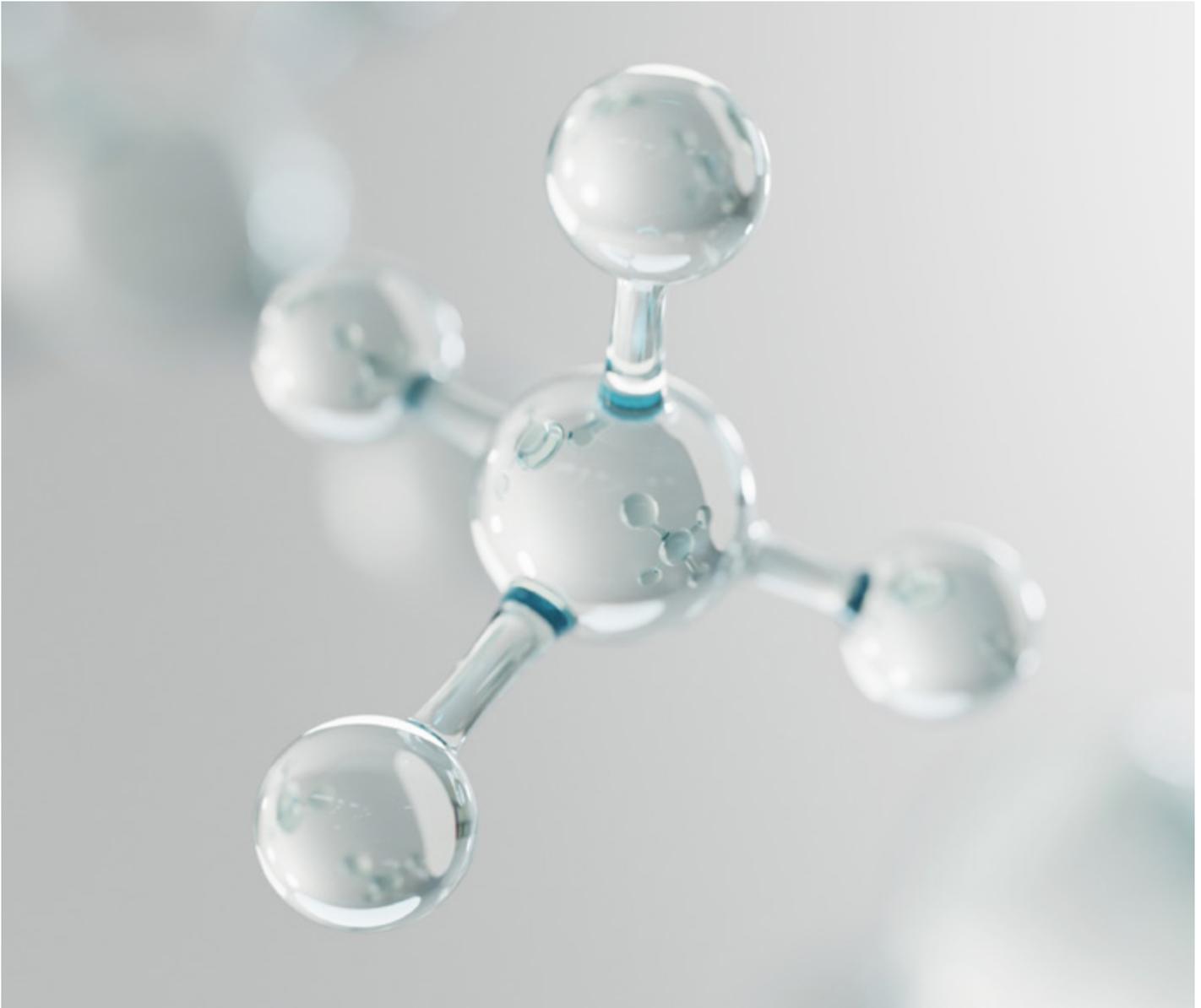
A criação e lançamento de uma nova marca durante o ano de 2022 permite alinhar a empresa e os seus *stakeholders* com seus objetivos estratégicos, impactando de forma positiva as comunidades onde atua.

A Floene continuará assim em 2023 a consolidar a sua transformação interna e a assegurar o caminho para uma operação autónoma, e a desenvolver a sua atividade com base no cumprimento da legislação e regulação aplicáveis, mantendo os princípios de segurança, eficiência e fiabilidade.

Continuaremos a promover e a facilitar a descarbonização das infraestruturas e a transição energética, assegurando sempre a sustentabilidade do sistema nacional de gás bem como a rentabilização do ativo que gerimos.

2023 será um ano de aceleração da transformação do setor da energia e do setor do gás em particular, prevendo-se uma procura e desenvolvimento crescentes da produção e utilização de gases renováveis.

2023 será um ano de aceleração da transformação do setor da energia e do setor do gás em particular, prevendo-se uma procura e desenvolvimento crescentes da produção e utilização de gases renováveis. Estamos confiantes que o quadro regulamentar, neste âmbito, continuará a ser desenvolvido e a dar contributos para a prossecução de uma transição equilibrada e justa, assumindo o papel relevante das redes de gás neste processo.



Consideramos que a aprendizagem feita através da primeira injeção de hidrogénio na rede da Floene, permitirá acompanhar os projetos de hidrogénio verde e biometano, aprovados no âmbito do PRR, para os próximos anos. No total, Portugal somará 25 projetos selecionados no aviso do Fundo Ambiental para hidrogénio e gases renováveis, correspondente a investimentos de aproximadamente 234 milhões de euros.

Estamos certos de que o nosso posicionamento e atuação levar-nos-ão a encarar as transformações futuras como um conjunto de oportunidades para criação de valor comum. 2023 será um ano de materialização de iniciativas e projetos relevantes para a descarbonização do setor e que nos permitirá impactar de forma positiva na vertente social e ambiental.

09

Proposta de
Aplicação de Resultados



09 Proposta de aplicação de resultados

A Floene encerrou o exercício de 2022 com um resultado líquido positivo de € 3 717 590,57 (três milhões setecentos e dezassete mil, quinhentos e noventa euros e cinquenta e sete cêntimos), apurado em base individual, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

O Conselho de Administração propõe, nos termos legais, que o resultado líquido do exercício de 2022 de € 3 717 590,57 seja aplicado da seguinte forma:

Dotação para a reserva legal no montante de € 185 879,53

Transferência para resultados acumulados no montante de € 3 531 711,04

Propõe-se ainda que seja distribuído aos colaboradores do Grupo Floene e administradores executivos da Floene, a título de participação nos resultados de 2022, um valor máximo de até € 3 475 610,00, montante este já reconhecido e expresso nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Floene e nas individuais de cada uma das suas participadas, tendo o apuramento dos respetivos resultados líquidos de 2022 já incluído aquele valor.

A repartição deste montante entre as Empresas do Grupo para distribuição aos respetivos colaboradores será determinada pela Comissão Executiva da Floene, nos termos das normas internas aplicáveis, e entre os administradores executivos da Floene será determinada pela Assembleia Geral, nos termos legais aplicáveis.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Diogo António Rodrigues da Silveira

Presidente

Roxana Tataru

Vogal

Karl Klaus Liebel

Vogal

Ippei Kojima

Vogal

Nuno Luís Mendes Holbech Bastos

Vogal

Gabriel Nuno Charrua de Sousa

Vogal

Yoichi Onishi

Vogal

Pedro Álvaro de Brito Gomes Doutel

Vogal

José Manuel Rodrigues Vieira

Vogal

Lisboa, 27 de Abril de 2023

10

**Factos relevantes ocorridos
após o encerramento
do exercício**



10 Factos relevantes ocorridos após o encerramento de exercício

Refinanciamento

No final de 2022, a Floene tinha cerca de 90% da sua dívida financeira contratada através de um empréstimo obrigacionista sob a forma de *Euro Medium-Term Note* (“EMTN”), no valor de € 600 milhões, cujo vencimento integral ocorre em Setembro de 2023. A taxa de juro do financiamento é uma taxa fixa para o período de 1,375%.

No início de março de 2023, a Empresa iniciou o processo de refinanciamento do EMTN, tendo concretizado uma operação de recompra parcial no montante de € 180 milhões. Esta transação foi financiada através de um sindicato bancário, e conta com uma taxa de juro variável indexada à taxa Euribor e um *spread* contratualizado. Após esta operação, a Floene ficou ainda com € 420 milhões no seu empréstimo EMTN a taxa fixa.

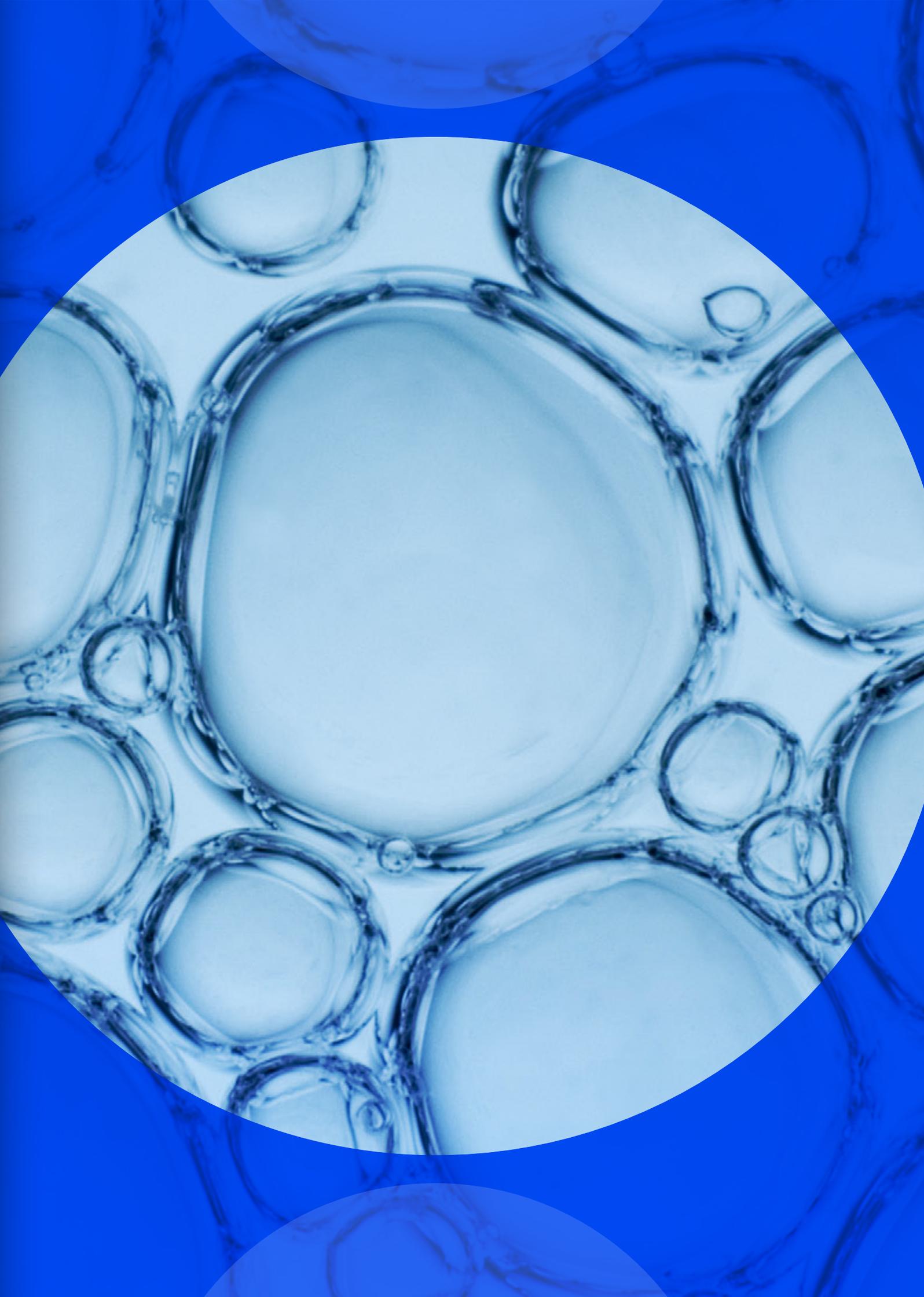
CESE

- Em 16 de março de 2023, foi proferido o Acórdão n.º 101/2023 pelo Tribunal Constitucional no âmbito da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (CESE), referente ao ano de 2018, favorável à Empresa do Grupo da Floene, Lisboagás, S.A., julgando este tributo inconstitucional, cujo impacto financeiro ascende a cerca de € 5 milhões e que se encontra totalmente provisionado (Nota 19 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas).
- No dia 28 de março de 2023, o Tribunal Constitucional emitiu uma decisão sumária n.º 201/2023, relativa à CESE de 2018, favorável à Empresa do Grupo Floene, a PAXGÁS - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A., no valor de € 54 mil euros, totalmente provisionado.

Tendo em consideração a análise que ainda se encontra em curso por parte da Administração da Empresa e os prazos que se encontram a correr para recurso da decisão proferida, não foi efetuado qualquer ajuste nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022 nos montantes reconhecidos na rubrica de Provisões a esta data.

11

O nosso
Relatório



11 O nosso Relatório

Relatório e Contas 2022

A Floene Energias S.A. publica o seu Relatório de Gestão e Contas Consolidadas e Individuais 2022, tal como solicitado pelos regulamentos e normas em vigor.

Consciente da importância crescente de uma análise integrada e ponderada do seu desempenho no âmbito da sustentabilidade, a Floene integra também, no seu Relatório de Gestão e Contas Consolidadas, as informações relativas ao seu desempenho ESG e ao seu alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

A Floene, encontra-se listada na *London Stock Exchange* (Bolsa de Valores de Londres - LSE) e como tal este relatório está alinhado com os requisitos LSE e do *Financial Conduct Authority* (FCA), nomeadamente no que diz respeito à divulgação do relatório até quatro meses após o fim do ano fiscal, permanecer disponível ao público por um período de pelo menos 10 anos, incluir demonstrações financeiras auditadas, o relato de gestão e declarações de responsabilidade.

Durante o segundo semestre de 2022 a Floene (ainda enquanto denominação GGND), conduziu uma auscultação de *stakeholders* tendo em conta os requisitos da norma AA1000 *Stakeholders Engagement Standard*, com vista a análise de materialidade. A análise de materialidade aplicada, respondeu ao conceito de dupla de materialidade, onde a identificação de questões de materialidade financeira, que avaliam temas com relevância financeira, operacional e reputacional, foram complementadas com a avaliação dos impactos das nossas atividades e relações comerciais na economia, no ambiente e nas pessoas, incluindo nos direitos humanos.

De forma a ter uma melhor experiência de leitura e consulta, o documento é interativo, podendo utilizar a numeração que se encontra na parte superior para transitar entre capítulos e anexos. Ao longo do relatório existem hiperligações para capítulos internos e sites externos que fornecem informações adicionais sobre os temas abordados.

Período, âmbito e limites do relato de sustentabilidade

O presente relato foi realizado de acordo com as Normas da *Global Reporting Initiative* (GRI) versão 2021 e contempla os compromissos, estratégias, iniciativas, projetos e programas da Floene durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022. Este Relatório tem uma periodicidade anual.

Encontram-se incluídas neste relato todas as atividades do Grupo Floene Energias S.A., nomeadamente dos seus 9 Operadores Regionais de Distribuição.

Data de publicação do relato e apresentação de informação

O Relatório de Gestão e Contas Consolidadas da Floene é publicado a 28 de abril de 2023. Este documento de reporte encontra-se em formato digital e poderá ser consultado no *website* da Floene.

Agradecimentos

O Conselho da Administração da Floene gostaria de deixar uma palavra de agradecimento a todos os que, de uma forma individual ou conjunta, contribuíram para os resultados atingidos e para a elaboração deste Relatório. A Floene tudo fará para continuar a melhorar a qualidade do seu serviço e do seu desempenho social e ambiental.

Opinião e contactos

Valorizamos e temos interesse em ouvir as opiniões de todos os nossos *stakeholders*. Nesta medida, caso verifique a necessidade de solicitar qualquer esclarecimento ou informação adicional sobre os tópicos abordados neste relatório, por favor contacte: Gestão da Relação com Investidores, Risco e Responsabilidade Social, Ambiental e de Governo

ir@floene.pt

Telefone: (+351) 219 023 417

Morada: Rua Tomás da Fonseca Torre C, 6º Piso 1600-209 Lisboa, Portugal

12

Anexos



Anexo I – Declarações**A. Órgãos sociais**

A esta data, a composição dos órgãos sociais da Floene, para o mandato em curso de 2022-2024, é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Nuno Cunha Rodrigues, Presidente

Rafael de Almeida Garrett Lucas Pires, Secretário

Secretária da Sociedade

Pedro Maria Soares Cruz Teles Feio, Efetivo

Ana Trouillet Pessoa, Suplente

Conselho de Administração

Diogo António Rodrigues da Silveira, Presidente

Roxana Tataru (1), Vogal

Karl Klaus Liebel, Vogal

Ippei Kojima, Vogal

Nuno Luís Mendes Holbech Bastos, Vogal

Gabriel Nuno Charrua de Sousa, Vogal (CEO)

Yoichi Onishi, Vogal (CSO)

Pedro Álvaro de Brito Gomes Doutel, Vogal (CFO)

José Manuel Rodrigues Vieira, Vogal (COO)

Comissão Executiva

Gabriel Nuno Charrua de Sousa, CEO

Yoichi Onishi, CSO

Pedro Álvaro de Brito Gomes Doutel, CFO

José Manuel Rodrigues Vieira, COO

Conselho Fiscal (2)

Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão, Presidente

Manuel Lázaro Oliveira de Brito, Vogal

José Carlos Carvalho Brites, Vogal

Amável Alberto Freixo Calhau, Vogal suplente

Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda., representada por:

Rita da Silva Gonçalves dos Santos, ROC n.º 1681, Efetivo

José Manuel Henriques Bernardo, ROC n.º 903, Suplente

(1) Deliberação social unânime por escrito de 1 de setembro de 2022.

(2) Deliberação social unânime por escrito de 16 de maio de 2022.



B. Participações qualificadas no capital social da sociedade a 31 de dezembro de 2022

Acionistas	Nº de ações	Valor Nominal	%
Allianz Infrastructure Luxembourg I S.ar.l.	40 743 759	1,00 EUR	45,51%
Allianz European Infrastructure Acquisition Holding S.à.r.l.	26 412 050	1,00 EUR	29,50%
Meet Europe Natural Gas, Lda.	20 144 057	1,00 EUR	22,50%
Petrogal, S.A	2 229 275	1,00 EUR	2,49%
Total	89 529 141	1,00 EUR	100,00%

C. Ações próprias

(Artigos 66.º alínea d) e 325.º-A n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais).

Durante o exercício de 2022 a Floene não adquiriu nem alienou ações próprias. A 31 de dezembro de 2022, a Floene não era detentora de ações próprias.

D. Posição acionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização a 31 de dezembro de 2022

(Artigo 447.º n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais).

Nenhum dos membros dos órgãos de administração e fiscalização era titular, a 31 de dezembro de 2022, de ações ou obrigações da Floene.

E. Montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração, fiscalização e mesa de assembleia geral da Sociedade em 2022

(Artigo 3.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, aplicável por força do artigo 3.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015 de 9 de setembro)

O montante anual bruto da remuneração auferida de forma agregada e individual em 2022 pelos membros do órgão de administração, fiscalização e mesa da assembleia geral da Sociedade atualmente em funções consta da tabela abaixo.

Administradores

Unid: EUR

Acionistas	Cargo	Remuneração fixa ¹	Outras remunerações ²	Remuneração variável ³	Total
Diogo da Silveira	Presidente do Conselho de Administração não executivo	209 750	0	0	209 750
Gabriel Sousa	Administrador executivo (CEO)	171 129	2 547	86 502	260 177
Pedro Doutel	Administrador executivo (CFO)	160 000	2 749	12 500	175 249
Yoichi Onishi	Administrador executivo (CSO)	105 000	68 795	64 888	238 683
José Vieira	Administrador executivo (COO)	134 750	2 794	80 075	217 619
Total		780 629	76 885	243 965	1 101 478

¹ Inclui montantes relativos a Vencimento, Subsídio de Férias e Subsídio de Natal.

² Inclui montantes relativos a Subsídio de Alimentação e montantes associados a impatriação.

³ Inclui montantes relativos a Remuneração Variável e Variável Triénio 2019-2021.

Conselho Fiscal

Unid: EUR

Nome	Cargo	Remuneração fixa
Daniel Bessa ^(a)	Presidente	14 000
Armindo Marcelino ^(a)	Vogal	6 000
Pedro Almeida ^(a)	Vogal	6 000
Pedro Falcão ^(b)	Presidente	18 790
Carlos Brites ^(b)	Vogal	15 659
Manuel Brito ^(b)	Vogal	9 395
Total		69 844

^(a) Remuneração de janeiro a abril de 2022. Cargo(s) cooptado(s).

^(b) Remuneração de 16 de maio a dezembro de 2022.

Mesa da Assembleia Geral

Unid: EUR

Nome	Cargo	Senha de presença
Ana Perestrelo ^(a)	Presidente	1 500
Rafael Lucas Pires	Secretário	500
Total		2 000

^(a) Cargo cooptado - presentemente Nuno Cuna Rodrigues sem senhas de presença pagas em 2022.

Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo

O valor dos serviços de auditoria em 2022 ascendeu a € 96 800 e o referente a outros serviços que não de auditoria a € 22 750.

Em 2022, foram prestados pelo Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo e pelas entidades pertencentes à sua rede, à Sociedade e a sociedades que com ela se encontram em relação de domínio, os seguintes serviços distintos dos de auditoria:

- Revisão Limitada da Floene;
- Verificação das quantidades físicas, taxas de ocupação do subsolo e contas reguladas das Empresas do Grupo para fins regulatórios.
- Validação de informação financeira para efeitos de avaliação do desempenho do Grupo.

Em 2022 os serviços distintos de auditoria representaram 19% da média dos honorários pagos ao Auditor Externo em 2019, 2020 e 2021 pelos serviços de auditoria financeira prestados à Floene e às entidades sob o controlo da Floene no mesmo período.

F. Prestação de serviços a sociedades do grupo e posições credoras sobre sociedades participadas

(Artigo 5.º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 495/88 de 30 de dezembro, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 318/94 de 24 de dezembro)

Ver a Nota 28 do anexo às demonstrações financeiras individuais e Nota 30 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Anexo II – Declaração de conformidade dos membros do Conselho de Administração

De acordo com os princípios de relato aplicáveis para a informação financeira anual, cada um dos membros do Conselho de Administração abaixo indicados declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2022 foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Floene e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Floene e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Floene e as empresas incluídas no perímetro de consolidação se defrontam na sua atividade.

Lisboa, 27 de Abril de 2023

O Conselho de Administração

Diogo António Rodrigues da Silveira
Presidente

Roxana Tataru
Vogal

Karl Klaus Liebel
Vogal

Ippei Kojima
Vogal

Nuno Luís Mendes Holbech Bastos
Vogal

Gabriel Nuno Charrua de Sousa
Vogal

Yoichi Onishi
Vogal

Pedro Álvaro de Brito Gomes Doutel
Vogal

José Manuel Rodrigues Vieira
Vogal

Índice

Demonstração da posição financeira consolidada	104
Demonstração dos resultados e do Outro rendimento integral consolidados	106
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio	107
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	108
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022	109
Nota introdutória	109
Políticas contábilísticas significativas, estimativas e julgamentos	111
Impacte resultante da aplicação de novas normas ou alterações às normas IFRS	114
Informação por segmentos	115
Ativos tangíveis	119
Ativos intangíveis	121
Direitos de uso e responsabilidades por locações	124
Subsídios	127
<i>Goodwill</i>	128
Participações financeiras em associadas	129
Inventários	129
Clientes e outras contas a receber	129
Outros ativos financeiros	133



Caixa e seus equivalentes	133
Dívida financeira	133
Fornecedores e outras contas a pagar	136
Imposto sobre o rendimento	137
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	139
Provisões	143
Instrumentos financeiros – derivados	145
Ativos e passivos financeiros	145
Gestão de riscos financeiros	147
Capital próprio	149
Interesses que não controlam	150
Proveitos operacionais	151
Custos operacionais	155
Custos com pessoal	156
Proveitos e custos financeiros	157
Ativos e passivos contingentes e garantias prestadas	157
Partes relacionadas	159
Empresas no grupo Floene	161
Eventos subsequentes	163
Aprovação das demonstrações financeiras	163

**Anexo III – Demonstrações
Financeiras – consolidadas**

Demonstração da Posição Financeira Consolidada

Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro 2022 e em 31 de dezembro 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros - € k)

ATIVO	NOTAS	2022	2021
Ativo não corrente:			
Ativos tangíveis	5	445	450
<i>Goodwill</i>	9	2 275	2 275
Ativos intangíveis	6	1 127 729	1 134 283
Direitos de uso de ativos	7	11 078	11 499
Ativos por impostos diferidos	17	14 364	17 551
Outras contas a receber	12	20 055	14 237
Outros ativos financeiros	13	3	3
Total de ativos não correntes:		1 175 950	1 180 299
Ativo corrente:			
Inventários	11	1 200	1 810
Clientes	12	9 260	10 696
Outras contas a receber	12	62 025	68 406
Caixa e seus equivalentes	14	87 523	67 484
Total dos ativos correntes:		160 009	148 395
Total do ativo:		1 335 959	1 328 694
Capital Próprio e Passivo			
Capital próprio:			
Capital social	23	89 529	89 529
Prestações acessórias	23	19 516	19 516
Reservas	23	13 037	12 080
Resultados acumulados		111 206	97 911

ATIVO	NOTAS	2022	2021
Total do capital próprio atribuível aos acionistas:		233 289	219 036
Interesses que não controlam	24	21 089	20 200
Total do capital próprio:		254 378	239 236
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Dívida financeira	15	72 337	673 969
Responsabilidades por locações	7	10 610	11 012
Outras contas a pagar	16	190 144	197 415
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	18	47 130	62 370
Passivos por impostos diferidos	17	18 755	19 596
Provisões	19	81 069	69 256
Total do passivo não corrente:		420 046	1 033 617
Passivo corrente:			
Dívida financeira	15	601 042	1 042
Responsabilidades por locações	7	1 110	1 015
Fornecedores	16	8 445	8 381
Outras contas a pagar	16	47 381	44 185
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	17	3 557	1 217
Total do passivo corrente:		661 535	55 840
Total do passivo:		1 081 581	1 089 457
Total do capital próprio e do passivo:		1 335 959	1 328 694

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada e devem ser lidas em conjunto.

Demonstração dos Resultados e do Outro Rendimento Integral Consolidados

Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados para os períodos findos em 31 de dezembro 2022 e em 31 de dezembro 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros - € k)

	NOTAS	2022	2021
Vendas	25	3 842	3 416
Prestação de serviços	25	155 515	155 308
Outros proveitos operacionais	25	47 499	40 690
Proveitos financeiros	28	130	170
Total de proveitos e ganhos:		206 986	199 584
Custo das vendas	26	(2 566)	(1 946)
Fornecimentos e serviços externos	26	(40 979)	(44 877)
Custos com o pessoal	27	(22 477)	(22 633)
Amortizações, depreciações, perdas por imparidades de ativos fixos e direitos de uso de ativos	26	(48 570)	(50 438)
Provisões	19 e 26	(597)	(185)
Perdas por imparidades de contas a receber	26	(87)	(30)
Outros custos operacionais	26	(38 481)	(31 426)
Custos financeiros	28	(11 254)	(10 305)
Total de custos e perdas:		(165 011)	(161 839)
Resultado antes de impostos e outras contribuições:		41 974	37 746
Imposto sobre o rendimento	17	(10 676)	(10 261)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	19	(11 479)	(11 930)
Resultado líquido consolidado do exercício		19 819	15 555
Resultado líquido atribuível a:			
Acionistas da Floene Energias, S.A.		18 942	14 811
Interesses que não controlam	24	877	743
Resultado básico e diluído por ação (valor em Euros)		0,21	0,17
Resultado líquido consolidado do exercício		19 819	15 555
Itens que no futuro não serão reciclados por resultados do exercício			
Remensurações - benefícios de reforma	18	12 449	(284)
Imposto relacionado com os ganhos e perdas atuariais	17 e 18	(2 138)	(274)
Total de outro rendimento integral:		10 310	(558)
Total do rendimento integral do exercício, atribuível a:		30 130	14 996
Acionistas da Floene Energias, S.A.		29 253	14 253
Interesses que não controlam		877	743

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados e do rendimento integral consolidados e devem ser lidos em conjunto.



Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio para os períodos findos em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros - € k)

	Notas	Capital social	Prestações acessórias	Reservas	Resultados acumulados	Sub-total	Interesses que não controlam (nota 24)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021		89 529	-	11 045	115 476	216 050	19 952	236 002
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-	-	14 811	14 811	743	15 555
Outro rendimento integral	18	-	-	-	(558)	(558)	-	(558)
Rendimento integral do exercício		-	-	-	14 253	14 253	743	14 996
Outros ajustamentos		-	-	-	(268)	(268)	-	(268)
Distribuição de dividendos		-	-	-	(30 515)	(30 515)	(492)	(31 007)
Incremento/ diminuição de reservas		-	-	1 035	(1 035)	-	(4)	(4)
Constituição /entrega de prestações acessórias	23	-	19 516	-	-	19 516	-	19 516
Saldo em 31 de dezembro 2021		89 529	19 516	12 080	97 911	219 036	20 200	239 236
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-	-	18 942	18 942	877	19 819
Outro rendimento integral	18	-	-	-	10 310	10 310	-	10 310
Rendimento integral do exercício		-	-	-	29 253	29 253	877	30 130
Distribuição de dividendos	23	-	-	-	(15 000)	(15 000)	-	(15 000)
Incremento/ diminuição de reservas	23	-	-	957	(957)	-	12	12
Saldo em 31 de dezembro 2022		89 529	19 516	13 037	111 206	233 289	21 089	254 378

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados e do rendimento integral consolidados e devem ser lidas em conjunto.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros - € k)

	NOTAS	2022	2021
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		226 193	226 677
(Pagamentos) a fornecedores		(56 997)	(69 852)
(Pagamentos) relativos a pessoal		(30 223)	(28 084)
(Pagamento) de imposto sobre o consumo (IVA)		(28 709)	(28 823)
(Pagamentos) de imposto sobre o rendimento		(8 106)	(12 752)
(Pagamento) de taxas de ocupação do subsolo		(17 323)	(19 496)
(Pagamento líquido) de contribuição extraordinária sobre o setor energético	19 e 23	(13)	(1 053)
Outros recebimentos relativos à atividade operacional		(2 177)	(3 056)
Fluxos das atividades operacionais (1)		82 644	63 562
Atividades de investimento:			
Recebimentos por alienações de ativos tangíveis e intangíveis		-	1
(Pagamentos) por aquisições de ativos tangíveis e intangíveis		(33 913)	(30 681)
(Pagamentos) de investimentos financeiros		-	(2)
Recebimento de juros e proveitos similares		3	
Fluxos das atividades de investimento (2)		(33 910)	(30 682)
Atividades de financiamento:			
(Pagamento) de empréstimos obtidos	15	(1 042)	(1 042)
(Pagamento) de juros e custos similares		(11 490)	(9 150)
(Pagamentos) de locações	7	(815)	(728)
(Pagamentos) de juros de locações	7	(348)	(354)
Dividendos pagos	23	(15 000)	(31 000)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(28 694)	(42 275)
Variação líquida de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		20 040	(9 395)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	14	67 484	76 879
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	14	87 523	67 484

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa e devem ser lidas em conjunto.

1. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

1.1 Nota Introdutória

Empresa – mãe

A Floene Energias, S.A. (adiante designada por “Floene” ou “Empresa”), constituída em 2 de dezembro de 2009 e anteriormente designada por Galp Gás Natural Distribuição, S.A., tem a sua sede na Rua Tomás da Fonseca em Lisboa, Portugal e tem como objeto social o exercício de atividades no sector energético, em particular na distribuição e comercialização de gás natural, incluindo a prestação de serviços de apoio à gestão empresarial, nas áreas de gestão, administrativa e logística, compras e aprovisionamento e sistemas de informação.

Nos termos do Artigo 3º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei 99-A/2021 de 31 de dezembro, com a entrada em vigor a 1 de janeiro de 2022, a Empresa deixou de cumprir os critérios para classificar como entidade de interesse Público em Portugal com referência à referida data.

O Grupo

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo Floene é constituído pela Floene Energias, S.A. e subsidiárias (conjuntamente, “Grupo” ou “Grupo Floene”), que desenvolvem as suas atividades na área da distribuição e comercialização de último recurso retalhista de gás natural. Em outubro de 2016, a Galp Gás & Power SGPS, S.A. (agora Galp *New Energies*, S.A.) vendeu 22,5% do Grupo Floene Energias, S.A. à entidade *Meet Europe Natural Gas*, Lda.. Esta venda resultou do acordo celebrado em 28 de julho de 2016 entre a Galp Energia SGPS, S.A., através da sua subsidiária Galp *New Energies*, S.A. e a *Marubeni Corporation* e *Toho Gas Co. Ltd.*

No dia 26 outubro de 2020 a Galp *New Energies*, S.A. acordou com a *Allianz Capital Partners*, em nome das companhias *Allianz Infrastructure Luxembourg II S.à.r.l.* e a *Allianz European Infrastructure Acquisition Holding S.à.r.l.*, a venda de 75,01% da sua participação na Floene, ficando ainda os restantes 2,49% do capital social da Floene a serem detidos pela Galp através da sua subsidiária Petrogal, S.A..

Em 24 de março de 2021, e após autorizações regulatórias usuais e à obtenção de consentimentos de terceiros, a *Allianz Capital Partners*, cujo Acionista de topo é a *Allianz SE*, passou a deter uma participação qualificada de 75,01% do capital social da Floene. O remanescente do capital social da Floene é detido pela *Meet Europe Natural Gas*, Lda e pela Petrogal, S.A..

Atividade de Gás

O segmento de negócio de Gás abrange a distribuição de gás natural, exercida em regime de serviço público, e comercialização de gás natural em regime de último recurso retalhista, nos termos da regulamentação aplicável.

Este serviço público foi concessionado pelo Estado Português às empresas do Grupo Floene, cinco das quais operam ao abrigo de um contrato de concessão para um período de 40 anos a contar a partir de 2008 (até ao ano de 2047), enquanto as restantes operam ao abrigo de licenças para exploração de rede de distribuição local, para um período de 20 anos, a contar a partir de 1 de janeiro de 2008 e até 2027 e, por fornecer gás a menos

de 100 000 clientes, foram igualmente concedidas licenças de comercialização de último recurso retalhista a clientes com consumo inferior a 2Mm³/ano, que optem por se manter no regime de tarifa regulada. As licenças para distribuição e fornecimento de gás cujo período terminava em 2022, foram reemitidas em fevereiro de 2022, ao abrigo do n.º 2 do artigo 70.º do Decreto-Lei 140/2006 de 26 de julho, passando a contar a partir de 1 de janeiro de 2008 até 31 de dezembro 2027, à semelhança das restantes licenças detidas pelo Grupo.

De forma sumária, apresenta-se abaixo para cada empresa subsidiária o detalhe da concessão/licença, bem como a maturidade das mesmas:

Empresa subsidiária	Licenças e período
Beiragás Companhia de Gás das Beiras, S.A.	Área de Concessão: por um período de 40 anos a contar a partir de 1 de janeiro de 2008 até ao ano 2047 para as atividades de Distribuição e Comercialização de Último Recurso Retalhista.
Tagusgás Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	Área de Concessão: por um período de 40 anos a contar a partir de 1 de janeiro de 2008 até ao ano 2047 para as atividades de Distribuição e Comercialização de Último Recurso Retalhista.
Lusitaniagás Companhia de Gás do Centro, S.A.	Área de Concessão: por um período de 40 anos a contar a partir de 1 de janeiro de 2008 até ao ano 2047, para a atividade de Distribuição.
Lisboagás GDL Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	Área de Concessão: por um período de 40 anos a contar a partir de 1 de janeiro de 2008 até ao ano 2047, para a atividade de Distribuição.
Setgás Sociedade Distribuidora de Gás Natural, S.A.	Área de Concessão por um período de 40 anos a contar a partir de 1 de janeiro de 2008 até ao ano 2047, para a atividade de Distribuição.
Dianagás Sociedade Distribuição de Gás Natural de Évora, S.A.	Licenças de exploração: para o período de 20 anos, o qual termina no ano de 2027 para os polos de Évora (o prazo de início da licença foi modificado em 2022 ao abrigo do n.º 2 do artigo 70.º do Decreto-Lei 140/2006 de 26 de julho, passando a contar a partir de 1 de janeiro de 2008) e Sines, para as atividades de Distribuição e Comercialização de Último Recurso Retalhista.
Duriensegás Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.	Licenças de exploração: para o período de 20 anos, o qual termina no ano de 2027 (no caso de Bragança, Chaves e Vila Real, o prazo de início da licença foi modificado em 2022 ao abrigo do n.º 2 do artigo 70.º do Decreto-Lei 140/2006 de 26 de julho, passando a contar a partir de 1 de janeiro de 2008) para os polos de Amarante, Bragança, Chaves, Marco de Canaveses e Vila Real, para as atividades de Distribuição e Comercialização de Último Recurso Retalhista.
Medigás Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A.	Licenças de exploração: para o período de 20 anos, o qual termina no ano de 2027, polos de Faro, Olhão (prazo de início da licença foi modificado em 2022 ao abrigo do n.º 2 do artigo 70.º do Decreto-Lei 140/2006 de 26 de julho, passando a contar a partir de 1 de janeiro de 2008) e Portimão, para as atividades de Distribuição e Comercialização de Último Recurso Retalhista.
Paxgás Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A.	Licenças de exploração: para o período de 20 anos, o qual termina no ano de 2027 para o polo de Beja, para as atividades de Distribuição e Comercialização de Último Recurso Retalhista.

Durante o exercício de 2022 foi aprovada a primeira alteração ao Regulamento Tarifário do Setor do Gás, conforme Regulamento n.º 583/2022, publicado no Diário da República n.º 123/2022, Série II de 28 de junho, tendo sido revisto o texto normativo relativo ao cálculo do ajustamento do desconto decorrente da aplicação da tarifa social, de forma a tornar mais clara a sua aplicação.

Foi também publicado o Decreto-Lei n.º 57-B/2022, no Diário da República n.º 172/2022, Série I de 6 de setembro, o qual estabelece um regime excecional e temporário que permite aos clientes finais de gás natural com consumos anuais inferiores ou iguais a 10 000 m³ aderir ao regime de tarifa regulada de venda de gás natural, assim como, o Decreto-Lei n.º 84-D/2022, no Diário da República n.º 236/2022, Série I de 9 de dezembro, o qual aprova a criação do regime transitório de estabilização de preços do gás por pessoas coletivas com consumos superiores a 10 000 m³.

Por último, destaca-se a aprovação das Tarifas e preços de gás para o ano gás 2022-2023, segundo a Diretiva n.º 15/2022, publicada no Diário da República n.º 123/2022, Série II de 28 de junho.

No âmbito do Regulamento Tarifário o Grupo desenvolve a Atividade de Distribuição de Gás (ADG), a Atividade de Acessos à Rede (AAR) na sua vertente de Operador da Rede de Distribuição (ORD), e ainda a Atividade de Comercialização de Gás, na sua vertente de Comercializador de Último Recurso Retalhista (CURR), que inclui as seguintes funções: (i) Compra e Venda de Gás (FCVG); (ii) Compra e Venda do Acesso às Redes (FCVAR); e, (iii) Comercialização de Gás (FCG).

Em virtude da atual conjuntura resultante do conflito geopolítico entre a Rússia e Ucrânia, a gestão da Floene continua a acompanhar a evolução da situação, de modo a controlar eventuais riscos operacionais, garantir a manutenção das suas atividades e mitigar eventuais impactes financeiros materialmente relevantes nas empresas do Grupo Floene. Até à data de aprovação das contas, o conflito geopolítico com a Rússia não teve impactes significativos na atividade.

2. Políticas contabilísticas significativas, estimativas e julgamentos

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em milhares de Euros (unid: € k), arredondados ao milhar mais próximo exceto se expresso em contrário. Deste modo, os subtotais e totais das tabelas apresentadas nestas demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas podem não ser iguais à soma dos valores apresentados, devido a arredondamentos.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Floene foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2022. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas

Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – *International Financial Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (“IASC”) e respetivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo *Standing Interpretation Committee* (“SIC”) e *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por “IFRS”.

As políticas contabilísticas adotadas encontram-se, conforme o seu conteúdo, na nota respetiva do anexo. As políticas contabilísticas comuns ou genéricas a várias notas encontram-se nesta nota.

Prestação e divulgação de informação

No seguimento da saída do Reino Unido da União Europeia, e uma vez que as obrigações emitidas pela Floene Energias, S.A. ao abrigo do *Medium Term Note Programme* apenas se encontram admitidas à negociação no mercado principal da *London Stock Exchange*, a Floene Energias, S.A. deixou de estar sujeita à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”) e às obrigações de prestação e divulgação de informação previstas no Código dos Valores Mobiliários (“CVM”). Assim, a Floene Energias, S.A. passou a estar sujeita à supervisão da *Financial Conduct Authority* (“FCA”) e a continuar a prestar e a divulgar a informação relevante de acordo com as obrigações de reporte e transparência previstas pela FCA para emitentes de valores mobiliários.

Acresce referir que, de acordo com o regime previsto pela FCA, as IFRS emitidas pelo IASB são equivalentes às normas internacionais de relato financeiro adotadas pelo Reino Unido para efeitos das Regras de Transparência (nos termos definidos pela secção 474 (1) da Lei das Sociedades de 2006).

2.2. Estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações e; (ii) o impacte das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

Os princípios contabilísticos e as áreas que requerem um maior número de juízos e estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: (i) imparidade de *goodwill*, ativos tangíveis e intangíveis e direitos de uso (notas 9, 5, 6 e 7); (ii) provisões para contingências (Nota 19); (iii) pressupostos demográficos e financeiros utilizados para cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 18);

(iv) imparidade para contas a receber (Nota 12); (v) vidas úteis e valores residuais de ativos tangíveis e intangíveis (Nota 5 e 6); (vi) ativos por impostos diferidos e estimativas sobre posições fiscais incertas (Nota 17); e (vii) rédito (Nota 25).

2.3. Políticas contábilísticas gerais

Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional das mesmas, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados consolidados do exercício nas mesmas rúbricas onde estão refletidos os réditos e perdas associados com essas transações.

Resultado básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é apurado com base na divisão dos lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores de capital próprio ordinário da Empresa pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período. Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Empresa ajusta os lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores ordinários de capital próprio, bem como o número médio ponderado de ações em circulação, para efeitos de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras. Nos períodos abrangidos por estas demonstrações financeiras não existiram quaisquer efeitos diluidores com impacto no resultado líquido por ação, pelo que este é igual ao resultado básico por ação.

3. Impacte resultante da aplicação de novas normas ou alterações às normas IFRS

3.1 Normas e interpretações publicadas que entraram em vigor no exercício

As normas IFRS aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) com aplicação no exercício de 2022 são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais, IAS 16 Ativos fixos tangíveis, IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; e melhoramentos anuais das normas IFRS Ciclo 2018-2020	02/07/2021	01/01/2022	2022	Sem impacte relevante.

3.2. Normas e interpretações publicadas que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As normas IFRS aprovadas e publicadas no JOUE até 31 de dezembro de 2022 e com aplicação contabilística em exercícios posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IFRS 17 Contrato de seguro: Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa (emitida a 9 de dezembro de 2021)	09/09/2022	01/01/2023	2023	Não aplicável.
Alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação (emitida a 7 de maio de 2021)	12/08/2022	01/01/2023	2023	Sem impacte previsível.
Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras e IFRS <i>Practice Statement 2</i> : Divulgação de políticas contabilísticas (emitida a 12 de fevereiro de 2021)	03/03/2022	01/01/2023	2023	Sem impactes contabilísticos. Impacte nas divulgações.
Alterações à IAS 8 Políticas contabilísticas, Alteração de estimativas, Erros, Reexpressão: Divulgação de estimativas contabilísticas (emitida a 12 de fevereiro de 2021)	03/03/2022	01/01/2023	2023	Sem impacte previsível.
IFRS 17 Contratos de seguro (emitida a 18 de maio de 2017), incluindo alterações à IFRS 17	23/11/2021	01/01/2023	2023	Não aplicável.

3.3. Normas e interpretações ainda não publicadas pela União Europeia

As normas IFRS (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2023, ainda não endossadas pela UE são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IAS	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras: Passivos não correntes com <i>covenants</i> (emitida a 31 de outubro de 2022)	01/01/2024	2024	Sem impacte previsível.
Alterações à IFRS 16 Locações: Passivos de locação em transações de venda e relocação (emitida a 22 de setembro de 2022)	01/01/2024	2024	Sem impacte significativo previsível.

4. Informação por segmentos

Política contabilística

Segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- Que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- Relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

As políticas contabilísticas no relato por segmentos são utilizadas consistentemente no Grupo. Todos os réditos inter-segmentais são a preços de mercado e são eliminados na consolidação.

Segmentos operacionais

O Grupo em 31 de dezembro de 2022 é constituído pela Floene Energias, S.A. e subsidiárias que desenvolvem as suas atividades de distribuição e comercialização de gás natural em regime de último recurso.

O segmento operacional de Gás abrange as áreas de distribuição e comercialização de gás natural em regime de último recurso (Nota 25 para mais detalhe da atividade de Gás).

Relativamente a “Outros”, o Grupo considerou a empresa *holding* Floene Energias, S.A..

Seguidamente apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Unid: € k

	Consolidado		Gás Natural		Outros		Ajustamentos de Consolidação	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Vendas e prestações de serviços	159 357	158 724	158 577	157 950	22 879	24 704	(22 099)	(23 930)
Custo das vendas	(2 566)	(1 946)	(2 567)	(1 946)	-	-	-	-
Outros proveitos e custos	(54 525)	(58 275)	(54 857)	(58 744)	(21 851)	(23 539)	22 183	24 008
EBITDA	102 266	98 503	101 154	97 261	1 029	1 165	84	78
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	(48 570)	(50 438)	(47 381)	(49 305)	(1 189)	(1 133)	-	-
Provisões (líquidas)	(597)	(185)	(597)	(185)	-	-	-	-
EBIT	53 099	47 881	53 176	47 771	(160)	32	84	78
Outros resultados financeiros	(11 125)	(10 135)	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre rendimento	(10 676)	(10 261)	-	-	-	-	-	-
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	(11 479)	(11 930)	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido Consolidado, do qual atribuível a:	19 819	15 555	-	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam	877	743	-	-	-	-	-	-
Acionistas da Floene Energias, S.A.	18 942	14 811	-	-	-	-	-	-
OUTRAS INFORMAÇÕES								
Ativos do Segmento ¹								
Participações financeiras ²	2 278	2 278	3	3	2 275	2 275	-	-
Outros ativos	1 333 681	1 326 415	1 286 307	1 274 002	241 630	213 527	(194 259)	(161 114)
Ativos do Segmento	1 335 959	1 328 694	1 286 310	1 274 005	243 905	215 802	(194 259)	(161 114)
dos quais ativos dos Direitos de uso de ativos	11 078	11 499	6 215	6 509	4 863	4 991	-	-

¹ Quantia líquida

² Goodwill e outros ativos financeiros

As principais transações inter-segmentais de prestações de serviços referem-se a serviços de *back-office* e de gestão.

Num contexto de partes relacionadas, à semelhança do que acontece entre empresas independentes que efetuam operações entre si, as condições em que assentam as suas relações comerciais e financeiras são regidas pelos mecanismos de mercado.

Os pressupostos subjacentes à determinação dos preços nas transações entre as empresas do Grupo assentam na consideração das realidades e características económicas das situações em apreço, ou seja, na comparação das características das operações ou das empresas suscetíveis de terem impacto sobre as condições inerentes às transações comerciais em análise. Neste contexto, são analisados, entre outros, os bens e serviços transacionados, as funções exercidas pelas partes (incluindo os ativos utilizados e os riscos assumidos), as cláusulas contratuais, a situação económica dos intervenientes bem como as respetivas estratégias negociais.

A remuneração, num contexto de partes relacionadas, corresponde assim à que é adequada, por regra, às funções exercidas por cada empresa interveniente, tendo em atenção os ativos utilizados e os riscos assumidos. Assim, e para determinação desta remuneração, são identificadas as atividades desenvolvidas e riscos assumidos pelas empresas no âmbito da cadeia de valor dos bens/serviços que transacionam, de acordo com o seu perfil funcional, designadamente, no que concerne às funções que levam a cabo – distribuição e comercialização.

Em suma, os preços de mercado são determinados não apenas com recurso à análise das funções que são desempenhadas, dos ativos utilizados e riscos incorridos por uma entidade, mas também tendo presente o contributo desses elementos para a rentabilidade da empresa. Esta análise passa por verificar se os indicadores de rentabilidade das empresas envolvidas se enquadram dentro dos intervalos calculados com base na avaliação de um painel de empresas funcionalmente comparáveis, mas independentes, permitindo assim que os preços sejam fixados com vista a que se respeite o princípio de plena concorrência.

A reconciliação entre as rubricas da Informação por segmentos e a Demonstração dos resultados para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

RÚBRICAS DA INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS		
	2022	2021
Vendas e prestação de serviços	159 357	158 724
Custo das vendas	(2 566)	(1 946)
Outros proveitos e custos	(54 525)	(58 275)
EBITDA	102 266	98 503
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos e direitos de uso de ativos	(48 570)	(50 438)
Provisões (líquidas)	(597)	(185)
EBIT	53 099	47 881
Resultados financeiros	(11 125)	(10 135)
Imposto sobre o rendimento	(10 676)	(10 261)
Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético	(11 479)	(11 930)
Resultado líquido do exercício	19 819	15 555

RÚBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
	2022	2021
Vendas	3 842	3 416
Prestações de serviços	155 515	155 308
Custo das vendas	(2 566)	(1 946)
Outros proveitos operacionais	47 499	40 690
Fornecimentos e serviços externos	(40 979)	(44 877)
Custos com o pessoal	(22 477)	(22 633)
Perdas por imparidade de contas a receber	(87)	(30)
Outros custos operacionais	(38 481)	(31 426)
Resultado operacional antes de amortizações e provisões	102 266	98 503
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos e direitos de uso de ativos	(48 570)	(50 438)
Provisões (líquidas)	(597)	(185)
Resultado operacional	53 099	47 881
Resultados financeiros	(11 125)	(10 135)
Imposto sobre o rendimento	(10 676)	(10 261)
Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético	(11 479)	(11 930)
Resultado líquido do exercício	19 819	15 555

5. Ativos Tangíveis

Política contabilística

Reconhecimento

Os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2010 (data de transição para IFRS) encontram-se registados à luz da opção prevista pela IFRS 1 pelo seu custo considerado (“deemed cost”), o qual corresponde ao custo de aquisição, reavaliado, quando aplicável, de acordo com as disposições legais a 1 de janeiro de 2004, data da primeira adoção das IFRS nas demonstrações financeiras da entidade mãe, que detinha na altura a Empresa, deduzido das depreciações acumuladas e das eventuais perdas por imparidades.

Os ativos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de fatura, as despesas de transporte, montagem e os encargos financeiros suportados pela Grupo durante o período de construção.

Os ativos tangíveis em curso refletem ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade, sendo depreciados a partir do momento em que os projetos de investimentos estejam substancialmente concluídos ou prontos para uso.

As depreciações são calculadas sobre o valor de custo considerado (para as aquisições até 1 de janeiro de 2010) ou sobre o custo de aquisição, pelo método das quotas constantes por duodécimos, aplicada a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para serem usados como pretendidos pela Gestão. Utiliza-se, de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração dos ativos fixos tangíveis, durante a sua vida útil estimada, tendo em conta, nos casos em que tal é aplicável, o período de concessão.

As taxas de depreciação anuais médias efetivas para Edifícios e outras construções são de 2% para o ano de 2022 e 2021.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou abate dos ativos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos-valias contabilísticas apuradas são registadas na demonstração dos resultados consolidados nas rubricas de Outros proveitos operacionais ou Outros custos operacionais, respetivamente.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações relativas à substituição de partes de equipamentos ou outros ativos tangíveis são registadas como ativos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e depreciados às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos fixos principais.

Imparidades

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificada uma desvalorização do ativo em apreço. Nos casos em que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de Amortizações, depreciações, perdas por imparidade de ativos fixos e direitos de uso de ativos.

A quantia recuperável é o maior entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados do ativo durante a sua vida útil estimada. A quantia recuperável é estimada para o ativo ou unidade geradora de caixa a que este possa pertencer. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC (“Weighted Average Cost of Capital”) do Grupo Floene.

O período de projeções dos fluxos varia em função da vida útil média da unidade geradora de caixa.

A movimentação da rubrica de Ativos tangíveis apresenta-se como segue:

	Terrenos e recursos naturais e Edificações	Equipamento administrativo	Total
Em 31 de dezembro 2021			
Custo	938	-	938
Depreciação acumulada	(488)	-	(488)
Valor Líquido	450	-	450
Em 31 de dezembro 2022			
Custo	938	14	952
Depreciação acumulada	(507)	-	(507)
Valor Líquido	432	14	445

	Terrenos e recursos naturais e Edificações	Equipamento administrativo	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	469	-	469
Depreciações e imparidades	(19)	-	(19)
Saldo em 31 de dezembro 2021	450	-	450
Saldo em 1 de janeiro de 2022	450	-	450
Depreciações e imparidades	(19)	-	(19)
Transferências	-	14	14
Saldo em 31 de dezembro 2022	432	14	445

6. Ativos intangíveis

Política contabilística

Os ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis, e se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

As despesas com desenvolvimento somente são registadas como ativos intangíveis se o Grupo demonstrar capacidade técnica e económica, bem como decisão para completar esse desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso próprio, e demonstre igualmente, a probabilidade do ativo criado gerar benefícios económicos futuros. Caso as despesas não satisfaçam esses requisitos, as despesas com desenvolvimento são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

As despesas com pesquisa são reconhecidas como gasto do exercício.

Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados pelo método das quotas constantes.

As taxas de amortização variam conforme os prazos dos contratos existentes ou a expectativa de uso do ativo intangível.

Com a aplicação da IFRIC 12, a Floene classifica os ativos do Gás Natural alvo da concessão e de licença de exploração, e cuja remuneração é controlada pela ERSE, em conformidade com o Modelo de Ativo Intangível. Assim, os ativos tangíveis das empresas com atividade regulada estão classificados como ativos intangíveis, na rúbrica de Acordos de Serviços de Concessão, sendo amortizados pela sua vida útil económica pelo método das quotas constantes por duodécimos, aplicável a partir da data de entrada em funcionamento dos bens, utilizando-se de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração do ativo, durante a vida útil estimada ou conforme os prazos de contratos existentes ou a expectativa de uso.

De acordo com os Contratos de Concessão ou Licenças celebrados com o Estado Português, e atualmente em vigor, no término dos contratos de concessão/licenças ou caso as mesmas sejam extintas, opera-se a transmissão das infraestruturas e outros meios afetos à concessão para o Estado, o qual pagará à concessionária, salvo se a lei disso o desobrigar, uma indemnização correspondente ao valor contabilístico dos ativos intangíveis líquidos de amortizações e de participações.

O valor contabilístico dos ativos intangíveis líquidos à data do fim dos Contratos de Concessão ou das Licenças atribuídas, poderá configurar como um ativo financeiro (Modelo Misto nos termos da IFRIC 12) nesse momento. Este montante encontra-se reconhecido a 31 de dezembro de 2022 como Ativo intangível, com base na melhor estimativa da Gestão no que respeita à recuperação efetiva dos montantes e com base na definição da remuneração dos ativos definida pela ERSE.

Os direitos de uso sobre as infraestruturas afetas ao gás, nomeadamente as redes de distribuição de gás, encontram-se a ser amortizadas pelo prazo de 45 anos.

O Grupo capitaliza as despesas relacionadas com a reconversão de consumos para gás que se consubstanciem na adaptação de instalações. O Grupo considera que consegue controlar os benefícios económicos futuros dessas reconversões através da veiculação/venda continuada de gás aos fogos conforme previsto no Decreto-Lei 140/2006, de 26 de Julho. Estas despesas são amortizadas em quotas constantes até ao final do período de concessão atribuído às empresas distribuidoras de gás natural.

Imparidades

Conforme Nota 5.

Pela aplicação da IFRIC 12, os ativos regulados sujeitos à concessão pública a privados de infraestruturas foram transferidos para as rubricas “Acordos de concessão” e “Imobilizações em curso – acordos de concessão”, conforme abaixo:

Unid: € k

	Acordos de concessão								Total
	Terrenos	Edifícios	Equipamento básico	Reconversão consumo GN	Imobilizações em curso	Outros acordos de concessão	Total acordos concessão	Outros ativos intangíveis	
Em 31 de dezembro 2021									
Custo	12 703	12 238	1 363 446	632 193	1 706	18 610	2 040 897	4 556	2 045 454
Amortização acumulada	(4 844)	(7 552)	(593 349)	(285 982)	-	(17 405)	(909 133)	(2 037)	(911 171)
Valor Líquido	7 860	4 686	770 097	346 211	1 706	1 205	1 131 764	2 519	1 134 283
Em 31 de dezembro 2022									
Custo	12 717	12 917	1 395 413	628 964	2 263	25 820	2 078 095	7 763	2 085 858
Amortização acumulada	(5 111)	(7 819)	(620 361)	(297 687)	-	(24 315)	(955 294)	(2 835)	(958 129)
Valor Líquido	7 606	5 099	775 051	331 277	2 263	1 506	1 122 801	4 928	1 127 729



Unid: € k

	Acordos de concessão							Outros ativos intangíveis	Total
	Terrenos	Edifícios	Equipamento básico	Reconversão consumo GN	Imobilizações em curso	Outros acordos de concessão	Total acordos concessão		
Saldo em 1 de janeiro de 2021	8 097	5 010	781 167	352 274	1 424	1 886	1 149 858	842	1 150 700
Adições	-	-	-	-	30 781	-	30 781	2 451	33 232
Amortizações	(267)	(346)	(31 326)	(16 054)	-	(788)	(48 782)	(774)	(49 556)
Abates e vendas	-	-	(87)	-	-	(6)	(93)	-	(93)
Outros ajustamentos (Transferências)	30	21	20 344	9 991	(30 498)	112	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2021	7 860	4 686	770 097	346 211	1 706	1 205	1 131 764	2 519	1 134 283
Saldo em 1 de janeiro de 2022	7 860	4 686	770 097	346 211	1 706	1 205	1 131 764	2 519	1 134 283
Adições	-	-	-	-	37 969	-	37 969	3 221	41 190
Amortizações	(268)	(262)	(31 576)	(14 305)	-	(414)	(46 825)	(798)	(47 623)
Abates e vendas	-	-	(8)	-	-	-	(8)	-	(8)
Outros ajustamentos (Transferências)	14	675	36 538	(628)	(37 413)	715	(100)	(14)	(114)
Saldo em 31 de dezembro 2022	7 606	5 099	775 051	331 277	2 263	1 506	1 122 801	4 928	1 127 729

As adições do exercício de 2022 dos ativos associados a acordos de concessão, no montante de € 37 969 k (2021: € 30 781 k) respeitam essencialmente a ativos relativos à construção de infraestruturas de gás e a investimentos de reconversão de consumos de gás (Notas 25 e 26).

7. Direitos de uso e responsabilidades por locações

Política contabilística

Reconhecimento

O Grupo reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

O passivo da locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data da entrada em vigor do contrato de locação, descontando os juros a uma taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental do Grupo. Em geral, o Grupo utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar. Pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem o seguinte:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos de locação variável, dependente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual;
- preço de exercício da opção de compra, se for razoavelmente certo que o locatário exerça a opção; e
- pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário cancele o contrato.

A responsabilidade por locações é remensurada quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice ou taxa, se ocorrer uma alteração na estimativa do Grupo do montante que deverá ser pago sob uma garantia de valor residual, ou caso o Grupo altere a sua avaliação acerca da opção de exercício de compra, sua extensão ou rescisão.

Quando o passivo da locação é remensurado, o valor do direito de uso é também ajustado, ou é registado um lucro ou prejuízo na demonstração dos resultados consolidados, se a quantia escriturada do ativo do direito de uso já se encontrava reduzida a zero.

O Grupo apresenta os direitos de uso de ativos e o passivo da locação em rubricas devidamente segregadas na demonstração consolidada da posição financeira.

Locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor

O Grupo não reconhece como direitos de uso de ativos ou passivos da locação, contratos de locação de duração inferior a 12 meses ou locações de baixo valor. O Grupo reconhece os dispêndios associados a estas locações, como um custo do exercício durante o período de vida dos contratos.

Depreciação

O direito de uso do ativo é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos tangíveis.

Imparidades

O direito de uso do ativo é reduzido por eventuais perdas de imparidade, e ajustado por certas variações da obrigação por locações associadas ao ativo.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Vidas úteis, valores residuais dos ativos e taxas de desconto

O apuramento dos valores residuais dos ativos, estimativa das vidas úteis e taxas de desconto têm por base premissas dos contratos de locação (ou ativos similares) e são definidos baseados no julgamento da Gestão, assim como as melhores práticas em uso pelos peers do setor.

Imparidade dos Direitos de uso de ativos

Identificação de indicadores de imparidade, estimativa de fluxos de caixa futuros e determinação do justo valor dos ativos exige um elevado nível de julgamento da Gestão, em termos de identificação e avaliação dos indicadores de imparidade diferentes, nomeadamente o fluxo de caixa esperado, as taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Os Direitos de uso de ativos são detalhados como segue:

Unid: € k

	Edifícios	Viaturas	Total
Em 31 de dezembro 2021			
Custo	13 537	477	14 014
Depreciação acumulada	(2 211)	(304)	(2 515)
Valor Líquido	11 326	174	11 499
Em 31 de dezembro 2022			
Custo	13 537	880	14 417
Depreciação acumulada	(2 919)	(419)	(3 339)
Valor Líquido	10 618	460	11 078

Os movimentos ocorridos durante o exercício económico são como segue:

Unid: € k

	Edifícios	Viaturas	Total
Saldo a 1 de janeiro 2021	12 004	306	12 309
Adições	-	34	34
Depreciações	(707)	(156)	(863)
Abates	-	18	18
Outros ajustamentos	30	(28)	1
Saldo a 31 de dezembro 2021	11 326	174	11 499
Saldo a 1 de janeiro 2022	11 326	174	11 499
Adições	-	505	505
Depreciações	(708)	(221)	(929)
Outros ajustamentos	-	3	3
Saldo a 31 de dezembro 2022	10 618	461	11 078

As Responsabilidades por locações são como segue:

Unid: € k

	2022	2021
Análise de maturidade - cash flows contratuais não descontados	14 383	15 003
Inferior a um ano	1 125	1 030
Um a cinco anos	3 989	3 788
Mais de cinco anos	9 269	10 186
Responsabilidades por locações na Demonstração da posição financeira consolidada	11 720	12 027
Corrente	1 110	1 015
Não corrente	10 610	11 012

Além das depreciações dos direitos de uso do exercício apresentadas no primeiro quadro desta nota, os montantes reconhecidos nos resultados consolidados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

Unid: € k

	Notas	2022	2021
		1 476	1 072
Juros de locações	28	348	354
Custos relacionados com locações de curta duração, baixo valor e pagamentos variáveis		1 128	717



Os montantes reconhecidos na demonstração consolidada de fluxos de caixa são como segue:

Unid: € k

	2022	2021
Atividades de financiamento	1 162	1 083
Pagamentos relativos a locações	815	728
Pagamentos relativos a juros de locações	348	354

8. Subsídios

Política contabilística

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza de que sejam recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão. Os subsídios ao investimento para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados como proveitos diferidos no passivo, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como rendimentos operacionais do período, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

O detalhe da rubrica de subsídios apresenta-se como segue:

Unid: € k

	Notas	2022	2021
Programas		427 781	427 671
Programa Energia		103 689	103 689
Protede		19 708	19 708
Programa Operacional Economia		303 393	303 393
Proalgarve - FEDER		882	882
Programa Portugal 2020		110	-
Valor acumulado reconhecido como rendimento		(230 292)	(222 137)
Montante por reconhecer	16	197 489	205 534

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados os montantes de € 8 648 k (2021: € 8 927 k) (Nota 25). Em 2022, a variação do Montante por reconhecer, inclui a regularização do saldo de outros proveitos diferidos no montante de € 416 k (Nota 16) pelo valor acumulado reconhecido como rendimento.

9. Goodwill

Reconhecimento

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), se positivas, são registadas na rubrica de *Goodwill*. Se negativas, são registadas de imediato em resultados do exercício.

A diferença entre os montantes pagos na aquisição de participações em empresas do Grupo e o justo valor dos capitais próprios das empresas adquiridas era, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme segue:

Unid: € k

	2022	2021
	2 275	2 275
Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.	1 640	1 640
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	585	585
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	50	50

Análise de imparidade do *Goodwill*

Na análise da imparidade do *Goodwill*, o mesmo é alocado à unidade ou unidades geradoras de caixa a que respeita. O valor recuperável do *Goodwill* é estimado com base no valor de uso, o qual é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da unidade geradora de caixa. A quantia recuperável é estimada para a unidade geradora de caixa a que este possa pertencer, segundo o método dos fluxos de caixa descontados. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC (“Weighted Average Cost of Capital”) do Grupo para o segmento de negócio a que a unidade geradora de caixa pertence.

Unidade geradora de caixa	Modelo de avaliação	Fluxos de caixa	Taxas de desconto	
			2022	2021
Participação Financeira (compreendida no período de concessão)	DCF (Fluxos de caixa descontados) ou RAB	Conforme Orçamento para 2023 e Plano estratégico para os próximos 4 anos	5,6%	5,6%

A procura e o consumo de gás natural têm sido constantes ao longo de vários anos, não havendo indícios de imparidades. Dado que o negócio do Grupo Floene é regulado, a análise de imparidade baseia-se no *Regulatory Asset Base* (RAB).

10. Participações financeiras em associadas

Não aplicável.

11. Inventários

Política contabilística

Os inventários (mercadorias, matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das mercadorias e matérias-primas e subsidiárias) ou produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda, deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor realizável líquido dos inventários, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de Custo das vendas.

A rubrica de Inventários apresentava o seguinte detalhe, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	2022	2021
	1 200	1 810
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 290	1 890
Mercadorias	10	8
Reduções de inventários	(99)	(88)

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo, no montante de € 1 290 k (2021: € 1 890 k), corresponde essencialmente a materiais a aplicar na construção de infraestruturas do Grupo.

A rubrica de Mercadorias, no montante de € 10 k (2021: € 8 k), corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra nas unidades autónomas de gás (UAG).

A variação das reduções de inventários no montante de € 12 k foi reconhecida em custos operacionais na demonstração dos resultados do período (Nota 26).

12. Clientes e Outras contas a receber

Política Contabilística

As contas a receber são inicialmente registadas ao justo valor e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade de contas a receber. Usualmente, o custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal, nem do seu justo valor.

Clientes e Outras contas a receber são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais para os fluxos de caixa (ou seja, são recebidos), quando são transferidos (por exemplo, vendidos) ou quando são sujeitos a perdas por imparidade.

Estimativas e julgamentos contabilísticos

Imparidades de contas a receber

O Grupo aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para todas as contas a receber. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio (ie características de risco de crédito comuns) para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas. O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, levando em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também leva em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente ocorridas.

Risco de crédito

Para fins de risco de crédito, se os clientes e outras contas a receber forem classificados de forma independente, essas classificações serão utilizadas. Caso contrário, se não houver classificação independente, o controle de risco avalia a qualidade de crédito do cliente, levando em consideração a sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pela Gestão. O cumprimento dos limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorizado pela Gestão.

Para futuras mitigações do risco de crédito, as garantias bancárias e apólices de seguro para um eventual incumprimento de crédito são um *standard* da política de risco global do Grupo.

Clientes

A rúbrica de Clientes, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava o seguinte detalhe:

Unid: € k

	Notas	2022	2021
		9 260	10 696
Clientes		9 821	11 522
Imparidades de clientes		(561)	(826)
Antiguidade da dívida líquida de clientes	Risco	9 260	10 696
Não vencidos	Baixo	7 943	9 840
Vencidos até 180 dias	Médio	423	346
Vencidos entre 181 e 365 dias	Alto	227	88
Vencidos há mais de 365 dias	Muito Alto	666	422



Unid: € k

Movimento da imparidade de clientes	Notas	2022	2021
Imparidade no início do exercício		826	751
Aumento líquido das perdas por imparidade	26	87	75
Utilização das perdas por imparidade		(352)	-
Imparidade no final do exercício		561	826

Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava o seguinte detalhe:

Unid: € k

	Notas	2022		2021	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
		62 025	20 055	68 406	14 237
Outros devedores		21 796	2 235	26 272	3 453
Taxa de Ocupação do Subsolo	29	19 429	2 235	19 930	3 453
Outros		2 367	-	6 342	-
Ativos resultantes de contrato		37 551	17 760	40 613	10 743
Vendas e prestações de serviços realizadas e não faturadas		13 094	-	14 551	-
Desvio tarifário - <i>pass through</i>		18 361	-	10 379	-
Desvio tarifário - <i>core</i>		5 967	17 760	15 380	10 743
Outros acréscimos de proveitos		129	-	303	-
Custos diferidos		2 760	61	1 602	40
Outros custos diferidos		2 760	61	1 602	40
Imparidade de outras contas a receber		(81)	-	(81)	-

A variação da rubrica Outros devedores - Outros a receber deve-se essencialmente aos adiantamentos realizados a fornecedores no final do exercício de 2022.

Os desvios tarifários *pass-through* respeitam à remuneração das tarifas de acesso à rede relativas ao uso global do sistema (UGS) e uso da rede de transporte (URT), pagos a terceiros, correspondendo à diferença entre o valor liquidado pelo Grupo e o valor faturado a clientes, devidamente especializados para que o impacto na Demonstração dos resultados consolidados relativamente a estas funções seja nulo.

A repartição anual do desvio tarifário com origem nos ajustamentos da Atividade “Core” é como segue:

Unid: € k

	2021	Variação	2022
Atividade Distribuição Gás (ORD)			
Ano civil 2019	12 396	(12 396)	-
Constituição	24 032	-	24 032
Ajustamento	(14 796)	-	(14 796)
Reversão	3 160	(12 396)	(9 236)
Ano civil 2020	4 513	(645)	3 868
Constituição	(8 145)	(24)	(8 169)
Reversão	-	11 774	11 774
Ajustamento	12 658	(12 395)	263
Ano civil 2021	6 308	-	6 308
Constituição	6 308	-	6 308
Ano civil 2022	-	11 363	11 363
Constituição	-	11 363	11 363
Desvio Tarifário – ADG	23 217		21 538
Ativos resultantes de contratos	25 993		23 681
Acréscimo de Custos	(2 776)		(2 143)

Unid: € k

	2021	Variação	2022
Atividade Comercialização Gás (CURR)			
Ano civil 2019	(2 162)	2 162	-
Constituição	(1 343)	-	(1 343)
Reversão	(818)	2 162	1 343
Ano civil 2020	(64)	78	14
Constituição	(140)	-	(140)
Reversão	77	78	154
Ano civil 2021	7	(8)	(1)
Constituição	7	-	7
Reversão	-	(8)	(8)
Ano civil 2022	-	(35)	(35)
Constituição	-	(35)	(35)
Desvio Tarifário – FCG	(2 219)		(22)
Ativos resultantes de contratos	130		46
Acréscimo de custos	(2 349)		(68)

Os acréscimos de custos encontram-se incluídos na rubrica de Outras contas a pagar (Nota 16).

13. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os Outros ativos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

Unid: € k

	2022	2021
	Não corrente	Não corrente
	3	3
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3	3

14. Caixa e seus equivalentes

Política contabilística

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses à data da emissão, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Dívida financeira, na demonstração da posição financeira consolidada.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

Unid: € k

	2022	2021
	87 523	67 484
Caixa e seus equivalentes	87 523	67 484

15. Dívida financeira

Política contabilística

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os empréstimos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na demonstração dos resultados consolidados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros de financiamento e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Dívida financeira detalha-se, como segue:

Unid: € k

	2022		2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
	601 042	72 337	1 042	673 969
Empréstimos bancários	1 042	4 167	1 042	5 208
<i>Origination Fees</i>	-	-	-	(1)
Empréstimos bancários	1 042	4 167	1 042	5 208
Empréstimos por obrigações e notes	600 000	68 171	-	668 762
<i>Origination Fees</i>	-	(1 829)	-	(1 238)
Empréstimos Obrigacionistas e Notes	600 000	70 000	-	670 000

A taxa de juro média dos empréstimos, incluindo custos com descobertos bancários, suportada pelo Grupo, em 2022 e 2021, ascendem a 1,70% e 1,35%, respetivamente.

Os empréstimos corrente e não corrente, excluindo *origination fees*, descobertos bancários, em 31 de dezembro de 2022 apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

Unid: € k

Vencimento	Empréstimos		
	Total	Corrente	Não corrente
	675 208	601 042	74 166
2023	601 042	601 042	-
2024	71 041	-	71 041
2025	1 042	-	1 042
2026 e seguintes	2 083	-	2 083

As variações da dívida financeira durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2022 detalha-se como se segue:

Unid: € k

	Saldo inicial	Amortizações de principal	Outros	Saldo final
	675 011	(1 042)	(590)	673 379
Empréstimos bancários	6 249	(1 042)	1	5 208
<i>Origination Fees</i>	(1)	-	1	-
Empréstimos bancários	6 250	(1 042)	-	5 208
Empréstimos por obrigações e notes	668 762	-	(591)	668 171
<i>Origination Fees</i>	(1 238)	-	(591)	(1 829)
Empréstimos obrigacionistas e Notes	670 000	-	-	670 000

Para informação comparativa consultar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Caraterização dos principais empréstimos

Empréstimos bancários - Outros

Em dezembro de 2005 foi celebrado, pela empresa do Grupo Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., um contrato de financiamento em regime de *Project Finance* que inclui uma linha de crédito para investimento até ao montante máximo de € 27 000 k (Tranche A) a qual poderia ser utilizada até dezembro de 2008 e uma linha de apoio à exploração até ao montante máximo de € 4 000 k (Tranche B) a qual poderia ser utilizada e reembolsada até dezembro de 2012, tendo este prazo sido prorrogado até 31 de dezembro de 2013.

Em 2017, foi assinado um aditamento ao contrato acima referido, no qual se procedeu à alteração: i) do Banco Agente; ii) do plano de reembolso da Tranche A (reembolso em 36 prestações semestrais sucessivas, de 15 de junho de 2010 até 15 de dezembro de 2027) e iii) da margem.

Os montantes em dívida do empréstimo vencem juros à taxa Euribor a seis meses acrescida de margem, que varia ao longo do período de reembolso.

O montante em dívida a 31 de dezembro de 2022, respeitante à utilização da linha de crédito para investimento, ascendia a € 5 208 k, dos quais € 1 042 k se vencem no curto prazo e € 4 167 k no médio e longo prazo.

Backstop Facility

A 8 de setembro de 2022, a Floene Energias, S.A. contratou uma linha de crédito no formato obrigacionista, através de um sindicato bancário, com compromisso de tomada firme no montante total de € 600 000 k. Este financiamento permite dotar a Empresa de fundos suficientes para reembolsar as Notes que se irão vencer em setembro de 2023. O montante encontrava-se totalmente disponível a 31 de dezembro de 2022, podendo ser utilizado até 25 de setembro de 2023. Uma vez utilizado, a maturidade inicial será 30 de setembro de 2023, com possibilidade de extensão até 1 ano por opção da Empresa.

Empréstimo Obrigacionista

Em 1 de agosto de 2019, a Floene Energias, S.A. emitiu obrigações no montante total de € 70 000 k, com uma taxa de juro Euribor a 6 meses acrescida da margem. Este empréstimo será reembolsado na totalidade a 1 de agosto de 2024.

Emissões de Notes - Floene Energias, S.A.

A Floene Energias, S.A. estabeleceu a 25 agosto de 2016, um Programa de EMTN (“EUR 1 000 000 000 Euro Medium Term Note Programme”).

Ao abrigo do Programa de EMTN, no dia 19 de setembro de 2016, a Floene Energias, S.A. emitiu notes no montante de € 600 000 k, com vencimento em 19 de setembro de 2023 e cupão de 1,375%, admitidas à negociação no mercado regulamentado da *London Stock Exchange*. Em 31 de dezembro de 2022, o valor de mercado das Notes corresponde a € 591 716 k.

Nesta transação atuaram como *Joint-Bookrunners* o *JP Morgan*, *BofA Merrill Lynch* e Banco Santander Totta.

Ao abrigo destes programas (Empréstimo Obrigacionista e EMTN), foram definidos um conjunto de rácios financeiros (*Financial Covenants*) que representam um nível acrescido de proteção para credores do Grupo Floene.

Estes rácios, designados de *Net Debt/EBITDA* (ou Dívida Líquida / EBITDA) e *Debt Service Coverage Ratio* (ou Rácio de Cobertura do Serviço da Dívida ou RCSD), têm dois limites - um sob forma de *lock-up event* e outro sob forma de *event of default*. Os rácios a 31 de dezembro de 2022 são:

	2022
Dívida Líquida ¹ /Ebitda ²	5,8x
Rácio de Cobertura do Serviço da Dívida ³	4,8x

¹ Dívida Bancária + Empréstimo Obrigacionista + Juros Especializados - Caixa e Equivalentes

² EBITDA + Provisões

³ Cash Flow da Atividade Operacional, excluindo CESE - Pagamentos CAPEX/Serviço de Juros

De referir que ambos os rácios se encontram, à data de 31 de dezembro de 2022, dentro dos limites estabelecidos.

16. Fornecedores e Outras contas a pagar

Política contabilística

Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente mensurados ao justo valor e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. Em geral, o custo amortizado não difere do valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as rubricas Fornecedores e Outras contas a pagar não correntes e correntes apresentam-se como segue:

Unid: € k

	Notas	2022		2021	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores		8 445	-	8 381	-
Outras contas a pagar		47 381	190 144	44 185	197 415
Estado e outros entes públicos		4 555	-	4 398	-
IVA a pagar		3 564	-	3 508	-
ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos		166	-	126	-
Outras tributações		825	-	764	-
Outros credores		10 522	-	7 345	-
Fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis		10 380	-	7 326	-
Outros credores		142	-	20	-
Partes relacionadas		137	-	137	-
Outras contas a pagar		2 306	-	2 166	-
Acréscimos de custos		20 516	1 866	20 370	1 091
Fornecimentos e serviços externos		3 692	-	4 429	-
Remunerações a liquidar		6 344	161	6 891	-
Desvio tarifário - core	12	506	1 705	4 033	1 091
Desvio tarifário - pass through		6 315	-	1 812	-
Outros acréscimos de custos		3 660	-	3 205	-
Proveitos diferidos		9 345	188 278	9 768	196 324
Subsídios ao investimento	8	9 210	188 278	9 210	196 324
Outros proveitos diferidos		135	-	557	-

17. Imposto sobre o rendimento

Política contabilística

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo Floene.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira consolidada e refletem as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação substantivamente decretadas que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira consolidada é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos impostos diferidos, no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos ativos por impostos diferidos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados na demonstração dos resultados consolidados do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é igualmente registado naquela rubrica.

As empresas que constituem o Grupo Floene há mais de 1 ano e cuja percentagem de participação é igual ou superior a 75%, desde que tal participação lhe confira mais de 50% do direito de voto, são tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS). Com referência a 1 de janeiro de 2021, o resultado fiscal do Grupo Floene é apurado na esfera da Floene Energias, S.A. (anteriormente apurado na esfera da Galp Energia SGPS, S.A.). A taxa média de imposto aplicada às empresas com sede em Portugal foi de 25%.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor de imposto sobre o rendimento a pagar é como segue:

Unid: € k

	Passivo	
	2022	2021
	(3 557)	(1 217)
Estado e outros entes públicos	(3 471)	(1 124)
Galp Energia, SGPS, S.A.	(86)	(94)

O imposto sobre o rendimento, reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhado como segue:

Unid: € k

	2022			2021		
	Imposto corrente	Imposto diferido	Total	Imposto corrente	Imposto diferido	Total
Imposto do período	10 473	203	10 676	10 101	160	10 261
Imposto sobre o rendimento do período	10 473	203	10 676	10 101	160	10 261

A taxa efetiva verificada a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Unid: € k

	2022	2021
Taxa efetiva de imposto sobre o rendimento	25,43%	27,18%
Taxa de imposto sobre o rendimento	25,00%	25,00%
Diferenças de taxa de imposto	1,28%	0,77%
(Excesso)/insuficiência da estimativa de imposto do ano anterior	(2,29%)	(0,64%)
Tributação autónoma	0,81%	0,68%
Outros acréscimos e deduções	0,63%	1,37%

A variação da rubrica Outros acréscimos e deduções deve-se na sua maioria a despesas com realizações de utilidade social efetuadas pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o movimento dos impostos diferidos ativos e passivos é composto como segue:

Unid: € k

	1 de Janeiro 2022	Efeito em Resultados	Efeito em Capital próprio (Nota 19)	Outras variações	31 de dezembro 2022
Impostos diferidos ativos	17 551	(1 049)	(2 138)	-	14 364
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	4	6	-	-	9
Benefícios de reforma e outros benefícios	11 145	219	(2 138)	-	9 225
Desvio tarifário	3 583	(520)	-	-	3 063
Provisões não aceites fiscalmente	2 819	(753)	-	-	2 066
Impostos diferidos passivos	(19 596)	845	-	(5)	(18 755)
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis Justo Valor	(9 871)	382	-	-	(9 489)
Desvio tarifário	(8 844)	401	-	-	(8 442)
Outros	(881)	62	-	(5)	(824)

Para informação comparativa consultar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

18. Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios

Política contabilística

Plano de contribuição definida

O Grupo tem um plano de contribuição definida financiado por um fundo de pensões, gerido por uma entidade independente. As contribuições do Grupo para o plano de contribuição definida são registadas na demonstração dos resultados no período em que ocorram.

Planos de benefício definido

O Grupo tem planos de benefício definido que proporcionam os seguintes benefícios: complemento de pensão de reforma, invalidez e complemento de pensões de sobrevivência; pré-reforma; reforma antecipada; prémio de reforma; e seguro social voluntário.

O pagamento de complementos de pensão por velhice e invalidez, bem como pensões de sobrevivência, é financiado por um fundo de pensões gerido por entidades independentes.

Reconhecimento de planos de benefícios definidos

Os custos do exercício por planos de benefícios pós-emprego são determinados com base no método *Projected Unit Credit*. Este reflete os serviços prestados pelos empregados à data da avaliação, baseando-se em pressupostos atuariais, bem como considerando uma taxa de desconto para determinar o valor presente dos benefícios e as taxas projetadas de crescimento das remunerações. A taxa de desconto é baseada na taxa de rendimento de obrigações de elevada qualidade no respetivo país. Os ganhos e perdas atuariais resultantes dos ajustamentos de experiência e alterações de pressupostos atuariais são registados em capital próprio no período em que ocorram. As Responsabilidades por Serviços Passados (RSP) são reconhecidas de forma imediata na demonstração dos resultados consolidados.

O excedente líquido de um plano de benefícios definidos (ou seja, ativo) só é reconhecido na medida em que o Grupo seja capaz de obter benefícios económicos futuros, tais como reembolsos do plano ou reduções de contribuições futuras. Quando um plano não é financiado, é reconhecido um passivo pelas responsabilidades com benefícios de reforma na demonstração da posição financeira consolidada. Os custos reconhecidos com benefícios de reforma estão incluídos nos custos com o pessoal. A obrigação líquida reconhecida na posição financeira é reportada no passivo não corrente.

Outros benefícios de reforma

Juntamente com os planos acima mencionados, o Grupo atribuiu benefícios adicionais relacionados com cuidados de saúde, seguro de vida e um plano mínimo de benefícios definidos (para invalidez e sobrevivência).

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Pressupostos demográficos e financeiros usados para calcular as responsabilidades com benefícios pós emprego

A contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego requer que sejam feitas estimativas ao mensurar o excesso ou insuficiência do plano de pensões do Grupo. Essas estimativas requerem a utilização de pressupostos em relação a eventos incertos, incluindo taxas de desconto, inflação e expectativa de vida.

Benefícios pós-emprego

Unid: € k

	2022	2021
Passivo no final do exercício	(47 130)	(62 370)
Responsabilidade líquida	(47 130)	(62 370)
Responsabilidades	(66 083)	(83 967)
Serviços passados cobertos pelo Fundo de Pensões	(22 091)	(29 390)
Passivos relativos a outros benefícios	(43 992)	(54 577)
Ativos do fundo	18 953	21 597

Responsabilidades pós-emprego

Unid: € k

	2022	2021
Responsabilidades no final do exercício	66 083	83 967
RSP no final do exercício anterior	83 967	86 150
Custo dos serviços correntes	1 339	1 759
Juro líquido	779	1 101
(Ganhos)/perdas atuariais	(15 001)	1 030
Pagamento de benefícios efetuados pelo fundo	(1 431)	(1 443)
Pagamento de benefícios efetuados pelo Grupo	(3 456)	(3 096)
Cortes	3 085	(1 535)
Outros ajustamentos	(3 198)	2

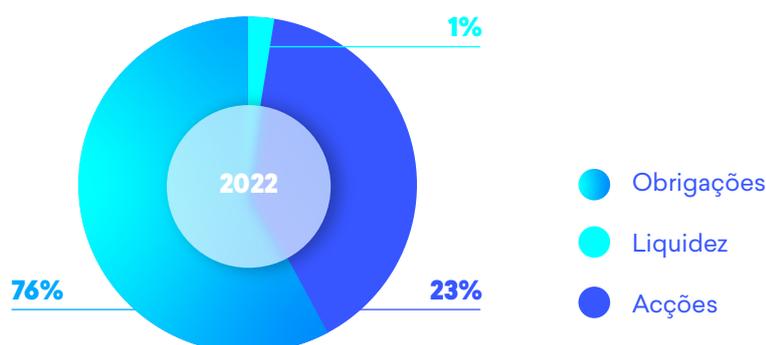
A maturidade média das responsabilidades para os planos de benefício definido é de 8,8 anos (11,1 anos em 2021).

Carteira de ativos

Unid: € k

	2022	2021
Valor dos ativos no final do exercício corrente	18 953	21 597
Valor dos ativos no final do exercício anterior	21 597	19 898
Juro líquido	219	287
Contribuição do Associado	1 104	2 100
Pagamento de benefícios	(1 431)	(1 443)
Ganhos/(perdas) financeiros	(2 536)	756

Tipos de ativos 2022



A hierarquia do justo valor dos ativos é maioritariamente Nível 1 para ações e uma combinação uniforme de Nível 1 e 2 para obrigações. O Nível 1 inclui instrumentos financeiros avaliados com base em cotações de mercado líquidas, p.e. da *Bloomberg*. O Nível 2 inclui instrumentos financeiros avaliados a preços observáveis nos mercados líquidos atuais para o mesmo instrumento financeiro fornecido por contrapartes externas, disponíveis através da *Bloomberg*.

Custos com benefícios pós-emprego

Unid: € k

	Notas	2022	2021
Custo dos serviços correntes		1 339	1 759
Juro líquido		560	813
Custo líquido do exercício antes de eventos especiais		1 899	2 572
Impacte de cortes - reformas antecipadas e pré-reformas		3 085	(1 535)
Outros ajustamentos		(3 198)	2
Custo líquido do exercício com gastos do plano de benefícios definidos		1 786	1 039
Contribuição definida		403	382
Custo líquido do exercício com gastos do plano de contribuição definida		403	382
Total	27	2 189	1 421

Remensuração

Unid: € k

	Notas	2022	2021
		10 310	(558)
Ganhos e perdas reconhecidos - via Rendimento integral		12 449	(284)
Ganho/(perda) atuarial de experiência		(2 026)	(71)
Ganho/(perda) atuarial por alteração de pressupostos		17 027	(958)
Ganho/(perda) financeiro		(2 536)	756
Outros ganhos/(perdas)		17	(10)
Impostos relacionados aos ganhos e perdas atuariais	17	(2 138)	(274)

Pressupostos

Unid: € k

	Benefícios de reforma		Outros benefícios	
	2022	2021	2022	2021
Taxa de rendimentos dos ativos	3,75%	1,05%	-	-
Taxa de desconto	3,75%	1,05%	3,75%	1,05%
Taxa de crescimento dos salários/custos	1,00%	1,00%	[0,00% - 3,00%]	[0,00% - 3,00%]
Taxa de crescimento das pensões	[0,00% - 2,00%]	[0,00% - 2,00%]	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011
Tábua de mortalidade reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011 GKF95	INE 2009-2011 GKF95
Tábua de invalidez	EVK 80 - 50%			
Idade normal de reforma	67 anos, exceto para os casos em que podem antecipar para os 66 ou 65 anos com pelo menos 43 ou 46 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos respetivamente	67 anos, exceto para os casos em que podem antecipar para os 66 ou 65 anos com pelo menos 43 ou 46 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos respetivamente	67 anos, exceto para os casos em que podem antecipar para os 66 ou 65 anos com pelo menos 43 ou 46 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos respetivamente	67 anos, exceto para os casos em que podem antecipar para os 66 ou 65 anos com pelo menos 43 ou 46 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos respetivamente
Método	Unidade de Crédito Projetada			

Análises de sensibilidade

Análise de sensibilidade da taxa de desconto

Unid: € k

	Taxa de desconto 3,75%	-0,25%
Total	66 083	1 325
Benefícios de reforma	49 564	867
Outros benefícios	16 520	458

Análise de sensibilidade da taxa de crescimento dos custos do seguro de saúde

Unid: € k

	0% no primeiro ano e 3% nos seguintes	Δ+1,00% a partir do 2º ano	Δ -1,00% a partir do 2º ano
Serviços passados	15 224	(1 605)	1 900

19. Provisões

Política contabilística

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal, contratual ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira consolidada e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

O Grupo calcula as suas estimativas com base na avaliação do desfecho mais provável. Disputas para as quais não pode ser criada estimativa fiável são divulgadas como passivos contingentes.

As provisões para disputas legais incluem vários tipos de provisões vinculados a disputas legais em curso. O Conselho de Administração faz estimativas referentes a provisões e contingências, incluindo a avaliação da probabilidade de desfecho dos resultados de litígios pendentes e potenciais. Estes são, por natureza, dependentes de eventos futuros inerentemente incertos. Ao determinar os resultados prováveis do litígio, o Conselho de Administração considera os pareceres dos seus advogados, bem como a experiência passada.

A Floene mensura as posições fiscais incertas (exceto IRC), nomeadamente as provisões com impostos pelo desfecho mais provável e não por probabilidades.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Provisões para contingências

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar das estimativas efetuadas devido a diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderá ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registada.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Provisões apresentava os seguintes movimentos:

Unid: € k

	2022			2021
	CESE I	Outras provisões	Total	
No início do ano	65 174	4 081	69 256	77 713
Aumentos	11 479	597	12 076	12 120
Diminuições	-	-	-	(5)
Utilização	(13)	(249)	(261)	(20 572)
No final do ano	76 640	4 429	81 069	69 256

Para informação comparativa consultar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Os aumentos líquidos de diminuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentam a seguinte decomposição:

	Unid: € k			
	Custos operacionais (Nota 26)	CESE I	Outros	Total
2022	597	11 479	-	12 076
CESE I	-	11 479	-	11 479
Outras provisões	597	-	-	597

Para informação comparativa consultar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

CESE

Desde 2014, o Grupo encontra-se sujeito a um imposto especial (Contribuição Extraordinária para o Setor Energético "CESE"), ao abrigo do artigo 228º da Lei 83C/2013 de 31 de dezembro, que refere que as empresas do setor energético com ativos líquidos em determinadas atividades estão sujeitas a uma taxa que incide sobre o montante de ativos líquidos elegíveis. Pelo facto de contestar a aplicação desta contribuição, o Grupo não procedeu desde 2014 à respetiva liquidação no momento devido, tendo registado a totalidade do valor da CESE na rúbrica de Provisões e o gasto sido reconhecido em resultados nos respetivos exercícios.

Em 31 de dezembro de 2022, a rúbrica de provisões para a CESE, no montante de € 76 640 k corresponde à totalidade da responsabilidade, excluindo os anos para os quais houve uma decisão judicial desfavorável, e que o Grupo continua a contestar, tendo sido reconhecido um aumento no montante de € 11 479 k em resultados, relativo à CESE de 2022 e € 11 930 k no exercício de 2021. Na sequência da decisão judicial em 2021 foram efetuados pagamentos nesse ano no montante de € 20 572 k, que foram financiados via prestações acessórias de acionistas (Nota 23).

Em 16 de março de 2023, foi proferido o Acórdão n.º 101/ 2023 pelo Tribunal Constitucional no âmbito da CESE referente ao ano de 2018, favorável à Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., julgando este tributo inconstitucional, cujo impacte financeiro ascende a cerca de €5 milhões e que se encontra totalmente provisionado (Nota 32). No dia 28 de março de 2023, o Tribunal Constitucional emitiu uma decisão sumária n.º 201/2023, relativa à CESE de 2018, favorável à Empresa Paxgás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A., no valor de €54 milhares, que se encontra totalmente provisionado (Nota 32). Tendo em consideração a análise que ainda se encontra em curso por parte da Administração da Empresa e os prazos que se encontram a correr para recurso da decisão proferida, não foi efetuado qualquer ajuste nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022 nos montantes reconhecidos na rúbrica de Provisões a esta data.

Outras provisões

A rubrica de Outras provisões refere-se essencialmente à provisão constituída (€ 3 185 k) relativamente à totalidade de débitos efetuados pela Administração do Porto de Lisboa pela ocupação do terreno de Cabo Ruivo reclamados pela LisboaGás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.. Parte do aumento ocorrido no exercício de 2022, no montante de € 191 k, na rubrica de Outras provisões, respeita ao reforço desta provisão. A utilização, no montante de € 249 k, refere-se ao pagamento, efetuado no exercício de 2022, resultante de uma decisão desfavorável, quer a nível de custas judiciais, quer a nível de honorários com advogados.

Adicionalmente, durante o exercício de 2022, foi constituída uma nova provisão, no montante de € 391 k, referente à estimativa realizada para fazer face às responsabilidades que poderão advir dos processos executivos em curso na esfera da subsidiária Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A..

20. Instrumentos financeiros – derivados

Não aplicável.

21. Ativos e Passivos financeiros

Política contabilística

O Grupo classifica os ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;
- b) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado;
- c) Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (derivados).

A Gestão determina a classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial e altera essa classificação, se e somente se houver uma mudança no modelo de negócios, de gestão de ativos financeiros, o que deverá ocorrer raramente, e estas forem significativas para as operações da entidade e demonstráveis a partes externas. Para passivos financeiros, a mudança da classificação não é permitida.

Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas dos ativos financeiros são reconhecidas na data da transação. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são subsequentemente atualizados ao justo valor. As divulgações do justo valor são efetuadas separadamente para cada classe de instrumentos financeiros no fim do período de relato.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros são desreconhecidos da demonstração da posição financeira consolidada quando os direitos a receber os fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral se: (i) o objetivo inerente ao modelo de negócio utilizado é alcançado, quer para recolha dos fluxos de caixa contratuais, quer para venda de ativos financeiros, e (ii) os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas pagamentos de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria, que constituem instrumentos de dívida, são inicialmente e subsequentemente mensurados ao seu justo valor, sendo as alterações ao seu valor contabilístico registadas por contrapartida de outro rendimento integral, exceto no que respeita ao reconhecimento de perdas por imparidade, juros ou ganhos e perdas cambiais, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados. Quando o ativo é desreconhecido, o ganho ou perda acumulado em outro rendimento integral é reclassificado para resultados.

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado são ativos/passivos financeiros não derivados cujos fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas os pagamentos do capital e juros ("SPPI"). Se a cobrança/pagamento é esperado dentro de um ano (ou no ciclo operacional normal do negócio, se mais), são classificados como ativos/passivos correntes. Caso contrário, são apresentados como ativos/passivos não correntes.

Clientes e Outras contas a receber são reconhecidos inicialmente pelo justo valor. Subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa efetiva, menos imparidades.

Hierarquia de Justo Valor

Em conformidade com as normas contabilísticas uma entidade deve classificar as mensurações de justo valor baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflita o significado dos *inputs* utilizados na mensuração. A hierarquia de justo valor segue os seguintes níveis:

- Nível 1 – o justo valor dos ativos ou passivos é baseado em cotações de mercado líquidas à data de referência da posição financeira;
- Nível 2 – o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação baseados em *inputs* observáveis no mercado;
- Nível 3 – o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

De forma geral, o valor contabilístico dos ativos e passivos financeiros aproxima-se do justo valor.

Unid: € k

	Notas	2022	2021
Ativos financeiros por categoria		154 382	135 800
Ativos financeiros ao justo valor por rendimento integral	13	3	3
Ativos financeiros ao custo amortizado	12	91 341	93 338
- menos custos diferidos, TOS e valores a receber do Estado	12	(24 484)	(25 026)
Caixa e seus equivalentes	14	87 523	67 484

Ativos financeiros ao custo amortizado incluem Clientes e Outras contas a receber, deduzidas das perdas por imparidade.

Unid: € k

	Notas	2022	2021
Passivos financeiros por categoria		728 891	726 529
Passivos financeiros não mensurados ao justo valor	7, 15 e 16	931 069	937 019
- menos proveitos diferidos e valores a pagar ao Estado	16	(202 179)	(210 490)

Passivos financeiros incluem Dívida financeira, Responsabilidades por locações, Fornecedores, e Outras contas a pagar.

22. Gestão de riscos financeiros

O Grupo está organizado para identificar, medir e controlar os diferentes riscos aos quais está exposto usando vários instrumentos financeiros para os cobrir, em conformidade com as políticas transversais ao Grupo. A contratação destes instrumentos está centralizada.

A Floene encontra-se exposta essencialmente a risco da taxa de juro.

Risco de taxa de juro

A posição total de taxa de juro é gerida centralmente. A exposição à taxa de juro está relacionada, essencialmente, com empréstimos bancários e obrigações. O propósito de gerir o risco de taxa de juro é reduzir a volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados consolidados. A política de gestão do risco de taxa de juro permite reduzir a exposição às taxas variáveis fixando a taxa de juro nos empréstimos, por meio de um *mix* de instrumentos de taxa variável e fixa.

Análises de sensibilidade de taxa de juro

A análise ao risco de taxa de juro inclui aplicações e empréstimos a taxa de juro variável. Um incremento em 0,5% da taxa de juro poderá impactar o resultado financeiro do Grupo conforme apresentado na tabela seguinte:

	2022		2021	
	Exposição ao risco	Impacte na demonstração de resultados	Exposição ao risco	Impacte na demonstração de resultados
Dívida obtida	75 208	(376)	76 250	(381)

Nota: Exclui empréstimos não sujeitos ao risco de volatilidade de taxa de juro, isto é, empréstimos a taxa fixa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como o montante pelo qual o resultado e/ou fluxos de caixa do negócio são afetados, resultante da capacidade do Grupo em obter os recursos financeiros necessários para satisfazer os seus compromissos operacionais e de investimento. A Floene financia-se através de fluxos de caixa gerados pelas suas operações e mantém um *portfólio* de empréstimos e obrigações.

O Grupo teve acesso a linhas de crédito que não foram totalmente utilizadas, mas que se encontram à sua disposição. Estas linhas de crédito podem cobrir todos os empréstimos exigíveis a 12 meses. As linhas de crédito disponíveis de curto prazo que não foram utilizadas ascendem a €620 milhões em 31 de dezembro de 2022 e €70 milhões em 31 de dezembro de 2021. A Floene tem acesso imediato de Caixa e seus equivalentes no montante de € 88 milhões em 31 de dezembro de 2022 e €67 milhões em 31 de dezembro de 2021. Estes montantes combinados perfazem € 708 milhões em 31 de dezembro de 2022 e €137 milhões em 31 de dezembro de 2021.

No que respeita à maturidade dos passivos financeiros do Grupo, essencialmente empréstimos financeiros, vide Nota 15.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta do potencial não pagamento por uma das partes das suas obrigações contratuais, deste modo depende do nível de risco da contraparte. Adicionalmente, o risco de crédito da contraparte existe em investimentos monetários e nos instrumentos de cobertura. Os limites ao risco de crédito são estabelecidos pela Floene e são implementados nos vários segmentos de negócio. Os limites de crédito são definidos e documentados e os limites de crédito respeitantes a determinadas contrapartes são baseados nos seus ratings de crédito, período de exposição e montantes monetários expostos ao risco de crédito.

Vide Nota 12 para maior desenvolvimento sobre análises de risco especificamente relacionadas com Clientes e Outras contas a receber.

Risco de sinistros

O Grupo Floene possui um programa abrangente de seguros para reduzir a sua exposição a diversos riscos associados à sua atividade, que incluem:

- Seguros de Responsabilidade Civil e Ambiental: cobrem eventuais danos causados a terceiros decorrentes da atividade da Floene, bem como riscos de gestão;
- Seguros Patrimoniais: responde por danos de origem externa que possam ser causados aos ativos da Floene e perdas de exploração;
- Seguros Sociais: cobrindo os riscos de Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Vida e Saúde;
- Seguros Diversos: cobrindo riscos automóveis, viagens, etc.

23. Capital próprio

Política de gestão do capital

A Floene Energias, S.A. é a *holding* do Grupo Floene, desenvolvendo o Grupo, essencialmente, o negócio de distribuição de gás natural em Portugal, sendo que os capitais próprios consolidados do Grupo, a 31 de dezembro de 2022, ascenderam a €254 378 k (2021: €239 236 k).

No que se refere ao modelo de financiamento, a Floene estabeleceu a 25 de agosto de 2016 um programa de Euro *Medium Term Note Program* até um montante máximo de € 1 000 000 k (Nota 15). No dia 19 de setembro de 2016 a Floene emitiu *notes* no montante de € 600 000 k.

O rácio de endividamento do Grupo Floene (Dívida Líquida/EBITDA) situou-se em 5,8x conforme referido na Nota 15.

Estrutura acionista e dividendos

Estrutura acionista

Durante o exercício de 2022 a estrutura acionista da Floene não sofreu alteração, sendo que o capital social permanece em € 89 529 141 dividido em 89 529 141 ações, com o valor nominal de um Euro cada uma, encontrando-se integralmente subscrito e realizado pelos seguintes acionistas:

Empresas	%	Nº de ações
	100	89 529 141
<i>Allianz Infrastructure Luxembourg II, S.à r.l.</i>	45,51	40 743 759
<i>Allianz European Infrastructure Acquisition Holding, S.à r.l.</i>	29,50	26 412 050
<i>Meet Europe Natural Gas, Lda.</i>	22,50	20 144 057
Petrogal, S.A.	2,49	2 229 275

Reservas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Floene, a reserva legal da Empresa foi reforçada em € 957 k, para um total de € 13 037 k.

Prestações acessórias

A rubrica de Prestações acessórias não sofreu alterações durante o exercício de 2022, mantendo o montante global de € 19 516 k, realizado em 20 de dezembro de 2021, e com vista ao reforço da estrutura de capital do Grupo e cumprimento das suas obrigações financeiras relativas ao pagamento da CESE (Nota 19). As prestações acessórias não são remuneradas, são sujeitas ao regime legal das prestações suplementares quanto à exigibilidade e obrigação de entrega, e foram realizadas de acordo com a seguinte distribuição entre os acionistas:

- Allianz Infrastructure Luxembourg II, S.à r.l.: € 8 882 k;
- Allianz European Infrastructure Acquisition Holding, S.à r.l.: € 5 758 k;
- Meet Europe Natural Gas, Lda.: € 4 391 k; e
- Petrogal, S.A.: € 486 k.

De acordo com a legislação em vigor, as prestações acessórias só podem ser distribuídas aos acionistas desde que o capital próprio, após a sua restituição, não fique inferior à soma do capital e das reservas não distribuídas.

Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Floene realizada em 2 de dezembro de 2022, foram atribuídos aos acionistas da Empresa dividendos no montante de € 15 000 k, relativos a distribuição dos resultados acumulados, tendo sido liquidados em 20 de dezembro de 2022.

24. Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2022, a variação dos interesses que não controlam durante o ano e incluídos no capital próprio é a seguinte:



As outras variações referem-se essencialmente a remensurações com fundo de pensões.

25. Proveitos operacionais

Política contabilística

O proveito decorrente das vendas de gás em regime de último recurso e da prestação de serviços pela utilização da rede de distribuição de gás é reconhecido na demonstração dos resultados consolidados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador ou os serviços são prestados e o montante do rendimento correspondente possa ser razoavelmente quantificado. As vendas e prestação de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O valor dos proveitos permitidos é calculado de acordo com os parâmetros regulatórios aplicáveis e publicados pela ERSE, no início de cada período regulatório e o ano de 2022 corresponde ao terceiro ano do 5º período regulatório, que decorre de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2023.

O valor dos proveitos permitidos, para a atividade de distribuição de gás, resulta da soma das seguintes parcelas:

- (i) custo de capital, definido como o produto da base de ativos regulados (“RAB”) pela taxa de remuneração dos ativos regulados (“RoR”) publicada pela ERSE, acrescido das amortizações e depreciações daqueles ativos. A RoR é constituída por uma parte fixa e uma parte variável indexada à média da cotação diárias das Obrigações do Tesouro Portuguesas (OTs) a 10 anos, enquadrada por um valor máximo e um valor mínimo. O valor médio das OTs é obtido pela média da cotação diária, deduzida de 1/12 avos do valor da cotação mais baixo e alto, verificada no ano civil (janeiro a dezembro);
- (ii) recuperação dos custos operacionais líquidos permitidos (OPEX) indexado a fatores de eficiência (deflator do PIB, locais de consumo e volume de gás distribuído), com revisão dos parâmetros regulatórios aplicáveis e publicados pela ERSE; e,
- (iii) ajustamentos, nomeadamente relacionados com o desvio tarifário, que corresponde à diferença entre os proveitos efetivamente faturados e os proveitos permitidos estimados pela ERSE, sendo a diferença incorporada no cálculo dos proveitos permitidos do segundo ano gás subsequente ao ano civil a que dizem respeito.

No que se refere à atividade de comercialização de gás, o valor dos proveitos permitidos resulta da soma das seguintes parcelas:

- (i) recuperação dos custos operacionais líquidos permitidos (OPEX) indexado a fatores de eficiência (deflator do PIB e clientes);
- (ii) proveito adicional estabelecido na licença de comercialização;
- (iii) diferencial entre prazos médios de pagamentos e recebimentos; e,
- (iv) ajustamentos, nomeadamente relacionados com o desvio tarifário, que corresponde à diferença entre os proveitos efetivamente faturados e os proveitos permitidos estimados pela ERSE, sendo a diferença incorporada no cálculo dos proveitos permitidos do segundo ano gás subsequente ao ano civil a que dizem respeito.

As tarifas reguladas aplicadas pelo Grupo na faturação do gás vendido e do acesso às redes e distribuição do gás veiculado no Sistema Nacional de Gás são definidas pela ERSE, de modo a que as mesmas permitam a recuperação dos proveitos permitidos calculados no início de cada ano gás para cada atividade/função regulada, e que são as seguintes:

- (i) tarifa de Energia a aplicar pelo comercializador de último recurso grossista, a qual deve proporcionar os proveitos da Função de Compra e Venda de Gás (FCVG) para fornecimento aos comercializadores de último recurso;
- (ii) tarifa de Comercialização a aplicar pelo comercializador de último recurso retalhista, a qual deve proporcionar os proveitos permitidos da Atividade de Comercialização de gás de cada CURR;
- (iii) tarifa de Uso Global do Sistema (UGS) a aplicar pelo operador da rede de transporte ao operador da rede de distribuição, a qual deve proporcionar os proveitos permitidos da Atividade de Gestão Técnica Global do Sistema do ORT;
- (iv) tarifa de Uso da Rede de Transporte (URT) a aplicar pelo operador da rede de transporte, a qual deve proporcionar os proveitos permitidos da Atividade de Transporte de gás;
- (v) tarifas de Uso da Rede de Distribuição (URD) em média pressão (MP) e de Uso da Rede de Distribuição em baixa pressão (BP), as quais devem proporcionar os proveitos permitidos da Atividades de Distribuição de gás de cada ORD; e,
- (vi) tarifa de Operação Logística de Mudança de Comercializador (OLMC), a qual deve proporcionar os proveitos permitidos da entidade responsável pela gestão do processo de mudança de comercializador.

De acordo com os pressupostos regulatórios atuais o período do ano gás encontra-se compreendido entre outubro e setembro do ano seguinte, período no qual se aplicam as tarifas reguladas e no ano de 2022 foram aplicadas as Tarifas e preços de gás para o ano gás 2021-2022 (período de 1 de janeiro a 30 setembro) e as Tarifas e preços de gás para o ano gás 2022-2023 (período de 1 de outubro a 31 de dezembro) publicadas pela ERSE.

Dado que o sistema de regulação do gás assenta no princípio da uniformidade tarifária (em que a mesma tarifa é aplicável a todas as regiões do país), e considerando os diferentes níveis de utilização das redes e eficiência das empresas reguladas, a ERSE aprovou um mecanismo de compensações entre os ORDs e entre os CURRs, a praticar entre as empresas do setor, de forma a permitir o equilíbrio entre os proveitos recuperados por aplicação das tarifas reguladas e os proveitos permitidos dessas empresas (Notas 12 e 16).

Foram ainda definidas transferências entre os CURRs e os ORDs (sobreproveito), com o objetivo de minimizar os fluxos financeiros entre empresas, e, do mesmo modo, transferências entre o Operador da Rede de Transporte (ORT) e os ORDs, e, do mesmo modo, transferências para os CURRs, por forma a operacionalizar a recuperação de verbas. Deste modo, a ERSE para cada ano gás, indica os montantes das compensações e transferências a liquidar entre as empresas do Sistema Nacional de Gás, no âmbito das suas Atividades.

No ano de 2022 as empresas do Grupo estimaram e incluíram nas suas contas o diferencial entre os proveitos permitidos publicados e os proveitos permitidos “ajustados”, isto é, o valor obtido considerando as variáveis reais subjacentes ao seu cálculo.

O Grupo reconhece nas suas demonstrações financeiras, nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Notas 12 e 16) a diferença entre os proveitos permitidos estimados para a sua atividade regulada e os proveitos decorrentes da faturação real emitida.

Atendendo à legislação e enquadramento regulatório em vigor, os desvios tarifários apurados em cada exercício cumprem um conjunto de características (fiabilidade de mensuração, remuneração de ativo financeiro, direito à sua recuperação e transmissibilidade dos mesmos, etc.) que suportam o seu reconhecimento como proveito, e como ativo no ano em que são apurados, nomeadamente por serem fiavelmente mensuráveis e por ser certo que os benefícios económicos associados fluem para o Grupo.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar”, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Estimativas e julgamentos contabilísticos

O Grupo analisou, ao abrigo dos princípios contabilísticos preconizados na IFRS 15, o enquadramento do rendimento reconhecido no âmbito da Atividade de Distribuição e Comercialização de gás, nomeadamente no que respeita à sua atuação como Mandante vs. Mandatário (*Principal vs. Agent*).

No âmbito das Atividades de Distribuição e Comercialização de gás, foram analisadas, entre outras, as transações associadas às tarifas faturadas relativas ao Uso Global do Sistema (UGS) e às tarifas Uso da Rede de Transporte (URT). Estas tarifas são inicialmente reconhecidas como gastos no âmbito dos serviços de distribuição e comercialização de gás prestados pela entidade, sendo posteriormente faturadas aos clientes e reconhecidas como proveitos operacionais, uma vez que os serviços prestados ou prometidos aos seus clientes contêm o custo das tarifas incluídas no preço.

Com base na análise efetuada, a Grupo concluiu que cada obrigação de desempenho definida contratualmente para fornecer o bem ou serviço especificado é da sua responsabilidade, controlando, assim, os bens ou serviços fornecidos ao cliente, na sua globalidade, atuando o Grupo como Mandante/*Principal* e não como Mandatário/*Agent*.

O detalhe dos proveitos operacionais do Grupo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Unid: € k

	Notas	2022	2021
		206 986	199 584
Vendas		3 842	3 416
Mercadorias		3 842	3 416
Prestação de serviços		155 515	155 308
Tarifa URD		146 899	142 290
Tarifa URT		4 520	6 861
Tarifa UGS		2 829	5 310
Tarifa OLMC		221	313
Transferência ORT para empresa - Tarifa social		(278)	(317)
Transferência ORT e ORD		5 088	5 234
Desconto MP		(5 303)	(5 709)
Transferência sobreproveito		426	536
Ligações/religações		841	304
Outros		272	484
Outros proveitos operacionais		47 499	40 690
Proveitos ao abrigo da IFRIC 12	6 e 26	37 969	30 781
Subsídios ao investimento	8	8 648	8 927
Outros		881	982
Proveitos financeiros	28	130	170

No que diz respeito aos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a construção dos ativos concessionados é subcontratada a entidades especializadas, as quais assumem o risco próprio da atividade de construção, sendo reconhecidos proveitos e custos associados à construção destes ativos. Os proveitos e custos associados à construção destes ativos são de montantes iguais e encontram-se devidamente mencionados no quadro acima, bem como na nota seguinte de custos operacionais.

26. Custos operacionais

Os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 incluem as seguintes rubricas de custos operacionais:

Unid: € k

	Notas	2022	2021
		165 011	161 839
Custo das vendas:		2 566	1 946
Mercadorias		2 555	1 942
Reduções de inventários	11	12	3
Diferenças de câmbio		(1)	-
Fornecimentos e serviços externos:		40 979	44 877
Trabalhos especializados		2 985	5 947
Subcontratos - utilização de redes		8 246	13 195
Serviços informáticos		6 369	6 034
Serviços administrativos e financeiros		4 167	3 796
Conservação e reparação		3 590	3 379
Rendas e alugueres		1 194	745
Manutenção assistência técnica		3 035	2 738
Electricidade, combustíveis e água		1 053	755
Seguros		3 876	3 553
Leituras		1 779	1 565
Ligações / religações		784	241
Limpeza e segurança		405	423
Deslocações e estadas		512	190
Encargos com contadores / infraestruturas		847	802
Comunicações		739	550
Pessoal alheio		61	107
Faturação e cobrança		81	65
Serviços gerais		436	590
Outros		820	202
Custos com pessoal:	27	22 477	22 633
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos	5, 6 e 7	48 570	50 438
Provisões	19	597	185
Perdas por imparidade de contas a receber	12	87	30
Outros custos operacionais:		38 481	31 426
Custos provenientes de construção e ativos ao abrigo da IFRIC 12	6 e 25	37 969	30 781
Donativos		4	23
Outros impostos		232	156
Outros custos operacionais		276	466
Custos financeiros	28	11 254	10 305

A variação ocorrida na rubrica "subcontratos - utilização de redes" deveu-se à redução do preço das tarifas de acesso à rede, relativas ao uso da rede de transporte (URT) e uso global do sistema (UGS), em cerca de €4 949k.

27. Custos com pessoal

Política contabilística

Custos com pessoal

Salários, contribuições para a segurança social, férias anuais e baixa por doença, gratificações e benefícios não monetários são reconhecidos no ano em que os serviços associados são prestados pelos empregados do Grupo.

Remunerações dos órgãos sociais

Ao abrigo da política atualmente adotada, a remuneração dos órgãos sociais da Floene inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo e as especializações dos custos relativos a valores a imputar a este período.

Segundo a IAS 24, o pessoal chave corresponde ao conjunto de todas as pessoas com autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar as atividades da Empresa, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador, seja ele executivo ou não executivo. Segundo a interpretação desta norma por parte da Floene, as únicas pessoas que reúnem todas estas características são os membros do Conselho de Administração.

Os custos com pessoal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 detalham-se como segue:

Unid: € k

	Notas	2022	2021
Custos com pessoal		22 477	22 633
Capitalização de custos com pessoal		(1 777)	(1 192)
Total de custos do exercício		24 253	23 824
Remunerações dos órgãos sociais		813	887
Remunerações do pessoal		15 561	17 144
Encargos sociais		3 740	3 598
Benefícios de reforma - pensões e seguros	18	2 189	1 421
Outros seguros		1 391	1 353
Outros gastos		560	(579)
Remunerações órgãos sociais		813	887
Salários e prémios		813	887

A variação ocorrida na rubrica de Outros gastos, refere-se essencialmente a pessoal cedido a empresas do Grupo Galp Energia.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o número médio de colaboradores ao serviço do Grupo Floene, foi de 398.

28. Proveitos e custos financeiros

Política contabilística

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como custo financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos, genéricos e específicos, para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento (Notas 5 e 6), até à entrada em funcionamento dos mesmos, sendo os restantes reconhecidos na rubrica de Custos financeiros na demonstração dos resultados consolidados do exercício. Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são depreciados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Unid: € k

	Notas	2022	2021
		(11 125)	(10 135)
Proveitos financeiros:		130	170
Juros de depósitos bancários		130	170
Custos financeiros:		(11 254)	(10 305)
Juros de empréstimos, descobertos bancários e outros		(8 974)	(8 794)
Juros relativos a locações	7	(348)	(354)
Encargos relacionados com empréstimos		(1 555)	(978)
Outros custos financeiros		(377)	(179)

29. Ativos e passivos contingentes e garantias prestadas

Política contabilística

Os ativos e passivos contingentes surgem de eventos passados que carecem de confirmação quanto à sua ocorrência futura e que poderão originar influxos ou efluxos económicos do Grupo. O Grupo não reflete nas suas contas este tipo de ativos e passivos, pois podem não se efetivar. Quando a probabilidade de ocorrência não é remota, os ativos e passivos contingentes são divulgados no anexo às contas.

Passivos contingentes

Diversas autarquias locais exigem pagamentos (liquidações e execuções) respeitantes a Taxas de Ocupação do Subsolo (TOS) com tubagens de gás existentes, por parte das empresas concessionárias da distribuição de gás, no montante total de € 1 170 k. Por não concordarem com as autarquias as empresas do Grupo impugnaram/ opuseram-se às liquidações exigidas pelas Câmaras, junto do Tribunal Administrativo Fiscal, tendo os pedidos de suspensão da execução sido deferidos, encontrando-se a execução suspensa até o trânsito em julgado de decisão a proferir. Para este efeito foram constituídas garantias.

No decurso das negociações do Contrato de Concessão entre o Estado Concedente e o Grupo foi acordado, entre outros assuntos, ser reconhecido à Concessionária o direito de repercutir, para as entidades comercializadoras de gás, o valor integral das TOS liquidado pelas autarquias locais que integram a área de concessão na vigência do anterior Contrato de Concessão mas ainda não pago ou impugnado judicialmente pela Concessionária, caso tal pagamento venha a ser considerado obrigatório pelo órgão judicial competente, após trânsito em julgado da respetiva sentença, ou após consentimento prévio e expresso do Concedente. Os valores que vierem a ser pagos pela Concessionária em cada ano civil, relativos às TOS, serão repercutidos sobre as entidades comercializadoras utilizadoras das infraestruturas, durante os exercícios seguintes, nos termos definidos pela ERSE. Esta repercussão das TOS será ainda realizada por município, tendo por base o valor efetivamente liquidado pelo mesmo.

Dado que as eventuais taxas a pagar por processos até 31 de dezembro de 2022 e os respetivos juros de mora que venham a ser aplicados, serão repercutidos nos repasses futuros, o Grupo decidiu não reconhecer qualquer provisão para fazer face a responsabilidades com processos judiciais em curso liquidados por municípios relativos a este assunto.

Em 31 de dezembro de 2022, os valores pagos às autarquias e faturados a clientes relativamente às TOS são os que se seguem (as condições de repasse, nomeadamente o valor a recuperar em cada ano, o número de anos de repasse e os valores unitários a praticar aos clientes são monitorizados pela ERSE):

Empresas	Notas	2022
Montante a recuperar - Taxa de ocupação do subsolo	12	21 664
Valor liquidado (inclui custos adicionais)		228 491
Juros		5 419
Valor faturado a clientes		(212 246)

O montante por recuperar é remunerado com base na taxa Euribor a doze meses adicionado pelo *spread* estipulado pela ERSE.

Garantias Prestadas

Decorrente das suas operações, o Grupo assumiu compromissos com garantias inerentes à sua atividade comercial, regulamentos ou outros fins operacionais.

Em 31 de dezembro de 2022 e dezembro de 2021 as responsabilidades com garantias concedidas apresentam o seguinte detalhe:

Unid: € k

	2022	2021
Total de garantias prestadas	13 845	14 335
Estado português, pelos deveres e obrigações emergentes dos Contratos de Concessão/Licenças	8 812	10 322
Câmaras Municipais, relativas a Taxas de Ocupação do Subsolo	1 160	1 654
Direção Geral de Geologia e Energia	3 054	1 576
IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	318	314
Autoridade Tributária	300	300
Outras	201	168

De acordo com os Contratos de Concessão e Licenças estabelecidos com as empresas do Grupo, as entidades, como Concessionárias, devem promover o financiamento adequado ao desenvolvimento do objeto da concessão ou licença, de forma a cumprir cabal e atempadamente todas as obrigações que assumem no presente contrato.

Assim, as concessionárias/licenciadas devem manter no final de cada ano um rácio de Autonomia Financeira superior a 20%. A 31 de dezembro de 2022 o rácio de Autonomia Financeira apresentado pelas empresas que compõem o Grupo varia entre 42,91% e 121,67%.

30. Partes relacionadas

Política contabilística

Uma parte relacionada é uma pessoa ou entidade relacionada com a entidade que está a preparar as suas demonstrações financeiras e que cumpra os seguintes requisitos:

- (a) uma pessoa ou um membro íntimo da sua família é relacionado com uma entidade relatora se: (i) tiver o controlo ou controlo conjunto da entidade relatora; (ii) tiver uma influência significativa sobre a entidade relatora; ou (iii) for membro do pessoal-chave da gerência da entidade relatora ou de uma empresa-mãe dessa entidade relatora;
- (b) uma entidade é relacionada com uma entidade relatora se estiver cumprida qualquer uma das seguintes condições: (i) a entidade e a entidade relatora são membros de um mesmo grupo (o que implica que as empresas-mãe, subsidiárias estão relacionadas entre si); (ii) uma entidade é associada ou constitui um

empreendimento comum da outra entidade (ou é associada ou constitui um empreendimento comum de um membro de um grupo a que pertence a outra entidade); (iii) ambas as entidades são empreendimentos comuns da mesma parte terceira; (iv) uma entidade representa um empreendimento comum da entidade terceira e a outra entidade é associada da entidade terceira; (v) a entidade é um plano de benefícios pós-emprego a favor dos empregados da entidade relatora ou de uma entidade relacionada com a entidade relatora. Se uma entidade relatora for ela própria um plano desse tipo, os empregadores promotores são também relacionados com a entidade relatora; (vi) a entidade é controlada ou conjuntamente controlada por uma pessoa identificada na alínea a); e (vii) uma pessoa identificada na alínea (a)(i) detém uma influência significativa sobre a entidade ou é membro do pessoal-chave da gerência da entidade (ou de uma empresa-mãe da entidade).

Os saldos e transações com partes relacionadas verificados nos exercícios de 2022 e 2021, podem ser resumidos como se segue:

Unid: € k

	2022	2021
	Corrente	Corrente
Saldos ativos:	3 085	8 383
Grupo Galp (a)	3 085	8 383

(a) A rúbrica Grupo Galp é composta por empresas pertencentes ao Grupo Galp Energia.

Unid: € k

	2022	2021
	Corrente	Corrente
Saldos passivos:	(4 300)	(6 310)
Grupo Galp (a)	(4 300)	(6 310)

(a) A rúbrica Grupo Galp é composta por empresas pertencentes ao Grupo Galp Energia.

Unid: € k

	2022	2021
	Custos operacionais/ proveitos	Custos operacionais/ proveitos
Transações:	47 726	50 256
Grupo Galp (a)	47 726	50 256

(a) A rúbrica Grupo Galp é composta por empresas pertencentes ao Grupo Galp Energia.

As transações com empresas do Grupo Galp devem-se essencialmente a prestação de serviços corporativos e custos com serviços informáticos.

31. Empresas do Grupo Floene

São consideradas empresas do Grupo, as participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detém o controle, nomeadamente se este tiver cumulativamente:

- poder sobre a investida;
- exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
- a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores.

O capital próprio e o resultado líquido correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidados, respetivamente, na rubrica Interesses que não controlam. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses que não controlam são imputados aos mesmos, mesmo que excedam, no caso dos prejuízos, o valor investido pelos Interesses que não controlam.

Quando à data de aquisição de controle o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *Goodwill* ou *Goodwill* negativo.

Os custos de transação diretamente atribuíveis às combinações empresariais são imediatamente reconhecidos nos resultados.

Os interesses que não controlam incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.

Quando a aquisição de controle é efetuada em percentagem inferior a cem por cento, na aplicação do método de compra os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos na demonstração dos resultados consolidados desde a data da sua aquisição ou data de exercício de controle até à data da sua venda.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações financeiras de interesses que não controlam, que não implicam alteração de controle, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *Goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor de transação e o valor contabilístico de participação transacionado reconhecido no Capital Próprio.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações (incluindo as eventuais mais e menos-valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação, exceto as menos valias que constituam evidência de perdas de imparidade nos ativos transferidos.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades estruturadas, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, estão incluídas nesta Nota.

Perímetro de consolidação

As empresas incluídas na consolidação e percentagem de capital detido são as seguintes:

Unid: € k

Empresa e país	Percentagem de capital detido 2022	Percentagem de capital detido 2021
Empresa mãe		
Floene Energias, S.A., Portugal	-	-
Subsidiárias		
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A., Portugal	59,60%	59,60%
Dianagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, S.A., Portugal	100,00%	100,00%
Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A., Portugal	100,00%	100,00%
Lisboagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Portugal	100,00%	100,00%
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., Portugal	97,19%	97,19%
Medigás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A., Portugal	100,00%	100,00%
Paxgás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A., Portugal	100,00%	100,00%
Setgás - Sociedade de Distribuição de Gás Natural, S.A., Portugal	100,00%	100,00%
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A., Portugal	99,36%	99,36%



32. Eventos subsequentes

No final de 2022, a Floene tinha cerca de 90% da sua dívida financeira contratada através de um empréstimo obrigacionista sob a forma de EMTN, no valor de € 600 milhões, cujo vencimento integral ocorre em setembro de 2023. A taxa de juro do financiamento é uma taxa fixa para o período de 1,375%.

No início de março de 2023, a Empresa iniciou o processo de refinanciamento do EMTN, tendo concretizado uma operação de recompra parcial no montante de € 180 milhões. Esta transação foi financiada através de um sindicato bancário, e conta com uma taxa de juro variável indexada à taxa Euribor e um *spread* contratualizado. Após esta operação, a Floene ficou ainda com € 420 milhões no seu empréstimo EMTN a taxa fixa.

Conforme mencionado na Nota 19, em 16 de março de 2023 foi proferido o Acórdão n.º 101/2023 pelo Tribunal Constitucional no âmbito da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (CESE), referente ao ano de 2018, favorável à Empresa do Grupo Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., julgando este tributo inconstitucional, cujo impacte financeiro ascende a cerca de € 5 milhões e que se encontra totalmente provisionado. No dia 28 de março de 2023, o Tribunal Constitucional emitiu uma decisão sumária n.º 201/2023, relativa à CESE de 2018, favorável à Empresa Paxgás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A., no valor de € 54 milhares, que se encontra totalmente provisionado.

Não ocorreram eventos subsequentes adicionais após 31 de dezembro de 2022 com impacte relevante nas demonstrações financeiras anexas.

33. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2023. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

PRESIDENTE:

Diogo António Rodrigues da Silveira

VOGAIS:

Roxana Tataru

Karl Klaus Liebel

Ippei Kojima

Nuno Luís Mendes Holbech Bastos

Gabriel Nuno Charrua de Sousa

Yoichi Onishi

José Manuel Rodrigues Vieira

Pedro Álvaro de Brito Gomes Doutel

**CONTABILISTA
CERTIFICADO**

Ana Maria Serafim de Brito Mousinho



Anexo IIIb – Demonstrações Financeiras – Individuais

índice

Demonstração da posição financeira	167
Demonstração dos resultados e do Outro rendimento integral	169
Demonstração das alterações no capital próprio	170
Demonstração Consolidada dos fluxos de caixa	171
Notas às demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022	172
Informação corporativa	172
Políticas contábilísticas significativas, estimativas e julgamentos	172
Impacte resultante da aplicação de novas normas ou alterações às normas IFRS	175
Ativos tangíveis	176
Ativos intangíveis	177
Direitos de uso e responsabilidades por locações	178
Subsídios	180
<i>Goodwill</i>	180
Participações financeiras em subsidiárias	180
Inventários	182
Clientes e Outras contas a receber	182
Outros ativos financeiros	185

Caixa e seus equivalentes	185
Dívida financeira	186
Fornecedores e outras contas a pagar	188
Imposto sobre o rendimento	189
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	191
Provisões	193
Instrumentos financeiros – derivados	193
Ativos e passivos financeiros	193
Gestão de riscos financeiros	196
Estrutura de capital	196
Proveitos e ganhos	197
Custos e perdas	198
Custos com pessoal	199
Proveitos e custos financeiros	199
Ativos e passivos contingentes	200
Transações com partes relacionadas	200
Informação sobre matérias ambientais	202
Eventos subsequentes	202
Aprovação das demonstrações financeiras	202

Demonstração da Posição Financeira

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2022 e em 31 de dezembro 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros - € k)

ATIVO	NOTAS	2022	2021
Ativo não corrente:			
Ativos tangíveis	4	14	-
Ativos intangíveis	5	4 928	2 519
Direitos de uso de ativos	6	4 863	4 991
Participações financeiras em subsidiárias	9	640 422	640 422
Ativos por impostos diferidos	16	96	118
Outras contas a receber	11	32	17
Outros ativos financeiros	12	127 246	127 246
Total de ativos não correntes:		777 601	775 313
Ativo corrente:			
Outros ativos financeiros	12	-	13 670
Clientes	11	8 672	7 934
Outras contas a receber	11	6 936	3 790
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	16	11 938	1 460
Caixa e seus equivalentes	13	76 779	52 372
Total dos ativos correntes:		104 325	79 226
Total do ativo:		881 926	854 539
Capital Próprio e Passivo			
Capital próprio:			
Capital social	22	89 529	89 529
Prestações acessórias	22	19 516	19 516
Reservas	22	13 428	12 471
Resultados acumulados		26 118	38 463

ATIVO	NOTAS	2022	2021
Total do capital próprio:		148 591	159 980
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Dívida financeira	14	68 171	668 762
Responsabilidades por locações	6	4 579	4 725
Outras contas a pagar	15	79	-
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	17	680	526
Total do passivo não corrente:		73 509	674 012
Passivo corrente:			
Dívida financeira	14	600 000	-
Responsabilidades por locações	6	422	376
Fornecedores	15	3 876	3 852
Outras contas a pagar	15	51 801	15 624
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	16	3 726	695
Total do passivo corrente:		659 826	20 547
Total do passivo:		733 334	694 559
Total do capital próprio e do passivo:		881 926	854 539

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração da posição financeira e devem ser lidas em conjunto.

Demonstração dos resultados e do Outro rendimento integral

Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e em 31 de dezembro 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros - € k)

	NOTAS	2022	2021
Prestação de serviços	23	22 879	24 704
Outros proveitos operacionais	23	132	326
Proveitos financeiros	26	6 474	5 826
Resultados relativos a participações financeiras em subsidiárias	9 e 23	7 493	22 295
Total de proveitos e ganhos:		36 977	53 150
Fornecimentos e serviços externos	24	(10 868)	(12 242)
Custos com o pessoal	24 e 25	(11 038)	(11 563)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos e direitos de uso	5, 6 e 24	(1 189)	(1 133)
Outros custos operacionais	24	(76)	(60)
Custos financeiros	26	(10 827)	(9 793)
Total de custos e perdas:		(33 998)	(34 791)
Resultado antes de impostos e outras contribuições:		2 980	18 361
Imposto sobre o rendimento	16	738	776
Resultado líquido do exercício		3 718	19 137
Resultado básico e diluído por ação (valor em Euros)		0,04	0,21
Resultado líquido do exercício		3 718	19 137
Itens que no futuro não serão reciclados por resultados do período			
Ganhos e perdas atuariais - benefícios de reforma	17	(136)	(51)
Imposto relacionado com os ganhos e perdas atuariais	16 e 17	31	12
Total do rendimento integral do exercício		3 612	19 097

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral e devem ser lidas em conjunto.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Demonstração das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros - € k)

	Notas	Capital social	Prestações acessórias	Reservas	Resultados acumulados - remensuração	Resultados acumulados - outros	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021		89 529	-	11 436	(43)	30 260	20 700	151 882
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	19 137	19 137
Outras perdas líquidas reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	(40)	-	-	(40)
Rendimento integral do período		-	-	-	(40)	-	19 137	19 097
Constituição/entrega de prestações acessórias	22	-	19 516	-	-	-	-	19 516
Aumento/diminuição de reservas por aplicação de resultados		-	-	1 035	-	19 665	(20 700)	-
Distribuição de dividendos						(30 515)		(30 515)
Saldo em 31 de dezembro 2021		89 529	19 516	12 471	(83)	19 409	19 137	159 980
Saldo em 1 de janeiro de 2022		89 529	19 516	12 471	(83)	19 409	19 137	159 980
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	3 718	3 718
Outras perdas líquidas reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	(106)	-	-	(106)
Rendimento integral do período		-	-	-	(106)	-	3 718	3 612
Aumento/diminuição de reservas por aplicação de resultados	22	-	-	957	-	18 180	(19 137)	-
Distribuição de dividendos	22	-	-	-	-	(15 000)	-	(15 000)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		89 529	19 516	13 428	(188)	22 588	3 718	148 591

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio e devem ser lidas em conjunto.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros - € k)

	NOTAS	2022	2021
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		24 835	38 679
(Pagamentos) a fornecedores		(11 123)	(13 971)
(Pagamentos) relativos a pessoal		(9 838)	(9 414)
(Pagamentos) de imposto sobre o rendimento		(6 644)	2 150
Outros recebimentos relativos à atividade operacional		(4 441)	(4 256)
Recebimentos de dividendos	9 e 23	7 493	22 295
Fluxos das atividades operacionais (1)		282	35 483
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e proveitos similares		2 865	5 778
Empréstimos concedidos		13 670	-
Pagamentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	9	-	(2)
Ativos tangíveis/intangíveis		(2 003)	(2 373)
Empréstimos concedidos		-	(13 670)
Fluxos das atividades de investimento (2)		14 532	(10 267)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	15	36 302	4 505
Prestações acessórias	22	-	19 516
Pagamentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		-	(9 774)
Juros de empréstimos obtidos		(8 676)	(8 676)
Juros e custos similares		(2 593)	(226)
Locação	6	(363)	(329)
Juros de locação	6	(77)	(79)
Dividendos/distribuição de resultados	22	(15 000)	(30 515)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		9 593	(25 578)
Variação líquida de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		24 408	(362)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	13	52 372	52 734
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	13	76 779	52 372

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa e devem ser lidas em conjunto.

Notas às demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022

1. Informação corporativa

Floene Energias, S.A., (“Floene” ou “Empresa”) tem a sua sede social em Lisboa e foi constituída em 2 de dezembro de 2009 sob a firma Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S.A., com objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades. Em 1 de abril de 2015, por deliberação unânime do acionista único GDP Gás de Portugal, SGPS, S.A., a Empresa alterou a denominação social para, Galp Gás Natural Distribuição, S.A., passando o seu objeto social para o exercício de atividades no setor energético, em particular na distribuição de gás natural, incluindo a prestação de serviços de apoio à gestão empresarial, nas áreas de gestão, administrativa e logística, compras e aprovisionamento e sistemas de informação. Em outubro de 2022, a Empresa, alterou a sua denominação social de Galp Gás Natural Distribuição, S.A. para a atual, Floene Energias, S.A., mantendo o seu objeto social.

Em outubro de 2016, a Galp Gás & Power SGPS, S.A. (agora Galp *New Energies*, S.A.) vendeu 22,5% do Grupo Floene Energias, S.A. à entidade *Meet Europe Natural Gas*, Lda.. Esta venda resultou do acordo celebrado em 28 de julho de 2016 entre a Galp Energia SGPS, S.A., através da sua subsidiária Galp *New Energies*, S.A. e a *Marubeni Corporation* e *Toho Gas Co. Ltd.*

No dia 26 outubro de 2020 a Galp *New Energies*, S.A. acordou com a *Allianz Capital Partners*, em nome das companhias *Allianz Infrastructure Luxembourg II S.à.r.l.* e a *Allianz European Infrastructure Acquisition Holding S.à.r.l.*, a venda de 75,01% da sua participação na Floene, ficando ainda os restantes 2,49% do capital social da Floene a ser detidos pela Galp através da sua subsidiária Petrogal, S.A.. Em 24 de março de 2021, e após autorizações regulatórias usuais e à obtenção de consentimentos de terceiros, a *Allianz Capital Partners*, cujo Accionista de topo é a *Allianz SE*, passou a deter uma participação qualificada de 75,01% do capital social da Floene. O remanescente do capital social da Floene é detido pela *Meet Europe Natural Gas*, Lda e pela Petrogal, S.A. (Nota 22).

A sua sede é em Lisboa, na Rua Tomás da Fonseca Torre C 1, 1600-209 Lisboa.

Em virtude da atual conjuntura resultante do conflito geopolítico entre a Rússia e Ucrânia, a Gestão da Floene está a acompanhar a evolução da situação, de modo a controlar eventuais riscos operacionais, garantir a manutenção das suas atividades e mitigar eventuais impactes financeiros materialmente relevantes nas empresas do Grupo Floene. Até à data de aprovação das contas, o conflito geopolítico com a Rússia não teve impactes significativos na atividade.

Nos termos do Artigo 3º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei 99-A/2021 de 31 de dezembro, com a entrada em vigor a 1 de janeiro de 2022, a Empresa deixou de cumprir os critérios para classificar como entidade de interesse Público em Portugal com referência à referida data.

2. Políticas contabilísticas significativas, estimativas e julgamentos

As principais políticas adotadas pela Empresa na preparação das demonstrações financeiras são as abaixo mencionadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2022. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – *International Financial Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (“IASC”) e respetivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo *Standing Interpretation Committee* (“SIC”) e *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por “IFRS”.

Nos termos do Artigo 3º do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei n.º 99-A/2021 de 31 de dezembro, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2022, a Empresa deixou de cumprir os critérios para classificar como Entidade de Interesse Público em Portugal, com referência à referida data.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em milhares de Euros (unid: € k), arredondados ao milhar mais próximo exceto se expresso em contrário. Deste modo, os subtotais e totais das tabelas apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas podem não ser iguais à soma dos valores apresentados, devido a arredondamentos.

As políticas contabilísticas adotadas encontram-se, conforme o seu conteúdo, na nota respetiva do anexo. As políticas contabilísticas comuns ou genéricas a várias notas encontram-se nesta nota.

Estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações e; (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

Os princípios contabilísticos e as áreas que requerem um maior número de juízos e estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: (i) ativos intangíveis, direitos de uso e participações financeiras (Notas 5, 6 e 9); (ii) pressupostos demográficos e financeiros utilizados para o cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma (Nota 17); (iii) imparidade para contas a receber (Nota 11); (iv) vidas úteis e valores residuais de ativos intangíveis (Nota 5); (v) ativos por impostos diferidos e estimativas sobre posições fiscais incertas (Nota 16); e (vi) crédito (Nota 23).

Políticas contabilísticas gerais

Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras da Empresa na moeda funcional da mesma (Euro), utilizando as taxas em vigor na data da transação.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício nas mesmas rubricas onde estão refletidos os rendimentos e perdas associados com essas transações, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

Resultado básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é apurado com base na divisão dos lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores de capital próprio ordinário da Empresa pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período. Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Empresa ajusta os lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores ordinários de capital próprio, bem como o número médio ponderado de ações em circulação, para efeitos de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras. Nos períodos abrangidos por estas demonstrações financeiras não existiram quaisquer efeitos diluidores com impacto no resultado líquido por ação, pelo que este é igual ao resultado básico por ação.



3. Impacte resultante da aplicação de novas normas ou alterações às normas IFRS

3.1 Normas e interpretações publicadas que entraram em vigor no exercício

As normas IFRS aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) com aplicação no exercício de 2022 são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais, IAS 16 Ativos fixos tangíveis, IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; e melhoramentos anuais das normas IFRS Ciclo 2018-2020	02/07/2021	01/01/2022	2022	Sem impacte relevante.

3.2. Normas e interpretações publicadas que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As normas IFRS aprovadas e publicadas no JOUE durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e com aplicação contabilística em exercícios posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IFRS 17 Contrato de seguro: Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa (emitida a 9 de dezembro de 2021)	09/09/2022	01/01/2023	2023	Não aplicável.
Alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação (emitida a 7 de maio de 2021)	12/08/2022	01/01/2023	2023	Sem impacte previsível.
Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contabilísticas (emitida a 12 de fevereiro de 2021)	03/03/2022	01/01/2023	2023	Sem impactes contabilísticos. Impacte nas divulgações.
Alterações à IAS 8 Políticas contabilísticas, Alteração de estimativas, Erros, Reexpressão: Divulgação de estimativas contabilísticas (emitida a 12 de fevereiro de 2021)	03/03/2022	01/01/2023	2023	Sem impacte previsível.
IFRS 17 Contratos de seguro (emitida a 18 de maio de 2017), incluindo alterações à IFRS 17	23/11/2021	01/01/2023	2023	Não aplicável.

3.3. Normas e interpretações ainda não publicadas pela União Europeia

As normas IFRS (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2023, ainda não endossadas pela UE são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IAS	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras: Passivos não correntes com covenants (emitida a 31 de outubro de 2022)	01/01/2024	2024	Sem impacte previsível.
Alterações à IFRS 16 Locações: Passivos de locação em transações de venda e relocação (emitida 22 de setembro de 2022)	01/01/2024	2024	Sem impacte significativo previsível

4. Ativos tangíveis

Política contabilística

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, reavaliado, quando aplicável, deduzido das depreciações acumuladas e das eventuais perdas por imparidades. O custo de aquisição inclui o preço de fatura, as despesas de transporte e montagem.

As depreciações são calculadas sobre o valor de custo considerado ou sobre o custo de aquisição, pelo método das quotas constantes, aplicada a partir da data em que estejam disponíveis para uso nas condições pretendidas pelo Conselho de Administração, utilizando-se de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração dos ativos tangíveis, durante a sua vida útil estimada.

Os ativos tangíveis estão, na sua globalidade, afetos à atividade da Empresa.

	2022		2021
	Equipamento	Administrativo	Total
Em 31 de dezembro			
Custo	14		14
Depreciação acumulada	-		-
Valor Líquido	14		14
Saldo inicial	-		-
Adições	14		14
Saldo final	14		14

5. Ativos intangíveis

Política contabilística

Reconhecimento

Os ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis, e se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

As despesas com desenvolvimento somente são registadas como ativos intangíveis se a Empresa demonstrar capacidade técnica e económica, bem como decisão para completar esse desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso próprio, e demonstre igualmente, a probabilidade do ativo criado gerar benefícios económicos futuros. Caso as despesas não satisfaçam esses requisitos, as despesas com desenvolvimento são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Amortizações

Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados pelo método das quotas constantes.

As taxas de amortização variam conforme os prazos dos contratos existentes ou a expectativa de uso do ativo intangível.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Vidas úteis e valores residuais de ativos intangíveis

A determinação dos valores residuais e das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor. Alterações na vida económica dos ativos são registadas de forma prospetiva. Os ativos intangíveis são detalhados como segue:

			2022	2021
	Propriedade industrial e outros direitos	Ativo intangível em curso	Total	Total
Em 31 de dezembro				
Custo	4 208	3 556	7 763	4 556
Amortização acumulada	(2 835)	-	(2 835)	(2 037)
Valor Líquido	1 373	3 556	4 928	2 519
Saldo inicial	1 072	1 447	2 519	842
Adições	-	3 221	3 221	2 451
Amortizações e imparidades	(798)	-	(798)	(774)
Abates e vendas	-	-	-	-
Transferências	1 098	(1 098)	-	-
Outros ajustamentos	-	(14)	(14)	-
Saldo final	1 373	3 556	4 928	2 519

6. Direitos de uso e responsabilidades por locações

Política contabilística

Reconhecimento

A Empresa reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontando os juros a uma taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental da Empresa. Em geral, a Empresa utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar. Pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem o seguinte:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos de locação variável, dependente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual;
- preço de exercício da opção de compra, se for razoavelmente certo que o locatário exerça a opção; e
- pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário cancele o contrato.

A responsabilidade por locações é mensurada pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo. É remensurada quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, se ocorrer uma alteração na estimativa da Empresa do montante que deverá ser pago sob uma garantia de valor residual, ou caso a Empresa altere a sua avaliação acerca da opção de exercício de compra, sua extensão ou rescisão.

Quando a responsabilidade por locações é remensurada, o valor do direito de uso é também ajustado, ou é registado um lucro ou prejuízo na demonstração dos resultados, se a quantia escriturada do ativo do direito de uso já se encontrava reduzida a zero.

A Empresa apresenta os direitos de uso de ativos e as responsabilidades por locações em rubricas devidamente segregadas na demonstração da posição financeira.

Locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor

A Empresa não reconhece como direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, contratos de locação de duração inferior a 12 meses ou locações de baixo valor. A Empresa reconhece os dispêndios associados a estas locações, como um custo do exercício durante o período de vida dos contratos.

Amortizações

O direito de uso do ativo é amortizado utilizando o método de quotas constantes, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos tangíveis.

Imparidades

O direito de uso do ativo é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, e ajustado por certas variações da obrigação por locações associadas ao ativo.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Vidas úteis, valores residuais dos ativos e taxas de desconto

O apuramento dos valores residuais dos ativos, estimativa das vidas úteis e taxas de desconto têm por base premissas dos contratos de locação (ou ativos similares) e são definidos baseados no julgamento da Gestão, assim como as melhores práticas em uso pelos *peers* do setor.

Imparidade dos Direitos de uso de ativos

Identificação de indicadores de imparidade, estimativa de fluxos de caixa futuros e determinação do justo valor dos ativos exige um elevado nível de julgamento da Gestão, em termos de identificação e avaliação dos indicadores de imparidade diferentes, nomeadamente o fluxo de caixa esperado, as taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Os Direitos de uso são detalhados como segue:

Unid: € k

			2022	2021
	Edifícios	Viaturas	Total	Total
Em 31 de dezembro				
Custo	5 909	334	6 243	6 044
Amortização acumulada	(1 260)	(120)	(1 380)	(1 053)
Valor Líquido	4 649	214	4 863	4 991
Saldo a 1 de janeiro	4 959	32	4 991	5 331
Adições	-	257	257	17
Amortizações	(310)	(82)	(391)	(359)
Outros ajustamentos	-	7	7	1
Saldo a 31 de dezembro	4 649	214	4 863	4 991

As responsabilidades por locações são como segue:

Unid: € k

Análise de maturidade - cash flows contratuais não descontados	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Análise de maturidade - cash flows contratuais não descontados	5 562	5 730
Inferior a um ano	425	379
Um a cinco anos	1 576	1 435
Mais de cinco anos	3 561	3 917
Responsabilidades por locações na demonstração da posição financeira	5 001	5 101
Corrente	422	376
Não corrente	4 579	4 725

Os montantes reconhecidos nos resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

Unid: € k

	Notas	Dezembro 2022	Dezembro 2021
		918	151
Juros de locações	26	77	79
Custos relacionados com locações de curta duração, baixo valor e pagamentos variáveis	24	841	73

Os montantes reconhecidos na demonstração de fluxos de caixa são como segue:

Unid: € k

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Atividades de financiamento	(440)	(407)
Pagamentos relativos a locações	(363)	(329)
Pagamentos relativos a juros locações	(77)	(79)

7. Subsídios

Não aplicável.

8. Goodwill

Não aplicável.

9. Participações financeiras em subsidiárias

Política contábilística

As participações em empresas subsidiárias são registadas ao custo de aquisição, sendo mensuradas subsequentemente ao custo, deduzidas, quando aplicável, de perdas por imparidade.

Os dividendos recebidos das empresas subsidiárias são registados nos resultados do exercício quando atribuídos. Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contábilístico da participação financeira, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade na mesma rubrica.

As participações financeiras em subsidiárias são como segue:

Unid: € k

Empresa	País	Percentagem de capital detido	
		2022	2021
Empresas subsidiárias:			
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	Portugal	59,60%	59,60%
Dianagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	Portugal	97,19%	97,19%
Medigás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Paxgás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Setgás - Sociedade de Distribuição de Gás Natural, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	Portugal	99,36%	99,36%

Todas as participações financeiras detidas estão relacionadas com a atividade principal da Empresa bem como com o negócio de distribuição e comercialização de gás natural do Grupo.

Unid: € k

	Informação financeira das subsidiárias - 2022			
	Total de ativos	Total de passivos	Capital próprio	Resultado líquido do exercício
	1 252 559	536 526	716 033	24 721
Empresas subsidiárias:				
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	80 575	33 880	46 695	1 650
Dianagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, S.A.	14 633	4 263	10 370	297
Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.	36 000	10 386	25 614	649
Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	530 142	329 966	200 176	7 965
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	295 287	81 224	214 063	7 167
Medigás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A.	20 088	5 531	14 557	440
Paxgás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A.	6 232	1 053	5 179	121
Setgás - Sociedade de Distribuição de Gás Natural, S.A.	167 968	48 578	119 390	4 232
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	101 634	21 645	79 989	2 200

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	Participações financeiras		Resultados relativos a participações financeiras	
	Custo Aquisição	Valor Líquido	Dividendos	Total
Participações financeiras em subsidiárias	640 422	640 422	7 493	7 493
Empresas subsidiárias:				
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	20 296	20 296	-	-
Dianagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, S.A.	9 987	9 987	218	218
Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.	25 766	25 766	570	570
Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	157 205	157 205	6 265	6 265
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	175 258	175 258	-	-
Medigás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A.	14 073	14 073	380	380
Paxgás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A.	4 995	4 995	60	60
Setgás - Sociedade de Distribuição de Gás Natural, S.A.	143 273	143 273	-	-
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	89 570	89 570	-	-

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Da análise efetuada pela Administração ao risco de imparidade, considerou-se não existirem indícios relevantes a 31 de dezembro de 2022.

10. Inventários

Não aplicável.

11. Clientes e Outras contas a receber

Política contabilística

As contas a receber são inicialmente registadas ao justo valor e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber. Usualmente, o custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal, nem do seu justo valor.

Clientes e outras contas a receber são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais para os fluxos de caixa (ou seja, são recebidos), quando são transferidos (por exemplo, vendidos) ou quando estão em imparidade.

Estimativas e julgamentos contabilísticos

Imparidades de contas a receber

A Empresa aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para todas as contas a receber e que substitui o anterior modelo baseado em “perdas

incorridas” previsto na IAS 39. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas. O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente ocorridas.

Risco de crédito

Para fins de risco de crédito, se os clientes e outras contas a receber forem classificados de forma independente, essas classificações serão utilizadas. Caso contrário, se não houver classificação independente, o controle de risco avalia a qualidade de crédito do cliente, levando em consideração a sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pela Gestão. O cumprimento dos limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorizado pela Gestão.

Para futuras mitigações do risco de crédito, as garantias bancárias e apólices de seguro para um eventual incumprimento de crédito são um standard da política de risco global da Empresa.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características de risco de crédito comuns.

Clientes

A rubrica de Clientes, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresenta o seguinte detalhe:

Unid: € k

	Notas	2022	2021
		Corrente	Corrente
		8 672	7 934
Clientes c/c – partes relacionadas	28	8 672	7 934
Imparidades de clientes			
Antiguidade da dívida líquida de clientes		8 672	7 934
Não vencidos		5 132	6 658
Vencidos até 180 dias		1 507	1 359
Vencidos entre 181 e 365 dias		683	(83)
Vencidos a mais de 365 dias		1 351	-

Os saldos em aberto correspondem na sua totalidade a saldos com as suas subsidiárias, que a Empresa tenciona que sejam regularizados durante o ano de 2023.

Conforme mencionado nas políticas acima, as contas a receber de clientes estão agrupadas com base em características de risco de crédito compartilhado e em dias de atraso. Para a Empresa, o nível de risco de crédito das contas a receber é o seguinte:

Tipo	Exposição ao risco
Não vencidos	Baixo
Vencidos até 180 dias	Médio
Vencidos entre 181 e 365 dias	Alto
Vencidos há mais de 365 dias	Muito alto

Outras contas a receber

As Outras contas a receber apresentam o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021

Unid: € k

	Notas	2022		2021	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
		6 936	32	3 790	17
Estado e outros entes públicos		46	-	-	-
Outros devedores		293	-	3 255	-
Saldos devedores de fornecedores		37	-	66	-
Adiantamentos a fornecedores		223	-	3 099	-
Pessoal		1	-	1	-
Outros		33	-	90	-
Partes relacionadas	28	17	-	-	-
Ativos resultantes de contrato		5 910	-	360	-
Juros a receber		3 811	-	252	-
Outros		2 099	-	108	-
Custos diferidos		669	32	175	17
Outros custos diferidos		669	32	175	17

O montante de € 3 811 k refere-se a juros a receber pela subsidiária LisboaGás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. (Nota 28), estando € 3 387 k já vencidos a 31 de dezembro de 2022 e sido liquidados em janeiro de 2023.

O montante de € 2 099 k, registado em Ativos resultante de contratos – outros, refere-se essencialmente a serviços de gestão prestados a empresas do Grupo em 2022, a faturar em janeiro de 2023 (Nota 28).

12. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os Outros ativos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

Unid: € k

	Notas	2022		2021	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
		-	127 246	13 670	127 246
Ativos financeiros não mensurados ao justo valor - Empréstimos	28	-	127 246	13 670	127 246

Os empréstimos reconhecidos respeitam a empréstimos concedidos a empresas subsidiárias que vencem juros a uma taxa de mercado, indexada à Euribor, e não têm prazo de reembolso definido. A Administração da Empresa entende que os empréstimos classificados em não corrente não serão reembolsados no próximo exercício, motivo pelo qual se encontram classificados dessa forma.

O montante de € 13 670 k reconhecido em ativos financeiros – corrente em 2021, respeitava ao *cash pooling* com Empresas do Grupo e vencia juros a taxas de mercado. A 31 de dezembro de 2022, dada a posição credora com todas as Empresas do Grupo, o saldo de *cash pooling* encontra-se registado em Outras contas a pagar (Nota 15).

13. Caixa e seus equivalentes

Política contabilística

Os montantes incluídos na rúbrica de Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de seis meses da data de emissão, e que possam ser imediatamente mobilizáveis estando sujeitas a um risco insignificante de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rúbrica de Caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rúbrica de Dívida financeira, na demonstração da posição financeira. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rúbrica de Caixa e seus equivalentes apresenta o seguinte detalhe:

Unid: € k

	2022	2021
	76 779	52 372
Caixa e seus equivalentes	76 779	52 372

14. Dívida financeira

Política contabilística

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os empréstimos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a dívida financeira detalha-se, como segue:

Unid: € k

Notas	2022		2021
	Corrente	Não corrente	Não corrente
	600 000	68 171	668 762
Empréstimos por obrigações e notes	600 000	68 171	668 762
Origination Fees	-	(1 829)	(1 238)
Empréstimos Obrigacionistas	-	70 000	70 000
Notes	600 000	-	600 000

Caracterização dos principais empréstimos

Backstop Facility

A 8 de setembro de 2022, a Empresa contratou uma linha de crédito no formato obrigacionista, através de um sindicato bancário, com compromisso de tomada firme no montante total de € 600 000 k. Este financiamento permite dotar a Empresa de fundos suficientes para reembolsar as Notes que se irão vencer em setembro de 2023. O montante encontrava-se totalmente disponível a 31 de dezembro de 2022, podendo ser utilizado até 25 de setembro de 2023. Uma vez utilizado, o vencimento do financiamento será 30 de setembro de 2023, com possibilidade de extensão até 1 ano por opção da Empresa.

Empréstimo Obrigacionista

Em 1 de agosto de 2019, a Empresa emitiu obrigações no montante total de € 70 000 k, com uma taxa de juro Euribor a 6 meses acrescida de *spread*. Este empréstimo será reembolsado na totalidade a 1 de agosto de 2024.

Emissões de Notes

A Empresa estabeleceu a 25 agosto de 2016, um Programa de EMTN (“EUR 1 000 000 000 Euro Medium Term Note Programme”).

Ao abrigo do Programa de EMTN, no dia 19 de setembro de 2016, a Empresa emitiu notes no montante de € 600 000 k, com vencimento em 19 de setembro de 2023 e cupão de 1,375%, admitidas à negociação no mercado regulamentado da *London Stock Exchange*. Nesta transação atuaram como *Joint-Bookrunners* o *JP Morgan*, *BofA Merrill Lynch* e Banco Santander Totta. Em 31 de dezembro de 2022, o valor de mercado das Notes corresponde a € 591 716 k.

Ao abrigo destes programas (Empréstimo Obrigacionista e EMTN), foram definidos um conjunto de rácios financeiros (“Financial Covenants”) que representam um nível acrescido de proteção para credores do Grupo Floene. Estes rácios, designados de *Net Debt/EBITDA* (ou Dívida Líquida / EBITDA) e *Debt Service Coverage Ratio* (ou Rácio de Cobertura do Serviço da Dívida ou RCSD), têm dois limites - um sob forma de *lock-up event* e outro sob forma de *event of default* e devem ser calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Floene. Os rácios a 31 de dezembro de 2022 são:

	2022
Dívida Líquida ¹ /Ebitda ²	5,8x
Rácio de Cobertura do Serviço da Dívida ³	4,8x

¹ Dívida Bancária + Empréstimo Obrigacionista + Juros Especializados - Caixa e Equivalentes

² EBITDA + Provisões

³ *Cash Flow* da Atividade Operacional, excluindo CESE - Pagamentos CAPEX/Serviço de Juros

De referir que ambos os rácios se encontram, à data de 31 de dezembro de 2022, dentro dos limites estabelecidos.

15. Fornecedores e Outras contas a pagar

Política contabilística

Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente mensurados ao justo valor e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. Em geral, o custo amortizado não difere do valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 as rubricas Fornecedores e Outras contas a pagar, correntes e não correntes apresentam-se como segue:

Unid: € k

	Notas	2022		2021
		Corrente	Não corrente	Não corrente
Fornecedores		3 876	-	3 852
Fornecedores c/c		1 109	-	480
Fornecedores - faturas em receção e conferência		1 026	-	802
Fornecedores - partes relacionadas	28	1 741	-	2 570
Outras contas a pagar		51 801	79	15 624
Estado e outros entes públicos		202	-	866
IVA a pagar		-	-	726
Outras tributações		202	-	140
Outros credores		611	-	85
Fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis		483	-	78
Pessoal		18	-	4
Outros		110	-	3
Partes relacionadas		42 324	-	5 968
Empréstimos	28	42 324	-	5 968
Acréscimos de custos		7 689	-	7 633
Fornecimentos e serviços externos		2 150	-	2 197
Remunerações a liquidar		2 862	-	2 942
Juros a liquidar		2 687	-	2 492
Outros acréscimos de custos		(10)	-	2
Proveitos diferidos		975	79	1 072
Subsídios ao Investimento		-	79	-
Outros		975	-	1 072

O empréstimo, no montante de € 42 324 k, respeita a *cash pooling* com as subsidiárias e tem como objetivo gerir as necessidades de tesouraria do Grupo (Nota 28). Este saldo vence juros a uma taxa indexada à Euribor.

16. Imposto sobre o rendimento

Política contabilística

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A Empresa e algumas das suas subsidiárias encontram-se abrangidas pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), sendo a Floene a sociedade dominante. O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor em Portugal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação substantivamente decretadas que se espera estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Estimativas e julgamentos contabilísticos

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos ativos por impostos diferidos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados na demonstração dos resultados do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é igualmente registado naquela rubrica.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o saldo do imposto sobre o rendimento é como segue:

Unid: € k

	Notas	Ativo		Passivo	
		2022	2021	2022	2021
		11 938	1 460	3 726	695
Empresas do Grupo	28	11 938	1 460	-	-
Imposto sobre o rendimento a receber/pagar		11 938	1 460	-	-
Estado e outros entes públicos		-	-	3 726	695
Imposto sobre o rendimento a receber/pagar		-	-	3 726	695

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a receber de empresas do Grupo Floene resulta da aplicação do RETGS, sendo a Empresa a sociedade dominante que procede aos pagamentos ao Estado no âmbito deste regime. O saldo a pagar corresponde ao montante apurado resultante da estimativa de imposto sobre o rendimento do período deduzido das retenções na fonte, uma vez que os pagamentos por conta pagos pela Empresa ao Estado em nome das subsidiárias em 2022 apenas foram reembolsados por estas em janeiro de 2023.

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhado como segue:

Unid: € k

	2022			2021		
	Imposto corrente	Imposto diferido	Total	Imposto corrente	Imposto diferido	Total
Imposto do período	(791)	53	(738)	(695)	(81)	(776)
Imposto sobre o rendimento do período	(727)	53	(674)	(632)	(81)	(713)
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto	(64)	-	(64)	(63)	-	(63)

Segue abaixo a reconciliação do imposto sobre o rendimento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Unid: € k

	2022	Taxa	Imposto sobre o rendimento	2021	Taxa	Imposto sobre o rendimento
Resultado antes de impostos:	2 980	21,00%	626	18 361	21,00%	3 856
Ajustamentos ao Imposto sobre o rendimento:						
Insuficiência/(excesso) da estimativa de imposto		(2,16%)	(64)		(0,44%)	(81)
Tributação autónoma		7,06%	210		0,69%	127
Dividendos recebidos		(52,81%)	(1 573)		(25,50%)	(4 682)
Outros acréscimos e deduções		2,14%	64		0,02%	4
Taxa e Imposto efetivo sobre o rendimento		(24,77%)	(738)		(4,23%)	(776)

Em 31 de dezembro de 2022 o movimento de impostos diferidos ativos e passivos, aplicando uma taxa de 22,5%, é composto como segue:

Unid: € k

	31 de dezembro de 2021	Efeito em Resultados	Efeito em Capital próprio	Outros	31 de dezembro 2022
Impostos diferidos ativos	118	(53)	31	-	96
Benefícios de reforma e outros benefícios	47	19	31	-	96
Provisões não aceites fiscalmente	72	(72)	-	-	-

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

17. Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios

Política contabilística

Plano de contribuição definida

A Floene possui um plano de contribuição definida financiado por um fundo de pensões que é gerido por uma entidade independente. As contribuições da Empresa para o plano de contribuição definida são registadas na demonstração dos resultados no período em que ocorram.

Outros benefícios pós-emprego

A Empresa proporciona outros benefícios como pré-reformas e associado ao plano de contribuição definida, a Empresa concede um benefício mínimo para situações de invalidez e sobrevivência.

Reconhecimento de planos de benefício definido

Os custos do exercício por planos de benefícios pós-emprego são determinados com base no método *Projected Unit Credit*. Este reflete os serviços prestados pelos empregados à data da avaliação, baseando-se em pressupostos atuariais, bem como considerando uma taxa de desconto para determinar o valor presente dos benefícios e as taxas projetadas de crescimento das remunerações. A taxa de desconto é baseada na rentabilidade de obrigações de elevada qualidade denominadas em Euros.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes dos ajustamentos de experiência e alterações de pressupostos atuariais são registados em capital próprio no período em que ocorram. As Responsabilidades por Serviços Passados (RSP) são reconhecidas de forma imediata na demonstração dos resultados.

Estimativas e julgamentos contabilísticos

Pressupostos demográficos e financeiros usados para calcular as responsabilidades com benefícios pós-emprego

A contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego requer que sejam feitas estimativas ao mensurar o excesso ou insuficiência do plano de pensões do Grupo. Essas estimativas requerem a utilização de pressupostos em relação a eventos incertos, incluindo taxas de desconto, inflação e expectativa de vida.

Benefícios pós-emprego

Unid: € k

	2022	2021
Responsabilidade	(680)	(526)
Outros benefícios	(680)	(526)
Benefício mínimo do plano de contribuição definida	(427)	(208)
Outros	(254)	(318)

Responsabilidades pós emprego

Unid: € k

	Notas	2022	2021
RSP no final do exercício corrente		680	526
RSP no final do exercício anterior		526	115
Custo dos serviços correntes		74	40
Juro líquido	26	2	2
(Ganhos)/perdas atuariais		136	51
Pagamento de benefícios efetuados pela empresa		(103)	-
Cortes		363	-
Outros ajustamentos		(318)	318

A maturidade média das responsabilidades para os planos de benefício definido é de 11,1 anos.

Despesas com benefícios pós-emprego

Unid: € k

	Notas	2022	2021
Custo dos serviços correntes	25	74	40
Juro líquido	26	2	2
Custo líquido do exercício antes de eventos especiais		76	41
Impacte de cortes - reformas antecipadas	25	363	-
Outros ajustamentos	25	(318)	318
Custo líquido do exercício com gastos do plano de benefícios definidos		121	359
Contribuição definida	25	96	50
Custo líquido do exercício com gastos do plano de contribuição definida		96	50
Total		216	408

Remensurações

Unid: € k

	Notas	2022	2021
		(106)	(40)
Ganhos e perdas reconhecidos - via Rendimento integral		(136)	(51)
Ganho/(perda) atuarial de experiência		(210)	(46)
Ganho/(perda) atuarial por alteração de pressupostos		74	(6)
Impostos relacionados aos ganhos e perdas atuariais	16	31	12

Pressupostos

Unid: € k

	Outros benefícios	
	2021	2022
Taxa de desconto	3,75%	1,05%
Taxa de crescimento dos salários/custos	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011
Tábua de mortalidade reformados / rendas	INE 2009-2011 GKF95	INE 2009-2011 GKF95
Tábua de invalidez	EVK 80 - 50%	EVK 80 - 50%
Idade normal de reforma	67 anos, exceto para os casos em que podem antecipar para os 66 ou 65 anos com pelo menos 43 ou 46 anos de descontos para a S.S aos 65 anos, respetivamente	67 anos, exceto para os casos em que podem antecipar para os 66 ou 65 anos com pelo menos 43 ou 46 anos de descontos para a S.S aos 65 anos, respetivamente
Método	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada

Análises de sensibilidade

Análise de sensibilidade da taxa de desconto

Unid: € k

	Taxa de desconto	
	3,75%	Δ -0,25%
	680	6
Benefício mínimo do plano de contribuição definida:	427	5
Outros benefícios:	254	1

18. Provisões

Não aplicável.

19. Instrumentos financeiros derivados

Não aplicável.

20. Ativos e passivos financeiros

Política contabilística

A Empresa classifica os ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;
- Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A Gestão determina a classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial e reavalia no final de cada período de relato, se e somente se houver uma mudança no modelo de negócios. Para passivos financeiros, a mudança da classificação não é permitida.

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos na data da sua negociação, ou seja, a data em que a entidade se compromete a adquirir esse ativo e são inicialmente reconhecidos ao justo valor. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e os ativos financeiros ao justo valor por resultados são subsequentemente atualizados ao justo valor. As divulgações do justo valor são efetuadas separadamente para cada classe de instrumentos financeiros no fim do período de relato.

Desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos da demonstração da posição financeira quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos e a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral se: (i) o objetivo inerente ao modelo de negócio utilizado é alcançado, quer pela recolha dos fluxos de caixa contratuais, quer pela venda de ativos financeiros, e (ii) os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas pagamentos de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria são inicialmente e subsequentemente mensurados ao seu justo valor, sendo as alterações ao seu valor contabilístico registadas por contrapartida de outro rendimento integral, exceto no que respeita ao reconhecimento de perdas por imparidade, juros ou ganhos e perdas cambiais, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Quando o ativo correspondente a um instrumento de dívida é desreconhecido, o ganho ou a perda acumulada em outro rendimento integral é reclassificado para resultados.

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado são ativos e passivos financeiros não derivados cujos fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas os pagamentos do capital e juros (“SPPI”). Se a cobrança/pagamento é esperada dentro de um ano (ou no ciclo operacional normal do negócio, se mais), eles são classificados como ativos/passivos correntes. Caso contrário, são apresentados como ativos/passivos não correntes.

Clientes e Outras contas a receber são reconhecidos inicialmente pelo justo valor. Subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa efetiva, menos imparidades.

Hierarquia de Justo Valor

Em conformidade com as normas contabilísticas uma entidade deve classificar as mensurações de justo valor baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflita o significado dos inputs utilizados na mensuração. A hierarquia de justo valor segue os seguintes níveis:

Nível 1: o justo valor dos ativos ou passivos é baseado em cotações de mercado líquidos ativos à data de referência da posição financeira;

Nível 2: o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação baseados em inputs observáveis no mercado;

Nível 3: o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

De forma geral, o valor contabilístico dos ativos e passivos financeiros aproxima-se do justo valor.

Unid: € k

	Notas	2022	2021
Ativos financeiros por categoria		218 695	201 738
Ativos financeiros não mensurados ao justo valor	11 e 12	142 885	152 657
- menos custos diferidos, adiantamentos a fornecedores e valores a receber do Estado	11	(970)	(3 291)
Caixa e seus equivalentes	13	76 779	52 372

Ativos financeiros ao custo amortizado incluem outros ativos financeiros, clientes e outras contas a receber deduzidas de perdas por imparidades.

Unid: € k

	Notas	2022	2021
Passivos financeiros por categoria		727 672	691 401
Passivos financeiros não mensurados ao justo valor	6, 14 e 15	728 928	693 339
- menos proveitos diferidos e valores a pagar ao Estado	15	(1 256)	(1 938)

Passivos financeiros incluem dívida financeira, responsabilidades por locações, fornecedores e outras contas a pagar.

21. Gestão de riscos financeiros

A Empresa encontra-se exposta a vários tipos de risco de mercado inerentes à atividade que conduz. A informação detalhada destes riscos e o impacto dos mesmos no Grupo Floene encontra-se refletido na Nota 22 do anexo às contas consolidadas da Empresa.

22. Estrutura de capital

Capital social

A estrutura acionista da Floene, durante o exercício de 2022, não sofreu alteração, sendo que o capital social permanece em € 89 529 141 dividido em 89 529 141 ações, com o valor nominal de um Euro cada uma, encontrando-se integralmente subscrito e realizado pelos seguintes acionistas:

	2022		2021	
	%	Nº de ações	%	Nº de ações
Imposto do período	100	89 529 141	100	89 529 141
<i>Meet Europe Natural Gas, Lda.</i>	22,50	20 144 057	22,50	20 144 057
<i>Allianz Infrastructure Luxembourg II S.à.r.l.</i>	45,51	40 743 759	45,51	40 743 759
<i>Allianz European Infrastructure Acquisition Holding S.à.r.l.</i>	29,50	26 412 050	29,50	26 412 050
<i>Petrogal, S.A.</i>	2,49	2 229 275	2,49	2 229 275

Reservas legais

De acordo com o disposto nos Estatutos da Empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de Reservas legais, incluída na rubrica Reservas, no Capital próprio, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Esta rubrica pode ser detalhada da seguinte forma, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Unid: € k

	2022	2021
	13 428	12 471
Reservas Legais	13 428	12 471

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Empresa reforçou a reserva legal no montante de € 957 k.

Prestações acessórias

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os acionistas da Empresa, na proporção das suas participações, realizaram prestações acessórias no montante de € 19 516 k, sujeitas ao regime de prestações suplementares. Estas prestações acessórias destinaram-se ao pagamento em 2021 das obrigações do Grupo Floene relacionadas com a Contribuição Extraordinária para o Setor Energético (CESE).

Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 2 de dezembro de 2022, foram atribuídos aos acionistas da Empresa dividendos no montante de € 15 000 k, tendo sido liquidados em 20 de dezembro de 2022.

23. Proveitos e ganhos

Política contabilística

Os proveitos decorrentes de vendas e das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador ou os serviços são prestados e o montante do proveito correspondente possa ser razoavelmente quantificado. As vendas e as prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos pelo justo valor do montante recebido ou a receber. Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outras contas a receber e Outras contas a pagar, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

As diferenças de câmbio originadas pelos saldos com Fornecedores e Clientes são reconhecidas em resultados operacionais.

O detalhe dos proveitos e ganhos da Empresa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como se segue:

Unid: € k

	Notas	2022	2021
Total proveitos e ganhos		36 977	53 150
Prestação de serviços		22 879	24 704
Outros proveitos operacionais		132	326
Proveitos suplementares		131	326
Outros		1	-
Resultados relativos a participações financeiras em subsidiárias	9	7 493	22 295
Proveitos financeiros	26	6 474	5 826

As prestações de serviços efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, nos montantes de € 22 879 k e € 24 704 k, respetivamente, respeitam essencialmente a serviços de gestão prestados a empresas do Grupo (Nota 28).

24. Custos e perdas

Os custos e perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 detalham-se como segue:

Unid: € k

	Notas	2022	2021
Total de custos		33 998	34 791
Fornecimentos e serviços externos		10 868	12 242
Outros serviços especializados		3 559	6 595
Deslocações e estadas		344	85
Rendas e alugueres	6	841	73
Combustíveis		211	118
Seguros		135	113
Serviços informáticos		3 273	3 877
Comunicações		384	270
Serviços jurídicos		306	131
Outros custos		1 815	981
Custos com pessoal	25	11 038	11 563
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos e direitos de uso	4, 5 e 6	1 189	1 133
Outros custos operacionais		76	60
Outros impostos		-	1
Outros custos		76	59
Custos financeiros	26	10 827	9 793

Do montante de € 10 868 k, € 5 069 k referem-se a serviços prestados pela Galp Energia, S.A. (Nota 28).



25. Custos com pessoal

Política contabilística

Custos com pessoal

Salários, contribuições para a segurança social, férias anuais e baixa por doença, gratificações e benefícios não monetários são reconhecidos no ano em que os serviços associados são prestados pelos empregados da Empresa.

Os custos com pessoal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 detalham-se como segue:

Unid: € k

	Notas	2022	2021
Custos com pessoal	24	11 038	11 563
Capitalização de custos com pessoal		(457)	(30)
Total de custos do exercício		11 495	11 592
Remunerações dos órgãos sociais		777	848
Remunerações do pessoal		2 661	2 808
Encargos sociais		767	483
Pessoal cedido		6 663	6 878
Benefícios de reforma - pensões e seguros	17	214	408
Outros seguros		157	71
Outros gastos		256	95
Remunerações órgãos sociais		777	848
Remunerações		928	704
Prémios		(162)	135
Subsídios		11	9

O montante de € 6 663 k registado na rubrica de pessoal cedido inclui o custo de € 6 777 k de pessoal cedido por empresas do grupo e o proveito de € 148 k referente a pessoal cedido a empresas do grupo, estando estes montantes incluídos em Custos operacionais na Nota 28.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, incluindo pessoal cedido, foi de 146 e 140 respetivamente.

26. Proveitos e custos financeiros

Política contabilística

Os proveitos e custos financeiros incluem juros suportados relativos a empréstimos externos, empréstimos de/a partes relacionadas, locações e planos de benefícios de reforma e outros benefícios. Outros proveitos e custos financeiros resultantes de outros ativos ou passivos financeiros não estão incluídos nesta rubrica.

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como custo financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos, genéricos e específicos, para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento, até à entrada em funcionamento dos mesmos. Os restantes são reconhecidos na rubrica de Custos financeiros na demonstração dos resultados do exercício. Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são depreciados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Unid: € k

	Notas	2022	2021
		(4 353)	(3 967)
Proveitos financeiros:		6 474	5 826
Juros de depósitos bancários		19	-
Juros obtidos e outros proveitos relativos a partes relacionadas	28	6 454	5 826
Custos financeiros:		(10 827)	(9 793)
Juros de empréstimos, descobertos bancários e outros		(8 871)	(8 676)
Juros líquidos com benefícios de reforma e outros benefícios	17	(2)	(2)
Juros relativos a locações	6	(3)	(1)
Juros relativos a locações - Partes relacionadas	6 e 28	(74)	(78)
Outros juros e encargos suportados - Partes relacionadas	28	(82)	-
Outros custos financeiros		(1 795)	(1 036)

27. Ativos e passivos contingentes

Não aplicável.

28. Transações com partes relacionadas

Política contabilística

Uma parte relacionada é uma pessoa ou entidade que cumpra os seguintes requisitos:

- a) uma pessoa ou um membro íntimo da sua família é relacionado com uma entidade relatora se: (i) tiver o controlo ou controlo conjunto da entidade relatora; (ii) tiver uma influência significativa sobre a entidade relatora; ou (iii) for membro do pessoal-chave da gerência da entidade relatora ou de uma empresa-mãe dessa entidade relatora;

b) uma entidade é relacionada com uma entidade relatora se estiver cumprida qualquer uma das seguintes condições: (i) a entidade e a entidade relatora são membros de um mesmo grupo (o que implica que as empresas-mãe, subsidiárias e subsidiárias colegas estão relacionadas entre si); (ii) uma entidade é associada ou constitui um empreendimento comum da outra entidade (ou é associada ou constitui um empreendimento comum de um membro de um grupo a que pertence a outra entidade); (iii) ambas as entidades são empreendimentos comuns da mesma parte terceira; (iv) uma entidade representa um empreendimento comum da entidade terceira e a outra entidade é associada da entidade terceira; (v) a entidade é um plano de benefícios pós-emprego a favor dos empregados da entidade relatora ou de uma entidade relacionada com a entidade relatora. Se uma entidade relatora for ela própria um plano desse tipo, os empregadores promotores são também relacionados com a entidade relatora; (vi) a entidade é controlada ou conjuntamente controlada por uma pessoa identificada na alínea a); e (vii) uma pessoa identificada na alínea a) (i) detém uma influência significativa sobre a entidade ou é membro do pessoal-chave da gerência da entidade (ou de uma empresa-mãe da entidade).

Os saldos e transações com entidades relacionadas a 31 de dezembro de 2022 podem ser resumidos como se segue:

Saldos Ativos

Unid: € k

	Total	Clientes (Nota 11)	Outras contas a receber (Nota 11)	Impostos correntes (Nota 16)	Corrente		Não corrente
					Acréscimos e diferimentos (Nota 11)	Empréstimos concedidos (Nota 12)	
Saldos ativos:	153 808	8 672	17	11 938	5 934		127 246
Empresas do Grupo Floene	153 771	8 636	17	11 938	5 934		127 246
Empresas do Grupo Galp	36	36	-	-	-		-

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Saldos Passivos

Unid: € k

	Total	Fornecedores (Nota 15)	Empréstimos obtidos (Nota 15)	Não corrente	
				Acréscimos e diferimentos	
Saldos passivos:	45 172	1 741	42 324		1 106
Empresas do Grupo Floene	42 724	399	42 324		-
Empresas do Grupo Galp	2 448	1 341	-		1 106

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Transações

Unid: € k

	Custos Operacionais (Notas 24 e 25)	Proveitos Operacionais (Nota 23)	Custos Financeiros (Nota 26)	Proveitos Financeiros (Nota 26)
Transações:	(11 943)	22 230	(156)	6 454
Empresas do Grupo Floene	(6 663)	22 211	(82)	6 454
Empresas do Grupo Galp	(5 280)	18	(74)	-

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Do montante de € 5 280 k, € 5 069 k referem-se a serviços prestados pela Galp Energia, S.A. (Nota 24).

29. Informação sobre matérias ambientais

Não aplicável.

30. Eventos subsequentes

No final de 2022, a Floene tinha cerca de 90% da sua dívida financeira contratada através de um empréstimo obrigacionista sob a forma de EMTN (Nota 19), no valor de € 600 milhões, cujo vencimento integral ocorre em setembro de 2023. A taxa de juro do financiamento é uma taxa fixa para o período de 1,375%.

No início de março de 2023, a Empresa iniciou o processo de refinanciamento do EMTN, tendo concretizado uma operação de recompra parcial no montante de € 180 milhões. Esta transação foi financiada através de um sindicato bancário, e conta com uma taxa de juro variável indexada à taxa Euribor e um *spread* contratualizado. Após esta operação, a Floene ficou ainda com € 420 milhões no seu empréstimo EMTN a taxa fixa.

Não ocorreram eventos subsequentes adicionais após 31 de dezembro de 2022 com impacte relevante nas demonstrações financeiras anexas.

31. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2023. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:****PRESIDENTE:**

Diogo António Rodrigues da Silveira

VOGAIS:

Roxana Tataru

Karl Klaus Liebel

Ippei Kojima

Nuno Luís Mendes Holbech Bastos

Gabriel Nuno Charrua de Sousa

Yoichi Onishi

José Manuel Rodrigues Vieira

Pedro Álvaro de Brito Gomes Doutel

**CONTABILISTA
CERTIFICADO**

Ana Maria Serafim de Brito Mousinho

**Anexo IV – Relatório e
Parecer do Conselho Fiscal
da Floene Energias, S.A.**

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Floene Energias, S.A.

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos da legislação em vigor, dos Estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2022, que inclui as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da Floene Energias, S.A. (“Floene Energias”) apresentou, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Durante o ano de 2022 e 2023, reunimos com o Revisor Oficial de Contas /Auditor Externo da Sociedade, acompanhando o desempenho da sua função, assim como o processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como a revisão legal das contas anuais individuais e consolidadas.

Também verificámos e acompanhámos a independência do Revisor Oficial de Contas /Auditor Externo, nos termos legais, em particular, verificando e aprovando a prestação de outros serviços para além dos serviços de auditoria.

Apreciámos a Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2022, com os quais concordamos.

De acordo com os princípios de relato aplicáveis para a informação financeira anual e do artigo 420.º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, cada um dos membros do Conselho Fiscal abaixo indicados declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas, relativos ao exercício de 2022, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Floene Energias e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Floene Energias e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que estas empresas se defrontam na sua atividade.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e serviços da Sociedade, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exprimimos a nossa concordância com o Relatório de Gestão de 2022, com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com a proposta de aplicação do resultado líquido individual do



exercício de 2022, pelo que somos do parecer que deverão os mesmos ser aprovados em Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva e aos colaboradores da Floene Energias com quem interagimos pela sua colaboração no exercício das suas funções.

Lisboa, 27 de abril de 2023

O Conselho Fiscal

Pedro Fontes Falcão – Presidente

José Carlos Carvalho Brites - Vogal

Manuel Lázaro Oliveira de Brito - Vogal

Relatório Anual de Atividades do Conselho Fiscal da Floene Energias, S.A. relativo ao exercício de 2022

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e da alínea g) do n.º 1 do artigo 6º do Regulamento do Conselho Fiscal da Floene Energias, S.A. ("Floene Energias"), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2022.

I. Introdução

A sociedade adota o modelo latino de governação previsto nos artigos 278.º, n.º 1, alínea a) e 413.º, n.º 1, alínea b), ambos do Código das Sociedades Comerciais, o qual compreende um Conselho de Administração, responsável pela gestão da Sociedade, um Conselho Fiscal, responsável pela fiscalização da atividade da Sociedade, e um Revisor Oficial de Contas independente do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal em funções foi eleito na reunião da Assembleia Geral realizada em 16 de maio de 2022, para o mandato de 2022-2024, sendo composto por três membros, todos independentes, em conformidade com os critérios definidos no artigo 414.º, n.º 5 do CSC. Todos os membros do Conselho Fiscal observam os critérios de compatibilidade para o exercício da respetiva função que se encontram previstos no artigo 414.º-A, n.º 1 do CSC.

II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal relativamente ao exercício de 2022

No ano de 2022, o Conselho Fiscal realizou treze reuniões, acrescentando-se as reuniões entretanto realizadas em 2023 com vista à obtenção de esclarecimentos adicionais no processo de encerramento de contas.

O acompanhamento permanente da Sociedade durante este período foi realizado, designadamente, através de reuniões com o Presidente da Comissão Executiva, com o Administrador Executivo responsável pela área financeira, com os responsáveis das Direções de Relação com Investidores, Gestão de Risco e Governance, Gestão Financeira, Sistemas de Informação, Regulação e Estudos Operacionais e Gestão da Transformação, no âmbito de contrato de prestação de serviços em vigor entre a Galp Energia, S.A. e a Floene Energias, e com a Revisora Oficial de Contas e PwC como Auditor Externo

Através das referidas reuniões, o Conselho Fiscal acompanhou, em particular, a situação financeira da sociedade, o sistema de gestão de risco do Grupo Floene Energias, os principais processos litigiosos com possível impacto nas demonstrações financeiras do Grupo, as atividades

de auditoria interna do Grupo Floene Energias, executadas através da Ernst & Young a quem se encontram atribuídas as funções de auditoria interna no período 2021 e 2022, e a aplicação do Código de Ética e Conduta, através da CEC.

Durante o ano de 2022, o Conselho Fiscal procedeu ainda ao acompanhamento do funcionamento do sistema de governo societário adotado pela Floene Energias e do cumprimento das normas legais, regulamentares e estatutárias, tendo prestado recomendações para o aperfeiçoamento do governo da Sociedade.

O acesso do Conselho Fiscal à informação financeira, operacional e de gestão de risco foi realizado de forma regular e adequado, através das Direções de Relação com Investidores, Gestão de Risco e Governance e a Direção de Gestão financeira, responsáveis pela preparação da informação financeira relevante e participação ativa e presencial nos Comitês internos de Direção, de Risco & Controlo Interno e no Comité Transformação, Inovação & IT, sem que tenham surgido quaisquer constrangimentos no exercício das suas funções.

A verificação da exatidão dos documentos de prestação de contas e fiabilidade da informação financeira e a fiscalização do cumprimento das políticas, critérios e práticas contabilísticas foi exercida pelo Conselho Fiscal através da análise dos relatórios elaborados pelo Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo.

O Conselho Fiscal realizou durante o ano de 2022 diversas ações de acompanhamento, fiscalização e avaliação do funcionamento e adequação dos sistemas de controlo interno, de gestão de riscos e de auditoria interna da Floene Energias, tendo ainda acompanhado a implementação pela Sociedade de medidas destinadas a aperfeiçoar o controlo interno em resposta a recomendações dos serviços do Auditor Interno e do Auditor Externo.

O Conselho Fiscal considera que a Sociedade tem feito um esforço contínuo para melhorar os sistemas de gestão de riscos, nomeadamente através da monitorização da Matriz de Riscos da Floene Energias, de controlo interno e de auditoria interna, dando suporte à execução do respetivo plano anual de auditoria.

O Conselho Fiscal procedeu, no ano de 2022, à avaliação da atividade do Auditor Externo, fazendo o acompanhamento regular da sua atividade, nomeadamente, através da apreciação crítica dos relatórios e documentação por si produzidos no desempenho das suas funções.

No âmbito da verificação do cumprimento das regras de independência do Auditor Externo, o Conselho Fiscal autorizou a prestação de serviços distintos de auditoria para a qual é necessário

parecer prévio deste órgão, tendo confirmado que foi salvaguardada a independência do Auditor Externo. Estes serviços representaram 23,50 % face aos serviços de auditoria prestados em 2022 e 19% da média dos honorários pagos ao Auditor Externo em 2019, 2020 e 2021 pelos serviços de auditoria financeira prestados à Floene e às entidades sob o controlo da Floene no mesmo período.

No âmbito da sua função de avaliação anual da atividade do Auditor Externo, o Conselho Fiscal considera que o Auditor Externo prestou os seus serviços de modo satisfatório de acordo com o Plano de Auditoria ao Grupo Floene Energias em 2022 submetido ao Conselho Fiscal, tendo cumprido as normas e regulamentos aplicáveis, desenvolvido a sua atuação com rigor técnico, refletido na qualidade nas conclusões apresentadas, designadamente ao nível da revisão legal de contas, e nas recomendações emitidas, tendo demonstrado competência no âmbito do desenvolvimento dos procedimentos e trabalhos efetuados.

Lisboa, 27 de abril de 2023

O Conselho Fiscal

Pedro Fontes Falcão – Presidente

José Carlos Carvalho Brites - Vogal

Manuel Lázaro Oliveira de Brito - Vogal



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Floene Energias, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 1.335.959 milhares de euros e um total de capital próprio de 254.378 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado do exercício de 19.819 milhares de euros), a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Floene Energias, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria
Síntese da abordagem de auditoria

Ativos de concessão

Divulgações relacionadas com ativos intangíveis apresentadas nas notas 2 e 6 das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Ativos intangíveis ascende a 1.127.729 milhares de euros (1.134.283 milhares de euros em 31 de dezembro de 2021) e corresponde, maioritariamente, aos ativos construídos e/ou adquiridos ao abrigo das licenças e dos contratos de concessão que o Grupo celebrou com o Estado Português, e que se encontram contabilizados em conformidade com o modelo do Ativo intangível definido na IFRIC 12 – Contratos de concessão.

De acordo com os referidos contratos e licenças, salvo se a lei desobrigar, o Estado Português deverá indemnizar as empresas do Grupo, no final do prazo de cada concessão, pelo montante correspondente ao valor líquido contabilístico dos ativos afetos às concessões.

Tendo em consideração a relevância do valor líquido dos ativos intangíveis no total do ativo nas demonstrações financeiras consolidadas, bem como a relevância que a recuperação dos mesmos poderá ter na continuidade das operações das empresas do Grupo a médio e longo prazo, os ativos de concessão, nomeadamente o seu reconhecimento inicial e mensuração subsequente, foram considerados como matéria relevante de auditoria.

De forma a assegurar o correto reconhecimento e mensuração dos Ativos intangíveis afetos a concessões, foram realizados, entre outros, os seguintes procedimentos:

- entendimento e avaliação do processo de controlo interno associado à gestão dos ativos intangíveis e de compras, nomeadamente no que se refere às políticas de aprovação de investimentos e respetiva monitorização;
- obtenção, junto dos serviços do Grupo, do detalhe dos ativos intangíveis afetos a concessões, com indicação de valor, data de aquisição, vida útil e amortizações acumuladas e do exercício, quando aplicável;
- realização de reuniões com a Gestão, no sentido de monitorizar o acompanhamento realizado sobre o valor líquido e recuperabilidade dos ativos afetos às concessões, nomeadamente para os ativos cujas vidas úteis se apresentam superiores ao prazo das respetivas licenças de exploração/contratos de concessão;
- leitura das atas da Comissão Executiva e do Conselho de Administração das várias empresas do Grupo, de forma a validar os projetos de investimento existentes;
- realização de procedimentos substantivos de auditoria sobre os ativos afetos às concessões de forma a corroborar a sua correta classificação, o seu reconhecimento inicial e mensuração subsequente, bem como o correto corte das operações.

Verificámos ainda a adequação das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável.



Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Reconhecimento do rédito e desvio tarifário

Divulgações relacionadas com o reconhecimento do rédito e desvio tarifário apresentadas nas notas 2, 12, 16 e 25 das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo apresenta desvios tarifários, ativos e passivos, respetivamente, nos montantes de 42.088 milhares de euros e 8.526 milhares de euros.

Atendendo à legislação e de acordo com os parâmetros regulatórios aplicáveis e publicados pela ERSE (Entidade Reguladora do Setor Energético), o rédito da atividade de distribuição e comercialização de gás é reconhecido com base no proveito permitido definido no início de cada período regulatório. Os desvios tarifários apurados em cada exercício, que correspondem à diferença entre os proveitos efetivamente faturados e os proveitos permitidos estimados, são reconhecidos nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar, consoante aplicável. Eventuais ajustamentos resultantes dos valores finais dos proveitos permitidos publicados pela ERSE são incorporados no cálculo dos proveitos permitidos do segundo ano gás subsequente ao ano civil a que dizem respeito.

Face à relevância dos valores em causa e à tempestividade da sua recuperação, consideramos o reconhecimento do rédito de atividades reguladas e o desvio tarifário associado como matéria relevante de auditoria.

De forma a assegurar o correto reconhecimento do rédito de atividades reguladas e a correta mensuração dos desvios tarifários, foram realizados, entre outros, os seguintes procedimentos de auditoria:

- entendimento do enquadramento regulatório aplicável;
- obtenção junto dos serviços do Grupo do cálculo dos desvios tarifários e conciliação dos valores dele constantes com as diversas fontes de informação existentes, nomeadamente as publicações efetuadas pela ERSE;
- procedimentos substantivos de auditoria tendentes a validar os montantes faturados pelo Grupo, nomeadamente no que diz respeito à sua atividade regulada;
- realização de procedimentos analíticos com vista à validação da estimativa para os valores de desvios tarifários do exercício e respetiva classificação, tendo por base a informação publicada pela ERSE e os montantes de faturação emitida pelo Grupo.

Verificámos ainda a adequação das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

Matérias relevantes de auditoria
Síntese da abordagem de auditoria

Litígios e contingências fiscais

Divulgações relacionadas com litígios e contingências fiscais apresentadas nas notas 17, 19, 29 e 32 das demonstrações financeiras consolidadas.

A dimensão e estrutura do Grupo origina um acréscimo na complexidade do registo dos impostos nas demonstrações financeiras do Grupo. Consequentemente, o Grupo tem diversas questões fiscais em aberto, nomeadamente resultantes de processos de inspeção fiscal e litígios em curso, incluindo os relativos à Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético “CESE”, registando provisões sempre que considera que é provável um desfecho desfavorável ao Grupo, de acordo com o preconizado na IAS 37. A avaliação da probabilidade de desfecho é suportada no parecer dos seus assessores jurídicos e fiscais assim como no julgamento efetuado pela Gestão relativamente a estas matérias. A 31 de dezembro de 2022 o montante de provisões apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas ascende a 81.069 milhares de euros (2021: 69.256 milhares de euros).

A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta da complexidade e do nível de julgamento inerente às matérias em questão, assim como ao nível da imprevisibilidade associada ao respetivo desfecho.

Os procedimentos de auditoria realizados, entre outros, incluíram:

- obtenção da listagem detalhada das contingências fiscais e legais em aberto, categorizada pela probabilidade de desfecho;
- compreensão dos processos de contingências fiscais e legais;
- obtenção e análise das respostas aos pedidos de confirmação de advogados externos;
- inquérito à Gestão e aos responsáveis da área legal e fiscal sobre as estimativas e julgamentos efetuados.

Verificámos também a adequação das divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

27 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Rita da Silva Gonçalves dos Santos, ROC n.º 1681
Registado na CMVM com o n.º 20161291

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Floene Energias, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 881.926 milhares de euros e um total de capital próprio de 148.591 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 3.718 milhares de euros), a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Floene Energias, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Recepção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Valorização de participações financeiras

Divulgações relacionadas com participações financeiras apresentadas nas notas 2 e 9 das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, a Floene Energias, S.A. detém participações financeiras em subsidiárias no valor de 640.422 milhares de euros, as quais se encontram mensuradas ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Estas participações financeiras devem ser sujeitas a testes de imparidade sempre que existam indícios ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual se encontram escrituradas possa não ser recuperável. Para esse efeito, o valor recuperável é determinado pelo seu valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados.

O cálculo do valor recuperável requer a utilização de estimativas e pressupostos por parte da Gestão que dependem de previsões económicas e de mercado, nomeadamente no que se refere a *cash-flows* futuros, taxas de crescimento na perpetuidade e taxas de desconto a utilizar.

A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta dos elevados montantes envolvidos e da potencial complexidade e nível de julgamento associado aos modelos de imparidade, quando existam indicadores de imparidade associados às referidas participações financeiras.

Para assegurar a correta valorização das participações financeiras foram efetuados, entre outros, os seguintes procedimentos de auditoria:

- avaliação da existência de indícios de imparidade nas participações financeiras; e
- obtenção e análise dos testes de imparidade das participações financeiras, nos casos aplicáveis.

A análise dos testes de imparidade, baseados em modelos de fluxos de caixa descontados, envolveu, se e quando aplicável, os seguintes procedimentos:

- verificação da exatidão aritmética do modelo;
- aferição da razoabilidade das projeções de fluxos de caixa futuros comparando com a *performance* histórica;
- avaliação da adequação da taxa de desconto utilizada; e
- avaliação das estimativas e julgamentos assumidos pela Gestão, subjacentes aos pressupostos relevantes que suportam o modelo.

Verificámos também a adequação das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

27 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Rita da Silva Gonçalves dos Santos, ROC nº 1681
Registado na CMVM com o nº 20161291





Tabela GRI

Tabela GRI

O presente documento constitui um anexo ao Relatório de Gestão e Contas de 2022 da Floene. Faz-se a identificação das Normas e indicadores GRI aos quais se está a dar resposta, com remissão para os respetivos conteúdos no Relatório (ou outros recursos externos) e detalhando-se a resposta, na própria Tabela, sempre que aplicável.

Declaração de uso	A Floene relatou em conformidade com as Normas GRI para o período de 01/01/2022 a 31/12/2022
GRI 1 usada	GRI 1: Fundamentos 2021
Normas setoriais da GRI aplicáveis	GRI 11 Setor de Petróleo e Gás 2021

NORMAS UNIVERSAIS

GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS	LOCALIZAÇÃO
Referente à norma publicada em 2021	
A organização e as suas práticas de relato	
2-1 Detalhes da organização	
<p>Nome legal da organização: FLOENE ENERGIAS S.A. Natureza da organização: Sociedade Anónima Sede: Rua Tomás da Fonseca, Torre C, 6ºPiso, 1600-209 Lisboa País de Operação: Portugal</p>	
2-2 Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização	Pág. 12-13
<p>O Grupo Floene é o maior operador de distribuição de gás em Portugal, através da participação e gestão direta de nove Operadores Regionais de Distribuição de Gás (ORD), presentes em 106 concelhos de norte a sul de Portugal. Nesta medida, encontram-se incluídos neste relato de sustentabilidade a entidade Grupo Floene Energias S.A., o qual integra nove ORD (Subsidiárias): Duriensegás, Beiragás, Lusitaniagás, Tagusgás, Lisboagás, Setgás, Dianagás, Paxgás e Medigás.</p>	
2-3 Período de relato, frequência e ponto de contato	Pág. 94-95
<p>O relato de sustentabilidade encontra-se integrado no Relatório de Gestão e Contas da Floene 2022 e refere-se às atividades realizadas durante o período compreendido entre 01/01/2022 e 31/12/2022. Sempre que possível, os indicadores são apresentados com um histórico até 3 anos. O Relatório de Gestão e Contas da Floene é publicado anualmente. O presente relato será publicado a 28 de abril de 2023.</p> <p>Para mais informações sobre o mesmo ou sobre as temáticas nele consagradas, deverá ser contactado o Departamento de Gestão da Relação com Investidores, Risco e Responsabilidade Social, Ambiental e de Governo, através dos contactos: joana.appleton@floene.pt ou ir@floene.pt e/ ou contacto telefónico: 217 242 500.</p>	
2-4 Reformulações de informações	
<p>Eventuais reformulações a qualquer informação apresentada em relatórios anteriores são referidas ao longo do relatório, sempre que aplicável.</p>	
2-5 Verificação externa	
<p>No que diz respeito à informação de sustentabilidade, o presente relatório não será sujeito a verificação externa (sendo esta exclusiva para a informação financeira). Está, no entanto, prevista a sua realização em 2024, referente ao ano de 2023.</p>	



GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS

LOCALIZAÇÃO

Atividades e trabalhadores

2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios

Capítulo 2.1. A nossa atividade

Capítulo 6.4. Gestão sustentável da cadeia de fornecedores

[Pág. 12-13](#)[Pág. 62-63](#)

O grupo Floene Energias, S.A. (Floene) é o maior operador da rede de distribuição de gás em Portugal, através da participação e gestão direta de nove Operadores Regionais das Redes de Distribuição de Gás (ORD), presentes em 106 concelhos de norte a sul do país. A atividade de distribuição é uma atividade regulada da cadeia de valor do gás em Portugal, exercida pelos operadores das redes de distribuição, atuando cada ORD numa área geográfica exclusiva com base num contrato de Concessão ou Licença.

Atividade de Distribuição – A distribuição assegura o fluxo de gás natural, proveniente da rede de transporte de alta pressão (AP), nas redes em média (MP: entre 20 e 4 bar) e baixa pressão (BP: abaixo de 4 bar), até às instalações de consumo (pontos de entrega). Estas redes também se designam por redes interligadas, por oposição a outras redes de distribuição local, que são abastecidas por depósitos de gás natural liquefeito (UAG), fornecido por camião cisterna. Atividade de comercialização de último recurso retalhista - Os ORD, com fornecimento de gás a menos de 100 000 clientes (Beiragás, Duriensegás, Dianagás, Tagusgás, Paxgás e Medigás), desenvolvem também a atividade de comercialização de gás, exercida na sua vertente de comercializador de último recurso retalhista (CURr) e com obrigação de *unbundling* contabilístico.

2-7 Colaboradores

Número de colaboradores por género (e tipo de contrato)	Género	2020	2021	2022
Número de colaboradores permanentes (contrato sem termo)	Masculino	259	269	268
	Feminino	122	124	126
	Outro	-	-	-
	Subtotal	381	393	394
Número de colaboradores temporários (a termo certo ou termo incerto)	Masculino	-	3	1
	Feminino	-	-	1
	Outro	-	-	-
	Subtotal	-	3	2
Número de colaboradores sem horas fixas (<i>non-guaranteed hours employee</i>)	Masculino	-	-	-
	Feminino	-	-	-
	Outro	-	-	-
	Subtotal	-	-	-
Número de colaboradores a tempo inteiro (<i>full-time</i>)	Masculino	259	272	269
	Feminino	122	124	127
	Outro	-	-	-
	Subtotal	381	396	396
Número de colaboradores a tempo parcial (<i>part-time</i>)	Masculino	-	-	-
	Feminino	-	-	-
	Outro	-	-	-
	Subtotal	-	-	-
Total (número de colaboradores por género)	Masculino	259	272	269
	Feminino	122	124	127
	Outro	-	-	-
	Subtotal	381	396	396

NOTA: A contagem foi realizada no final do período de relato.

Foi utilizado o critério FTE (*Full-Time Equivalent*) para contagem dos colaboradores.

Não foram considerados estagiários para contabilização do número de colaboradores.

2-8 Trabalhadores que não são colaboradores

A 31 de dezembro de 2022, a Floene contava com 854 trabalhadores que não são colaboradores e cujo trabalho é controlado pela organização. Estes incluem *contractors* (relação contratual direta com a organização) e subcontratados, (relação contratual indireta com a organização, via *contractors*). Os trabalhos realizados nestas vertentes consistem, nomeadamente, em empreitada, inspeções e prestadores de serviços administrativos.

2-9 Estrutura de *governance* e a sua composição

Capítulo 4.2 Modelo de governo societário

Capítulo 3.3 A nossa abordagem para a Sustentabilidade (Governo de Sustentabilidade)

Relatório e Contas Consolidadas e Individuais de 2021 – Capítulo 6.2. Integração da Sustentabilidade na nossa organização

[Pág. 31-32](#)

[Pág. 23](#)

[Pág. 17](#)

A gestão global dos temas ESG encontra-se sob responsabilidade da Direção de Relação com Investidores, Risco e Responsabilidade Ambiental, Social e de Governo. Esta Direção, que reporta ao Presidente da Comissão Executiva, tem, entre outras, a responsabilidade de promover a sustentabilidade da Empresa, as melhores práticas de gestão corporativa e de divulgação de informação, por meio de uma abordagem integrada à gestão do desempenho ambiental, social e de governo, focada na proteção e criação de valor sustentável para todos os *stakeholders*.

2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de *governance*

O Conselho de Administração é composto por um número fixo de 6 a 12 administradores eleitos pela Assembleia Geral. A Assembleia Geral elegerá o Presidente do Conselho de Administração – órgão de *governance* hierarquicamente mais elevado – que será substituído por quem este indicar, nas suas faltas ou impedimentos.

Os critérios utilizados na sua nomeação consistem, nomeadamente, na visão das partes interessadas, na independência e nas competências relevantes para os impactes da Floene.

2-11 Presidente do mais alto órgão de *governance*

Presidente do Conselho de Administração

2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de *governance* na supervisão da gestão dos impactes

Relatório e Contas Consolidadas e Individuais de 2021 - 6.5.3 Modelo de Gestão de Risco

[Pág. 32-33](#)

A gestão corrente da Empresa é exercida pela Comissão Executiva nos termos da delegação de poderes conferida pelo Conselho de Administração, o qual supervisiona e acompanha a gestão, através dos seus membros não executivos. Ao Conselho Fiscal cabe o papel de fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, e propor os ajustamentos necessários, bem como o de avaliar anualmente o seu funcionamento e os respetivos procedimentos internos e pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de controlo interno. O Conselho de Administração é responsável pela aprovação da política de controlo interno e pela definição da estratégia e supervisão da gestão do risco. Este órgão é também responsável por garantir o alinhamento da estratégia da Empresa com o nível de risco que esta está disposta a assumir, acompanhando e controlando o desempenho das funções delegadas na Comissão Executiva. Cabe à Comissão Executiva acompanhar a gestão de riscos com foco nos principais riscos a que a Floene se expõe, incluindo riscos estratégicos, operacionais, financeiros e regulatórios. O Presidente da Comissão Executiva (CEO), desempenha um papel fundamental na supervisão da gestão dos impactes. O Conselho de Administração reúne duas vezes em cada trimestre. O Presidente do Conselho de Administração reúne semanalmente com os membros da Comissão Executiva e está presente nos vários comités internos, nomeadamente na vertente ESG & *Stakeholders*, Gestão de Risco, entre outros. A Floene está a densificar os seus procedimentos de análise e de gestão do risco, bem como do controlo interno, considerando a sua área de atuação específica, bem como o enquadramento legislativo e regulatório em que se insere.

GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS

LOCALIZAÇÃO

2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactes

Capítulo 3.3 A nossa abordagem para a Sustentabilidade (Governo de Sustentabilidade)
Relatório e Contas Consolidadas e Individuais de 2021 – Capítulo 6.2. Integração da Sustentabilidade na nossa organização

[Pág. 23](#)
[Pág. 17](#)

2-14 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de *governance* no relato de sustentabilidade

O Conselho de Administração, mais alto órgão de *governance*, é responsável pela revisão e aprovação do relato de sustentabilidade (incluindo a lista de tópicos materiais), anualmente. O CA acompanha também de perto os temas ambientais nas reuniões trimestrais, para além de interagir 3 a 4 vezes por ano em questões relativas ao plano de descarbonização e transição energética.

2-15 Conflitos de interesse

Capítulo 4.3 Ética e Transparência (Conduta responsável, código de ética e conduta)

2-16 Comunicação de preocupações cruciais

A gestão corrente da Empresa é exercida pela Comissão Executiva nos termos da delegação de poderes conferida pelo CA, o qual supervisiona e acompanha a gestão, através dos seus membros não executivos. Este órgão faz pontos de situação e acompanha as atividades de acordo com o mencionado em 2-12.

2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de *governance*

Capítulo 3.3 A nossa abordagem para a Sustentabilidade (Governo de Sustentabilidade)
Capítulo 5.3 Líder ARC

[Pág. 23](#)
[Pág. 48](#)

2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de *governance*

A avaliação do desempenho do PCA é feita pelos acionistas.

2-19 Políticas de remuneração

Existe uma Política de remuneração para os membros executivos do CA. No que concerne às políticas de remuneração para os membros do órgão de governança hierarquicamente mais elevado e para os executivos seniores: As remunerações estão disponíveis neste Relatório e Contas 2022, Anexo I, Ponto E. “Montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração, fiscalização e mesa de Assembleia Geral da Sociedade em 2022”.

2-20 Processo para determinação da remuneração

Para além da política de remuneração, existe um conjunto de KPIs (*Key Performance Indicators*) definidos anualmente para a componente variável.

2-21 Proporção da remuneração total anual

A proporção entre a remuneração total anual do CEO e a remuneração total anual média de todos os colaboradores (excluindo-se a administração e os *trainees*) é 5,7.

Estratégia, política e práticas**2-22 Declaração sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável**

Capítulo 1 Visão Geral – Mensagem aos *Stakeholders*

[Pág. 6-8](#)

2-23 Compromissos relacionados com políticas

Capítulo 4.3 Ética e Transparência

[Pág. 32-33](#)

Capítulo 6.4 Gestão sustentável da cadeia de fornecedores

[Pág. 62-63](#)

Relatório e Contas Consolidadas e Individuais 2021 - 6.4 Conduta Responsável do Negócio

[Pág. 17-18](#)

A Floene rege a sua atividade de acordo com alguns instrumentos intergovernamentais, nomeadamente, os princípios de Direitos Humanos das Nações Unidas, que servem de orientação para os compromissos que constam de um conjunto de documentos, tais como a Política de Direitos Humanos, o Código de Ética e Conduta, a Política de Qualidade, a Política de Segurança, Saúde e Ambiente e Prevenção de Acidentes Graves, as políticas e normas de Proteção de Dados, entre outros.

A Floene defende então, explícita e irrefutavelmente, o respeito pelos Direitos Humanos e a aplicação do Princípio da Precaução, acreditando que a defesa dos Direitos Humanos é uma condição essencial para a manutenção de uma sociedade sustentável. Posto isto, realiza as suas atividades com cuidadosa consideração pelo reconhecimento e salvaguarda da dignidade, liberdade e igualdade dos seres humanos e a proteção dos direitos laborais e sindicais, da saúde e da segurança no local de trabalho e do meio ambiente. Compromete-se a respeitar, promover e fazer cumprir os Direitos Humanos junto das partes interessadas e a adotar medidas tendentes a impedir que a sua atuação possa originar, direta ou indiretamente, abusos ou violações dos Direitos Humanos reconhecidos internacionalmente.

Todas as políticas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, comunicadas internamente e aplicadas a todos os colaboradores do Grupo Floene, encontrando-se disponíveis publicamente, no site da Floene (floene.pt).

2-24 Incorporação de compromissos de políticas

Capítulo 4.3 Ética e Transparência

[Pág. 32-33](#)

Capítulo 6.4 Gestão sustentável da cadeia de fornecedores

[Pág. 62-63](#)

Relatório e Contas Consolidadas e Individuais 2021 - 6.4 Conduta Responsável do Negócio

[Pág. 17-18](#)

As empresas estão cada vez mais conscientes da importância do seu papel para a sociedade em geral, fazendo com que seja fulcral que as mesmas conheçam os impactos gerados pelo seu negócio em toda a cadeia de valor. Consciente do seu impacte, a Floene procura criar valor sustentável e partilhá-lo com os seus *stakeholders*. O Grupo representa um papel importante na economia nacional e impacta as vidas de milhares de pessoas. É, por isso, cada vez mais evidente que a forma como o Grupo gere a sua relação com a comunidade, com os recursos naturais e os riscos associados às suas atividades, tem um impacte no desempenho económico. De forma a estar alinhada com as tendências da transição energética, a Floene tem vindo a movimentar-se para a implementação de várias iniciativas, assumindo a sua responsabilidade na cadeia de valor. Tais iniciativas podem ser consultadas nos capítulos suprarreferidos.

2-25 Processos para remediar impactes negativos

Capítulo 4.3 Ética e Transparência

[Pág. 32-35](#)

Capítulo 4.4 Sistemas de controlo interno e de gestão do risco

De forma a remediar os impactes negativos, a Floene apresenta um procedimento para a Comunicação de Irregularidades com o objetivo de permitir a qualquer *stakeholder* comunicar ao Conselho Fiscal, através da Comissão de Ética e Conduta, quaisquer irregularidades ou situações de incumprimento do Código de Ética e Conduta. Para este efeito, foi também aprovado o Manual de Controlo Interno, relativamente ao qual o Conselho de Administração, a Comissão Executiva, o Conselho Fiscal e a Auditoria Interna, desempenham papéis importantíssimos no acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação do mesmo.

Existe também um Comité de Risco e Controlo Interno, uma área de gestão de riscos e os responsáveis pelos planos de ação, que materializam a gestão dos riscos e oportunidades identificados na Empresa. O Comité de Risco e Controlo Interno tem as seguintes atribuições: Acompanhar as matérias relativas ao modelo da gestão de riscos e controlo interno da Floene; Rever as opções de tratamento dos riscos e a identificação dos responsáveis das ações de mitigação; Monitorizar o cumprimento das políticas e a eficácia dos planos de mitigação delineados.

De forma a acompanhar a eficácia dos mecanismos de reclamação e outros processos de mediação, são implementados grupos de trabalho onde estes temas são tratados e são realizados periodicamente inquéritos de satisfação.

GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS

LOCALIZAÇÃO

2-26 Mecanismos para procurar aconselhamento e levantar questões

Capítulo 4.3 Ética e Transparência

[Pág. 32-33](#)

Na Floene dispomos de mecanismos para aconselhamento ético e para a implementação das políticas. Os colaboradores tomam conhecimento destes mecanismos através da divulgação de políticas e realização de ações de formação. A Floene apoia, encoraja e defende a comunicação de irregularidades, nos termos estabelecidos no Código de Ética e Conduta, dando formação aos colaboradores sobre este assunto.

Compromete-se a reportar, utilizando a linha ética (*open talk*), que visa prevenir e/ou reprimir irregularidades dentro da Floene, nas áreas e no âmbito permitido pelas leis em vigor em cada momento.

A Comissão de Ética e Conduta da Floene, nomeada pelo Conselho Fiscal da Floene, é o órgão de *governance* responsável por assegurar o bom funcionamento e aplicação do Código de Ética e Conduta, pelo controlo da interpretação e execução do Código, e pelo acompanhamento e tratamento das situações reportadas ao abrigo do Procedimento de comunicação de irregularidades, tal como definido nos regulamentos internos.

2-27 Conformidade com leis e regulamentos

Foi registada uma multa no valor de 5 000€ resultante da não conformidade a lei e regulamentos, no período de relato. Esta multa ocorreu por corte indevido de gás, tendo-se verificado um processo judicial em 2021 com o efetivo pagamento da multa em 2022.

2-28 Participação em associaçõesEntre as associações empresariais e grupos de *advocacy* mais relevantes, destacamos:[Pág. 38-39](#)

Nome da Entidade	Encara a participação como estratégica	Exerce Funções nos Órgãos Sociais	Participa em projetos ou comissões
<i>Eurogas</i>	Sim	Sim	Sim
GD4S (<i>Gas Distributors for Sustainability</i>)	Sim	Sim	Sim
<i>Marcogaz</i>	Sim	Não	Sim
BCSD Portugal	Sim	Não	Sim
<i>Ready4H₂</i>	Sim	Sim	Sim
AP2H2 (Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio)	Sim	Não	Sim
APE - Associação Portuguesa de Energia	Sim	Não	Sim
IGU - <i>Gas Union</i>	Sim	Não	Sim
APEG (Associação Portuguesa de Empresas de Gás)	Sim	Sim	Sim
<i>European clean hydrogen alliance</i>	Sim	Não	Sim
<i>European Biogas Association (EBA)</i>	Sim	Não	Sim

As atividades de *lobbying* da Floene na União Europeia (UE) visam a promoção ou defesa dos interesses da empresa pelos seus representantes perante as instituições europeias, com o objetivo de influenciar, direta ou indiretamente, propostas ou decisões suscetíveis de ter um efeito no quadro climático e energético da UE e, mais especificamente, nas atividades da empresa. Estamos comprometidos em agir de forma transparente e responsável.

A Floene está inscrita no Registo Europeu de Transparência com o número 205215521290-52 e, como tal, segue as regras do Código de Conduta do Registo de Transparência da UE no âmbito das suas relações com as instituições da UE. A Floene indicou no Registo, de forma exaustiva, a lista das associações em que participa. Para além de respeitar o Código de Conduta do registo de transparência da UE, a Floene segue também o seu próprio Código de Ética e Conduta, disponível no site da Floene (floene.pt).

GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS
LOCALIZAÇÃO
Envolvimento das partes interessadas
2-29 Abordagem ao envolvimento das partes interessadas

 Capítulo 4.5 Envolvimento com a comunidade/*stakeholders*
[Pág. 36-39](#)
2-30 Acordos de negociação coletiva

	2020	2021	2022
N.º total de colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva	92	90	79
N.º de colaboradores	382	398	396
Percentagem de colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	24%	23%	20%



GRI 3: TÓPICOS MATERIAIS

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2021.

Conteúdos sobre temas materiais

3-1 Processo de definição da materialidade

O processo de análise de materialidade encontra-se detalhado no Relatório e Contas Floene 2022, no capítulo 3.3, “A nossa abordagem para a Sustentabilidade”.

[Pág. 23-24](#)

3-2 Lista de tópicos materiais

A lista de tópicos materiais definida através do processo de definição de materialidade, encontra-se descrita no Relatório e Contas Floene 2022, no capítulo 3.3, “A nossa abordagem para a Sustentabilidade”.

[Pág. 23-34](#)

3-3 Gestão dos tópicos materiais

Tópicos materiais	Capítulo ¹	Normas Específicas e Indicadores	Nº de Ref. da norma setorial GRI
Serviço de qualidade, abastecimento seguro e eficiente	7. A nossa Prosperidade	GRI 306: Resíduos 2020 306-3 GRI 416: Saúde e Segurança do Consumidor 2016 416-2 GRI 417: Marketing e Rotulagem 2016 417-3	11.8 Integridade de ativos e gestão de acidentes de segurança de processo
Eficiência energética e Alterações climáticas	6. O nosso Planeta	GRI 302: Energia 2016 302-1 GRI 302: Energia 2016 302-2 GRI 302: Energia 2016 302-3 GRI 305: Emissões 2016 305-1 GRI 305: Emissões 2016 305-2 GRI 305: Emissões 2016 305-3 GRI 305: Emissões 2016 305-4 GRI 305: Emissões 2016 305-5 GRI 305: Emissões 2016 305-6 GRI 305: Emissões 2016 305-7 GRI 406: Não Discriminação 2016 406-1	11.1 Emissões de GEE
Inovação, Adaptação e Resiliência	7. A nossa Prosperidade	GRI 201: Desempenho Económico 2016 201-2	11.2 Adaptação, resiliência e transição climática
Desempenho económico e sustentabilidade financeira	7. A nossa Prosperidade	GRI 201: Desempenho Económico 2016 201-1 GRI 201: Desempenho Económico 2016 201-4 GRI 203: Impactes Económicos Indiretos 2016 203-1 GRI 203: Impactes Económicos Indiretos 2016 203-2 GRI 204: Práticas de Compra 2016 204-1	11.14 Impactes económicos
Envolvimento com a comunidade local/stakeholders	4. A nossa Governance	GRI 202: Presença no Mercado 2016 202-2 GRI 413: Comunidades Locais 2016 413-1 GRI 413: Comunidades Locais 2016 413-2	11.15 Comunidades locais

3-3 Gestão dos tópicos materiais

Tópicos materiais	Capítulo¹	Normas Específicas e Indicadores	Nº de Ref. da norma setorial GRI
Gestão sustentável da cadeia de fornecedores	6. O nosso Planeta	GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016 308-1 GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016 308-2 GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016 414-1 GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016 414-2	11.12 Trabalho forçado e escravidão moderna
Conformidade regulatória	4. A nossa <i>Governance</i>	GRI 204: Práticas de Compra 2016 204-4 GRI 207: Tributos 2019 207-1 GRI 207: Tributos 2019 207-2 GRI 207: Tributos 2019 207-3 GRI 207: Tributos 2019 207-4 GRI 415: Políticas Públicas 2016 415-1	
Segurança, bem-estar e desenvolvimento das nossas pessoas	5. As nossas Pessoas	GRI 202: Presença no Mercado 2016 202-1 GRI 401: Emprego 2016 401-1 GRI 401: Emprego 2016 401-2 GRI 401: Emprego 2016 401-3 GRI 402: Relações de Trabalho 2016 402-1 GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018 403-1 GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018 403-2 GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018 403-3 GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018 403-4 GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018 403-5 GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018 403-6 GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018 403-7 GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018 403-8 GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018 403-9 GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018 403-10 GRI 404: Capacitação e Educação 2016 404-1 GRI 404: Capacitação e Educação 2016 404-2 GRI 404: Capacitação e Educação 2016 404-3 GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016 405-1 GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016 405-2 GRI 406: Não Discriminação 2016 406-1 GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016 414-1 GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016 414-2	11.9 Saúde e segurança do trabalho 11.10 Práticas empregatícias
Ética e Transparência	4. A nossa <i>Governance</i>	GRI 205: Combate à Corrupção 2016 205-1 GRI 205: Combate à Corrupção 2016 205-2 GRI 205: Combate à Corrupção 2016 205-3 GRI 206: Concorrência Desleal 2016 206-1 GRI 407: Liberdade Sindical e Negociação Coletiva 2016 407-1 GRI 418: Privacidade do Cliente 2016 418-1	11.21 Pagamentos a governos 11.22 Políticas públicas
Satisfação do cliente	7. A nossa Prosperidade	Não existem Normas Temáticas da GRI associadas a este Tópico Material.	

NOTA1: Cada tópico material apresenta, nos respetivos subcapítulos, informação sobre a sua relevância para o Grupo e para os nossos *stakeholders*, assim como a abordagem seguida – incluindo políticas e compromissos definidos – refletindo a forma de gestão do Grupo.

NOTA2: A Floene possui um canal de reporte de irregularidades, intitulado “Open Talk”, que é transversalmente aplicável aos vários tópicos materiais. Para mais informações relativamente a este tema, consultar o Relatório e Contas Floene 2022, no capítulo 4.3. Ética e Transparência.



TEMAS DO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS (GRI 11) QUE NÃO FORAM CONSIDERADOS MATERIAIS

Tema	Justificação
11.3 Emissões Atmosféricas	Tendo em conta o limiar de relevância definido e a avaliação efetuada, o tópico não foi considerado material.
11.4 Biodiversidade	Tendo em conta o limiar de relevância definido e a avaliação efetuada, o tópico não foi considerado material.
11.5 Resíduos	Tendo em conta o limiar de relevância definido e a avaliação efetuada, o tópico não foi considerado material.
11.6 Água e efluentes	Tendo em conta o limiar de relevância definido e a avaliação efetuada, o tópico não foi considerado material.
11.7 Encerramento e reabilitação	Não aplicável. A atividade da Floene não contempla situações em que o encerramento e reabilitação de campos de petróleo e gás possa ocorrer.
11.11 Não discriminação e igualdade de oportunidades	Tendo em conta o limiar de relevância definido e a avaliação efetuada, o tópico não foi considerado material.
11.12 Trabalho forçado e escravidão moderna	Tendo em conta o limiar de relevância definido e a avaliação efetuada, o tópico não foi considerado material.
11.13 Liberdade sindical e negociação coletiva	Tendo em conta o limiar de relevância definido e a avaliação efetuada, o tópico não foi considerado material.
11.16 Direitos à terra e aos recursos naturais	Não aplicável. Na geografia onde a Floene se encontra presente e na sua atividade, não se verificam situações de disputa de terra e dos seus recursos naturais.
11.17 Direitos de povos indígenas	Não aplicável. Na geografia onde a Floene se encontra presente não se verificam situações de possível violação de direitos de comunidades indígenas.
11.18 Conflito e segurança	Tendo em conta o limiar de relevância definido e a avaliação efetuada, o tópico não foi considerado material.
11.19 Concorrência desleal	Tendo em conta o limiar de relevância definido e a avaliação efetuada, o tópico não foi considerado material.
11.20 Combate à corrupção	Tendo em conta o limiar de relevância definido e a avaliação efetuada, o tópico não foi considerado material.

NORMAS ESPECÍFICAS

GRI 200: DESEMPENHO ECONÓMICO

GRI 201: DESEMPENHO ECONÓMICO

Referente à norma publicada em 2016

201-1 Valor económico direto gerado e distribuído

	2020	2021	2022
I) Valor Económico Direto Gerado	140 834 264,5	144 547 112,9	149 438 921,5
Receitas	140 834 264,5	144 547 113	149 438 922
II) Valor Económico Direto Distribuído (Custos operacionais)	74 882 368,6	74 878 497	74 541 573
Custos operacionais	30 767 028,3	30 347 534	31 216 315
Salários e benefícios dos colaboradores	23 209 818,2	23 963 791	23 995 413
Pagamentos a provedores de capital	10 350 190,6	10 305 430	11 269 036
Impostos	10 555 331,5	10 261 741	8 060 808
III) Valor Económico Acumulado (I-II)	65 951 895,9	69 668 616,2	74 897 349,0

NOTA: Custos operacionais: Inclui formação e EPI's e exclui frota e *pass-through*

Salários e benefícios dos colaboradores: Exclui formação e inclui custos frota

Pagamentos a provedores de capital: juros de financiamentos, da parte dos financeiros

Impostos: Não inclui impostos diferidos

Receitas: total proveitos, excluindo reconhecimento de subsídios ao investimento, IFRIC e excluindo rúbricas de *pass-through*

201-2 Implicações financeiras, riscos e oportunidades devido às alterações climáticas

Esta informação consta do Relatório e Contas Floene 2022, ao longo do capítulo 3.1 “Contexto global e contributo da Floene para a sustentabilidade”, capítulo 4.4, “Sistemas de controlo interno e de gestão do risco” (subcapítulo Gestão de Risco) e capítulo 6.2 “Eficiência Energética e Alterações Climáticas”

[Pág. 20-22](#)

[Pág. 33-35](#)

[Pág. 54-60](#)

201-4 Apoios financeiros recebidos do Governo

A Floene não recebeu do Governo qualquer apoio financeiro.

GRI 202: PRESENÇA NO MERCADO

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

202-1 Rácio entre o salário de entrada e o salário mínimo local

		2020	2021	2022
Salário Mínimo Nacional	Homem	635,0	665,0	705,0
	Mulher	635,0	665,0	705,0
Salário Mínimo Praticado pela Organização (o salário mais baixo praticado)	Homem	926,4	972,0	998,4
	Mulher	821,8	830,0	840,8
Rácio entre o salário mínimo na organização e o salário mínimo local	Homem	1,5	1,5	1,4
	Mulher	1,3	1,2	1,2

**GRI 200: DESEMPENHO ECONÓMICO****GRI 202: PRESENÇA NO MERCADO****202-2 Proporção de cargos de gestão de topo ocupados por indivíduos provenientes da comunidade local**

		2020	2021	2022
Total de membros em cargos de gestão de topo em unidades operacionais importantes	Homem	19,0	51,0	40,0
	Mulher	1,0	15,0	12,0
Total de membros em cargos de gestão de topo em unidades operacionais importantes contratados na comunidade local	Homem	19,0	50,0	39,0
	Mulher	1,0	15,0	12,0
Percentagem de membros em cargos de gestão de topo em unidades operacionais importantes contratados na comunidade local (%)	Homem	100%	98%	98%
	Mulher	100%	100%	100%

NOTA 1: são adotadas pela organização as seguintes definições:

“Gestão de topo” - Comissão Executiva, Responsáveis de Área, *Strategical Developers*, Gestores e *Unit Managers*;

“Local” - Para este tipo de indicador (referente à gestão de topo) o local é sinónimo de “nacional” (Portugal);

“Unidades operacionais importantes” - Todas as Direções existentes na Floene.

NOTA 2: Dados referentes a colaboradores a tempo inteiro.

GRI 203: IMPACTES ECONÓMICOS INDIRETOS**LOCALIZAÇÃO**

Referente à norma publicada em 2016

203-1 Investimentos em infraestruturas e serviços assegurados

O tema dos investimentos em infraestruturas e serviços assegurados encontra-se consagrado no Relatório e Contas Floene 2022, no capítulo 7.1 “Desempenho Operacional”.

[Pág. 66-69](#)

203-2 Impactes económicos indiretos significativos

Capítulo 7 A nossa prosperidade

[Pág. 66-79](#)

Durante o período de relato, foram identificados pela organização alguns impactes económicos significativos, nomeadamente no que diz respeito ao emprego nas cadeias de fornecedores ou distribuição. Constatou-se também um impacte económico resultante do uso de produtos e serviços. A informação relativa a este tema, poderá ser consultada em maior detalhe no Capítulo 7 “A nossa prosperidade”.

GRI 204: PRÁTICAS DE COMPRAS/ABASTECIMENTO**LOCALIZAÇÃO**

Referente à norma publicada em 2016

204-1 Proporção de despesas com fornecedores locais

Em 2022, a Floene teve um custo total de 31 216 315,31€ com fornecedores, sendo que 95% desse valor diz respeito a compras efetuadas a fornecedores locais (nacionais).

GRI 205: ANTICORRUPÇÃO**LOCALIZAÇÃO**

Referente à norma publicada em 2016

205-1 Operações submetidas a avaliação de riscos de corrupção

Não foram realizadas avaliações de riscos de corrupção durante o período de relato.

GRI 200: DESEMPENHO ECONÓMICO

GRI 205: ANTICORRUPÇÃO

LOCALIZAÇÃO

205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção

As políticas e procedimentos de combate à corrupção são transmitidas internamente a todos os colaboradores, através de formações obrigatórias sobre o tema, no âmbito da formação do Código de Ética e Conduta. Para os restantes *stakeholders*, estas políticas e procedimentos são comunicadas por meio do “Código de Ética e Conduta”, que está disponível para consulta em floene.pt.

205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas

Não foram registados quaisquer casos confirmados de corrupção durante o período de relato.

GRI 206: CONCORRÊNCIA DESLEAL

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

206-1 Ações legais devido a comportamento anticoncorrencial, concorrência desleal ou prática de monopólio

Durante o período de relato deste Relatório, a Floene não esteve associada a quaisquer ações legais devido a comportamento anticoncorrencial, concorrência desleal ou prática de monopólio. Mais se acrescenta que não tem quaisquer ações pendentes, nem que já foi alvo de decisão judicial nas quais tenha sido visada.

GRI 207: ABORDAGEM FISCAL

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

207-1 Abordagem fiscal

Apesar de não se encontrar formalizada em nenhum documento público, a Floene possui uma estratégia fiscal, analisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva. Para assegurar a conformidade regulatória da sua estratégia fiscal, a Floene observa os requisitos fiscais e de divulgação de informação fiscal, aplicáveis de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis, adotando as medidas adequadas para o efeito. No que se refere às relações entre partes relacionadas, as empresas do Grupo Floene preparam um processo de documentação fiscal de preços de transferência adotada pelas práticas internacionais, do qual consta toda a documentação respeitante à política adotada na determinação dos preços de transferência, mantendo elementos aptos a provar a respetiva paridade com o mercado, bem como a seleção do método mais apropriado à determinação dos preços praticados.

207-2 Governação fiscal, controlo e gestão de risco

Capítulo 4.4 Sistemas de controlo interno e de gestão de risco

[Pág. 33-39](#)

O Conselho Fiscal é o órgão responsável por garantir a conformidade em matéria fiscal, fiscalizando, nomeadamente, as políticas contabilísticas, os critérios valorimétricos, a eficácia do sistema de gestão de risco e controlo interno e o processo de preparação e de divulgação de informação financeira. Anualmente, o Conselho Fiscal elabora um relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emite parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela Administração. Para além deste Conselho, também os auditores externos e internos desempenham um papel fulcral neste sentido.

207-3 Envolvimento com os *stakeholders* e gestão das questões relacionadas com a tributação

Quanto às questões relacionadas com a tributação, pode referir-se que a Floene segue uma postura de *compliance* e ética pelo cumprimento de todos os normativos fiscais vigentes, com total disponibilidade na colaboração com as autoridades fiscais em sede de inspeção ou qualquer outro processo de interação que se mostre aplicável. Assim, o *compliance* fiscal é um garante da sua atuação. O Grupo escuta e analisa os contributos/preocupações dos *stakeholders* sendo acauteladas as comunicações que visem esclarecer quaisquer dúvidas existentes, sem, contudo, alterar os princípios, rigor, cumprimento e transparência das operações, do ponto de vista fiscal.

207-4 Relato por país

Uma vez que todas as empresas do Grupo Floene são residentes em Portugal, é apenas aplicável a jurisdição portuguesa.

[Pág. 12-13](#)

Para mais informações sobre estas empresas, pode ser consultado o Capítulo 2.1 “A nossa atividade”.



GRI 300: DESEMPENHO AMBIENTAL

GRI 302: ENERGIA

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

302-1 Consumo de energia dentro da organização

	Unidade	2020	2021	2022
Não renovável		14 107,9	15 178,9	16 825,6
Renovável		0	0	0
Adquirida	GJ	2 913,9	2 650,5	2 954,2
Vendida		0	0	0
Total		17 021,9	17 829,4	19 779,8

Para este efeito, foram consideradas as seguintes fontes de consumo de energia dentro da organização: consumo de eletricidade, consumo de gás natural e consumo de combustível da frota (gasóleo, gasolina e GPL). De referir que a partir de 2022 a eletricidade adquirida passou a ter certificados de energia 100% renovável e que para os anos de 2020 e 2021, foram feitas correções relativamente aos consumos de eletricidade e gás natural, que previamente estavam a ser sobrecontados, uma vez que estavam a ser contabilizados consumos anulados como consumos efetivos.

As fontes de fatores de conversão utilizadas foram as seguintes: DGEG, 2020 - Conversão de GWh para GJ; APA NIR, 2020 - Conversão de litros de combustível para GJ.

302-3 Intensidade energética

Intensidade Energética	2020	2021	2022
	0,00027	0,00027	0,00033

Para este efeito, a métrica selecionada para calcular o rácio é a energia veiculada/distribuída em GJ. Para este rácio, foram incluídos os seguintes tipos de energia:

- Consumo: energia elétrica, gás natural, combustível das viaturas;
- Distribuição: gás natural.

GRI 305: EMISSÕES

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

305-1 Emissões diretas de GEE (Âmbito 1)

Capítulo 6.3 A nossa pegada de carbono

[Pág. 60-62](#)

Ao fecho de 2022, o Âmbito 1 foi recalculado para todos os anos, incluindo o ano base, 2020. Foram feitas duas mudanças significativas:

1. Anteriormente, as emissões do consumo de gás natural estavam a ser contabilizadas no Âmbito 2, estando agora no Âmbito 1.
2. No que diz respeito à frota, foi feita uma alteração na metodologia de cálculo, deixando-se de usar a *transport tool* do GHG *protocol*, passando a usar-se os fatores de emissão do NIR da APA.

Para o cálculo de Gás Natural (perdas na rede - emissões fugitivas) é utilizada a metodologia da Sedigas, utilizada por várias empresas do setor (*Metodología para la cuantificación de las emisiones de metano en los sistemas de distribución de gas Fecha: 29 de junio de 2020*).

Como referência dos fatores de emissão recorreu-se às seguintes fontes: Fatores de emissão do NIR da APA (Frota); Fator de emissão específico do gás natural publicado pela APA (Gás Natural); GWP do *Greenhouse Gas Protocol - Fourth Assessment Report (AR4)* (perdas na rede/ emissões fugitivas de gás natural).

NOTA: O CO₂ foi o único gás considerado nos cálculos.

GRI 300: DESEMPENHO AMBIENTAL

GRI 305: EMISSÕES

LOCALIZAÇÃO

305-2 Emissões indiretas (Âmbito 2) de GEE resultantes da energia adquirida

Capítulo 6.3 A nossa pegada de carbono

[Pág. 60-62](#)

Ao fecho de 2022, o Âmbito 2 foi recalculado para todos os anos, incluindo o ano base, 2020. Foram feitas duas mudanças significativas.

1. Anteriormente, as emissões do consumo de gás natural estavam a ser contabilizadas no Âmbito 2, estando agora no Âmbito 1.
2. Os fatores de emissão utilizados anteriormente eram os da ERSE, e não estava a ser tida em conta a ponderação para os diferentes tipos de energia. Os fatores agora utilizados são os da APA (*location based*) e o do comercializador (*market based*).

Para o cálculo *location based* foram tidos em conta os fatores de emissão da APA, uma vez que a nossa atividade se encontra em Portugal. Para o cálculo do *market base* foi tido em conta o fator do nosso comercializador. Ressalva-se que, em 2022, o fator relativo ao *market based* passou a ser 0, uma vez que a eletricidade adquirida passou a ser 100% renovável.

305-3 Emissões indiretas (Âmbito 3)

Capítulo 6 O nosso planeta

[Pág. 60](#)

À data de 2022, não existiam dados suficientes relativos às emissões indiretas (Âmbito 3). No entanto, em 2023, já foram iniciados os cálculos.

305-4 Intensidade de emissões de GEE

Unidades	2020	2021	2022
t CO ₂ /GWh	1,0	0,8	0,9
t CO ₂ /km de rede	1,4	1,1	1,1

A intensidade energética de emissões de GEE foi calculada através de duas métricas consideradas relevantes: volume de gás distribuído (GWh) e quilómetros de rede de distribuição (km). O cálculo inclui as emissões de Âmbito 1 e de Âmbito 2, tendo sido apenas considerado o CO₂.

305-5 Redução de emissões de GEE

Redução das emissões de GEE como resultado direto de iniciativas desenvolvidas (tCO ₂ eq.).	2020	2021	2022
	-	-	2 156,0

NOTA: O CO₂ foi o único gás considerado nos cálculos.

Foi escolhido o ano base de 2020, por ter sido o ano em que se iniciou o cálculo das emissões de GEE de Âmbito 1 e Âmbito 2. Os dados considerados para o cálculo estão disponíveis no Capítulo 6.3.

A redução das emissões, resultantes do consumo de eletricidade, foi calculada considerando as emissões *market based*, e é feita comparando com a eletricidade consumida no ano base. As restantes reduções são calculadas face ao ano base de 2020.

Verificou-se a redução de emissões resultantes das seguintes iniciativas:

- Compra de energia 100% renovável.
- Renovação da rede de distribuição e redução de fugas na rede.
- Redução de ocorrências na rede devido a danos por terceiros.

305-6 Emissões de substâncias depletoras da camada de ozono (SDO)

Não é aplicável

305-7 Emissões de óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões atmosféricas significativas

Não é aplicável



GRI 300: DESEMPENHO AMBIENTAL

GRI 306: RESÍDUOS

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2020

306-3 Resíduos gerados

	Resíduos perigosos (t)	2020	2021	2022
08 0119 (*) (Suspensões aquosas contendo tintas ou vernizes, contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas)	Gerados	–	–	0,163
	Destinados para op. valorização	–	–	–
	Destinados para op. eliminação	–	–	0,163
	Resíduos perigosos (t)	2020	2021	2022
13 01 05 (*) (Emulsões não cloradas)	Gerados	–	–	0,030
	Destinados para op. valorização	–	–	0,030
	Destinados para op. eliminação	–	–	–
	Resíduos perigosos (t)	2020	2021	2022
15 0111 (*) (Embalagens de metal, incluindo recipientes vazios sob pressão, contendo uma matriz porosa sólida perigosa (por exemplo, amianto))	Gerados	0,061	0,022	0,043
	Destinados para op. valorização	0,061	0,022	0,043
	Destinados para op. eliminação	–	–	–
	Resíduos perigosos (t)	2020	2021	2022
15 02 02 (*) (Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo sem outras especificações), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas)	Gerados	0,028	–	0,068
	Destinados para op. valorização	0,028	–	0,068
	Destinados para op. eliminação	–	–	–

GRI 300: DESEMPENHO AMBIENTAL
GRI 306: RESÍDUOS
LOCALIZAÇÃO
306-3 Resíduos gerados

	Resíduos perigosos (t)	2020	2021	2022
16 01 04 (*) (Veículos em fim de vida)	Gerados	—	4,372	—
	Destinados para op. valorização	—	4,372	—
	Destinados para op. eliminação	—	—	—
	Resíduos perigosos (t)	2020	2021	2022
16 02 11 (*) (Equipamento fora de uso contendo clorofluorcarbonetos, HCFC, HFC)	Gerados	—	0,580	—
	Destinados para op. valorização	—	0,580	—
	Destinados para op. eliminação	—	—	—
	Resíduos perigosos (t)	2020	2021	2022
17 01 06 (*) (Misturas ou frações separadas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos, contendo substâncias perigosas)	Gerados	—	—	0,351
	Destinados para op. valorização	—	—	—
	Destinados para op. eliminação	—	—	0,351
	Resíduos perigosos (t)	2020	2021	2022
20 01 21 (*) (Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio)	Gerados	—	—	0,005
	Destinados para op. valorização	—	—	—
	Destinados para op. eliminação	—	—	0,005



GRI 300: DESEMPENHO AMBIENTAL

GRI 306: RESÍDUOS

LOCALIZAÇÃO

306-3 Resíduos gerados

	Resíduos perigosos (t)	2020	2021	2022
20 01 33 (*) (Pilhas e acumuladores abrangidos em 16 06 01, 16 06 02 ou 16 06 03 e pilhas e acumuladores não triados contendo desses acumuladores ou pilhas)	Gerados	–	0,067	0,029
	Destinados para op. valorização	–	0,067	0,029
	Destinados para op. eliminação	–	–	–
	Resíduos perigosos (t)	2020	2021	2022
	Gerados	0,09	5,04	0,69
Total de resíduos perigosos (t)	Destinados para op. valorização	0,09	5,04	0,17
	Destinados para op. eliminação	–	–	0,52
	Resíduos não perigosos (t)	2020	2021	2022
08 03 18 (Resíduos de toner de impressão não abrangidos em 08 03 17)	Gerados	–	0,005	0,050
	Destinados para op. valorização	–	–	–
	Destinados para op. eliminação	–	0,005	0,050
	Resíduos não perigosos (t)	2020	2021	2022
15 01 01 (Embalagens de papel e cartão)	Gerados	–	0,255	0,099
	Destinados para op. valorização	–	0,255	–
	Destinados para op. eliminação	–	–	0,099
	Resíduos não perigosos (t)	2020	2021	2022
15 01 02 (Embalagens de plástico)	Gerados	–	0,098	–
	Destinados para op. valorização	–	0,098	–
	Destinados para op. eliminação	–	–	–

GRI 300: DESEMPENHO AMBIENTAL

GRI 306: RESÍDUOS

LOCALIZAÇÃO

306-3 Resíduos gerados

	Resíduos não perigosos (t)	2020	2021	2022
15 01 03 (Embalagens de madeira)	Gerados	-	0,472	0,376
	Destinados para op. valorização	-	0,472	0,260
	Destinados para op. eliminação	-	-	0,116
	Resíduos não perigosos (t)	2020	2021	2022
15 02 03 (Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção não abrangidos em 15 02 02)	Gerados	0,073	0,067	0,361
	Destinados para op. valorização	-	0,067	-
	Destinados para op. eliminação	0,073	-	0,361
	Resíduos não perigosos (t)	2020	2021	2022
16 02 14 (Equipamento fora de uso não abrangido em 16 02 09 a 16 02 13)	Gerados	0,291	2,183	14,894
	Destinados para op. valorização	0,291	2,183	14,894
	Destinados para op. eliminação	-	-	-
	Resíduos não perigosos (t)	2020	2021	2022
17 04 07 (Mistura de metais)	Gerados	118,685	163,966	97,484
	Destinados para op. valorização	118,685	163,966	97,484
	Destinados para op. eliminação	-	-	-



GRI 300: DESEMPENHO AMBIENTAL

GRI 306: RESÍDUOS

LOCALIZAÇÃO

306-3 Resíduos gerados

	Resíduos não perigosos (t)	2020	2021	2022
20 01 01 (Papel e cartão)	Gerados	0,082	-	0,051
	Destinados para op. valorização	0,082	-	0,051
	Destinados para op. eliminação	-	-	-
	Resíduos não perigosos (t)	2020	2021	2022
20 01 38 (Madeira não abrangida em 20 01 37)	Gerados	-	-	0,059
	Destinados para op. valorização	-	-	0,059
	Destinados para op. eliminação	-	-	-
	Resíduos não perigosos (t)	2020	2021	2022
20 03 06 (Resíduos da limpeza de esgotos)	Gerados	6,000	-	6,000
	Destinados para op. valorização	-	-	-
	Destinados para op. eliminação	6,000	-	6,000
	Resíduos não perigosos (t)	2020	2021	2022
20 01 39 (Plásticos)	Gerados	0,159	-	-
	Destinados para op. valorização	0,159	-	-
	Destinados para op. eliminação	-	-	-

GRI 300: DESEMPENHO AMBIENTAL

GRI 306: RESÍDUOS

LOCALIZAÇÃO

	Resíduos não perigosos (t)	2020	2021	2022
20 0199 (Outras frações, sem outras especificações)	Gerados	-	0,011	-
	Destinados para op. valorização	-	-	-
	Destinados para op. eliminação	-	0,011	-
	Resíduos não perigosos (t)	2020	2021	2022
Total de resíduos não perigosos (t)	Gerados	125,29	167,06	119,37
	Destinados para op. valorização	119,22	167,04	112,75
	Destinados para op. eliminação	6,07	0,02	6,63



GRI 300: DESEMPENHO AMBIENTAL

GRI 308: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

Capítulo 6.4. Gestão sustentável da cadeia de fornecedores

[Pág. 62-63](#)

No que diz respeito à gestão sustentável da cadeia de fornecedores, é de constatar que a parceria entre Floene e prestadores de serviço baseia-se no cumprimento das condições comerciais e técnicas, bem como nos compromissos expressos nos seguintes documentos: Código de Ética; Códigos de Conduta; Política de Saúde, Segurança e Ambiente e Prevenção de Acidentes Graves; Política de Qualidade, bem como pela conformidade com a legislação em vigor. Subscrevemos também a carta de princípios do BCSD.

Existe, portanto, uma gestão de risco na cadeia de fornecimento, baseando-se numa metodologia que envolve o processo de seleção, qualificação e avaliação do desempenho dos prestadores de serviços.

Os riscos de RGPD e cibersegurança são geridos através da plataforma *One Trust*, interligada e automatizada com a plataforma de gestão de compras, para processos licitatórios contendo tais riscos, bem como planos de ação para mitigá-los. São realizadas avaliações de *compliance* e *due diligence* antes da contratação de fornecedores, com o objetivo de identificar potenciais *red flags*, como corrupção e lavagem de dinheiro.

Este modelo, que combina a informação financeira e não financeira disponível no mercado, a ser fornecida pelos nossos parceiros, traduz-se numa maior abrangência na monitorização de várias áreas de risco da nossa cadeia de fornecimento, nomeadamente de ESG, cibersegurança, RGPD.

Tipo de fornecedor Floene	Percentagem de fornecedores avaliados nos últimos 3 anos
Tier 1	65
Non-tier 1	0
Critical Tier 1	19

NOTA: Tier 1 - Os serviços de Tier 1 apresentam um maior risco cibernético inerente.

Resultados da avaliação de risco de sustentabilidade:

Risco de sustentabilidade (N.º de fornecedores Floene tier 1)	2020	2021	2022
com elevado risco de sustentabilidade económica	na	na	0
com elevado risco de sustentabilidade ambiental	na	na	0
com elevado risco de sustentabilidade social	na	na	5

Resultados da avaliação de risco de RSC:

Nível de risco – Classificação Responsabilidade Social - Questionários	Nº de fornecedores Floene com faturação em 2020		Nº de fornecedores Floene com faturação em 2021		Nº de fornecedores Floene com faturação em 2022	
	Tier 1	Críticos	Tier 1	Críticos	Tier 1	Críticos
A+ Classificação acima da média	na	na	na	na	34	15
A Classificação dentro da média	na	na	na	na	10	3
B Classificação abaixo da média	na	na	na	na	5	1

GRI 300: DESEMPENHO AMBIENTAL

GRI 308: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES

LOCALIZAÇÃO

308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

Certificações:

Standard Internacional	2020	2021	2022
ISO 9001	na	na	92
ISO 14001	na	na	47
OHSAS 18001/ISO 45001	na	na	46
Outras certificações	na	na	25

Auditorias a fornecedores:

	2020	2021	2022
Nº auditorias a fornecedores	na	na	12
Nº auditorias a fornecedores tier 1	na	na	3
Fornecedores críticos auditados (tier 1 e non-tier 1)	na	na	0

Complementarmente às práticas de gestão de risco e à monitorização das certificações na cadeia de fornecimento, realizamos auditorias a fornecedores ou potenciais fornecedores nas vertentes:

- Financeira;
- Técnica;
- Responsabilidade social corporativa;
- Segurança & Saúde;
- Ambiente;
- Continuidade de negócio;
- Contrato SLA.

308-2 Impactes ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas

Não foram identificados fornecedores Tier 1 (críticos e não críticos) com elevado risco de sustentabilidade ambiental.



GRI 400: DESEMPENHO SOCIAL

GRI 401: EMPREGO

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

401-1 Contratação de novos colaboradores e rotatividade dos colaboradores

Número total de colaboradores no final do período de relato, por localização, género e faixa etária

Região	Género	2020			2021			2022		
		<30	30-50	>50	<30	30-50	>50	<30	30-50	>50
Nacional	Homens	4	120	135	7	117	148	12	118	143
	Mulheres	27	77	43	3	76	45	10	76	47
	Total Colaboradores (por Faixa Etária)	31	197	178	10	193	193	22	194	190
Total Colaboradores (por Género)	Homens	259			272			273		
	Mulheres	147			124			133		
Total Colaboradores	Nacional	406			396			406		

NOTA: inclui Estagiários e Contratos a termo, não inclui Órgãos Sociais. Consideram-se os colaboradores de todas as Empresas que integram o grupo Floene.

Número total de colaboradores que entraram ou saíram durante o período de relato

		2020					
		Entradas			Saídas		
		<30	30-50	>50	<30	30-50	>50
Nacional	Homens	0	2	0	0	1	11
	Mulheres	0	0	0	0	0	3
Total de Entradas e Saídas (por Faixa Etária)		0	2	0	0	1	14
Total de Entradas e Saídas (por Género)	Homens	2			12		
	Mulheres	0			3		
Total de Entradas e Saídas (por Localização)	Nacional	2			15		

GRI 400: DESEMPENHO SOCIAL
GRI 401: EMPREGO
LOCALIZAÇÃO
401-1 Contratação de novos colaboradores e rotatividade dos colaboradores

		2021					
		Entradas			Saídas		
		<30	30-50	>50	<30	30-50	>50
Nacional	Homens	3	7	2	1	0	2
	Mulheres	1	3	1	0	2	3
Total de Entradas e Saídas (por Faixa Etária)		4	10	3	1	2	5
Total de Entradas e Saídas (por Género)	Homens	12			3		
	Mulheres	5			5		
Total de Entradas e Saídas (por Localização)	Nacional	17			8		

		2022					
		Entradas			Saídas		
		<30	30-50	>50	<30	30-50	>50
Nacional	Homens	8	13	0	2	1	20
	Mulheres	7	8	1	1	0	7
Total de Entradas e Saídas (por Faixa Etária)		15	21	1	3	1	27
Total de Entradas e Saídas (por Género)	Homens	21			23		
	Mulheres	16			8		
Total de Entradas e Saídas (por Localização)	Nacional	37			31		



GRI 400: DESEMPENHO SOCIAL

GRI 401: EMPREGO

LOCALIZAÇÃO

401-1 Contratação de novos colaboradores e rotatividade dos colaboradores

Taxa de contratação e rotatividade dos colaboradores no período de relato

2020

		Entradas			Saídas*		
		<30	30-50	>50	<30	30-50	>50
Nacional	Homens	0%	0,5%	0%	0%	0,2%	3%
	Mulheres	0%	0%	0%	0%	0%	1%
Total de Entradas e Saídas (por Faixa Etária)		0%	0,5%	0%	0%	0,2%	3%
Total de Entradas e Saídas (por Género)	Homens		0,5%			3%	
	Mulheres		0%			1%	
Total de Entradas e Saídas (por Localização)			0,5%			4%	

2021

		Entradas			Saídas*		
		<30	30-50	>50	<30	30-50	>50
Nacional	Homens	1%	2%	1%	0,3%	0%	1%
	Mulheres	0,3%	1%	0,3%	0%	1%	1%
Total de Entradas e Saídas (por Faixa Etária)		1%	3%	1%	0,3%	1%	1%
Total de Entradas e Saídas (por Género)	Homens		3%			1%	
	Mulheres		1%			1%	
Total de Entradas e Saídas (por Localização)			4%			2%	

2022

		Entradas			Saídas*		
		<30	30-50	>50	<30	30-50	>50
Nacional	Homens	2%	3%	0%	0,5%	0,2%	5%
	Mulheres	2%	2%	0,2%	0,2%	0%	2%
Total de Entradas e Saídas (por Faixa Etária)		4%	5%	0,2%	1%	0,2%	7%
Total de Entradas e Saídas (por Género)	Homens		5%			6%	
	Mulheres		4%			2%	
Total de Entradas e Saídas (por Localização)			9%			8%	

NOTA: por uma questão de simplificação calculámos a taxa de rotatividade (saída) com os valores finais de cada período.

GRI 400: DESEMPENHO SOCIAL
GRI 401: EMPREGO
LOCALIZAÇÃO
401-2 Benefícios de colaboradores a tempo inteiro, que não são atribuídos a colaboradores temporários ou a tempo parcial

Os benefícios elencados são aplicáveis a todos os colaboradores da Floene (tempo indeterminado e a termo), à exceção do Fundo de Pensões que não é aplicável aos colaboradores da Tagusgás:

- Fundo de Pensões;
- Seguro de Vida;
- Seguro de Acidentes Pessoais;
- Seguro de Viagem;
- Seguro de Saúde;
- Seguro Automóvel.

401-3 Licença Parental

Segundo os critérios em vigor, a totalidade dos colaboradores da organização Floene tem direito, por lei, ao gozo da licença parental. Nesta medida, é detalhado infra o número de trabalhadores que, efetivamente, usufruiu desse direito durante o período de relato:

	Género	2020	2021	2022
N.º de colaboradores que iniciaram licença parental no período de relato	Homens	1	2	2
	Mulheres	2	0	2
	Total	3	2	4
N.º de colaboradores que regressaram ao trabalho após a licença parental	Homens	1	2	2
	Mulheres	2	0	2
	Total	3	2	4
N.º de colaboradores que regressaram ao trabalho e permanecem na empresa após 12 meses	Homens	4	1	2
	Mulheres	3	1	0
	Total	7	2	2
Taxa de retorno ao trabalho	Homens	100%	100%	100%
	Mulheres	100%	---	100%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%
Taxa de retenção (12 meses)	Homens	100%	100%	100%
	Mulheres	100%	50%	---
	Total	233,33%	67,00%	100,00%

NOTA: Os valores de taxa de retorno de 2020 são superiores a 100%, uma vez que o n.º de colaboradores que regressaram ao trabalho em 2020 diz respeito aos colaboradores que iniciaram licença em 2019.



GRI 400: DESEMPENHO SOCIAL

GRI 402: RELAÇÕES DE TRABALHO

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016.

402-1 Prazos mínimos de aviso prévio em relação a mudanças operacionais

A Floene respeita todos os prazos previstos na legislação aplicável, bem como em regulamentos internos, garantindo a existência de um período de adaptação adequado às diferentes mudanças operacionais relevantes. Apenas a empresa LISBOAGÁS possui Acordo de Contratação Coletiva, caso em que o período de notificação e as provisões para consulta e negociação estão especificados no mesmo.

GRI 403: SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2018

403-1 Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho

Capítulo 4.4. Sistemas de controlo interno e de gestão do risco
Capítulo 5.1. Segurança e bem-estar (Segurança e cultura de segurança)
Relatório e Contas Consolidadas e Individuais 2021 - 6.6 Sistemas de gestão

[Pág. 33-35](#)
[Pág. 42-44](#)
[Pág. 20](#)

No setor do gás existem diversos regulamentos, nomeadamente o Regulamento de Qualidade de Serviço, cujo cumprimento dos requisitos pressupõe a existência de um sistema de gestão da qualidade, ambiente e segurança bem definidos e implementados de forma a garantir a segurança e a qualidade da distribuição de gás natural em Portugal. Desta forma, a implementação da certificação de um sistema integrado de AQSS (Ambiente, Qualidade, Saúde e Segurança) na Floene tem como objetivo não apenas responder a requisitos legais, normativos e regulamentares, mas também garantir a existência de um sistema de gestão eficaz que garanta a distribuição de gás natural aos consumidores tendo por base as melhores práticas disponíveis. A prática regular de auditorias internas e externas, reuniões de *follow up* de ações e análise de desempenho periódico, permite ao sistema ter a maturidade para a identificação de novos riscos ou requisitos e respetivas oportunidades de melhoria ou ações corretivas, de forma a garantir a melhoria contínua do sistema de gestão. O Sistema abrange todas as atividades no âmbito da certificação, nomeadamente gestão da construção, manutenção, exploração e utilização de redes de distribuição de gás natural, bem como todos os locais de trabalho administrativo e instalações do sistema de distribuição de gás natural, gerido e mantido pela Floene (PRM's, UAG's, etc.). Os trabalhadores auditados poderão ser internos e externos (prestadores de serviço que prestem serviço no âmbito da construção e manutenção de redes de distribuição de gás natural).

403-2 Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes

Capítulo 5.1. Segurança e bem-estar (Segurança e cultura de segurança)

[Pág. 42-44](#)

O processo de planeamento para identificação dos perigos, avaliação e controlo dos riscos para a SST e de identificação dos aspetos ambientais significativos, contempla os seguintes subprocessos: 1. Elaborar/rever a identificação dos perigos para a SST e aspetos ambientais, avaliação e controlo dos riscos e impactes ambientais; 2. Planear a sua implementação.

Em termos de enquadramento das atividades processuais, o responsável SSA em conjunto com os responsáveis dos processos, efetuam o levantamento dos perigos para a SST e aspetos ambientais por tipologia de atividades, produtos e serviços tendo em consideração os que a organização pode controlar e os que pode influenciar, considerando uma perspetiva de ciclo de vida. São tidas em consideração as condições normais, anómalas e as situações de emergência razoavelmente previsíveis. Esta informação fica documentada nas matrizes de avaliação de perigos e riscos para a SST e aspetos e impactes ambientais. Este levantamento poderá ser revisto e atualizado sempre que se mostre necessário, nomeadamente perante novas circunstâncias (aquisição de novos produtos, prestação de novos serviços, alteração de requisitos legais, etc). Todas estas situações e novos riscos e perigos identificados podem ser reportados por qualquer colaborador, quer através da hierarquia, quer através de mecanismos de prevenção e proativos de segurança e ambiente, como sejam as visitas a instalações, *Safety Talks*, observação de situações ou atos inseguros, quase acidentes, participação e consulta periódica de colaboradores, entre outros.

403-2 Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes

Posteriormente, é enviada para aprovação a Proposta de Ações Planeadas à Gestão de Topo, da qual constam a definição e verificação de objetivos, programas de gestão, os projetos e ações corretivas e/ou preventivas. Foram definidos mecanismos de comunicação e participação dos trabalhadores que permitem reportar situações de risco e procedeu-se à adoção das *Life Saving Rules*, que devem ser sempre cumpridas. Qualquer situação que não permita a segurança e saúde dos trabalhadores durante as suas atividades, deve ser parada pelo próprio ou por quem identifique a situação. Em caso algum as chefias devem sujeitar os trabalhadores a condições de trabalho que não sejam adequadas. Caso tal situação ocorra, os colaboradores estarão protegidos contra eventuais represálias relativamente à identificação/denúncia das situações referidas nos parágrafos anteriores, pelo Código de Ética e Conduta, bem como pelo Canal de *Open Talk*.

Após a ocorrência de um incidente, procede-se à resposta à emergência/medidas de atuação imediatas. De seguida procede-se à classificação dos incidentes com base em critérios pré-definidos e que têm em consideração os danos pessoais/materiais, respetiva gravidade, etc. É feita a comunicação do incidente a toda a cadeia hierárquica previamente definida em procedimento e, quando aplicável, é feita a comunicação a entidades externas. O reporte, e conseqüente investigação do incidente, é realizado por uma equipa multidisciplinar nomeada para tal, com responsabilidades bem definidas e tendo como outputs o relatório inicial e final do incidente, onde são apuradas as causas imediatas e causas raiz, bem como as medidas corretivas e de melhoria identificadas. Por último, sempre que ocorre um incidente e são apuradas as causas, existe uma avaliação da necessidade de atualização das matrizes de risco associadas à atividade/tarefa respetiva.

403-3 Serviços de saúde no trabalho

Capítulo 5.1. Segurança e bem-estar (Saúde e bem-estar)

[Pág. 42-45](#)

Os serviços de saúde no trabalho que contribuem para a identificação e eliminação de perigos e minimização de riscos, têm como funções: planear a prevenção, integrando, a todos os níveis e para o conjunto das atividades das empresas, a avaliação dos riscos e as respetivas medidas de prevenção; Proceder à avaliação dos riscos, elaborando os respetivos relatórios; Elaborar o plano de prevenção de riscos profissionais, bem como planos detalhados de prevenção e proteção exigidos por legislação específica; Participar na elaboração do plano de emergência interno, incluindo os planos específicos de combate a incêndios, evacuação de instalações e primeiros socorros; Colaborar na conceção de locais, métodos e organização do trabalho, bem como na escolha e na manutenção de equipamentos de trabalho; Supervisionar o aprovisionamento, a validade e a conservação dos equipamentos de proteção individual, bem como a instalação e a manutenção da sinalização de segurança; Coordenar as medidas a adotar em caso de perigo grave e iminente; Vigiar as condições de trabalho de trabalhadores em situações mais vulneráveis; Conceber e desenvolver o programa de informação para a promoção da segurança e saúde no trabalho, promovendo a integração das medidas de prevenção nos sistemas de informação e comunicação da empresa; Conceber e desenvolver o programa de formação para a promoção da segurança e saúde no trabalho; Apoiar as atividades de informação e consulta aos representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho ou, na sua falta, aos próprios trabalhadores; Assegurar ou acompanhar a execução das medidas de prevenção, promovendo a sua eficiência e operacionalidade; Organizar os elementos necessários às notificações obrigatórias; Elaborar as participações obrigatórias em caso de acidente de trabalho ou doença profissional; Coordenar ou acompanhar auditorias e inspeções internas; Analisar as causas de acidentes de trabalho ou da ocorrência de doenças profissionais, elaborando os respetivos relatórios; Recolher e organizar elementos estatísticos relativos à segurança e à saúde no trabalho.

A Floene assegura a qualidade destes serviços e facilita o seu acesso aos trabalhadores através, nomeadamente, de comissões de SST com os representantes dos trabalhadores, da realização, em todas as empresas, de inspeções, visitas e formações, e da participação no processo dos técnicos de segurança (seja de forma formal através do questionário, seja através de consulta informal). Para além disso, existem serviços de medicina no trabalho prestados pelo serviço interno num posto médico situado na sede da Floene, ou de forma volante nos vários locais de trabalho das várias empresas.



GRI 400: DESEMPENHO SOCIAL

GRI 403: SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

LOCALIZAÇÃO

403-4 Envolvimento do colaborador na participação, consulta e comunicação sobre saúde e segurança no trabalho

Capítulo 5.1. Segurança e bem-estar (Segurança e cultura de segurança)

[Pág. 42-44](#)

Anualmente são realizadas 2 consultas escritas formais a todos os colaboradores, no âmbito de SST e equipamentos de trabalho. Para além destes mecanismos de consulta escrita, existem outros meios e processos de consulta e participação dos colaboradores. Este processo aceita várias ferramentas e mecanismos para a sua concretização, nomeadamente:

- a) Reuniões de Segurança;
- b) Realização de reuniões específicas com as áreas para tratar temas de segurança;
- c) Introdução de abordagens consultivas e participativas nas auditorias/inspeções/verificações de SST, permitindo aos trabalhadores a oportunidade de transmitir quaisquer preocupações;
- d) Inquéritos anuais para compreender as atitudes dos trabalhadores relativamente à SST;
- e) Introdução de abordagens consultivas e participativas na realização de *safety talks*;
- f) Divulgação regular e fóruns de discussão;
- g) Inclusão da participação dos trabalhadores no reporte de quase-acidentes, atos inseguros e condições inseguras.

Após a tomada de decisão, e sempre que seja considerado relevante, deve ser dado *feedback* aos trabalhadores da decisão tomada e, caso os pareceres e/ou propostas não sejam adotados na decisão, devem ser alvo de decisão fundamentada e informação aos trabalhadores ou seus representantes. Os principais resultados e estado das ações decorrentes da consulta e participação são divulgados/comunicados também em sede de consulta anual em matéria de SST para todos os colaboradores. Neste âmbito, existem também reuniões de SST com os representantes dos trabalhadores, assim como reunião da Comissão de trabalhadores com a Gestão (Lisboagás).

403-5 Formação dada aos trabalhadores sobre segurança e saúde no trabalho

Capítulo 5.1. Segurança e bem-estar (Segurança e cultura de segurança)

[Pág. 42-44](#)

Existe um plano de formação, em SST, anual de forma a dar resposta a necessidades específicas de formação acerca de alguns temas e também para *refresh* de outros. A formação SST abrange as induções de segurança, que são feitas a todos os novos colaboradores, medidas de autoproteção, movimentação manual de cargas, diretiva máquinas, primeiros socorros, manuseamento de extintores, políticas, planos de emergência, combate a incêndios, comunicação e reporte de acidentes, gestão das modificações, análise de segurança da tarefa, autorizações de trabalho, sistemas de gestão AQSS e prevenção de acidentes graves, atmosferas explosivas, fichas de dados de segurança, avaliação de perigos e riscos, equipamento de proteção individual, etc. São também realizadas algumas sessões de formação em temas específicos aos prestadores de serviço, nomeadamente empreiteiros (trabalhos de construção e manutenção). Estas formações são facultadas gratuitamente e durante o horário de trabalho.

De forma a avaliar as necessidades de formação, a área de SSA identifica um plano de formação SSA transversal, para dar resposta a variados requisitos normativos e legais. No momento da avaliação, tanto a chefia como os colaboradores podem identificar ações de formação específicas.

403-6 Promoção de saúde do colaborador

Capítulo 5.1. Segurança e bem-estar (Saúde e bem-estar)

[Pág. 42-45](#)

De forma a facilitar o acesso dos trabalhadores a serviços médicos e cuidados de saúde, refere-se a existência de um serviço de medicina no trabalho para todos os colaboradores da Floene. Adicionalmente, todos os colaboradores têm acesso a um Seguro de Saúde pessoal (incluindo familiares) com âmbito alargado de prestação de serviços de medicina curativa.

Na sede da Floene existe um posto médico de acesso (e para uso exclusivo) a colaboradores, familiares e reformados, com uma panóplia de consultas de medicina geral e diversas especialidades. Além do seguro de saúde, a Floene disponibiliza gratuitamente e no seu local de trabalho a ministração da vacina da gripe.

GRI 400: DESEMPENHO SOCIAL
GRI 403: SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL
LOCALIZAÇÃO
403-7 Prevenção e mitigação de impactes na saúde e segurança no trabalho atribuíveis a relações comerciais

Capítulo 5.1. Segurança e bem-estar (Segurança e cultura de segurança)

[Pág. 42-44](#)

De forma a prevenir ou mitigar os impactes negativos significativos na saúde e segurança no trabalho, diretamente relacionados com as suas operações, a Floene define a metodologia de avaliação de riscos e impactes ambientais, avalia os mesmos e define as ações mitigadoras. Define objetivos e controla, através de auditorias ou outros instrumentos de monitorização, se os mesmos estão a ser cumpridos. Este processo é aplicável não só aos seus colaboradores, como também aos trabalhadores dos empreiteiros contratados para a realização de algumas atividades da sua cadeia de negócio.

403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho

Capítulo 5.1. Segurança e bem-estar (Segurança e cultura de segurança)

[Pág. 42-44](#)

A organização tem um Sistema de Gestão de Segurança e de Saúde no Trabalho (SGSST) certificado e auditado por entidade externa, que abrange todos os colaboradores e outros trabalhadores cujo trabalho é controlado pela organização.

403-9 Acidentes de trabalho

Capítulo 5.1. Segurança e bem-estar (Segurança e cultura de segurança)

[Pág. 42-44](#)
Dados relativos aos Colaboradores

	Género	2020	2021	2022
Número total de	óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	0	0
	acidentes de trabalho graves ¹ (excluindo óbitos)	0	0	0
	acidentes de trabalho de comunicação obrigatória ²	3	1	5
	Horas trabalhadas	585 303	624 819	650 437
Índice de	óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,00	0,00	0,00
	acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,00	0,00	0,00
	acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	5,12	1,60	7,69

Dados relativos aos trabalhadores que não são colaboradores, mas cujo trabalho é controlado pela organização

	Género	2020	2021	2022
Número total de	óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	0	0
	acidentes de trabalho graves ¹ (excluindo óbitos)	0	0	0
	acidentes de trabalho de comunicação obrigatória ²	4	4	3
	Horas trabalhadas	878 344	836 943	1 292 510
Índice de	óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,00	0,00	0,00
	acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,00	0,00	0,00
	acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	4,55	4,78	2,32



GRI 400: DESEMPENHO SOCIAL

GRI 403: SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

LOCALIZAÇÃO

403-9 Acidentes de trabalho

Através da análise efetuada ao histórico de acidentes, verifica-se que quedas ao mesmo nível (escorregões e tropeções) são as principais situações de perigo ocupacional suscetíveis de causar lesões graves. Estes riscos foram devidamente identificados através da Metodologia de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos, sendo que a Floene integra no seu Plano de Prevenção e Segurança todas as ações tomadas, ou em curso, para eliminar esses perigos e minimizar os riscos, usando a hierarquia de controlo de riscos.

Durante o período de relato do presente relatório não se verificaram acidentes graves.

NOTA¹: Segundo os critérios GRI, acidente de trabalho com consequência grave resulta em óbito ou em uma lesão da qual o trabalhador não consegue recuperar ou da qual não se espera que recupere plenamente em seis meses para a condição de saúde anterior ao acidente.

NOTA²: Segundo os critérios GRI, inclui todos os acidentes que resultem em uma das seguintes possibilidades: óbitos, acidentes com baixa, acidentes que resultem em perda ou redução da capacidade para o trabalho ou transferência para outra função, acidentes que levem a tratamento médico além dos primeiros socorros, perda de consciência, lesão grave diagnosticada por um médico ou outro profissional de saúde habilitado. Pode também ser designado por TRI (*Total Recordable Incidents*).

NOTA: Para efeitos de cálculo, assumiu-se um fator de normalização de 1 milhão de horas trabalhadas.

403-10 Doenças profissionais

Capítulo 5.1. Segurança e bem-estar (Segurança e cultura de segurança)

[Pág. 42-44](#)

	2020	2021	2022
Número de óbitos resultantes de doenças ocupacionais	0	0	0
Número de casos de doenças ocupacionais participadas	0	0	0
Número de casos de doenças ocupacionais confirmadas	0	0	0

A Floene reconhece, no decorrer das suas atividades, vários perigos relacionados com doenças profissionais (para mais informações, consultar capítulo 4.4. Sistemas de controlo interno e de gestão do risco), que não são significativos e que são devidamente controlados através dos Serviços de Medicina do Trabalho e da sua avaliação de riscos e visita aos locais de trabalho. Estes riscos foram devidamente identificados através da Metodologia de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos, sendo que a Floene integra no seu Plano de Prevenção de Saúde todas as ações tomadas, ou em curso, para eliminar esses perigos e minimizar os riscos, usando a hierarquia de controlo de riscos.

Durante o período de relato do presente relatório não se identificaram doenças profissionais.

GRI 400: DESEMPENHO SOCIAL
GRI 404: CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO
LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

404-1 Média de horas de formação anual por colaborador

Número total de horas de formação por Categoria funcional e gênero

	Gênero	<30	30-50	>50
Administração	Homens	-	-	97
	Mulheres	-	-	-
	Subtotal	0	0	97
Heads of Area	Homens	-	339	441
	Mulheres	-	189	-
	Subtotal	0	528	441
Managers	Homens	-	215	426
	Mulheres	-	287	108
	Subtotal	0	501	535
Specialists	Homens	132	761	1764
	Mulheres	122	646	374
	Subtotal	254	1408	2138
Technical Contributors	Homens	334	1411	1088
	Mulheres	12	124	56
	Subtotal	346	1536	1145
Operational & Support Contributors	Homens	-	-	-
	Mulheres	-	-	22
	Subtotal	0	0	22
Trainees	Homens	80	-	-
	Mulheres	123	-	-
	Subtotal	203	0	0
Total	Homens	546	2727	3817
	Mulheres	256	1246	560
	Subtotal	803	3972	4377

Em 2020 e 2021 não foi possível contabilizar a média de horas de formação anual por gênero e cargo. No entanto, a Floene aferiu o seguinte:

	2020	2021	2022
Horas de formação	3 989	3 685	9 152
Colaboradores	384	398	406
Horas de formação/colaborador	10,4	9,3	22,5



GRI 400: DESEMPENHO SOCIAL

GRI 404: CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO

LOCALIZAÇÃO

404-2 Programas para desenvolvimento de competências e gestão do fim da carreira

Capítulo 5.3. Formação

[Pág. 48-49](#)

No que diz respeito ao desenvolvimento de competências, foram desenhados programas de formação à medida das necessidades, em variadas áreas, nomeadamente sobre o novo modelo de gestão de desempenho “Meet Me”, no qual participaram 80 colaboradores; o programa “WeGrow”, de liderança nas áreas de *feedback* e desenvolvimento, que teve a participação de 22 colaboradores; o programa “Líder ARC”, de desenvolvimento de competências de gestão, em que participaram 11 colaboradores e o programa de desenvolvimento de competências técnicas, intitulado “Next Level”, com a participação de 40 colaboradores. Para além dos programas de desenvolvimento internos, a Floene providenciou ainda uma Pós-Graduação em *Sales Management*, tendo também facultado o pagamento de cursos de certificação de técnicos de gás para novos colaboradores admitidos para a função de Técnico de Infraestrutura de Gás.

No âmbito do desenvolvimento de competências, é de destacar ainda a atribuição pela Floene de uma licença sem vencimento para efeitos de realização de um doutoramento.

No que diz respeito à gestão do fim de carreira, vale referir que a Floene atribuiu indemnização superior ao estipulado por lei, a todos os acordos que cessaram por mútuo acordo.

404-3 Percentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e desenvolvimento de carreira

Não se procedeu ao preenchimento dos dados relativos a 2020 e 2021, uma vez que, à época, a Estrutura Organizacional da Floene não se encontrava estabelecida.

Número total de colaboradores, elegíveis para a avaliação de desempenho, por categoria profissional e género

	Género	2022
Administração	Homens	0
	Mulheres	0
	Subtotal	0
Heads of Area	Homens	7
	Mulheres	0
	Subtotal	7
Managers	Homens	27
	Mulheres	17
	Subtotal	44
Specialists	Homens	89
	Mulheres	48
	Subtotal	137
Technical Contributors	Homens	142
	Mulheres	56
	Subtotal	198
Operational & Support Contributors	Homens	0
	Mulheres	2
	Subtotal	2
Total	Homens	265
	Mulheres	123
	Subtotal	388

GRI 400: DESEMPENHO SOCIAL

GRI 404: CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO

LOCALIZAÇÃO

404-3 Percentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e desenvolvimento de carreira

Número total de colaboradores que receberam uma análise de desempenho e de desenvolvimento da carreira

	Género	2022
Administração	Homens	0
	Mulheres	0
	Subtotal	0
Heads of Area	Homens	7
	Mulheres	0
	Subtotal	7
Managers	Homens	27
	Mulheres	17
	Subtotal	44

	Género	2022
Specialists	Homens	89
	Mulheres	48
	Subtotal	137
Technical Contributors	Homens	142
	Mulheres	56
	Subtotal	198
Operational & Support Contributors	Homens	0
	Mulheres	2
	Subtotal	2
Total	Homens	265
	Mulheres	123
	Subtotal	388

Percentagem de colaboradores que receberam uma análise de desempenho e de desenvolvimento da carreira

	Género	2022
Administração	Homens	0
	Mulheres	0
	Subtotal	0
Heads of Area	Homens	100%
	Mulheres	0
	Subtotal	100%
Managers	Homens	100%
	Mulheres	100%
	Subtotal	100%

	Género	2022
Specialists	Homens	100%
	Mulheres	100%
	Subtotal	100%
Technical Contributors	Homens	100%
	Mulheres	100%
	Subtotal	100%
Operational & Support Contributors	Homens	0
	Mulheres	100%
	Subtotal	100%
Total	Homens	100%
	Mulheres	100%
	Subtotal	100%



GRI 400: DESEMPENHO SOCIAL

GRI 405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

405-1 Diversidade nos órgãos de governação e colaboradores

Número de colaboradores por Categoria funcional e género	Género	2021			2022		
		<30	30-50	>50	<30	30-50	>50
Administração	Homens	0	0	4	0	0	4
	Mulheres	0	0	0	0	0	0
	Subtotal	0	0	4	0	0	4
Heads of Area	Homens	0	4	0	0	3	5
	Mulheres	0	2	0	0	2	0
	Subtotal	0	6	0	0	5	5
Managers	Homens	0	16	27	0	12	16
	Mulheres	0	9	4	0	10	4
	Subtotal	0	25	31	0	22	20
Specialists	Homens	3	28	44	5	39	54
	Mulheres	2	27	8	2	36	19
	Subtotal	5	55	52	7	75	73
Technical Contributors	Homens	4	69	76	4	66	83
	Mulheres	1	38	34	2	28	27
	Subtotal	5	107	110	6	94	110
Operational & Support Contributors	Homens	0	0	1	0	0	0
	Mulheres	0	2	4	0	0	4
	Subtotal	0	2	5	0	0	4
Trainees	Homens	0	0	0	4	0	0
	Mulheres	1	0	0	6	0	0
	Subtotal	1	0	0	10	0	0
Total	Homens	7	117	152	13	120	162
	Mulheres	4	78	50	10	76	54
	Total	11	195	202	23	196	216

NOTA: Não se procedeu ao preenchimento dos dados relativos a 2020, uma vez que à época, a Estrutura Organizacional da Floene não se encontrava estabelecida, não sendo possível fazer um paralelo à atual estrutura.

GRI 400: DESEMPENHO SOCIAL
GRI 405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES
LOCALIZAÇÃO
405-2 Rácio do salário e remuneração entre homens e mulheres

Categoria	Mulheres Média da remuneração recebida	Homens Média da remuneração recebida	Rácio
<i>Heads of Area</i>	7 000,00	6 618,57	1,06
<i>Managers</i>	3 830,63	4 311,31	0,89
<i>Specialist</i>	2 150,02	2 274,69	0,95
<i>Technical Contributors</i>	1 300,78	1 466,72	0,89
<i>Operational & Support Contributors</i>	1 910,21	0	---

GRI 406: NÃO DISCRIMINAÇÃO
LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

406-1 Incidentes de discriminação e medidas corretivas tomadas

Não foram registados quaisquer incidentes de discriminação, sejam eles por motivos de raça, cor, género, religião, opinião política, origem nacional ou social, ou outras formas de discriminação, durante o período em relato.

GRI 407: LIBERDADE SINDICAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA
LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco

Informação não disponível

GRI 413: COMUNIDADES LOCAIS
LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016.

413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento

No ano de 2022 não foram levadas a cabo operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento. No entanto, em 2023 a Floene encontra-se a desenvolver uma Política de Responsabilidade Social, pelo que ainda no presente ano serão implementadas diversas iniciativas neste sentido, que já estarão contempladas no Relatório referente ao ano de 2023.

413-2 Operações com impactes negativos significativos potenciais ou reais nas comunidades locais

Informação não disponível

GRI 414: AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES
LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais

Informação relativa aos novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais, encontra-se no Indicador 308-1.



GRI 400: DESEMPENHO SOCIAL

GRI 414: AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES

LOCALIZAÇÃO

414-2 Impactes sociais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas

Informação relativa aos impactes sociais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas, encontra-se no Indicador 308-2.

GRI 415: POLÍTICAS PÚBLICAS

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

415-1 Contribuições políticas

A Floene não efetuou contribuições, monetárias ou em espécie, a organizações políticas durante o período de relato.

GRI 416: SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

416-1 Avaliação dos impactes na saúde e segurança das principais categorias de produtos e serviços

Todos os trabalhos e serviços adjudicados a empreiteiros e prestadores de serviços são sujeitos a acompanhamento e controlo operacional, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos próprios da Floene, sendo garantida a promoção da segurança e saúde do trabalho. Acrescenta-se o facto que para todas as atividades (tanto as asseguradas pelos nossos colaboradores como as que são asseguradas pelos nossos prestadores de serviço) é realizada uma avaliação de riscos e definidas as respetivas medidas de mitigação.

416-2 Incidentes de não-conformidade referentes a impactes de saúde e segurança de produtos e serviços nos clientes

Não foram registadas não conformidades com regulamentos que tenham originado coimas ou advertências por parte da entidade reguladora competente. Da mesma forma, também não se verificaram não conformidades relativamente a regulamentos e códigos voluntários.

GRI 417: MARKETING E ROTULAGEM

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

417 -3 Incidentes de não-conformidade referentes a comunicações de marketing

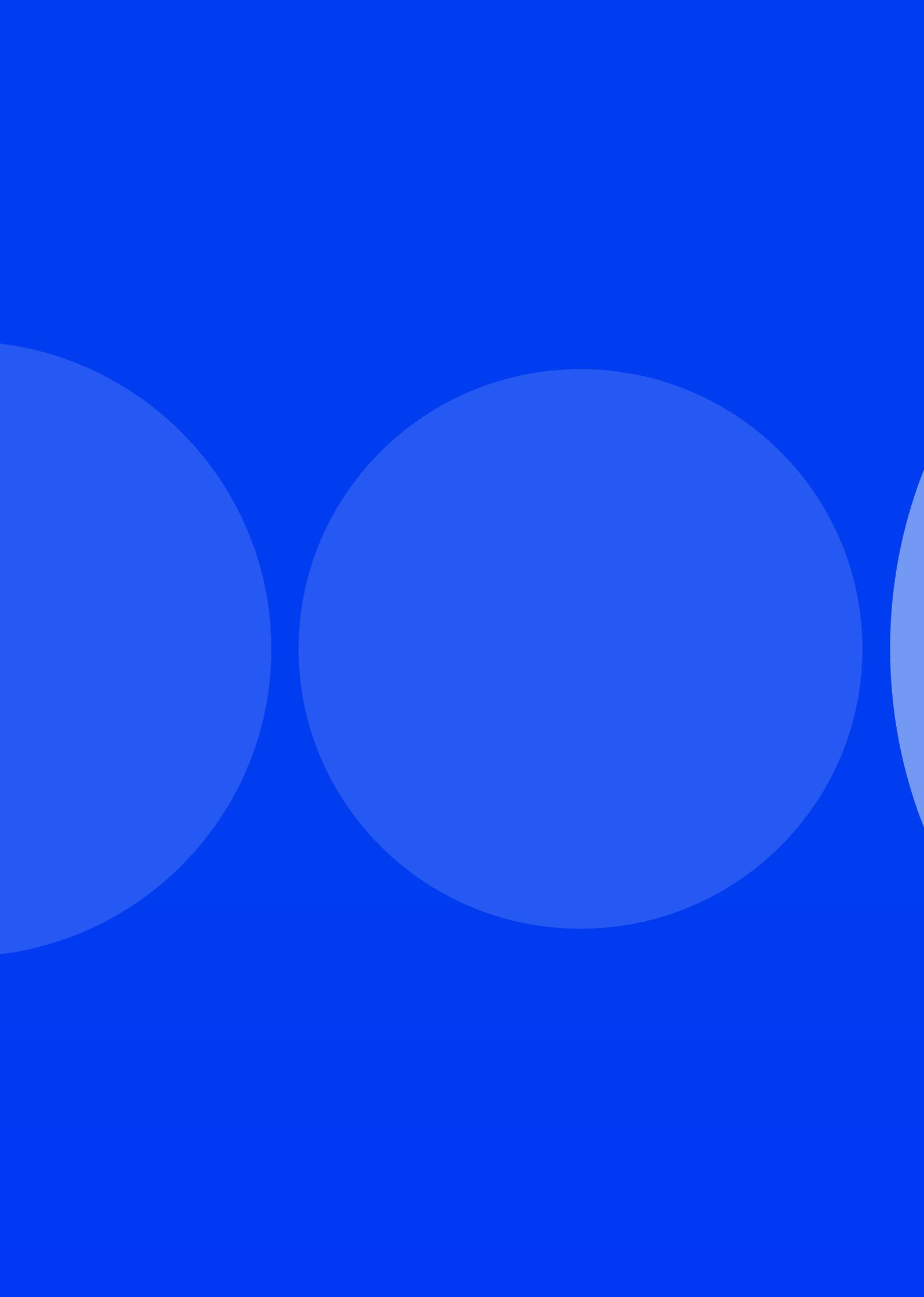
Não foram registados casos de não conformidade relativos a comunicação de *marketing* durante o período de relato.

GRI 418: PRIVACIDADE DOS CLIENTES

Referente à norma publicada em 2016

418-1 Reclamações fundamentadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes

Não foram registadas reclamações fundamentadas relativas a violação e perda de dados de clientes.



Glossário

GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO FINANCEIRO

SIGLAS

CAPEX

Capital Expenditure (investimento na aquisição e/ou melhoria de ativos tangíveis e intangíveis)

CESE

Contribuição Extraordinária para o Setor Energético

EBIT

Earnings Before Interest and Taxes (resultado operacional)

EBITDA

Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization (resultado operacional, excluindo custos com amortizações/depreciações)

FCA

Financial Conduct Authority

GNL

Gás Natural Liquefeito

IAS

International Accounting Standard (Normas Internacionais de Contabilidade)

IASB

International Accounting Standard Board

IASC

International Accounting Standards Committee

IFRIC

International Financial Reporting Interpretation Committee

IFRS

International Financial Accounting Standards (Normas Internacionais de Relato Financeiro)

IRC

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

ISP

Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos

IVA

Imposto de Valor Acrescentado

LSE

London Stock Exchange

OPEX

Operational Expenditure (gastos de operação e manutenção)

PRM

Postos de Redução e Medição

RAB

Regulatory Asset Base (Base de Ativos Regulados)

RCSD

Rácio de Cobertura do Serviço da Dívida

RETGS

Regime especial de tributação de grupos de sociedades

RoR

Rate of Return (Taxa de Remuneração)

RSP

Responsabilidades por Serviços Passados

SIC

Standing Interpretation Committee

SPPI

Solely Payments of Principal & Interest

TOS

Taxas de Ocupação do Subsolo

WACC

Weighted Average Cost of Capital



GLOSSÁRIO TÉCNICO

SIGLAS

AAR

Acessos à Rede

ACP

Allianz Capital Partners

ADG

Atividade de Distribuição de Gás

AP

Alta pressão

APCC

Associação Portuguesa de Contact Centers

APCER

Associação Portuguesa de Certificação

APE

Associação Portuguesa de Energia

APEG

Associação Portuguesa de Empresas de Gás

AP2H2

Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio

BCSD

Business Council for Sustainable Development

BIP

Biomethane Industrial Partnership

BP

Baixa pressão

CEO

Chief Executive Officer

CFO

Chief Financial Officer

CMVM

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

COO

Chief Operating Officer

COP27

27th United Nations Climate Change Conference of the Parties

COSO

Internal Control Integrated Framework

CSO

Chief Strategy Officer

CURr

Comercializador de Último Recurso Retailista

DGEG

Direção Geral de Energia e Geologia

DpT

Danos por Terceiros

EBA

European Biogas Association

ECH2A

European Clean Hydrogen Alliance
(Aliança Europeia pelo Hidrogénio)

EMTN

Euro Medium Term Notes

ERSE

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

ESG <i>Environmental, Social and Governance</i>	ISQ ISQ - Centro de Interface e Tecnologia
FCG Função de Comercialização de Gás	JOUE Jornal Oficial da União Europeia
FCVAR Função de Compra e Venda do Acesso às Redes	MP Média pressão
FCVG Função de Compra e Venda de Gás	NP EN ISO 9001 Norma Internacional que identifica os requisitos para um Sistema de Gestão de Qualidade
FEDER Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	NP EN ISO 14001 Norma Internacional que identifica os requisitos para um Sistema de Gestão Ambiental
GD4S <i>Gas Distributors for Sustainability</i>	NPS <i>Net Promotor Score</i>
GEE Gases com efeito de estufa	ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
GPL Gás de Petróleo Liquefeito	OHSAS 18001 <i>Occupational Health and Safety Assessment Series</i>
GQTS <i>Gas Quality Tracking System</i>	OLMC Operação Logística de Mudança de Comercializador
GRI <i>Global Reporting Initiative</i>	ORD Operadores Regionais das Redes de Distribuição de Gás
H₂ Hidrogénio	ORT Operador de Rede de Transportes
IGU <i>Internacional Gas Union</i>	OTs Obrigações do Tesouro
INE Instituto Nacional de Estatística	PdS Prestador de Serviço
IP Infraestruturas de Portugal, S.A.	PDIRD-G 2022 Plano Quinquenal Indicativo de desenvolvimento e Investimento nas Redes de Distribuição de Gás para o período 2023-2027
ISO 45001 Norma Internacional que identifica os requisitos para um Sistema de gestão de segurança e saúde do trabalho.	

**PIB**

Produto Interno Bruto

PNEC 2030

Plano Nacional de Energia e Clima 2030

PPEC

Plano de Promoção de Eficiência no Consumo

PRF

PRF – Gás, Tecnologia e Construção, SA

PRM

Posto de Regulação e Medida

Ready4H2Iniciativa *Ready for Hydrogen***RGPD**

Regulamento Geral de Proteção de Dados

RQS

Regulamento da Qualidade de Serviço do Setor Elétrico e do Setor do Gás Natural

SGPS

Sociedade Gestora de Participações Sociais

SHST

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

SST

Segurança e Saúde no Trabalho

UAG

Unidades Autónomas de Gás

UGS

Uso Global do Sistema

UNFCCC*United Nations Framework Convention on Climate Change* (Convenção-quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas)**URD**

Uso de Rede de Distribuição

URT

Uso da Rede de Transporte

WBCSD*World Business Council for Sustainable Development***WRI***World Resources Institute***YoY***Year over Year***UNIDADES****GJ**

Gigajoule

GWh

Gigawatt.hora

km

Quilómetros

m³

Metro cúbico

Mm/ano

Mega metro por ano

tCO₂eqTonelada equivalente de CO₂**t**

tonelada

vol.

Volume

€ k

Milhares de Euros



FLOENE

floene.pt

Floene Energias, S.A.

Rua Tomás da Fonseca - Torre C - 1600-209 Lisboa
N.P.C./M.C.R.C. 509 148 247 | Capital social 89 529 141 Euros